

# Contracampo

BRAZILIAN JOURNAL OF COMMUNICATION | PPGCOM-UFF

VOLUME 38. NÚMERO 2. 2019. E-ISSN 2238-2577. AGO-NOV2019



**DOSSIÊ**

**MÍDIA, RECONHECIMENTO E  
CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES**



## Editorial vol. 38 n. 2

### Dossiê Mídia, reconhecimento e constituição de subjetividades

O reconhecimento é um dos conceitos mais importantes e negligenciados nas ciências sociais e na teoria política. Desenvolvido pelo teórico alemão Axel Honneth a partir do pensamento de G. W. F. Hegel, o conceito sem dúvida carrega uma pesada bagagem filosófica. Contudo, através do desenvolvimento prático das ideias inovadoras e profundas de Hegel sobre a natureza relacional da vida humana, o conceito de “reconhecimento” – isto é, a necessidade dos seres humanos de reconhecerem-se mutuamente como entidades que podem ser livres e o necessário comprometimento com essa ideia – proporciona um alicerce crucial para uma abordagem mais rica do que a democracia pode – na verdade, deve – envolver para ser digna do nome.

Honneth tem desenvolvido a teoria do reconhecimento por mais de um quarto de século, mas está claro que é uma teoria com uma importância profundamente prática no final da segunda década do século, um tempo de intensa ansiedade sobre se a democracia ainda é possível e, se assim for, onde e em que condições. O próprio Honneth tem tentado, na última década, expandir o conceito de reconhecimento para uma teoria mais ampla sobre “as bases sociais da vida democrática” (HONNETH, 2014). A abordagem completa desenvolvida por Honneth inclui, pela primeira vez, a discussão do papel dos meios de comunicação social em uma teoria do reconhecimento (HONNETH, 2014, p. 281-303). Até então, com exceção do livro pioneiro de Rousiley Maia e seus colegas pesquisadores brasileiros (MAIA, 2014), pouco trabalho tinha sido feito sobre as ligações entre meios de comunicação social e reconhecimento, ainda que nas sociedades contemporâneas as instituições de mídia sejam certamente meios-chave através dos quais a sociedade reconhece indivíduos e suas realidades vividas e, por meio das mídias sociais, os indivíduos venham a reconhecer-se de certas maneiras.

Por outro lado, ao investigar o conceito de voz, argumentei que o reconhecimento, juntamente com a noção de capacidades de Amartya Sen, era uma ferramenta crucial para desenvolver as bases filosóficas do conceito de voz (COULDRY, 2010, p. 103-107). De fato, o capítulo cinco de *Why Voice Matters* [Por que a Voz Importa, sem versão completa em português], onde desenvolvi essa discussão, já foi traduzido para português por Marcus Antonio Asis Lima e Caleb Pereira Lima (COULDRY, 2015). Para mim, o valor da voz, embora tenha muitas bases filosóficas, pode ser proveitosamente aprofundado através do conceito de reconhecimento.

Há muitas razões, portanto, para crer que o conceito de reconhecimento – e em particular, o reconhecimento como atualizado através de meios de comunicação social nas suas várias formas – é uma linha promissora de investigação teórica e empírica sobre teoria social e para a pesquisa em mídia e comunicação social. Por essa razão, este amplo dossiê da *Contracampo* sobre “Mídia e Reconhecimento” é bem-vindo.

Mas há outra razão ainda mais premente para lhe dar as boas-vindas, que diz respeito às crises convergentes na prática democrática. Estas, possuem três elementos. Em primeiro lugar, há os agudos desafios práticos e ideológicos à democracia como forma de fazer política. Segundo, e emergindo dentro

da primeira crise, há tentativas conservadoras generalizadas em todos os continentes para reverter meio século ou mais de reforma social, cultural e política, com o gênero sendo uma importante linha divisória, mas, claro, não a única. Terceiro, e sutilmente ligado aos dois primeiros, há o movimento corporativo, através de uma transformação emergente do tecido social por processos de dataficação, para anexar diretamente ao capital os próprios espaços do social e da produção de sentido.

Deve estar claro por que o conceito de reconhecimento tem algo valioso para contribuir para tentativas de abordar cada componente desta crise contemporânea da democracia. Permitam-me, contudo, dizer um pouco mais sobre o componente menos obviamente relevante dos três: dados. Dataficação – a transformação quase obrigatória do material e do tecido da vida social em dados e, através disso, em um fator de produção capitalista – está transformando o que entendemos como o social e o conhecimento social. Isso já é transformação suficiente. Mas há outra transformação em curso que deriva dos meios em que a dataficação se baseia, que é o contínuo e multi-escalar rastreamento da vida de indivíduos e grupos, o próprio fluxo e textura da experiência.

O conceito de reconhecimento nos sensibiliza para essa violência. Pois no núcleo do conceito de reconhecimento de Honneth está, como já apontei, o entendimento relacional de Hegel da liberdade (*freiheit*). Para Hegel, a liberdade é a “liberdade de estar consigo mesmo no outro”. Como argumento em um novo livro com o teórico Ulises Ali Mejías, as práticas materiais de vigilância de dados documentados (vigilância constante de sujeitos humanos) violam essa possibilidade de liberdade, introduzindo-se no próprio espaço do eu em que essa possibilidade se funda (COULDRY e MEJÍAS, 2019, capítulo cinco). Um conceito de reconhecimento, seguido por meio de pesquisas empíricas e teóricas, pode nos ajudar a registrar e desfazer essa brecha.

Não poderia, portanto, haver nada mais em jogo no empolgante novo trabalho que este dossiê, editado pelos meus amigos e colegas Bruno Campanella e João Magalhães, reúne. Convido vocês a lê-lo atentamente e debatê-lo.

**NICK COULDRY**

*London School of Economics and Political Science*

## Referências

COULDRY, Nick. **Why Voice Matters**. London: SAGE, 2010.

COULDRY, Nick. Filosofias da Voz. **Fólio – Revista de Letras**, v. 7, n. 1, p. 231-267, 2015. <http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/viewFile/5719/5520>.

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulises Ali. **The Costs of Connection: How Data is Colonizing Human Life and Appropriating it for Capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

HONNETH, Axel. **Freedom's Right**. Cambridge: Polity, 2014.

MAIA, Rousiley C. M. **Recognition and the Media**. Basingstoke: Palgrave, 2014.

Debates sobre como identidades são constituídas por meio de processos de reconhecimento intersubjetivo são parte central da teoria crítica atual. Geralmente fundado na teoria hegeliana de “autoconsciência”, o conceito de reconhecimento ressurgiu a partir dos anos 1990 como uma tentativa de teorizar a demanda por políticas identitárias em sociedades multiculturais (TAYLOR, 1994) e uma filosofia socioética que aprofunda as dimensões práticas de reconhecimento a partir da análise dos conflitos sociais (HONNETH, 2003). Ainda que atualizadas para darem conta de desenvolvimentos na sociologia e psicologia, essas recentes teorizações preservam o núcleo da formulação de Hegel, segundo o qual há uma articulação intrínseca entre ser e dever ser. Indivíduos tanto *precisam ser* reconhecidos por outros para poderem entender quem eles são (constituírem autoentendimentos) quanto *devem ser* reconhecidos de uma certa maneira para que tais autoentendimentos possam ser qualificados como autônomos. A “grande ideia” hegeliana é que a liberdade reside na formação do “eu”, e que essa formação só pode ser realizada com a presença do outro – e não com sua ausência (BRANDOM, 2007). Disputas em torno de que tipo de reconhecimento é devido a quem configuram, sob essa perspectiva, o próprio motor da história social. Ainda que diversos autores tenham demonstrado suas contradições e insuficiências (um bom exemplo é MCNAY, 2008), a ideia de reconhecimento continua a exercer enorme influência, mesmo que de maneira implícita e indireta. É por exemplo de reconhecimento que muitos dos debates sobre a realização de direitos humanos, democratização e “empoderamento” costumam tratar.

Se processos de reconhecimento dependem da possibilidade da comunicação (HONNETH, 2001), é curioso que seus proponentes ignorem quase que completamente o papel da mídia<sup>1</sup> – e que estudiosos de mídia raramente estudem processos de reconhecimento. Os poucos trabalhos que propõem este tipo de análise (tais como MAIA, 2018; COULDRY, 2010; HJARVARD, 2013, p. 149-151) tendem a pensar os processos de “reconhecimento mediado” como eminentemente positivos. Nesse contexto, os meios de comunicação são tratados como artefatos importantes na formação de subjetividades capazes de se autorrealizar. Essas análises não levam necessariamente em conta, entretanto, algumas práticas midiáticas contemporâneas, especialmente aquelas ligadas às mídias sociais, atravessadas por lógicas econômicas que valorizam uma busca individualizada e por vezes despolitizada de reconhecimento. Essa lacuna epistemológica parece estar em descompasso com a maneira com que as mídias estruturam visibilidades e invisibilidades, o que afeta a própria possibilidade de que os atores sociais se reconheçam uns aos outros. Considerando a importância dos processos de mediatização e dataficação da sociedade (COULDRY; HEPP, 2017), esse tema mostra-se ainda mais relevante.

Esse dossiê propõe-se como um passo para avançar nessa discussão. A amostra trazida nesse dossiê demonstra a amplitude e a centralidade de instituições midiáticas para as relações contemporâneas de reconhecimento (ou desrespeito).

Boa parte dos artigos desse dossiê trata de formatos midiáticos tradicionais – ainda que circulados por meios digitais. Em uma cuidadosa análise empírica de uma amostra do Jornal Nacional no artigo [Um oceano de silêncio: análise das representações sociais de gênero no telejornalismo brasileiro](#), Iluska Coutinho (UFJF) e Caroline Marin

---

<sup>1</sup> Veja, no entanto, HONNETH (2014, p. 262-272).

(UFJF) demonstram que a invisibilização feminina vai muito além do número de mulheres que aparecem no talvez mais tradicional programa jornalístico brasileiro. Pois, mesmo quando existentes, essas mulheres (quase todas brancas), aparecem como vítimas, atadas a estereótipos bem conhecidos de submissão e emotividade. O trabalho de Sônia Virgínia Moreira (UFJF), Monica Sousa (UERJ) e Vânia Fortuna (UERJ), [Imigrantes sem voz: a produção de silêncio na cobertura jornalística das manifestações anti-imigração](#), aponta para uma forma diferente e talvez mais direta de desrespeito. Em reportagens da Folha de S.Paulo e de O Globo de 2017, migrantes que supostamente entraram em “conflito” com ativistas da extrema direita são reduzidos à sua nacionalidade, sujeitos sem nome, sem voz, sem individualidade, elas argumentam. A análise das autoras se torna particularmente relevante perante a ascensão de um movimento conservador radical nacionalista no Brasil, que reinventa uma dormente xenofobia para ajudar a justificar um projeto de poder autoritário. Nesse contexto, a obrigação do jornalismo em dar humanidade aos “outros” que retrata ganha óbvia urgência.

Mas nem só de silêncios – mais ou menos óbvios – são feitas representações midiáticas. Um excelente exemplo é o artigo [Representação, identidade e a emergência de uma nova discursividade política: minorias sexuais e de gênero na série Merlí](#), de Fernanda Elouise Budag (USP) e Nara Lya Cabral Scabin (USP) sobre Merlí, a série catalã do Netflix sobre um professor que ensina filosofia por meios pouco tradicionais. Mais do que dar voz a personagens “queer”, a série o faz sem o uso de típicos clichês narrativos. Em vez de enfatizar “diferenças” binárias, o foco está nas “diversidades”, fluidas e difíceis de serem rotuladas. No texto [Representações de negritude e de branquitude na produção audiovisual “Dear White People”: tensões e negociações entre identidade e diferença](#), Sátira Machado (UniPampa), Rosane Rosa (UFSM) e Liliâne Brignol (UFSM) também encontram em uma série estrangeira, a estadunidense Dear White People, um exemplo similar de forma mediada de reconhecimento. No entanto, se Merlí aparece no trabalho de Budag e Scabin como capaz de escapar das armadilhas inerentes à ideia de “dar voz” a minorias sociais, Dear White People é descrita por Machado, Rosa e Brignol como incorrendo em uma espécie de essencialização da ideia de “raça”. Ainda que a identidade negra apareça como múltipla, a identidade branca é retratada como uniforme, o que pode “acabar reforçando ideologias que racializam seres humanos”, afirmam as autoras. Já no videoclipe brasileiro “Mandume”, analisado no artigo [Mandume: a visualidade do rap como resistência contra o epistemicídio](#), de Lucianna Furtado (UFMG), a possibilidade de agência da pessoa negra, ou do ator periférico brasileiro de maneira geral, parece ser o tópico. Por meio de uma análise bifocal, preocupada com o nexo entre texto e imagem, Furtado demonstra como o clipe desvela “olhares oposicionais” para contestar uma realidade fundada no preconceito e na supressão da alteridade, interpelando o público a também participar desse desvelamento e dessa contestação. Raça é também o tema do artigo [Teoria do reconhecimento e interações cotidianas: o caso das lutas dos quilombolas do Pará](#), de Janine Bargas (Unifesspa) e Rousiley Maia (UFMG) sobre a cultura quilombola. No entanto, em vez de focar em um produto midiático, as autoras sublinham a importância das relações cotidianas na transmutação de desrespeito em luta concreta por reconhecimento.

Esse tipo de interação intersubjetiva cotidiana é cada vez mais realizada em ambientes digitais. Em redes sociais, indivíduos historicamente invisibilizados podem estabelecer relações de reconhecimento. Isso fica claro no artigo [Autismo e a busca por reconhecimento: conexões que enunciam as lutas de redes socioafetivas em casos do Facebook](#), de Igor Lucas Ries (UTP) e Angie Biondi (UTP), que analisa mensagens e reações postadas em quatro páginas no Facebook nas quais diversos atores sociais ligados ao autismo se comunicam. Eles concluem que, nessas páginas, se torna possível a “ressignificação” do sujeito autista, de seus familiares e cuidadores. E isso ocorre, a análise demonstra, em relação às três dimensões de reconhecimento de Honneth – afetiva, legal e social. Novas tecnologias de mídia podem alterar não apenas as possibilidades de interações entre usuários de redes sociais, mas também mudar o próprio sentido da ideia de “reconhecimento”. Esse é um dos possíveis

sentidos do artigo [Um rosto em 14 fragmentos: reconhecimento facial e negociações de visibilidade em redes sociotécnicas](#), de Rafael Rodrigues da Costa (UFC) e Naiana Silva (USP) sobre como usuários comuns do Facebook entendem e negociam a tentativa da plataforma de implantar um sistema de “reconhecimento facial”. Por meio de uma análise qualitativa dos resultados de um questionário – e em diálogo com documentos do Facebook e do recente “manifesto” de seu fundador, Mark Zuckerberg – da Costa e Silva argumentam que essa forma de reconhecimento computacional não se finda no próprio sistema algorítmico que o realiza. Tal sistema é, na prática, mais um “auxiliar decisório” do que um “protagonista”. Normativamente, os resultados são ambíguos. Mesmo ao tentar resistir ao que pode ser entendido como uma forma de desrespeito, os usuários não deixam a plataforma, produzindo, portanto, mais dados para serem explorados.

Ao mostrar como diferentes formas de mediação podem erodir, fortalecer e transformar as relações de reconhecimento, os artigos contidos nesse dossiê demonstram a importância de aprofundar o estudo do nexos entre mídia, comunicação, identidade e justiça.

Além do dossiê, a presente edição da Revista Contracampo traz ainda dois artigos na seção de temáticas livres. São eles: [Tecnologias digitais e temporalidades múltiplas no ecossistema jornalístico](#), de autoria de Carlos Eduardo Franciscato (UFS), que desenvolve uma discussão sobre novas formas de temporalidades na experiência jornalística, dentro de um contexto de expansão das mediações tecnológicas; e [Sobre intermedialidade: cinema, Maracatus, tatuagem e pós-tropicalismos](#), de autoria de Samuel Paiva (UFSCar), que enreda um debate sobre o encontro do cinema de Pernambuco com outras mídias, a partir dos anos 1990.

**BRUNO CAMPANELLA**

Universidade Federal Fluminense

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES VIEIRA**

London School of Economics and Political Science

## Referências

BRANDOM, Robert B. The structure of desire and recognition: Self-consciousness and self-constitution. *Philosophy & Social Criticism*, v. 33, n. 1, p. 127-150, 2007. <https://doi.org/10.1177/0191453707071389>.

TAYLOR, Charles. The Politics of Recognition. *In*: Gutmann, A.; Princeton, N.J. (Eds.). *Multiculturalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.

COULDRY, Nick. *Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism*. London: SAGE, 2010.

COULDRY, Nick; Hepp, Andreas. *The mediated construction of reality*. London: John Wiley & Sons, 2017.

HONNETH, Axel. Recognition: Invisibility: On The Epistemology Of Recognition. *Aristotelian Society Supplementary*, v. 75, p. 111-126, 2001. <https://doi.org/10.1111/1467-8349.00081>.

HJARVARD, Sitig P. *The mediatization of culture and society*. London: Routledge, 2013.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.

MAIA, Rousiley. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018.

MCNAY, Lois. The trouble with recognition: Subjectivity, suffering, and agency. *Sociological theory*, 26, n. 3, p. 271-296, 2008.

## **EQUIPE EDITORIAL**

### **Editoras-chefes**

Ariane Holzbach (UFF)  
Thaiane Oliveira (UFF)  
Ângela Pryshton (UFPE)

### **Editores-convidados**

Bruno Campanella (UFF)  
João Carlos Magalhães (LSE/London)

### **Editores-executivos**

Luana Inocência (coordenadora)  
Caio Melo  
Gabriel Ferreirinho  
Lucineide Magalhães  
Matheus Bibiano  
Paula Fernandes  
Renata Menezes Constant  
Rodrigo Reis

### **Triagem**

Seane Melo (coordenadora)  
Mayara Araújo

### **Revisão**

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)  
Ana Paula Barros  
Manuela Arruda Galindo  
Rodrigo Quinan  
Verônica Lima

### **Tradução / Versão**

Patrícia Matos (coordenadora)  
Deborah Santos  
Jessika Medeiros  
Leonam Dalla Vecchia

### **Projeto gráfico / Diagramação**

Érica Ribeiro (coordenadora)

### **Planejamento estratégico**

Lumária Souza (coordenadora)  
Angélica Fonseca  
Beatriz Medeiros  
Camilla Quesada Tavares  
Daniela Mazur  
Ícaro Joathan

### **Comunicação**

Pollyane Belo (coordenadora)  
Lucas Bragança  
Nayara Amaral

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

UM OCEANO DE SILÊNCIO: As representações sociais de gênero no telejornalismo brasileiro a partir da análise do Jornal Nacional

AN OCEAN OF SILENCE: Social representations of gender in Brazilian television journalism based on the analysis of Jornal Nacional

ILUSKA COUTINHO

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2003). Professora titular da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, NJA. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [iluscac@globo.com](mailto:iluscac@globo.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5597-9453>.

CAROLINE MARINO

Mestre em Comunicação e Sociedade, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Jornalista. Membro do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, NJA. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [carolinemarinop5@gmail.com](mailto:carolinemarinop5@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6741-3246>.



## Resumo<sup>1</sup>

A problemática da exclusão social das mulheres tem um caráter histórico e continua presente na sociedade contemporânea. Quando lançamos luz a essa questão no campo do jornalismo, há de se perceber um cenário de invisibilização e silenciamento. Este trabalho propõe uma investigação quali-quantitativa das representações sociais de gênero difundidas nas matérias do Jornal Nacional, telejornal mais representativo da principal emissora do país. Com base na Análise da Materialidade Audiovisual, busca-se perceber qual o lugar da mulher como fonte de informação e opinião. A partir das análises das matérias veiculadas pelo telejornal, no primeiro semestre de 2018, o objetivo é contribuir para a construção de uma perspectiva crítica de gênero sobre os produtos jornalísticos televisivos na realidade brasileira.

### Palavras-chave

Gênero; Representações Sociais; Mulheres na mídia; Telejornalismo brasileiro.

## Abstract

The issue of the social exclusion of women has a historical character and is still present in contemporary society. When we shed light on this question in journalism, we can see a scenario of invisibilization and silencing. This paper offers a qualitative and quantitative investigation of social gender representations disseminated in the audiovisual narratives in Jornal Nacional, the biggest Brazilian television news program. Based on the Analysis of Audiovisual Materiality, we seek to understand the place of women as a journalistic source of information and opinion. From the analysis of the material published by the news program in the first semester of 2018, the objective is to contribute to the construction of a critical gender perspective on television news products in the Brazilian reality.

### Keywords

Gender; Social Representations; Women in the media; Brazilian telejournalism.

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste texto foi apresentada no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, que aconteceu em São Paulo, em 2018. Ressalta-se que, após as discussões geradas no grupo de trabalho, este artigo sofreu modificações substanciais com o objetivo de aprimorá-lo baseado nas considerações e contribuições geradas durante o debate.

## Introdução

A problemática da exclusão social das mulheres tem um caráter histórico e continua presente na sociedade contemporânea. Ao refletir sobre desigualdades de gênero, é possível afirmar que a voz dominante não é feminina. Para pensar esse tensionamento, uma contribuição importante é a de Ana Carolina Rocha Pessôa Temer e Fernanda Ribeiro Lima. As autoras lembram que: “O machismo, pensamento da supremacia masculina, baseia-se em afirmar a superioridade masculina e reforçar a inferioridade da mulher em várias formas de discurso: filosófico, científico, religioso, jurídico e até mesmo popular” (TEMER, LIMA, 2014, p. 4). Essa hegemonia masculina ainda se reflete, sobretudo na mídia de massa, que muitas vezes exclui as mulheres dos espaços de debate.

Se entendermos a comunicação como um direito humano, negar esse direito é negar algo fundamental à humanidade de um indivíduo, sobretudo, em uma sociedade permeada por relações de poder. O silêncio desumaniza e exclui. E o silenciamento faz parte da história das mulheres. Em uma sociedade midiaticizada, os discursos midiáticos ocupam um papel privilegiado nas narrativas e representações acerca do feminino e do masculino. “A forma como as mulheres são abordadas, ou a exclusão de vozes femininas destes espaços, contribui de modo significativo para a manutenção da discriminação de gênero” (MARINO, COUTINHO, 2018, p. 13).

Em um contexto de monopólio e interesses privados – como é o caso da comunicação de massa no Brasil – é que são disseminados os discursos hegemônicos. No Brasil a maioria das empresas de comunicação pertence à propriedade de emissoras de rádio e TV em sinal aberto concentradas em oligopólios. Neste cenário, poucas emissoras se estruturaram como hegemônicas também pelo sistema de afiliação, nosso modelo. Como as grandes emissoras de TVs são empresas de exploração comercial, acabam por privilegiar os interesses hegemônicos, se construindo como “o mais sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular” (MARTÍN-BARBERO & REY, 2004, p. 26).

Diferentemente de países onde a evolução da televisão foi centrada na comunicação pública, Gørgen aponta que no Brasil, o setor privado se aproveitou das oportunidades geradas pelo desenvolvimento de novas mídias que surgiam e os mesmos grupos empresariais acabaram se fazendo presente em todos os mercados pelos quais a comunicação de massa foi evoluindo ao longo dos anos.

Esta lógica fez as empresas de comunicação se organizarem sob a forma de grupos, principalmente a partir de famílias pertencentes a oligarquias regionais ou empreendedores individuais que obtiveram sucesso nacional comprando e revitalizando veículos mal geridos (GÖRGEN, 2009, p. 89).

Neste contexto, poucas empresas concentram a hegemonia da comunicação no país. Garaza (2015) afirma que, por isso, é relevante também pensar nos meios de comunicação enquanto espaços nos quais o poder simbólico é criado e reproduzido. “O monopólio privado dos meios de comunicação conseguiu legitimar um discurso hegemônico” (GARAZA, 2015, p. 6). A autora (2015, p.13) salienta que nas práticas de comunicação dos meios tradicionais novas vozes têm permanecido por muito tempo, excluídas. Em consequência, os discursos dominantes se legitimam na cena pública, ressaltando desigualdades – como a de gênero – e conservando discursos de supremacia masculina. Se um discurso dominante é legitimado, vários outros são silenciados.

A historiadora Rebecca Solnit (2017), ressalta que: “O silêncio é o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado, do não ouvido. Ele cerca as ilhas dispersas formadas pelos que foram autorizados a falar, pelo que pode ser dito e pelos ouvintes” (SOLNIT, 2017, p. 27). Para a autora, privar as mulheres destes espaços de circulação de discursos é privá-las de exercer seu direito humano à comunicação. “Se nossas vozes são aspectos essenciais da nossa humanidade, ser privado de voz é ser desumanizado ou excluído da sua humanidade” (SOLNIT, 2017, p.28).

Quando pensamos em invisibilidade das mulheres nos meios de comunicação de massa, sobretudo nos discursos jornalísticos, é preciso pontuar a questão racial. Djamila Ribeiro (2017) ressalta a importância de um olhar interseccional para estas questões. Para a autora, (2017, p. 64) a problemática do silêncio de mulheres negras é urgente, uma vez “tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importantes para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui”. (RIBEIRO, 2017, p. 43).

Paula Lobo e Rosa Cabecinhas (2007) ao tratar das representações de gênero no cenário de mídia de Portugal, salientam que “estudos recentes, revelam que as mulheres, cerca de metade da população mundial, são quase ignoradas no universo das notícias e que a sua presença nos noticiários se encontra frequentemente associada a estereótipos de gênero” (2007, p. 1730). Para as autoras, a representação equilibrada de mulheres e homens nos conteúdos midiáticos deve ser um critério a se considerar na produção de um jornalismo de qualidade.

Em agosto de 2014, a ONG Think Olga lançou o projeto “Entreviste uma mulher<sup>2</sup>” que pretende aumentar o número de mulheres entre as pessoas entrevistadas sobre os mais variados temas. A proposta do projeto, que conta com 150 nomes em um documento disponível online, é encontrar mulheres e conectá-las aos jornalistas. A ideia surgiu a partir da divulgação de uma pesquisa realizada em 2013, pela Universidade de Nevada, que constatou que dentre os entrevistados de 352 matérias de primeira página do jornal The New York Times, 65% eram homens e apenas 19% eram mulheres (17% se referiam a fontes institucionais)<sup>3</sup>. No Brasil, a Superinteressante abordou o tema em 2016 e revelou que apenas uma em cada quatro fontes da revista é mulher, chegando a uma estimativa de 23% mulheres e 77% para homens. Menos de um quarto dos entrevistados pela Super é do sexo feminino.<sup>4</sup>

Estes dados geraram uma inquietação a respeito da realidade quanto ao gênero das fontes de informação no telejornalismo brasileiro. Tomando como ponto de partida esses números, é possível avançar e pensar na desigualdade de gênero nos meios de comunicação além do caráter numérico. Qual o espaço de fala dedicado às mulheres nas narrativas dos telejornais? Em que medida as mulheres têm direito a voz nestes espaços? Qual o lugar das mulheres enquanto fonte de opinião e informação? Quais papéis elas desempenham nas narrativas veiculadas nos noticiários? Partindo destes questionamentos, este artigo busca analisar a questão de gênero nos processos de oferta da informação no telejornalismo.

Este trabalho propõe uma investigação quali-quantitativa de uma semana composta do Jornal Nacional, recortada a partir de edições veiculadas no primeiro semestre de 2018 a partir de uma metodologia desenvolvida no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual, denominada de Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2016) e do conceito de dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012). A ideia é perceber qual o lugar da mulher como fonte de informação no telejornal mais representativo da principal emissora do país. A partir das análises das representações sociais de gênero nas matérias televisivas, objetiva-se contribuir para a construção de uma perspectiva crítica de gênero sobre os produtos jornalísticos televisivos na realidade brasileira.

## Desigualdade de gênero e telejornalismo no Brasil

Embora representem maioria numérica<sup>5</sup> da população brasileira, as mulheres são consideradas

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://thinkolga.com/2018/01/31/entreviste-uma-mulher-1/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.poynter.org/2013/lack-of-female-sources-in-new-york-times-stories-spotlights-need-for-change/217828/> Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/onde-estao-as-mulheres-da-super/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

<sup>5</sup> De acordo com o censo do IBGE, em 2010, o percentual de mulheres era 51%, enquanto o de homens era de 49% do total da população brasileira.



minoria em termos representativos, também nas mídias. Esse entendimento é possível uma vez que a noção contemporânea de minoria, de acordo com Sodré (2005), se refere àqueles que tiveram ou têm sido privados de uma maior participação na esfera pública e de ter possibilidade de voz ativa nas instâncias decisórias do Poder.

Historicamente, a mulher ocupa um lugar de inferioridade na organização social. Para pensar esse tensionamento, uma contribuição importante é a de Ana Carolina Rocha Pessôa Temer e Fernanda Ribeiro Lima. As autoras relembram que: “o machismo, pensamento da supremacia masculina, baseia-se em afirmar a superioridade masculina e reforçar a inferioridade da mulher em várias formas de discurso: filosófico, científico, religioso, jurídico e até mesmo popular” (TEMER, LIMA, 2014, p. 4). Essa hegemonia masculina ainda se reflete, sobretudo na mídia de massa, que exclui as mulheres dos espaços de debate, além de contribuir na construção de imagens entre homens e mulheres baseados em definições tradicionais de feminilidade e masculinidade.

Neste tipo de categorização binária são atribuídos papéis e valores exclusivos ao homem e à mulher, que são repassados de geração em geração. Tais valores contribuem significativamente para a desigualdade de gênero. Joan Scott ao conceituar o que é ‘gênero’ explica que o termo indica construções culturais, “uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres”. (SCOTT, 1995, p. 75). A autora (1995, p. 82) salienta que o modo pelo qual as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular relações e regras sociais, além de ser uma das referências pelas quais relações de poder se estabelecem. Scott conceitua o termo da seguinte maneira: “O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p.88).

O filósofo Michel Foucault, em sua obra *Microfísica do Poder* (1979), afirma que em uma sociedade como a nossa existem relações de poder múltiplas que se atravessam e constituem o corpo social. Tais relações não se estabelecem sem uma produção, circulação e funcionamento do discurso. Discursos que produzem efeitos de verdade que, segundo o autor, decidem, transmitem e reproduzem os efeitos de poder aos quais estamos submetidos. “Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 180).

Se pensarmos no campo midiático como um espaço favorável para a circulação destes discursos, é impossível negar que em uma sociedade midiaticizada os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação ocupam um papel relevante nestas relações – inclusive nas definições de identidade e de gênero – uma vez que é por intermédio deles que são difundidos discursos e representações que tendem a reforçar estereótipos socialmente construídos. De acordo com Valquíria Michela John, ao levar em conta que “as relações de gênero não são naturais e sim construídas social e historicamente, o discurso atua decisivamente na construção de nossas representações quanto ao mundo e quanto às atribuições dos papéis de homens e mulheres” (JOHN, 2014, p. 501).

Neste contexto, os discursos midiáticos ocupam um papel privilegiado. Mais especificamente no cenário brasileiro, cuja televisão é historicamente o principal meio de informação de grande parte da população, seu papel nestas construções narrativas e sociais se torna ainda mais relevante. Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, 89% dos brasileiros afirmam se informar sobre o que acontece no país pela televisão, sendo que 63% têm a TV como principal meio de informação e, destes entrevistados, 77% dizem fazer isto diariamente. A partir destes dados, como afirma Gouvêa (2014), parece razoável pensar que a TV é capaz de construir e desconstruir mitos, agendar os assuntos que serão discutidos, hierarquizar a importância dos temas e, “acima de tudo, representar a realidade social, se constituindo como agente decisivo na construção dessa realidade à qual a sociedade está submetida” (GOUVÊA, 2014, p. 3).

No presente artigo o foco está na televisão uma vez que ela e, conseqüentemente, os telejornais se instauram como “forma preferencial de acesso à informação em um país marcado pela oralidade e,

durante muitos anos, pela crença nas imagens e sons veiculados em edições de noticiários” (COUTINHO, 2013, p. 01). Coutinho (2008) acrescenta que, para além do convite ao lazer ou ao entretenimento, a televisão brasileira também se constitui como um importante instrumento de informação. “Essa é a premissa fundamental, quase crença, do telejornalismo, gênero televisivo que pertence à categoria Informação, e de muitos que têm esse tipo de programa como sua principal forma de orientação no mundo” (COUTINHO, 2008, p. 01).

Segundo a autora (COUTINHO, 2008), a tela da TV pode ser considerada o espaço onde o país se informa e se localiza. Por isso a importância do jornalismo audiovisual como forma de democratizar as informações em uma cultura em que a oralidade mantém seu predomínio sobre a escrita. Levando-se em consideração a conjuntura sociocultural do Brasil, a televisão e o telejornalismo, por conseguinte, ocupam uma posição de centralidade e hegemonia “pelo fato de atingir um público semi-alfabetizado e que tem acesso às notícias quase como um rito de passagem televisivo, senha ou passaporte para o consumo das telenovelas” (COUTINHO, 2008, p. 01).

Nesse cenário, no qual a televisão é o principal meio de informação de grande parte da população, seu papel na construção de uma sociedade mais igualitária se torna ainda mais relevante. Por ocupar esse lugar privilegiado, o telejornalismo deveria trabalhar em prol da busca pela igualdade e cidadania de forma a contemplar as expectativas de transformação social e de participação de grupos com histórico de silenciamento, como é o caso das mulheres. Entretanto, o telejornalismo raramente foge à regra de desigualdade quanto ao acesso às vozes femininas. A ausência de igualdade entre os gêneros presente na sociedade acaba por refletir também no fazer jornalístico, sobretudo em um contexto de monopólio e interesses privados – como é o caso da comunicação de massa no Brasil.

Em pesquisa recente, Temer e Santos (2016) destacam um processo de feminização nas redações jornalísticas. “No Brasil, a pesquisa sobre o perfil dos jornalistas brasileiros em 2013 apontou que as mulheres constituem 63,7% do mercado de trabalho, e que 59% dos jornalistas são jovens (até 30 anos)” (TEMER e SANTOS, 2009, p. 5). Entretanto, como apontam Paula Lobo e Rosa Cabecinhas (2007, p. 3), “o aumento da presença das mulheres nas redações não implica um maior equilíbrio de gênero nos ângulos de análise adotados nos conteúdos midiáticos”. Ainda que as redações estejam passando por este processo de feminização, no que diz respeito aos produtos finais do jornalismo – as matérias – parece que ainda há muito no que se avançar. Como apontam Paula Lobo e Rosa Cabecinhas, “o aumento da presença das mulheres nas redações não implica um maior equilíbrio de gênero nos ângulos de análise adotados nos conteúdos midiáticos” (2007, p. 3).

Ao analisar a televisão e a imprensa norte-americana na década de 1970, Tuchman (2009) observou uma sub-representação feminina. Para a autora, os homens tendem a ser representados de forma mais positiva, mesmo em lugares cuja presença de mulheres na vida pública é superior ao restante dos países ocidentais. Em 2009, Tuchman retomou o conceito e refletiu sobre a forma como a representação de gênero na mídia se modificou desde 1978, ano em que lançou o livro *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*. A autora explica como os meios de comunicação operam a “aniquilação simbólica”:

Ao procurarem ganhar mais audiência, os mass media norte-americanos sub-representam as mulheres (ou seja, omitem-nas do discurso público), trivializam as suas atividades (será que a nova Secretária de Estado tem um novo penteado?) e condenam-nas (como imbecis ou meros objetos sexuais). Como indica “o modelo de transmissão”, e uma vez que os media têm um impacto nas pessoas que os utilizam, a aniquilação simbólica limita as possibilidades inerentes às vidas das mulheres, o que, provavelmente, desencoraja algumas mulheres de alargar os seus horizontes, ao mesmo tempo que encoraja outras, e também homens, a adotar visões estereotipadas do potencial individual e coletivo das mulheres (TUCHMAN, 2009, p. 16).

Para Tuchman, é impossível negar como a situação de algumas mulheres, ao nível individual, se modificou ao longo das décadas, mas não podemos ignorar “o quanto os *media* contemporâneos

continuam a tomar parte na aniquilação simbólica das mulheres” (TUCHMAN, 2009, p. 22). Em pesquisa recente, Lobo e Cabecinhas corroboram com a visão de Tuchman ao constatarem que “a tradicional divisão de gênero entre esfera pública e esfera privada se mantém, assim como o problema da invisibilidade feminina e dos pontos de vista das mulheres nos temas centrais da agenda noticiosa” (LOBO E CABECINHAS, 2018, p. 97). As autoras (2018, p. 83) entendem que as representações midiáticas das mulheres ainda estão profundamente enraizadas no contexto político das estruturas de poder em que homens são, habitualmente, dominantes. Isso implica nos valores-notícias e nas escolhas das fontes e pautas, que acabam por refletir a perspectiva hegemônica da vida pública, em que as vozes femininas são sistematicamente ignoradas.

Durante muito tempo a mulher foi submetida a uma gama de imposições, proibições e julgamentos. Ao tratar da história das mulheres, Michelle Perrot (2007) aponta que a participação feminina sempre esteve restrita à esfera do lar, muitas vezes excluídas do ciclo da dinâmica social. Eram oferecidos a elas os espaços privados e o silêncio. Para Perrot, a mulher sempre foi um sujeito historicamente silenciado, destinado à obscuridade e que se mantinha fora dos acontecimentos. “Confinadas no silêncio de um mar abissal” (PERROT, 2007, p. 16). Segundo a autora: “Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões” (PERROT, 2007, p. 16).

Para Solnit, privar as mulheres dos espaços de circulação de discursos é privá-las de exercer seu direito humano à comunicação. “Se nossas vozes são aspectos essenciais da nossa humanidade, ser privado de voz é ser desumanizado ou excluído da sua humanidade” (SOLNIT, 2017, p.28). A autora ressalta que ter voz é um aspecto fundamental, sobretudo quando diz respeito a história dos (e da falta de) direitos das mulheres. Ela aponta ainda que, não se refere apenas à voz no sentido literal, mas sim à capacidade de posicionamento, participação, de se experimentar e de ser experimentado como uma pessoa livre e com direitos (2017, p. 31). Segundo a autora, o silêncio é a condição da opressão.

Se ter voz, poder falar, ser ouvido e acreditado é essencial para ser um participante, uma pessoa com poder, um ser humano com pleno reconhecimento, então é importante reconhecer que o silêncio é a condição universal da opressão, e existem muitas espécies de silêncio e silenciados (SOLNIT, 2017, p. 35).

Michelle Perrot aponta que o silêncio das mulheres é imposto pela ordem simbólica. Sendo assim, não é referente apenas à fala, mas também à expressão gestual/corporal e aos lugares destinados às elas. Perrot ressalta que, ao traçar um histórico do lugar da mulher na sociedade, percebe-se também um processo de invisibilidade em que as mulheres são menos vistas no espaço público. “São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (PERROT, 2007, p. 17). Esse processo de invisibilização recai sobre as mulheres com tamanha força a ponto de interferir nos espaços físicos e simbólicos que ocupam. Pierre Bourdieu ressalta que até mesmo as posturas corporais ensinadas às mulheres – como as costas eretas e as pernas que não devem ser afastadas, por exemplo – geram uma espécie de confinamento simbólico carregado de significação moral;

Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo – enquanto homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos (BOURDIEU, 2012, p. 39).

Essa dimensão simbólica demarca valores e atitudes atribuídas à universos binários: masculino e feminino, estabelecendo uma relação (desigual) entre os gêneros. As definições do que é ‘ser mulher’ na sociedade carregam assim marcas históricas de desigualdade, sustentadas em mitos que se sedimentaram



no universo simbólico, que impõe a homens e mulheres lugares distintos e opostos na esfera da vida em sociedade.

## Onde estão as mulheres no JN? Análise da materialidade audiovisual

Levando em consideração tais questões, este artigo busca analisar a participação feminina no contexto do telejornalismo nacional. Lançando um olhar atento, sobretudo, para o telejornal mais representativo da principal emissora do país, o Jornal Nacional (JN). No ar desde 1969, o JN é o primeiro telejornal do Brasil a ser transmitido em rede. Atualmente é exibido de segunda a sábado e possui cerca de quarenta minutos de duração. A escolha do objeto empírico de pesquisa se deu pelo fato de ser o principal telejornal da TV Globo e líder de audiência no horário nobre.

Para realizar uma análise geral das narrativas do telejornal, adotou-se um método aleatório para definir o recorte: a semana composta. De acordo com Riffe, Aust e Lacy (1993), é uma metodologia utilizada na escolha aleatória dos dias da semana do período a ser analisado. Assim, todos os dias tem a mesma possibilidade de serem inseridos no estudo. O método prevê a seleção de edições de diferentes meses, formando uma semana. De acordo com os autores, o método considera que toda a publicação tem uma regularidade, obedece aos mesmos critérios técnicos jornalísticos. Sendo assim, uma semana artificialmente montada representa o semestre a ser avaliado. De acordo com os autores, uma avaliação sequencial poderia conferir um peso desproporcional a um determinado tema, cuja repercussão foi grande ao longo da semana. Neste trabalho estabelecemos como recorte o primeiro semestre de 2018, escolhendo aleatoriamente uma edição de segunda-feira em janeiro, uma de terça-feira em fevereiro, uma de quarta-feira em março, uma de quinta-feira em abril, uma de sexta em maio e uma de sábado em junho.

A escolha pela Análise da Materialidade Audiovisual, metodologia desenvolvida no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq/UFJF), se faz pertinente já que assim seria possível a análise mais completa acerca das especificidades da narrativa audiovisual e sua relação com as questões de pesquisa, na medida em que não haveria uma preocupação prévia com a tradução do vídeo em outros códigos para responder a um protocolo investigativo. Iluska Coutinho (2016) propõe que é necessário, ao escolher o objeto de pesquisa, fazer um levantamento das demandas a serem analisadas, de modo a construir em diálogo com os referenciais do estudo, uma ficha de análise que contenha as perguntas que respondam ao problema de pesquisa. Esse olhar integrado na entrevista do objeto empírico permitiria assim realizar a parte da análise propriamente dita, observando sempre a complexidade do material audiovisual. “Nessa perspectiva poderíamos considerar que o pesquisador se comporta em certo sentido como um telespectador privilegiado, que desvela estratégias, modos de dizer e sentidos, explícitos ou silenciados, nas narrativas audiovisuais que analisa”. (COUTINHO, 2016, p. 9). A autora defende ainda que se deve observar a unidade dos cinco elementos audiovisuais texto som + imagem + tempo + edição a fim de se ter uma investigação mais fiel à natureza audiovisual do objeto.

Tendo como referência esse princípio de investigação, levou-se em consideração o conceito de dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012) para a construção da ficha de análise. Coutinho entende que o telejornalismo se apropria de características dramáticas em suas narrativas, na medida em que eles passam a narrar o mundo e seus acontecimentos por meio da fórmula de contar histórias. Nesse aspecto há a utilização dos personagens, que além de dar voz e representação a certo assunto, entram na narrativa a fim de criar uma maior identificação com o público (COUTINHO, 2012, p. 199).

Segundo Coutinho (2012, p. 147), os telejornais se apresentam como a expressão da realidade nacional. Os discursos e falas que são veiculados nesse espaço, além de receberem visibilidade, também adquirem uma espécie de marca de relevância, ou seja, os entrevistados seriam investidos de “poder de fala”, um reconhecimento de uma autoridade midiática, ainda que expressa em poucos segundos. Além de representar e ressaltar a parcela da sociedade da qual o entrevistado faz parte.

Na medida em que seria impossível ouvir todos os brasileiros em um programa diário, a apresentação das falas, aqui considerada uma ação ou expressão de poder, se daria por representação. Através da análise, identificação do grupo ou setor da sociedade a que pertence cada entrevistado, estaremos tentando confirmar a hipótese de que há efetivamente pluralidade de vozes e/ou saberes no material exibido em rede nacional, se os telejornais atuam no sentido de construir de fato uma democracia eletrônica ou se, a partir das falas de determinados atores privilegiados, implantariam um consenso narrativo (COUTINHO, 2012, p. 148).

Para analisar a participação feminina no JN, levamos em consideração o que Coutinho aponta. Segundo a autora, os personagens são apresentados de três formas: entrevistas, imagens de ação e no texto do repórter. Neste trabalho consideraram-se apenas as entrevistas (ou sonoras), uma vez que o objetivo é avaliar o espaço de voz e visibilidade ocupado por mulheres. Entre os papéis desenvolvidos nas narrativas, Coutinho elenca os de: mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro, mediador, concorrente e “musa” ou troféu em disputa. Para analisar a posição dos entrevistados como representantes de determinados grupos sociais, a autora cria oito categorias de classificação: fontes da iniciativa privada; de órgãos públicos e judiciário; sindicalistas; do show-business e/ou astros esporte; internacionais; autoridades políticas; populares e experts.

Além das categorias de análise propostas por Coutinho, nos eixos de avaliação, serão incluídas também questões interseccionais. Rebeca Solnit reflete acerca de diferentes tipos de silenciamentos que permeiam o coletivo ‘mulheres’. Ela reforça: “A categoria mulheres é uma longa avenida que cruza com várias outras, entre elas classe, raça, pobreza e riqueza. Percorrer esta avenida significa cruzar outras e jamais significa que a cidade do silêncio tem apenas uma rua ou uma rota importante” (SOLNIT, 2017, p. 35). O exemplo das avenidas que se cruzam apresentado por Solnit traz à tona a urgência de se evidenciar as diferenças entre mulheres, sobretudo na questão racial.

Estudos contemporâneos têm discutido a respeito do silenciamento e invisibilização das mulheres negras. Djamila Ribeiro (2017, p. 41) é uma filósofa brasileira que trata dessas questões no contexto atual. A autora aponta que ao tratarmos a categoria ‘mulher’ como algo universal, sem marcar as diferenças existentes, faz com que somente uma parte seja vista. Quando pensamos em invisibilidade das mulheres nos meios de comunicação de massa, sobretudo nos discursos jornalísticos, é preciso pontuar a questão racial. Quais são os espaços de fala ocupados por mulheres negras? Djamila ressalta a importância de um olhar interseccional para estas questões.

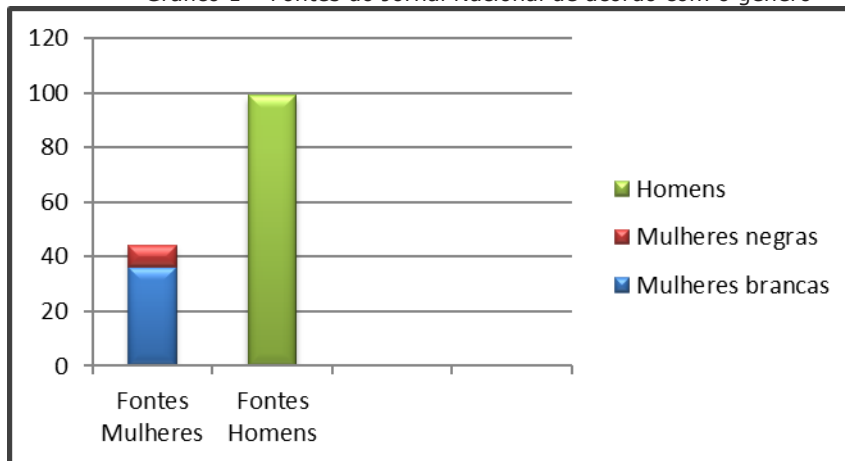
Tirar essas pautas da invisibilidade e um olhar interseccional mostram-se muito importantes para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida. (RIBEIRO, 2017, p. 43).

Partindo desses referenciais teóricos, foram montados os eixos de avaliação, como prevê a análise da materialidade audiovisual. O objetivo é obter resultados quantitativos sobre o espaço de vozes femininas no telejornalismo brasileiro, mas para além de dados numéricos, busca-se entender quais papéis são destinados às mulheres nas narrativas e a quais categorias pertencem. Sendo assim, foram definidas aleatoriamente seis edições para o recorte. São elas as edições dos dias: Segunda-feira, 22/01/18; Terça-feira, 13/02/18; Quarta-feira, 21/03/18; Quinta-feira, 19/04/18; Sexta-feira, 18/05/18 e Sábado, 02/06/18.

No total, 65 matérias compõem as edições analisadas, distribuídas entre os meses de janeiro e junho de 2018. Dentre elas, 41 possuem entrevista ou sonora, as outras são notas cobertas ou VTs apenas com imagens de off e texto do repórter. O foco de análise se deu nas matérias que possuem sonoras, uma vez que o objetivo é avaliar em que momento as mulheres são ouvidas pelo telejornal. Das 41 matérias analisadas, 23 inserem mulheres nas narrativas. De todas as reportagens com entrevistas exibidas pelo JN no recorte estabelecido, 46% não possuíram nenhuma fonte ou participação feminina.

Após os levantamentos, foram contabilizadas 143 fontes ouvidas pelo Jornal Nacional. Dentre elas há personagens, especialistas, políticos, povo fala etc. Deste número total, 44 são mulheres. Chegando a uma estimativa de 31% mulheres para 69% homens. Menos de um terço dos entrevistados pelo JN é do sexo feminino. Quando o recorte leva em consideração questões interseccionais, o resultado é ainda menor. Apenas oito das fontes ouvidas pelo telejornal são mulheres negras. Quantitativamente, o resultado revela que apenas 6% dos entrevistados pelo telejornal no período avaliado são mulheres negras.

Gráfico 1 – Fontes do Jornal Nacional de acordo com o gênero



Fonte: Dados da pesquisa

Foram avaliadas também como essas mulheres são representadas nas narrativas do telejornal levando em consideração as categorias propostas por Coutinho (2012) na obra *Dramaturgia do Telejornalismo*. Após as análises, percebeu-se que as mulheres que são ouvidas pelo JN se enquadram em quatro categorias, sendo elas: experts, da iniciativa privada, de órgãos público e judiciário e populares.

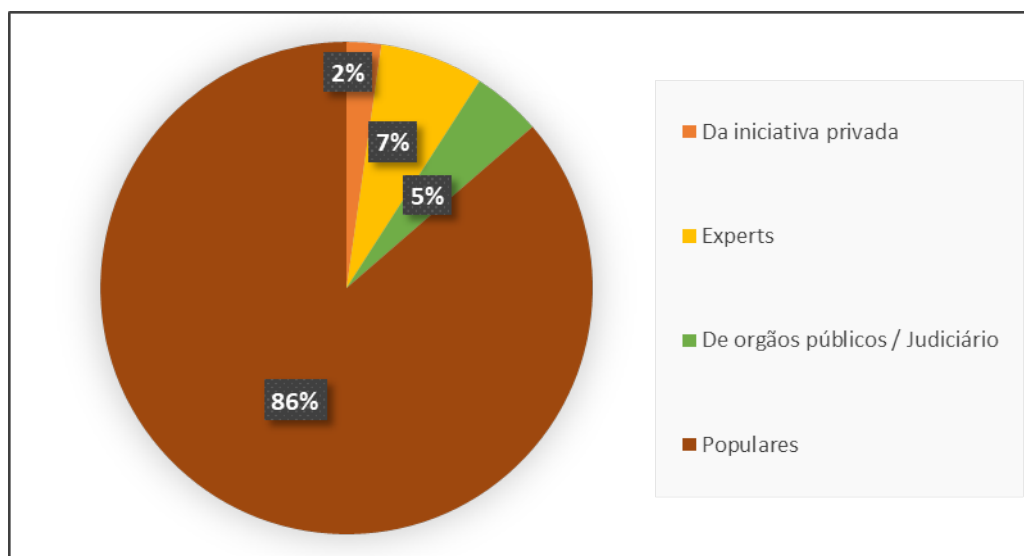
Quatro mulheres são ouvidas como “da iniciativa privada” ou como “experts”, apenas em duas das 41 matérias analisadas. A primeira aparece em uma matéria de janeiro, sobre a volta do crescimento no setor de turismo. Representando a agência de viagens que serviu como locação para a matéria, uma mulher explica as mudanças da empresa para superar o período de crise. Na mesma matéria, é ouvida a presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, que se enquadra na categoria “expert”, uma vez que é a fonte especialista sobre o setor. As outras duas “experts” aparecem na edição referente ao mês de maio na matéria sobre o menino Bernardo que, devido a uma doença rara passou a vida no hospital e, após um transplante de pulmão bem-sucedido, pôde voltar pra casa. São ouvidas a médica e a enfermeira que o acompanharam desde o início do tratamento.

A categoria referente à ‘órgãos público e judiciário’ aparece em dois momentos diferentes, em março e em abril, mas a fonte é a mesma. A então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmem Lúcia.<sup>6</sup> Ela é a única mulher que aparece como fonte nas matérias sobre política. Ressaltando também a falta de representatividade feminina nas instâncias de poder. A maioria das fontes se enquadra na categoria ‘populares’, geralmente personagens que ilustram alguma matéria ou inseridas no povo fala sobre algum acontecimento da semana. Das 44 fontes mulheres, 38 são populares.

<sup>6</sup> Cármen Lúcia Antunes Rocha é uma jurista, professora e magistrada brasileira, atual ministra do Supremo Tribunal Federal(STF), tendo sido presidente dessa corte e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2016 a 2018.



Gráfico 2 – Fontes mulheres do Jornal Nacional de acordo com as categorias



Fonte: Dados da pesquisa

Para além de dados quantitativos, a proposta deste texto é analisar também os papéis desenvolvidos pelas mulheres nas narrativas. Em algumas das matérias é possível identificar uma construção dramática que nos permite categorizar de acordo com as definições propostas por Coutinho (2012). Uma das mulheres entrevistadas pode se enquadrar na categoria “vilã”. Na matéria sobre os 20 anos do Código Brasileiro de Trânsito, exibida em janeiro, a repórter entrevista uma mulher parada por uma blitz enquanto dirigia embriagada e sem habilitação. Ela serviu de exemplo para ilustrar como esse tipo de comportamento causa danos e acidentes.

Em três momentos, já citados, as mulheres podem se enquadrar como ‘heroínas’, no caso das matérias com a ministra Carmem Lúcia, que é sempre ligada ao combate à corrupção no país. E na matéria sobre o transplante de Bernardo, em que as profissionais do hospital contribuíram para o final feliz da família. Como ‘experts’ as mulheres aparecem na matéria sobre o crescimento do setor de turismo.

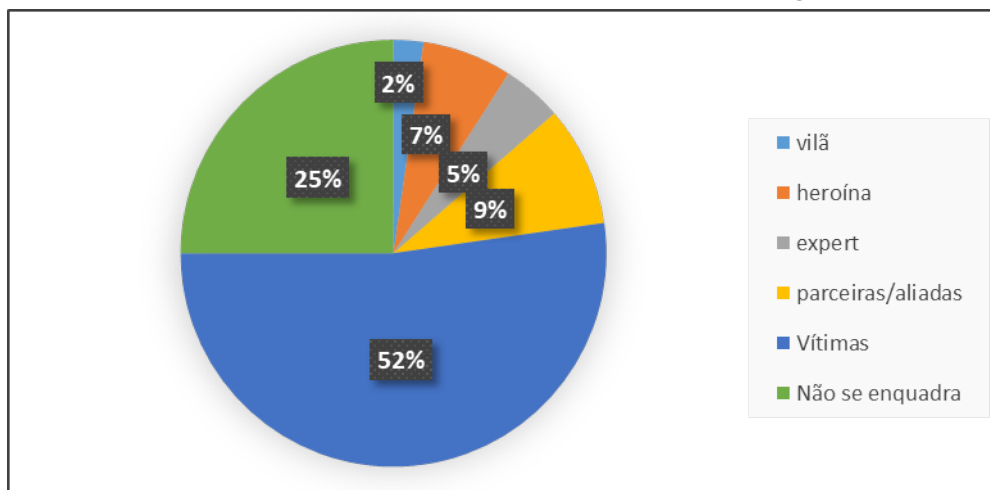
As mulheres aparecem também como ‘parceiras/aliadas’ nas matérias especiais sobre os jogadores convocados para a Seleção Brasileira. Nos meses de maio e junho foram exibidas reportagens especiais sobre a vida dos atletas, em virtude da realização da Copa do Mundo da Rússia 2018. Nestas ocasiões elas são apresentadas como parceiras que auxiliaram no sucesso dos jogadores. São quatro mulheres, duas em cada reportagem. Na primeira, exibida em maio, são ouvidas a mãe e a esposa de Marquinhos. Na segunda, exibida em junho, a mãe e a avó de Filipe Luís ajudam a contar a história do atleta.

No mês de fevereiro boa parte do telejornal foi dedicada à cobertura do carnaval pelo país. Nestas matérias foram ouvidas 11 mulheres, sendo cinco mulheres negras, de diferentes estados brasileiros, que estavam presentes nos blocos ou desfiles. Não é possível identificar nenhuma das categorias de análise uma vez que aparecem como povo fala em sonoras de curta duração, geralmente contando sobre suas percepções acerca da festa.

Na maioria das matérias analisadas, em que é possível perceber uma construção dramática, as mulheres aparecem como vítimas. Das 44 fontes, 23 se enquadram nessa categoria. Ou seja, quantitativamente, 53% das mulheres aparecem na posição de vítima das narrativas do telejornal. Sejam elas vítimas da crise, de doenças na família ou de violência, como é o caso das mulheres negras. As mulheres negras só não aparecem como vítimas nas matérias sobre carnaval. Fora desta época, elas apenas são inseridas nas narrativas com este viés.

A primeira, em janeiro, é a personagem da matéria sobre o crescimento no setor de turismo. Ela aparece para ilustrar que, apesar do avanço no setor, a população ainda não se recuperou. Uma vez que, devido à crise, ela vai precisar diminuir os dias em que pretendia viajar. Nas outras duas narrativas, as mulheres negras são vítimas da violência. Em março, na matéria sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, a irmã de Marielle fala sobre a impunidade no caso da execução da vereadora. Na segunda matéria, exibida em maio, a mãe de uma jovem assassinada no Rio de Janeiro fala sobre a dor de perder a filha de forma tão brutal. Há poucas mulheres entrevistadas em posição de poder. Quando o recorte considera mulheres negras, não há nenhuma.

Gráfico 3 – Mulheres do Jornal Nacional de acordo com as categorias dramáticas



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à construção de estereótipos de gênero, é possível perceber a reprodução de padrões no recorte avaliado. Nas matérias de esporte, as mulheres aparecem apenas como familiares dos jogadores, mães, avó e esposa. Geralmente, quem os incentivou a jogar bola e percebeu o talento dos atletas foram as figuras masculinas, como o pai, o irmão e o técnico. Não há nenhuma matéria sobre mulheres no esporte.

É possível perceber estereótipos de gênero também nas matérias sobre as consequências da greve dos caminhoneiros, em junho de 2018. São três matérias que tratam do assunto: a primeira que avalia o preço do combustível e entrevista diversos motoristas. São sete fontes ouvidas, entre povo fala e especialista e, dentre elas, não há nenhuma mulher. Já nas matérias sobre o aumento dos preços nos mercados e feiras e a dificuldade de se encontrar locais para venda de gás de cozinha, os personagens ouvidos incluem mulheres. As personagens das demais matérias analisadas também aparecem em papéis exclusivamente femininos, como na figura de mães (do Bernardo, da jovem assassinada no Rio, de uma criança vítima de atropelamento, entre outros). Até mesmo quando as mulheres são entrevistadas como experts, são associadas a papéis femininos, como cuidar da saúde, da família e do lazer, das férias.

Em relação à participação de repórteres mulheres no programa, o cenário também não é tão equilibrado, 61% dos repórteres do período analisado eram homens. Em todas as edições analisadas, a bancada foi dividida por um apresentador homem e uma mulher e a apresentação ao vivo da previsão do tempo é comandada por uma jornalista. Entretanto, apesar disso, em relação aos VT's que possuíam passagem ou texto de off, 33 foram conduzidos por repórteres homens e 21 por mulheres. E neste cenário, apenas uma mulher negra aparece, na figura da apresentadora da previsão do tempo, a jornalista Maria Julia Coutinho.

## Considerações finais

Após este percurso de investigação, é possível concluir que a desigualdade de gênero no telejornalismo deve ser pensada além da análise da presença ou ausência numérica de fontes mulheres. Ela pode se manifestar nos conteúdos veiculados, nas pautas, na escolha dos personagens e nos papéis desempenhados por cada indivíduo nas narrativas. Os números de mulheres como fonte de informação e opinião no maior telejornal do país ainda são baixos. A partir da análise, foi possível chegar à estimativa de que menos de um terço dos entrevistados pelo JN são mulheres.

Para além deste resultado, o cenário de representatividade feminina no telejornalismo é ainda mais desconfortante. As análises mostram que raramente as mulheres aparecem como protagonistas e geralmente são entrevistadas em momentos de vulnerabilidade e passividade. A visibilidade das mulheres no telejornalismo parece depender de sua associação a temas que permeiam o estereótipo social de 'universo feminino' (como as matérias sobre os resultados da greve, que entrevista mulheres sobre o preço do gás de cozinha e do mercado) e a pautas emocionais (como o caso das mães que perderam seus filhos para a violência). A maioria das entrevistadas assume um papel de vítima da narrativa dramática. Sobretudo as mulheres negras que, em momento algum do recorte estabelecido, aparecem em posição de poder.

Esta sub-representação é resultado da estrutura social vigente, na qual a desigualdade ainda é recorrente. O telejornalismo acaba por reproduzir um cenário de invisibilização presente em diversos setores da sociedade. A ministra Carmem Lúcia é a única mulher a tratar assuntos políticos em todas as edições analisadas, também pelo fato de ser uma das poucas mulheres no judiciário brasileiro.

Ao longo das análises foi possível identificar alguns padrões que se repetem no primeiro semestre de 2018. A maioria das mulheres é retratada nas notícias como vítimas de algo e/ou são apresentadas no âmbito de uma relação familiar (mãe, esposa, irmã). Raros são os momentos em que aparecerem como experts em algum assunto. Muitas vezes a inserção da fala feminina na narrativa é utilizada com o intuito de ser um depoimento emotivo na construção dramática da reportagem. Mulheres nas áreas de política e economia são praticamente inexistentes nas edições analisadas.

Cabe ressaltar que, por limitações de tempo e espaço, este trabalho se limitou a análise de apenas um telejornal, mas pode servir de base para outras pesquisas em diferentes meios (rádio, impresso, digital), gerando novos dados que possibilitem traçar uma visão mais ampla do espaço de voz e representatividade das mulheres no jornalismo brasileiro.

Este levantamento nos alerta que a desigualdade de gêneros presente na sociedade se reflete também no fazer jornalístico. A televisão ainda é o principal meio de informação da população brasileira, por isso, seu papel na construção de uma sociedade mais igualitária deveria ser primordial. Pensar em conteúdos que tratem as mulheres com igualdade e um jornalismo que reflita sobre como elas são inseridas nas narrativas pode contribuir para a disseminação de notícias mais equilibradas no que dizem respeito à representatividade de gênero. Lançar um olhar para estas questões é uma tentativa de construção de uma sociedade mais igualitária. Analisar o que tem sido feito e refletir criticamente a respeito é um primeiro passo.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2017.

COUTINHO, Iluska. Do telejornalismo público como um direito: A oferta de informação na TV Brasil como potencialidade para comunicar as diferenças. In: Intercom Sudeste, 2013, Bauru. **Anais eletrônicos...** Unesp, 2013.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: Intercom, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** USP, 2016.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e (re)produção do conhecimento no Brasil. **Lumina**, v. 2, n. 2, dez. 2008.

ENTREVISTE uma mulher. **Think Olga**, 2014. Disponível em: [thinkolga.com/2014/08/20/entreviste-uma-mulher/](http://thinkolga.com/2014/08/20/entreviste-uma-mulher/). Acesso em: 15 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2008.

GARAZA, Ana Inés. A construção de uma contra-hegemonia no espaço televisivo. In: Intercom, 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** UFRJ, 2015.

GÖRGEN, James. **Sistema Central de Mídia**: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GOUVÊA, Allan. Telejornalismo, política e saúde: os enquadramentos e as representações do câncer no Jornal Nacional. In: Intercom 2014, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu, PR, 2014.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **UMA INVENÇÃO DE JORNALISMO**: ninjas, xamãs e outras perspectivas. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

JOHN, Valquiria Michela. Jornalismo esportivo e equidade de gênero: a ausência das mulheres como fonte de notícias na cobertura dos jogos olímpicos de Londres 2012. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, jul./dez., 2014.

LOBO, Paula. CABECINHAS, Rosa. As mulheres nas notícias televisivas: metodologia para uma análise crítica das representações sociais de gênero. In: 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Braga, 2007. **Anais eletrônicos...** Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2007.

LOBO, Paula. CABECINHAS, Rosa. Retratos de gênero nas notícias televisivas: uma análise das desigualdades por detrás da representação numérica. **Estudos em Comunicação**, n. 26, v.1, 81-99, maio 2018.

MARINO, Caroline. COUTINHO, Iluska. Mulheres na mídia, invisibilidade e silenciamento: “Pergunte a ela” de Think Olga e o direito humano a comunicação. In: Intercom, 2018, Joinville. **Anais eletrônicos...** Univil, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIFFE, Daniel; AUST, Charles F.; LACY, Stephen R. The Effectiveness of Random, consecutive day and Constructed week sampling in newspaper content analyses. In: **Journalism Quarterly** v. 70, n.1, p.133-139, spring, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise. **Educação & realidade**, v. 20, n.2, p. 71-99. jul./dez., 1995.

SODRÉ, Muniz. 2005. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel.; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus. p. 11-14.



SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: Reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; LIMA, Fernanda Ribeiro. A Mulher e Seus Diferentes Papéis na Sociedade Moderna e no Telejornalismo Goianiense. In: Intercom 2014, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu, PR, 2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. SANTOS, Marli dos. Subjetividades Femininas Na Cobertura Jornalística. In: XXV Encontro Anual da Compós. **Anais eletrônicos...** Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

TUCHMAN, Gaye. Media, gênero, nichos. In: **Revista Media & Jornalismo** 'Gênero, Media e Espaço Público', v. 15, n.8, p. 15-24, 2009.

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## IMIGRANTES SEM VOZ: A produção de silêncio na cobertura jornalística das manifestações anti-imigração

## VOICELESS IMMIGRANTS: The manufacturing of silence in the press coverage of anti-immigration demonstrations

### SONIA VIRGÍNIA MOREIRA

Professora visitante no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [soniavm@gmail.com](mailto:soniavm@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9583-4400>.

### MONICA C. P. SOUSA

Pós-doutoranda em Comunicação pela UERJ. Doutora em Comunicação pela UFF. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [monica.cpsousa@gmail.com](mailto:monica.cpsousa@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1369-2862>.

### VÂNIA FORTUNA

Pós-doutoranda em Comunicação pela UERJ. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [vaniafortuna@gmail.com](mailto:vaniafortuna@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6254-3241>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MOREIRA, Sonia V.; SOUSA, Monica C. P.; FORTUNA, Vânia. **IMIGRANTES SEM VOZ: A produção de silêncio na cobertura jornalística das manifestações anti-imigração.** Contracampo, Niterói, v. 38, n.2, p. 23-35, ago./ nov. 2019.

**Enviado em 12/4/2019; Revisor A: 27/06/2019; Revisor B: 20/07/2019; Revisor A: 07/08/2019; Revisor B: 15/08/2019; Aceite em: 16/08/2019.**

**DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.28514>**

## Resumo

Este artigo traz algumas percepções resultantes do trabalho de campo de pesquisa em andamento sobre a cobertura, pela mídia de grande porte, de assuntos relativos a imigrantes e refugiados no Brasil. Parte do entendimento de que o jornalismo disputa significados na interpretação da realidade e opera o afastamento das vozes dissidentes do consenso discursivo. Ao neutralizar as falas discordantes, o jornalismo transforma em “resmungos” ou “sussurros” as condições não hegemônicas. A metodologia considera elementos do espaço social e do lugar de fala na produção discursiva na análise comparada de matérias publicadas em edições de maio de 2017 dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre manifestações contra imigração ocorridas em São Paulo.

### Palavras-chave

Jornalismo; Imigração; Vozes; Geografias da Comunicação.

## Abstract

This article presents initial perceptions as a result of performed fieldwork for an ongoing research that focuses on the coverage by the mainstream media of issues related to immigrants and refugees in Brazil. It understands that journalism disputes meanings when interpreting reality and handles the distance of dissident voices considering the discursive consensus. By neutralizing conflicting discourses, journalism transforms into “grumblings” and “mutterings” the voices of the immigrants affected by the non-hegemonic conditions of the media. The methodology considers as main elements, the social space and the place of utterance in the discursive production. It does a comparative analysis of the coverage of the newspapers *O Globo* and *Folha de S. Paulo* in May 2017, during the street demonstrations against immigration in the city of São Paulo.

### Keywords

Journalism; Immigration; Voices; Geographies of Communication.

## Introdução

*Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente,  
em nossos sonhos, na cena sempre repetida  
da narração que os outros não escutam?*  
(Primo Levi, 1988)

Na sua apresentação durante o Fórum Mundial Social de 2005, em Buenos Aires, o estudioso português Boaventura de Sousa Santos chamou a atenção para a necessidade de um novo modo de produção de conhecimento ao tratar da emancipação social: “Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 20).

Uma década mais tarde, em maio de 2017, manifestação contrária à política migratória proposta pela nova Lei de Migração mostrou a xenofobia existente na sociedade brasileira, em especial na política e na mídia. Na contramão de países europeus e dos Estados Unidos, onde textos legais recentes repudiam a imigração, o Brasil aprovou em maio de 2017 a Lei 13.445, que prevê ações integradoras para os imigrantes, com a definição de direitos e deveres para estrangeiros que entrarem e permanecerem no país.

Embora a Lei de 2017 tenha sido aprovada sem discussões inflamadas no Congresso Nacional, muitos manifestantes ocuparam naquele mesmo mês a Avenida Paulista, em São Paulo, para protestar contra a política migratória e o novo texto legal. Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* produziram, entre os dias 3 e 16 de maio sete matérias (três da *Folha* e quatro de *O Globo*) sobre a manifestação e suas consequências, como a prisão de dois imigrantes palestinos pela Polícia Militar de São Paulo. Nesse ambiente, várias situações se apresentaram ao olhar do investigador, embora a cobertura tenha sido de curta duração e com um grau de noticiabilidade que se exauriu em poucos dias.<sup>1</sup> Elas foram significativas para entender o ordenamento das falas que mostram quanto é ou pode ser estratégico a sua organização e legitimação, na perspectiva de que a atividade jornalística no modo ideal pressupõe “ouvir os lados envolvidos” com imparcialidade. A construção dos discursos diretos e indiretos como base para os rearranjos discursivos ajudaram a traçar alguns parâmetros para compreender como o jornalismo é capaz de silenciar na aparência de visibilidade.

No recorte escolhido para este artigo, o foco está nas relações discursivas entre o espaço e o lugar de fala daquele que se enquadra como ‘o outro’. A metodologia adotada na observação da produção dos silenciamentos usa a análise de discurso de Orlandi (1997). A pesquisa empírica não se ateve a dados quantitativos, mas à delimitação de procedimentos que permitissem examinar o discurso jornalístico e evidenciassem o processo de produção de sentidos e seus efeitos no jornalismo impresso. Para lidar com o reduzido número de fontes, optou-se por mesclar a análise das significações com o quantitativo de fontes e perspectivas das entrevistas. Em cada matéria foram separadas as bases da informação com a marcação das fontes. Assim foi possível analisar separadamente as fontes, o que cada uma falou e, a partir disso, como as informações/opiniões compuseram a costura textual. Buscamos compreender como as falas conduziram os percursos do texto e, por essa condução, obtiveram caminhos para considerar as falas/aspectos que receberam maior ênfase e legitimação.

Outra decisão metodológica foi analisar como as falas de posicionamentos opostos eram

---

<sup>1</sup> Em várias regiões do Brasil, porém, é possível observar desde 2017 ações recorrentes de repúdio a imigrantes. Caso do Rio de Janeiro, onde um vendedor sírio foi atacado a pauladas em Copacabana por homens que, entre xingamentos, diziam “vá embora do meu país”. O ataque foi gravado, exibido nas redes sociais e se transformou em notícia no dia 3 de agosto. Em 2018 uma série de confrontos entre brasileiros e venezuelanos ocorreu na fronteira do Brasil com a Venezuela, em Pacaraima, estado de Roraima.



confrontadas ou não. Aqui, a atenção estava também no uso do recurso textual do discurso direto, indireto e indireto livre. E, em relação a isso, como e quanto da fala de cada um dos *lados* e opiniões sobre a manifestação eram trabalhados usando recursos do jornalismo. Assim, o enquadramento do formato jornalístico foi associado tanto aos sentidos quanto às qualificações das fontes, ao número de entrevistados em cada matéria, ao espaço de exposição para cada uma, à relevância do posicionamento, às formas de apresentação das falas. A partir dessas especificações, relacionamos, pela lógica da análise do discurso, o momento da memória discursiva para traçar uma metodologia que orientou a compreensão dos jogos de cristalizações e rupturas que pautam o discurso sobre o imigrante, sobre a imigração e sobre as diferenças (quando percebidas) entre refugiados e imigrantes.

Exemplos de silenciamento são identificados nas matérias divulgadas sobre a manifestação anti-imigração nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* no momento da aprovação da Lei. Os textos jornalísticos analisados estão construídos de maneira diferente e a sua forma define as suas significações. A análise e a interpretação desse material expõem o processo de produção de sentidos dos refugiados e dos imigrantes. Para isso, foi essencial a definição (e a distinção) entre os termos elaborada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR. Desde a sua criação em 1951, como Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, o ACNUR chama atenção para a confusão entre os dois termos, que gera entendimentos parciais que afetam os refugiados, “pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança em países mais próximos” (ACNUR, 2016). Os (i)migrantes, por sua vez, se deslocam voluntariamente ou por razões “que não se encaixam na definição legal de refugiado”. Mesmo assim é comum tanto em organizações internacionais como em estatísticas globais o uso de “migrante” como um termo generalista que abrange imigrantes e refugiados. “Desfocar os termos ‘refugiados’ e ‘migrantes’ tira atenção da proteção legal específica que os refugiados necessitam, como proteção contra o *refoulement* e contra ser penalizado por cruzar fronteiras para buscar segurança sem autorização” (ACNUR, 2016).

A agitação e as frustrações provocadas pelos deslocamentos humanos contemporâneos encontram hoje novos limites. As fronteiras simbólicas e geográficas demarcam identidades e, a partir delas, uma série de conjunturas sociais e econômicas que ameaçam direitos fundamentais do ser humano e do cidadão. No Brasil, o entendimento do binômio refugiados/imigrantes, apesar da diferença do significado, ficou centrado durante décadas em situações internacionais. Assistimos à distância discussões sobre o tema, uma situação alterada em 2010 depois do terremoto que devastou o Haiti. O Brasil se transformou então no “Eldorado” para milhares de haitianos e em seguida para venezuelanos em busca de sobrevivência no mesmo país que em décadas anteriores destacou na imprensa a condição dos emigrantes para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida.

Milesi (2003) em *Refugiados: Realidades e Perspectivas*, define refugiado de acordo com contextos políticos. Depois da Segunda Guerra Mundial<sup>2</sup>, eram considerados refugiados aqueles que procurassem outros países para viver devido a temores de perseguição por raça, religião, nacionalidade ou por pertencer a determinados grupos. No contexto da Guerra Fria (1945-1991) esse conceito foi ampliado com a inclusão de outras formas de perseguição: agressão externa, ocupação, domínio estrangeiro e perturbação da ordem pública por algum acontecimento.

A mudança de critérios, de subjetivos para objetivos, agilizou, segundo Milesi (2003, p. 16) os processos de refugiados na ex-Iugoslávia e em países africanos: a condição de refugiado se reverteu depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 e “A nova conjuntura geopolítica contemporânea, longe de promover a ampliação do conceito e da proteção, reduziu sensivelmente a aceitação de pedidos de asilos”. Países tradicionalmente acolhedores passaram a enxergar no estatuto de refugiado uma porta

---

<sup>2</sup> O Estatuto dos Refugiados assinado nas Nações Unidas entrou em vigor em 22 de abril de 1954.

aberta legitimada para que indivíduos vinculados ao terrorismo entrassem nos países ocidentais.

Nesse ambiente, as condições de refugiado e de asilado foram prejudicadas por políticas de defesa dos direitos humanos contra o terrorismo, nas quais pessoas de determinadas regiões geográficas e praticantes de alguma religião são considerados com desconfiança. Assim, políticas e legislação mais restritivas foram colocadas em prática na relação com os estrangeiros. A ameaça à segurança deixou à margem o terror do *outro* (aquele que está além-fronteiras, cuja participação não é compreendida como elemento do processo histórico e não está associada a ações que definiram racionalmente projetos e práticas de exclusão e segregação), que se renova ao longo do tempo.

Essa situação leva a compreender a cidadania pela valorização da identidade. A partir dela, é possível indicar outras maneiras de perceber um presente das cidades e países que ultrapassa fronteiras simbólicas e geográficas, ressignificando o sentido e o tratamento dispensado a homens, mulheres e crianças que, por diversos motivos, se encontram na situação de refugiados. Silenciar sobre as experiências presentes e passadas dos refugiados legitima o afastamento do debate de pontos essenciais na concepção de território, de identidade, de fronteira e de construção do outro.

## Jornalismo e imigração

Na matéria publicada na noite do dia 2 de maio de 2017, no site da *Folha de S. Paulo*, sob o título *Palestinos são presos após confronto com direita anti-imigração em SP*, há algumas observações a registrar: os presos anunciados no título são identificados como um sírio e um palestino, apesar da referência genérica no título. A matéria também afirma que seis pessoas foram presas, quatro delas indiciadas e duas liberadas, mas não informa as outras nacionalidades. “Em nota, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que quatro homens foram presos em flagrante e responderão por ‘explosão, lesão corporal, associação criminosa e resistência durante confronto em manifestação’, e outros dois homens foram levados para o 78º DP e liberados”. Esse deslize discursivo (ORLANDI, 2007) mostra a chave para a compreensão do ponto nevrálgico da discursividade: a nacionalidade de um dos envolvidos. É ela que sobressai no título da matéria, o que deixa em segundo plano a precisão numérica tão cara ao jornalismo, e diz muito da qualidade da apuração da matéria, que mesmo na velocidade da cobertura on-line é essencial ao jornalismo.

Os sujeitos da ação *confronto* dão um sentido taxativo, cuja significação é preenchida pelo arsenal simbólico da palavra *palestino*, e a relação com a identidade que está presente também nas outras notícias dessa cobertura específica. São elas: *Palestinos são presos após confronto com direita anti-imigração em SP* (BALLOUSSIER, 2017); *Palestinos são soltos um dia depois de confronto com direita anti-imigração* (BALLOUSSIER, 2017); *Direita volta a protestar contra a imigração* (MELLO, 2017); *Um palestino e um sírio são detidos após confusão em marcha anti-imigração em SP* (ARREGUAY, 2017); *Presos por conflito em marcha anti-imigração em SP são soltos* (ARREGUAY, 2017); *Ato anti-imigração na Paulista foi contra a lei, dizem especialistas* (PAULO, 2017); *Grupo anti-imigração protesta na Avenida Paulista* (Grupo, 16 de maio de 2017).

Para Massey (2008), a interação se estende da imensidão global ao intimamente pequeno e é fundamental para a compreensão do espaço. É parte do seu argumento que a questão espacial tem implicações específicas agindo também sobre o político, porque pode perturbar a maneira como determinadas posições são formuladas. Dessa forma, a discussão sobre o espaço é uma abertura genuína para a esfera da política. No caso brasileiro, a construtividade relacional e a compreensão do discurso ordenador das práticas e dos sujeitos (MASSEY, 2008) podem ser um caminho para a compreensão de um reconhecimento da multiplicidade, mas depende invariavelmente da verificação das espacialidades, trajetórias e histórias dos sujeitos.

Assim como o espaço tem múltiplos sujeitos e múltiplos sentidos, as cidades se apresentam em

múltiplas temporalidades. O gesto de dominação sobre o espaço e, geralmente, o gesto de dominação do outro, fazem com que o espaço se transforme em constatação, em vez de se manter aberto a múltiplas trajetórias, limitando-se à temporalidade única como resultado de uma análise reduzida. Compreender o refúgio, os deslocamentos e os direitos inerentes à condição do ser humano sem tendência à abertura impede a percepção complexa das divisões e dos lugares cristalizados que os sujeitos ocupam também no jornalismo.

O papel do sujeito na relação com o espaço compreende, como propõe Massey (2008), as relações como práticas encaixadas e não constituídas e fechadas – daí entender a construtividade relacional como esse processo em que as identidades/entidades não são ou estão engessadas ou imutáveis. É o estar no mundo, o estar em relação, que alimenta a sua construção. Por isso o espaço como resultado de inter-relação reflete as identidades e não o contrário. O sentido do espaço é, portanto, negociado. Da mesma maneira, é impossível ignorar que as identidades se reproduzem nos espaços.

Bourdieu (1989), ao apresentar as teorias sobre divisões regionais em *O Poder Simbólico*, usa a fronteira para explicar o processo de divisão. Argumenta que não há como sustentar como naturais os critérios de classificação. As fronteiras, diz o autor, têm maior ou menor fundamento na realidade conforme os elementos que reúnem. Surge então a pergunta: o quê estabelece a fronteira das nacionalidades dos imigrantes? O quê determina seus limites de acesso a direitos?

Tal realidade se baseia em delimitações de forças arbitrárias com aparência de legitimação. Isso conduz ao questionamento da maneira como são tratadas as divisões espaciais associadas aos sujeitos em condições de imigração. O que os torna diferenciados? O que legitima o seu lugar de fala? A divisão de uma cidade não é inócua; menos ainda é a divisão que privilegia espaços com diferenciações físicas e simbólicas a partir de uma divisão anterior.

Em texto de 1988, intitulado *Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos a uma concepção pós-moderna*, Boaventura de Sousa Santos sugere compreender a cartografia a partir de três perspectivas: escala, projeções e simbolizações. A proposta aqui é usar essa configuração para pensar o jornalismo como um mapa de representações, partindo da compreensão espacial em que ocorreram os embates das manifestações anti-imigração. A noção de realidade e a distorção pela escala mostra como se estruturam, também no jornalismo, a construção social de uma realidade e de como os lugares se constroem e se mantêm engessados em relação às representações. O que importa é controlar os mecanismos da escala.

O poder tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenômenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação/distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder (SOUSA SANTOS, 1988, p. 146).

O sentido do espaço se relaciona com a percepção de que os lugares atravessam diferentes trajetórias e não devem necessariamente pressupor sintonia e ocorrência simultânea, o que Massey (2008) nomeia coetaneidade. Como, então, pensar a tentativa de ordenamento na produção do sentido? Na culinária, nas trajetórias, na musicalidade, no lazer e nas práticas o ordenamento facilita um segundo processo: materializar o que se entende por ordem nos países, nas cidades, na periferia. A reordenação do espaço articula-se com a reconfiguração do conceito de imigrante e refugiado, enquanto a identidade atua como motor dessa reconfiguração e resignificação. E aqui se encontra a pergunta central deste artigo: como falam os refugiados na condição de sujeitos das histórias contadas?

No conto *O Emblema da Cidade*, Kafka (1987) identifica a construção da Torre de Babel enquanto metáfora para a compreensão do espaço como processo e relação. Narra as várias gerações que se alternam na tentativa de finalizar uma torre que chegasse ao céu. O maior entrave está nos aparatos de cada geração que se sucede, que sempre coloca abaixo o que está pronto para reconstruir de acordo com

sua visão. A construção da torre traz consigo a edificação da vila operária para aqueles que trabalham na obra e resulta em uma série de contratempos sobre o papel de cada nação na construção, o que deflagra conflitos. Conforme Renato Cordeiro Gomes,

Tudo na cidade parece conjugar-se para fazer nascer a ideia de uma distância absurda entre os homens aparentemente ligados pelos mesmos interesses e mesmo gênero de vida. A alegoria do texto que evoca Babel, vela e desvela, nas dobras de sua linguagem, a proximidade que agrava a distância, a separação irreversível, apontando para a “infelicidade de um perpétuo começo” (como Kafka anotou em seu *Diário*) de um projeto de construção que estabelece hierarquias e conflitos e, por isso, reveste-o com o signo da impossibilidade (GOMES, 1994, p. 92).

A impossibilidade da simultaneidade de gerações e a convergência das redes possíveis entre as nações, como diz Kafka, tiram do espaço, na metáfora da Torre de Babel, o caráter de recipiente de identidades já constituídas e o possível resultado de holismo. O espaço, assim como o futuro da torre, é aberto.

Na Babel contemporânea a desordem constitutiva busca caminhos para disciplinar os sentidos e homogeneizar as diferenças de vozes, de conduta, de significações que formam as cidades e, depois delas, um país. Os elementos do relato do mito de Babel sinalizam o caos das cidades: número elevado de pessoas compartilhando o mesmo espaço, uso de línguas distintas, idealização de projetos particulares com o objetivo de preservar comunidades e identidades, produção de riquezas particulares. O ordenamento é uma tentativa de buscar a perfeição na cidade, reconstruí-la. Daí a recorrência e a atualidade do mito de Babel para a compreensão da cidade contemporânea. Considerar irrelevantes, inapropriados ou descartáveis os valores de outras vivências no mundo para além da lógica urbano-capitalista-cristã, expõe a marginalização e a desqualificação de experiências diferentes. O discurso, a história das migrações, das fugas, dos deslocamentos e do trânsito entre fronteiras surgem como o único parâmetro para verificar a importância de memórias diversas.

Nesse contexto, é imperativo pesquisar as falas que reconfiguram a participação do imigrante na compreensão do mundo ocidental, silenciadas pelo enquadramento discursivo dominante que promove a supressão da pluralidade das vozes e da cultura do refúgio, do deslocamento, da imigração, um processo considerado por Sodré (2009) “fala como história”. Trata-se de investigar como as noções de direitos humanos e de cidadãos em situação de urgência se apresentam nos espaços das cidades ocidentais e quais são as estratégias usadas para que essas sejam colocadas (ou não) à margem.

O tema inclui também as condições de fluxos e como a intrínseca relação entre mobilidade e poder desenham os lugares no mundo. De um lado, as noções de turistas e vagabundos (BAUMAN, 1998) dão a tônica dos deslocamentos e dos poderes simbólicos que estruturam os fluxos e, de outro, a noção das diásporas modernas (HALL, 2006) se contrapõem a ideais da globalização econômica.

## Jornalismo e vozes na *Folha de S. Paulo*

Como então o jornalismo garante a imigrantes e refugiados as condições de sujeitos das histórias que retratam? Suas vozes existem enquanto representatividade ou apenas como ruído? Nas matérias que compõem a cobertura dos jornais de dois grupos de comunicação destacam-se: em nenhuma delas aparece qualquer entidade representativa ligada aos imigrantes presos, Hasan Jarif e Nour Alsayyid. Nas matérias da *Folha de SP*, durante os três dias de cobertura, foram ouvidos o advogado de defesa Hugo Albuquerque; o chefe do Departamento de Relações Internacionais da PUC-SP, Reginaldo Nasser; a Secretaria de Segurança Pública; o coordenador do grupo Direita São Paulo, André Petros; e alguns manifestantes, entre eles um descendente da família real, Luís Philippe de Orleans e Bragança.

Não há declarações de entidades que representam direitos humanos ou de imigrantes para



pontuar as questões relacionadas à imigração. Essa situação fomenta a discussão sobre o fazer jornalístico em dois aspectos importantes para a compreensão da produção de sentido: as fontes e a seleção das falas. No trecho a seguir são reproduzidas a voz do advogado de defesa, única fonte de oposição à manifestação e que fala em defesa do seu cliente, e um trecho da nota da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a voz oficial. A intenção é equilibrar a informação, ouvir os dois lados, na tentativa de valorizar essa qualidade distintiva do jornalismo.

A Polícia Militar de São Paulo deteve na noite desta terça-feira (2), na avenida Paulista, ao menos dois palestinos que se envolveram em confronto com um grupo de direita contrário à nova Lei de Migração. Um deles é Hasan Zarif, líder do movimento Palestina para Tod@s e dono do Al Janiah, bar no Bixiga (região central de São Paulo) administrado por refugiados e militantes da causa palestina. Segundo Hugo Albuquerque, advogado de Zarif, seu cliente e ao menos um amigo palestino, identificado como Nur, apanharam de manifestantes da Marcha Contra a Lei da (i)Migração. “De tão machucado”, Nur foi levado a um pronto-socorro, “com possível nariz quebrado e muitas escoriações”, diz o defensor. Já Zarif foi encaminhado ao 78º Distrito Policial, nos Jardins. A SSP afirma ainda que “o grupo teria agredido manifestantes que protestavam contra a Lei da Imigração, inclusive arremessado artefato explosivo”. De acordo com Albuquerque, os policiais estão “comprando a versão [dos ativistas anti-imigração], como se os palestinos tivessem atacado o grupo”. O advogado diz que uma bomba caseira estourada na Paulista partiu dos manifestantes. “A situação séria, este confronto com grupos de extrema-direita. Houve ofensas, houve vias de fato, e a polícia interveio só por um lado.” Na delegacia estava também Reginaldo Nasser, chefe do departamento de relações internacionais da PUC-SP e amigo de Zarif (BALLOUSSIER, 2017).

A relação cliente/advogado retira o contexto que a discussão poderia oferecer como contra argumentação às falas dos manifestantes, selecionadas a seguir. A *Folha* registra a presença, sem fala, do chefe do departamento de Relações Internacionais da PUC-SP na Delegacia, um *caco* informativo, pois estava ali na condição de amigo do indiciado. Nas três edições publicadas no site da *Folha*, apenas o advogado de defesa de um dos acusados fala. Na cobertura foram entrevistados também manifestantes com falas apresentadas sem contrapontos, que não deixam evidentes as críticas ao que se apresenta como xenofobia. São trechos sem informações complementares às informações creditadas.

Coordenador da Direita São Paulo, grupo que organizou a passeata, André Petros Angelides dá uma versão diferente dos acontecimentos. Ele diz que o grupo protestava “pacificamente” quando, quase em frente à estação Consolação de metrô, “uma bomba caseira foi jogada na direção da gente”. “Eu vi a bomba saindo da calçada e caindo no meio da galera. Machucou a perna de um dos nossos manifestantes.” A organização postou um vídeo em que os dois lados trocam socos e chutes. Quando policiais intervêm (ora para separar a briga, ora para coibir os agressores), começa o coro: “Viva a PM! Viva a PM!”. Também se escuta alguém dizer: “Comunista tem que morrer”. Com nariz sangrando, um representante da direita diz que foi “agredido numa manifestação pacífica”. Um senhor chamado de Antônio, com a blusa manchada de sangue, afirma: “É uma vergonha, é uma vergonha. Comunistas vagabundos!” (BALLOUSSIER, 2017).

A matéria ainda apresenta um vídeo de entrevistas com manifestantes. A seguir, a íntegra de alguns trechos, que termina com a associação, pelo jornalista que assina a matéria, do autor do projeto de lei, Aloysio Nunes, com o movimento de esquerda durante a ditadura militar. Isso confirma as falas de que a Lei é esquerdista, mesmo que o autor seja filiado ao PSDB.

A página Direita São Paulo publicou um vídeo no Facebook, afirmando que “terroristas árabes” atacaram o grupo. Descendente da família real e líder do movimento Acorda Brasil, Luiz Philippe de Orleans e Bragança foi à passeata direitista e também definiu o que aconteceu como um “ataque terrorista”. À 1h, publicou em seu perfil no Facebook um vídeo da delegacia, onde se reuniu com “o pessoal da marcha”. Em vídeo postado no Facebook, o presidente do Direita São Paulo, Edson Salomão, diz que “um desses agressores é estrangeiro, muçulmano e de nacionalidade palestina”. “Veja só o tipo

de comportamento ele quer trazer para nossa nação. Sabemos que ele é totalmente contra Israel. Nós apoiamos declaradamente Israel, como na marcha pró-Trump [o presidente dos EUA, Donald Trump] que realizamos em setembro passado”, afirma (BALLOUSSIER, 2017).

(...)

Marcharam na terça contra a nova lei da migração, proposta em 2015 pelo então senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), hoje ministro das Relações Exteriores. “Todo mundo conhece o passado dele, de terrorista, de motorista do Carlos Marighela. Agora ele não deixa de ser um terrorista de terno, com o poder da caneta na mão”, diz Angelides. Na juventude, Nunes militou na Ação Libertadora Nacional, grupo de guerrilha capitaneado por Marighela contra a ditadura militar (BALLOUSSIER, 2017).

A matéria acima foi publicada em 2 de maio na editoria Cotidiano da *Folha de S. Paulo*. No dia 12 de maio, na coluna de Patrícia Campos Mello, publicada às sextas-feiras, nota-se que seguem as falas dos manifestantes, sem representação de movimentos ligados aos direitos humanos e sem qualquer declaração de representante do Ministério das Relações Exteriores, cujo ministro foi autor do projeto de lei. A colunista faz contrapontos às falas dos manifestantes com dados de refugiados e economia.

O líder do Direita São Paulo cita os “400 índios em Manaus, que levaram a cidade a uma situação de calamidade pública.” “Quando entra um grande contingente de pessoas, isso prejudica a estrutura social, o emprego e a moradia.” Grande contingente? Segundo dados de fevereiro do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), existem 8.950 refugiados no Brasil —2480 são sírios, 1501 angolanos e 1.150 da República Democrática do Congo. No Brasil, há apenas 0,04 refugiados por mil habitantes (dados do Acnur de 2015). No Líbano, há 200 refugiados a cada 1 mil habitantes —está bem ao lado da Síria, onde uma guerra civil já causou êxodo de 4,8 milhões de pessoas para outros países. Mas nem é preciso ir longe —a Argentina acolhe duas vezes mais refugiados que o Brasil, e a Costa Rica, um país minúsculo, absorve 18 vezes mais refugiados por mil habitantes do que nós. Além dos refugiados, temos a entrada dos haitianos, que vinham com visto humanitário e são cerca de 70 mil no país, e dos venezuelanos, que também ganharam direito ao visto humanitário e são cerca de 20 mil. Mesmo assim, para uma população de cerca de 209 milhões em 2017, não é exatamente uma calamidade pública (MELLO, 2017).

Ainda que apresente informações que contestam os entrevistados é importante assinalar que não há na *Folha de S. Paulo* a legitimação de declarações contrárias às manifestações. Embora os interesses e a leitura da realidade próxima aos interesses dos imigrantes e refugiados estejam contemplados no texto, o que explicita a confrontação necessária de dados relevantes para a questão, ficam ausentes as fontes em suas falas particulares, seus olhares e percepções tão caras ao jornalismo.

## Jornalismo e vozes em *O Globo*

No jornal *O Globo*, as quatro matérias publicadas apontam caminhos diferentes para a questão, com a presença de especialistas na problematização da imigração e da diferença. Fica em aberto, porém, um elemento essencial nesta pesquisa: as vozes dos imigrantes aparecem apenas a partir da leitura de outro imigrante.

Na matéria de 3 de maio de 2017 intitulada *Presos por conflito em marcha anti-imigração em SP são soltos - Movimentos de direita acusam rivais de atacá-los; palestinos dizem que sofreram ofensas*, aparece a identificação errônea das identidades geográficas dos presos, o que remete a questão para a lógica do acontecimento. Para Sodré (2009), na informação midiática, o acontecimento é uma modalidade clara e visível de tratamento do fato. É uma construção ou uma produção de real atravessada pelas representações da vicissitude da vida social, tanto pela fragmentação das ocorrências quanto pelos conflitos em torno de hegemonia das representações.

A narração define a noticiabilidade de um fato por critérios, concebidos como

valores adequados ao acontecimento: os valores-notícia (*news values*). Estes se constituem por determinarem singularmente categorias de organização ou controle dos fluxos (econômicos, sociais, políticos) que atuam no espaço urbano por meio de representações, normas, comportamentos e afetos (...). Não é, portanto, qualquer choque ou ruptura que pode gerar um valor-notícia, e sim aquele previamente codificado pela rotina produtiva do sistema informativo como uma inscrição potencial junto ao público-leitor (SODRÉ, 2009, p. 75).

Na matéria de *O Globo* estão presentes dois posicionamentos: a fala do advogado de defesa de um dos detidos (a mesma utilizada pela *Folha*) e a descrição dos vídeos postados pelo coordenador da manifestação. Acrescenta um detalhe que não foi mencionado pela *Folha*: um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) precisou ir à delegacia apurar irregularidades na condução do indiciamento.

Presente na delegacia nesta manhã, a vereadora Sâmia Bonfim, do PSOL, disse que os policiais não permitiram a presença de advogados na delegacia. Um membro da OAB-SP precisou comparecer ao local para autorizar a entrada dos juristas.

— Não há nenhuma acusação sobre a marcha. Existe apenas o flagrante sobre os detidos — disse a vereadora.

Júlio Fernandes, ouvidor das polícias do Estado de São Paulo, compareceu à delegacia e disse que deve apurar denúncias sobre a forma como o caso foi conduzido pela polícia, em especial sobre os advogados não terem acesso aos presos durante a madrugada.

— As denúncias que recebemos são sobre arbitrariedades e irregularidades. A ouvidoria vai tomar ciência da realização e encaminhar para os órgãos corregedores e, se necessário, para o próprio Ministério Público (ARREGUY, 2017).

Assim como na *Folha de SP*, as duas primeiras matérias de *O Globo* não deram o tratamento informativo necessário para a compreensão da complexidade que envolve a questão da imigração. O equívoco da nacionalidade dos envolvidos (um sírio e um palestino e não “dois palestinos”) não tem menção de errata – a informação é dada sem critérios que evidenciem diferenças geográficas e culturais, embora os dois países estejam em regiões de conflito.

Em 5 de maio, *O Globo* publica matéria com questionamentos sobre a legalidade da manifestação sob o título *Ato anti-imigração na Paulista foi contra a lei, dizem especialistas. Discurso contra muçulmanos surpreendeu os especialistas. ‘É preocupante’, disse secretário adjunto da Secretaria de Direitos Humanos*. Entidades representativas dos direitos humanos estão entre as vozes com espaço no jornal, entre as quais as de Silvio Albuquerque, secretário-adjunto da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça e de Martim Sampaio, coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) se somam às únicas fontes dos jornais desde o começo da cobertura. São elas: Pamella Angelides e Douglas Garcia, integrantes do Direita São Paulo; e Leandro Mohallem, militante do movimento Juntos pelo Brasil. Três falas de cada lado como forma de equilibrar os discursos, mas ignorando que a produção de sentido não está apenas na precisão numérica. No texto sem adjetivações e verbos na primeira pessoa, há indícios de tomada de posição, o que ajuda a entender o uso das fontes.

Gritos “contra a islamização” e discurso de intolerância religiosa no ato contra o novo Estatuto da Migração na Avenida Paulista nesta terça-feira (2) podem ser considerados crimes, dizem especialistas ouvidos pelo G1. (...) A livre manifestação é um direito garantido pela constituição. O protesto contra a lei, em si, é legal e teve inclusive o acompanhamento da Polícia Militar. Mas, para o secretário-adjunto da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, Silvio Albuquerque, “o limite da liberdade de expressão é a dignidade humana”. Ela não pode ser ferida, explica Albuquerque (PAULO, 2017).

No dia 16, há outra cobertura de nova manifestação na Avenida Paulista, sem apontar incidentes. Com a proximidade de uma possível sanção presidencial da Lei de Migração, *O Globo* traz uma matéria curta com informações sobre o evento e acrescenta os pontos mais importantes do novo texto legal, que até ali não tinham sido apresentados pelos dois jornais.

## Considerações finais

Neste artigo tratamos dos sentidos expressos no jornalismo. Discursos se relacionam com outros na construção dos sentidos e é distintivo que a relação de força sustentada pelo poder interfira nos diferentes lugares de onde partem os discursos – “O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2007, p. 39). A questão é compreender como se configuram os espaços compartilhados que demarcam esses *lugares* no sentido de poder de fala ou que lugares ocupam os *outros* e o *nós* no sentido das identidades simbólicas culturais, religiosas e geográficas.

Em *É isto um homem?* Levi (1988) descreve os sonhos frequentes dos presos em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Nos sonhos havia algo em comum, o desespero por não encontrarem quem quisesse ouvir os relatos dos horrores vividos. A escuta das narrativas deveria ser a função dos ouvintes, que vão embora sem querer saber ou permitir que uma história difícil e ameaçada por sua própria impossibilidade o alcance e ameace a tranquilidade da vida cotidiana.

Gagnebin (2006) se preocupa justamente em ampliar o conceito de testemunha. Para a autora, a testemunha não seria somente quem viu com seus próprios olhos, mas aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e aceita que suas palavras levem adiante a história do outro, não por culpa ou por compaixão,

mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

É a partir da incapacidade de ouvir relatos e de fazer valer a condição de pluralidade em que os pontos divergentes ou não sejam inseridos no *tabuleiro* de um texto, portanto, que o jornalismo pode burlar a sua condição de testemunha. Ao se estruturar em práticas que retiram o potencial transformador do jornalismo, reforça sua condição de observador e palco de recursos políticos hegemônicos. Relatar o real no texto é a essência do jornalismo e essa condição não pode ser usada como justificativa para a apatia em ouvir vozes que revelam condições distintas do cotidiano. Uma delas é a dos imigrantes que moram nas duas maiores cidades do país e que muitas vezes são apagadas na rotina jornalística de edição das falas dos entrevistados e na seleção das fontes, como é possível verificar nas matérias analisadas da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*.

A pseudocondição de testemunha do jornalismo carrega um questionamento fundamental ao papel do jornalismo e também dos silenciados, como questiona Sousa Santos (2007, p. 55): “Como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silêncio?” É o próprio autor a responder:

O silêncio é o resultado do silenciamento: a cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, um contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas, algumas das quais destruíram. Por isso, quando queremos tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrentamos um problema: há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão (SOUSA SANTOS, 2007, p.55).

Este é o problema teórico apontado neste artigo: o silêncio (o apagamento de vozes) imputado pelo jornalismo, cuja característica mais complicada é fazer com que pareça existir. Como diz Orlandi (1997), o silêncio é o modo de esvaziar os sentidos, de silenciar e de produzir o não-sentido nos momentos em que representa uma ameaça. Ao considerar o silêncio dos imigrantes na mídia, este artigo pretendeu tratar do silêncio que existe nas palavras – aquelas reproduzidas no jornalismo que são atravessadas não apenas silêncio, mas também por direcionamentos.



## Referências

- ACNUR – Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados. **Refugiados” e “Migrantes, Perguntas frequentes**, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- ARREGUY, Juliana. Um palestino e um sírio são detidos após confusão em marcha anti-imigração em SP. **O Globo**, 03 maio 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/um-palestino-um-sirio-sao-detidos-apos-confusao-em-marcha-anti-imigracao-em-sp-21287318>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- ARREGUY, Juliana. Presos por conflito em marcha anti-imigração em SP são soltos. **O Globo**, 03 maio 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/presos-por-conflito-em-marcha-anti-imigracao-em-sp-sao-soltos-21291490>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Palestinos são presos após confronto com direita anti-imigração em SP. **Folha de S. Paulo**, 02 maio 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1880596-lider-do-palestina-para-tods-e-presos-apos-confronto-com-direita-anti-imigracao.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. Palestinos são soltos um dia depois de confronto com direita anti-imigração. **Folha de S. Paulo**, 03 maio 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1880838-palestinos-sao-soltos-um-dia-depois-de-confronto-com-direita-anti-imigracao.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Imprensa Oficial, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e poder simbólico. Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GRUPO anti-imigração protesta na avenida paulista. O Globo**, 16 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/grupo-anti-imigracao-protesta-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LEVY, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MELLO, Patricia Campos. Direita volta a protestar contra a imigração. **Folha de S. Paulo**, 12 maio 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/patriciacamposmello/2017/05/1883168-direita-volta-a-protestar-contr-a-imigracao.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- MILESI, Rosita. **Refugiados: Realidades e Perspectivas**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PAULO, Paula Paiva. Ato anti-imigração na Paulista foi contra a lei, dizem especialistas. **O Globo**, 05 maio 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2NGdCkG>. Acesso em: 12 jul. 2017.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegómenos de uma concepção pós-moderna do direito. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, n. 24, p.139-172, 1988.

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Representação, identidade e a emergência de uma nova discursividade política: minorias sexuais e de gênero na série Merlí

Representation, identity and the emergency of new political discursivity: sexual and gender minorities in the *Merlí* series

FERNANDA ELOUISE BUDAG

Pós-doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM-SP). Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Professora e pesquisadora da FAPCOM e USJT. Integrante dos Grupos de Pesquisa do CNPq MidiAto (ECA/USP) e Juvenália (ESPM-SP). São Paulo, SP, Brasil. Responsável, neste artigo, por parte das análises empíricas. E-mail: fernanda.budag@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6170-9967>

NARA LYA CABRAL SCABIN

Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Anhembi Morumbi. Integrante do MidiAto - Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas e do Obcom - Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura. São Paulo, SP, Brasil. Responsável, neste artigo, pela descrição dos procedimentos metodológicos, fundamentação teórica e parte das análises empíricas. E-mail: nara.cabral@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7121-1142>

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BUDAG, Fernanda Elouise; SCABIN, Nara Lya Cabral. **REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA SUBJETIVIDADE POLÍTICA**: minorias sexuais e de gênero na série Merlí. Contracampo, Niterói, v. 38, n.2, p. 36-48, ago./nov. 2019.

Enviado em 10/2/2019/Revisor A: 8/4/2019; Revisor B: 20/5/2019; Revisor A: 18/6/2019 / Aceito em 3/7/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.28049>

## Resumo<sup>1</sup>

No pano de fundo de nossas discussões, o que nos move é o interesse em investigar as dimensões da potencialidade de geração de reconhecimento, por parte de atores sociais, das representações construídas pela série ficcional *Merlí*, produção catalã disponível no Brasil desde 2016 via plataforma de *streaming* Netflix. Olhamos para esse objeto empírico, sobretudo, a partir dos conceitos de análise de discurso (CHARAUDEAU, 2010), visando estudar as representações sobre gênero e sexualidade presentes na obra. De modo distinto de muitos produtos midiáticos, que por vezes acabam por produzir mais invisibilidades, sustentamos a tese de que *Merlí* tensiona representações correntes de grupos minoritários, em sintonia com uma discursividade política emergente na contemporaneidade - um "novo imaginário político", nas palavras de Fraser (2006).

### Palavras-chave

Discurso; Gênero; Sexualidade; Subjetividade; Reconhecimento.

## Abstract

In the background of our discussions, what moves us is the interest in investigating the dimensions of the potentiality of generation of recognition, by social actors, of the representations constructed by the fictional series *Merlí*, Catalan production available in Brazil since 2016 via the platform of Netflix *streaming*. We look at this empirical object, above all, from the concepts of discourse analysis (CHARAUDEAU, 2010), aiming to study gender and sexuality representations presented by this media product. Unlike other media products, which sometimes produce more invisibility, we support the thesis that *Merlí* contests current representations of minorities, being in tune with an emerging political discursivity in contemporary times - or a "new political imaginary", according to Fraser (2006).

### Keywords

Discourse; Genre; Sexuality; Subjectivity; Recognition.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar (reduzida e preliminar) do texto foi anteriormente apresentada na III Jornada Internacional Geminis, 2018, São Paulo.

## Introdução

Ainda hoje, localizamos em circulação na mídia produções ficcionais que constroem, por exemplo, o adolescente como alienado, o homossexual como afeminado, a mulher como submissa, entre tantas outras representações negativas que, além de simplesmente reforçarem estereótipos, prejudicam a visibilidade dessas minorias. Ou ainda mais: na tentativa (falha) de darem visibilidade, acabam por gerar uma ampliação da invisibilidade, visto que carregam uma virtual capacidade de reforço de visões distorcidas, que além de não gerarem reconhecimento junto aos atores sociais retratados, ainda os negativizam perante a sociedade. Este não nos parece ser o caso da série *Merlí*, e procuramos validar nossos pressupostos ao longo das próximas páginas.

Merlí Bergeron (Francesc Orella) é um professor de filosofia desempregado que, após ser despejado de seu apartamento, vê-se obrigado a ir morar com sua mãe, Carmina Calduch (Anna M. Barbany), uma famosa atriz reconhecida por seus trabalhos em tevê, cinema e, principalmente, teatro. É assim que tem início a trama de *Merlí*, série televisiva espanhola produzida em catalão pelo canal TV3 em três temporadas, lançadas entre 2015 e 2018.

Ainda no primeiro capítulo da série, Merlí vê-se diante de outros desafios: ele precisará cuidar do filho, o adolescente Bruno (David Solans), que vivia sob os cuidados da mãe, a ex-esposa de Merlí então de mudança para Roma. Ao mesmo tempo, Merlí passa a dar aulas na escola Àngel Guimerà. Pai e filho vivem dificuldades em seu relacionamento – marcado por grande distanciamento e desentendimentos constantes, visto que Bruno acusa Merlí de tê-lo abandonado –, as quais se intensificam quando o jovem, que cursa o primeiro ano do Ensino Médio no Guimerà, descobre quem será seu novo professor de Filosofia.

Para Merlí, a nova fase profissional é vista não apenas como uma chance de se restabelecer economicamente, como também – e sobretudo – como a possibilidade de fazer o que mais ama na vida: lecionar. Ele considera ser bom no que faz e, assim que chega ao novo trabalho, transforma o ambiente da escola com seus métodos de ensino pouco ortodoxos. Em sua primeira aula, por exemplo, leva os alunos para a cozinha do colégio, onde lhes ensina sobre os “peripatéticos” – ou os que “passeiam” –, discípulos de Aristóteles que ouviam lições ao ar livre. Não demoram a surgir atritos com outros docentes, como o amargurado Eugeni Bosc (Pere Ponce), professor de língua e literatura catalãs e chefe de estudos.

Esse traço de Merlí - que se recusa a seguir modelos tradicionais de ensino, exigências burocráticas e protocolos disciplinares - é frequentemente destacado em matérias jornalísticas e comentários de críticos de televisão que se debruçam sobre a série. São recorrentes, nesse sentido, as análises que apontam o potencial da série de aproximar a Filosofia do cotidiano de jovens e do público em geral. Inácio Araujo, crítico da Folha de S. Paulo, por exemplo, afirma que:

Para povos como o brasileiro, que sofrem com reformas de ensino cada vez mais restritivas, [*Merlí*] consegue explicar para que servem, afinal, disciplinas como latim, filosofia, história... Enfim, essas que sempre suscitam a pergunta “para que serve”, que tanto entusiasma o coração utilitário dos adolescentes: o que não serve para nada pode ser o mais precioso, no final das contas. (ARAUJO, 25/02/2018, online).

Após ter sua primeira temporada dublada em espanhol e transmitida pela rede de televisão La Sexta entre abril e junho de 2016 na Espanha, a série teve seus direitos comprados em novembro daquele ano pela empresa de *streaming* Netflix e foi disponibilizada para os Estados Unidos e a América Latina. A primeira temporada, com treze episódios, estreou no Brasil em 1º de dezembro de 2016, enquanto a segunda, também composta por treze capítulos, e a terceira, com quatorze, foram disponibilizadas no país em 25 de dezembro de 2017 e 15 de fevereiro de 2018, respectivamente. Mas foi apenas em 2018 que *Merlí* alcançou maior popularidade entre o público brasileiro.

Nesse mesmo ano, a produção teve sua notoriedade alavancada no país após chamar a atenção de Renato Janine Ribeiro, professor de Filosofia Política da Universidade de São Paulo e ex-ministro da



Educação, que criou um grupo no Facebook para discutir as contribuições da série para a educação<sup>2</sup>, além de ministrar cursos, publicar análises e conceder entrevistas a veículos midiáticos sobre o tema. Para Ribeiro, a série contribui para se pensar como um curso de Ensino Médio pode ser “criativo, envolvente e empolgante” e para mostrar que o “bom conhecimento”, longe de ser utilitário, deve ser “útil” para a vida (RIBEIRO, 09/03/2018, online).

Como esse breve retrospecto sugere, a ressonância da obra na mídia brasileira concentrou-se na discussão sobre educação e modelos de ensino levantada pela série, por um lado, e na relação entre Filosofia e cotidiano, por outro. Neste trabalho, propomos destacar um aspecto em geral negligenciado na crítica sobre *Merlí*: seu potencial de favorecer políticas identitárias e possibilitar processos de reconhecimento.

Nossa hipótese principal é a de que a série é marcada por um diálogo constante com aspectos da discursividade contemporânea que dão sustentação a uma conformação específica das lutas políticas na contemporaneidade – ou à emergência de um “novo imaginário político”, nas palavras de Nancy Fraser (2006). Como procuraremos aprofundar adiante, entendemos, com base nas proposições de Fraser e em trabalhos de Hall (1994, 1997), que a contemporaneidade é marcada por uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2012) que coloca a *identidade* e a *representação* como eixos fundamentais de articulação de demandas e reivindicações políticas<sup>3</sup>.

Partimos, dessa forma, de uma articulação teórica que prevê a imbricação fundamental entre discurso, representação, identidade e subjetivação. Tendo em vista essa abordagem, partimos, como pano de fundo teórico-metodológico, das proposições de Michel Foucault (2008, 2012) e de autores que se dedicam à Análise de Discurso, em algumas de suas vertentes mais utilizadas no campo da Comunicação (CHARAUDEAU, 2010)<sup>4</sup>. Como forma de discutir essa questão, elegemos, como foco de nossa atenção, os discursos de reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidade (centrada na representação de minorias) presentes na produção *Merlí*.

Para isso, consideramos as três temporadas da série, focalizando sobretudo aspectos da construção das personagens. Mais especificamente, concentramo-nos na descrição das representações de minorias – com potencial para gerar reconhecimento – construídas e na exploração de temas centrais à obra, a partir dos quais podemos identificar *discursos circulantes* (CHARAUDEAU, 2010) que a atravessam. Entre o que estamos situando como minorias, damos atenção maior às representações da homossexualidade e transgeneridade; mas também dedicamos uma parte final da análise às representações de mulher; finalmente, problematizamos, quando pertinente, as representações masculinas operadas.

---

<sup>2</sup> Intitulado *Merlí e a filosofia no Ensino Médio*, o grupo pode ser acessado pelo link: [https://www.facebook.com/Merli%C3%AD-e-a-filosofia-no-ensino-m%C3%A9dio-148701185851349/?hc\\_ref=ARS1Ub-J4IOY9ebvW54Sd-4kq6rA1DbuU9d6VZEiVaQX2Fbj6nR7DnLdNVwrIcEw-JE&fref=nf](https://www.facebook.com/Merli%C3%AD-e-a-filosofia-no-ensino-m%C3%A9dio-148701185851349/?hc_ref=ARS1Ub-J4IOY9ebvW54Sd-4kq6rA1DbuU9d6VZEiVaQX2Fbj6nR7DnLdNVwrIcEw-JE&fref=nf)

<sup>3</sup> Vale assinalar que consideramos que as práticas de subjetivação em uma cultura se dão em face de seus discursos - as formações discursivas atravessando e conformando os sujeitos -, de modo que, ao falar na emergência de uma subjetividade política específica na contemporaneidade - ou um modo específico de constituição de sujeitos políticos e da agência política -, é impossível desconsiderar os discursos que lhe são subjacentes.

<sup>4</sup> É em sentido foucaultiano, com vistas às implicações do discurso em termos de poder e constituição de subjetividades, que propomos compreender as representações construídas na série *Merlí*. Não obstante, a fim de melhorar operacionalizar as considerações de Foucault, baseamo-nos na conceituação de discurso circulante conforme Patrick Charaudeau (2010), autor cujo trabalho, apesar de suas nuances particulares, dialogam com o pensamento de Foucault. Destacamos aqui o conceito de Charaudeau por seu didatismo e potencial de ser operacionalizado de maneira simples ao longo das análises, já que faz referência a uma materialidade específica e mais facilmente identificável na corporalidade de um corpus específico. Assim, entendemos que o discurso circulante constitui “uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2010, p. 118).

## Discurso, representação e identidade

Neste trabalho, tomamos o conceito de representação em uma perspectiva discursiva. Tributária das teorias da linguagem do início do século XX que influenciaram decisivamente a chamada “virada linguística”, especialmente da perspectiva de Ferdinand de Saussure, ao mesmo tempo em que opera deslocamentos fundamentais em relação a essas mesmas teorias, as considerações de Michel Foucault a propósito do discurso abriram novas frentes para a compreensão dos problemas de representação (HALL, 2016, p. 78).

Foucault trata da produção do conhecimento e do sentido pelo discurso e de fato analisa textos e representações particulares, como os semióticos fizeram. Entretanto, ele tem maior inclinação a analisar toda a formação discursiva à qual o texto ou a prática pertence. Sua preocupação gira em torno do conhecimento provido pelas ciências humanas e sociais, que organiza a conduta, o entendimento, a prática e a crença, a regulação dos corpos, assim como as populações inteiras. (HALL, 2016, p. 92).

Interessa-nos sobretudo, a perspectiva dos Estudos Culturais, que enfatizam o poder das representações de fundar identidades individuais e coletivas. Isso porque as representações, em sua manifestação discursiva, oferecem as posições-de-sujeito possíveis, de modo que a formação de uma identidade individual define-se sempre por representações coletivas, socialmente construídas e partilhadas (GOMES, 2008). De fato, é impossível dissociar representação social, discurso e identidade, bem como é evidente a relação entre práticas discursivas e subjetividade. Isso porque a subjetividade se constrói a partir de posições, socialmente difundidas e culturalmente ancoradas, que a precedem (GOMES, 2008, p. 105) - daí entender as representações e sentidos providos midiaticamente aos sujeitos como elementos de engendramento de subjetividades.

O discurso também produz um lugar para o sujeito (ou seja, o leitor ou espectador, que também está “sujeito” ao discurso), onde seus significados e entendimentos específicos fazem sentido. Não é inevitável, nesse sentido, que todos os indivíduos em um dado período se tornem sujeitos de um discurso em especial, portadores de seu poder/conhecimento. Mas para que eles – nós – assim façam/façamos, é preciso se/nos colocar na posição da qual o discurso faz mais sentido, virando então seus “sujeitos” ao “sujeitar” nós mesmos aos seus significados, poder e regulação. Todos os discursos, assim, constroem posições de sujeito, das quais, sozinhos, eles fazem sentido. (HALL, 2016, p. 100, grifos do autor).

É nesse sentido que consideramos que as formações discursivas de uma cultura fundam modos/lugares possíveis de agência e constituição dos sujeitos. Entendemos ainda que a contemporaneidade é marcada pela emergência de uma discursividade política específica, a qual se relaciona a modos próprios de articulação da luta e das reivindicações políticas, que colocam a identidade e a representação no centro do campo de batalhas. A hipótese que perseguimos neste artigo baseia-se na ideia de que essa discursividade está na base do modo como a série *Merlí*, a exemplo de outros produtos midiáticos, aciona representações de gênero e sexualidade. A essas representações, estão relacionados a apresentação e o tensionamento de lugares possíveis para o sujeito no mundo contemporâneo.

De modo a cotejar os discursos que tornam possível a emergência do produto em foco, propomos entender as representações construídas na série como refletindo a emergência de um “novo imaginário político”, segundo Fraser (2006), o qual se traduz no deslocamento de um imaginário de *redistribuição* para um imaginário de *reconhecimento* nas lutas por justiça social. Em outras palavras, essas lutas, na contemporaneidade, não se fundamentam mais centralmente em reivindicações pela distribuição mais igualitária das riquezas, mas sim, em demandas de reconhecimento da diversidade (HONNETH; FRASER, 2006).

Nesse contexto, em lugar da legitimidade dos partidos políticos, assiste-se à entrada em cena da luta pelo reconhecimento de demandas ligadas a fatores identitários e atreladas a disputas em torno

da linguagem, do discurso e da representação. Para Fraser, a própria teoria do reconhecimento de Axel Honneth é expressão “do deslocamento da centralidade antes atribuída ao paradigma distributivo de justiça para a de um paradigma em cujo centro estariam questões relativas à identidade e à diferença” (BRESSIANI, 2011, p. 334). Nessa discursividade emergente, categorias identitárias, como gênero e sexualidade, tornam-se centrais à mobilização política.

Segundo Fraser (2006), lutas pelo reconhecimento caracterizam-se por buscar chamar a atenção para a especificidade de algum grupo – ou, nas palavras da autora, criar essa especificidade “performativamente” – a fim de afirmar seu valor. Assim, propostas *afirmativas e transformativas*, dentro do discurso político de reconhecimento e no âmbito do multiculturalismo, buscam compensar a discriminação e o desrespeito por meio da valorização das identidades discriminadas (propostas afirmativas) ou desconstruir oposições binárias e subverter a estrutura cultural-valorativa que se encontra na base da discriminação (propostas transformativas) (FRASER, 2006).

É também no contexto de emergência das lutas por reconhecimento, marcado pela crise das apostas no socialismo e no Estado de bem-estar social, que Stuart Hall localiza o surgimento das políticas de identidade (*identity policies*), nas quais o fator de mobilização reside em identidades sociais compartilhadas (como mulher, negro, *gay*, etc.). Esse deslocamento reflete, segundo o autor, a expansão do fazer político da esfera pública para a esfera privada, espaço das interações sociais informais e dos cenários da vida cotidiana. Com isso, questões que tradicionalmente eram consideradas como não políticas - tais como vida familiar, casamento, relações sexuais - adquiriram estatuto político. Se, no passado, as principais contradições da vida social sob a ótica da esquerda estavam na exploração econômica e na existência de classes sociais, o contexto contemporâneo é marcado pela proliferação dos locais de conflito social, que passam a incluir questões de gênero, raça, sexualidade, etc. (HALL, 1994, p. 167).

Uma importante força motriz dos deslocamentos epistemológicos que estão na base das reconfigurações discursivas que propomos focalizar neste trabalho, segundo o autor, são justamente os impactos do feminismo, “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (HALL, 2019, p. 27). Como parte dos “novos movimentos sociais” que emergem nos anos 1960, o feminismo favorece os deslocamentos no conhecimento e na ação política que se configuram na contemporaneidade porque, naquele momento, trouxe à tona questionamentos sobre a clássica divisão entre o “público” e o “privado” e enfatizou, como temática política e social, a forma como somos produzidos como sujeitos genericados, politizando a subjetividade. Isso porque, embora tenha tido início como um movimento de contestação da posição social da mulher, o feminismo expandiu-se para incluir também a discussão sobre a formação das identidades sexuais e de gênero. Todas essas temáticas parecem de algum modo ser acionadas pelos discursos circulantes que atravessam nosso objeto de estudo, como veremos mais adiante.

Todas essas reconfigurações na paisagem política contemporânea estão ligadas ainda a uma centralidade assumida pela cultura<sup>5</sup> no mundo ocidental, entendida como o fenômeno da enorme expansão de tudo o que tem relação com cultura na segunda metade do século XX. Por conseguinte, a cultura conquista importância constitutiva em todas as áreas da vida social e adquire poder analítico e explicativo na teoria social.

Esse deslocamento se refere a “um interesse na linguagem como um termo geral para as práticas de representação, sendo dada à linguagem uma posição privilegiada na construção e circulação do significado” (HALL, 1997, p. 28). Trata-se, nesse sentido, de uma revolução na forma como entendemos a relação entre a “realidade” ou os objetos do mundo e as palavras que utilizamos para descrevê-los. Fundamentalmente, essa revolução – a chamada “virada linguística” – trouxe à tona a ideia de que o

---

<sup>5</sup> Tomamos o conceito de cultura, aqui, no sentido comumente empregado nos Estudos Culturais, isto é, enquanto “um conjunto de práticas”, que diz respeito “à produção e ao intercâmbio de sentidos – o ‘compartilhamento de significados’ – entre os membros de um grupo ou sociedade”. (HALL, 2016, p. 20, grifos do autor).

significado emerge não das coisas em si, mas sim, a partir dos sistemas de classificação que utilizamos para classificá-los.

Como destaca o autor, toda a nossa percepção do processo de construção das identidades precisou ser completamente reconstruída à luz de nosso interesse na cultura e da centralidade por ela assumida. Esse processo de profunda rearticulação epistemológica guarda relações com a emergência de políticas identitárias e o imaginário de reconhecimento de que fala Fraser (2006). São essas rearticulações, ao mesmo tempo, que possibilitam pensar as produções midiáticas como lugares de engendramento de visibilidades, e, portanto, de identidades e subjetividades. No limite, estamos diante de uma mesma formação discursiva a reger a produção de discursos em diversos âmbitos da vida social. Nas reflexões que apresentamos nas próximas páginas, buscaremos evidenciar de que modo a série *Merlí*, em conexão com discursos em circulação que se filiam à formação discursiva que procuramos descrever, parece contestar algumas representações de minorias sexuais e de gênero correntes na cultura popular e nas mídias de massa<sup>6</sup>.

## Tematização da diversidade e afirmação de identidades

Em *Merlí*, podemos destacar um primeiro nível de conexão com discursos circulantes associados ao imaginário político articulado em torno de demandas por reconhecimento: esse nível de conexão mais elementar será referido aqui como tematização da diversidade, da discriminação e dos desafios envolvendo questões de gênero e sexualidade. Trata-se do primeiro aspecto que entendemos como sugestivo da filiação da série a um imaginário de *reconhecimento*. Em sentido mais profundo, essa filiação traduz-se também na *afirmação* de representações de minorias sexuais e de gênero – por representá-las, em um primeiro momento, conferindo-lhes *visibilidade*, mas também pelo modo de representá-las, em um segundo momento, conferindo-lhes uma visibilidade *específica*. É possível compreender como essas representações se apresentam discursivamente a partir de alguns personagens da série.

Um primeiro dado a se considerar é a presença de jovens homossexuais na escola em que *Merlí* leciona, os quais desempenham papel central na trama. Essa visibilidade conferida à homossexualidade fica evidente, por exemplo, no caso de Bruno, filho do protagonista da série. No 11º episódio, chega à escola o personagem Oliver (Iñaki Mur), cuja aceitação explícita da própria homossexualidade causa estranhamento, em um primeiro momento, entre os colegas de classe – inclusive Bruno. Também na primeira temporada, conhecemos o complexo Pol (Carlos Cuevas), o garoto mais popular da classe, inicialmente conhecido como heterossexual e “mulherengo”, cuja relação com a própria sexualidade permanece “conturbada” nos primeiros capítulos. Outro dado relevante é a concessão de visibilidade à questão da transgeneridade por meio da personagem Quima (Manel Barceló), mulher trans que chega ao Àngel Guimerà como professora substituta de inglês no sétimo episódio da segunda temporada. Apesar da evidente busca por parte dos criadores da série em dar visibilidade à diversidade de gênero e sexualidade, é importante observar que diversas minorias ficaram de fora da trama, como lésbicas e homens trans, por exemplo.

A partir das discussões levantadas pela série, é preciso abordar a questão da representação da diferença, que comparece nos Estudos Culturais de maneira significativa, sobretudo no que diz respeito ao foco privilegiado conferido pelos trabalhos à questão da alteridade (GOMES, 2008).

---

<sup>6</sup> A análise proposta neste artigo busca estabelecer um diálogo com as reflexões de Stuart Hall (2016) sobre as práticas de estereotipagem e os regimes de representação baseados na demarcação da diferença (no caso do autor em questão, o foco de seu trabalho recai sobre regimes racializados de representação). Assim como Hall (2016, p. 140), referimo-nos aqui a regimes de representação acionados por “imagens expostas na cultura popular e na mídia de massa”. A expressão “cultura popular”, nesse sentido, longe de remeter a um princípio de essencialismo cultural ou endossar percepções dicotômicas a respeito da cultura – uma vez que não existe uma cultura popular “autêntica” ou capaz de se situar fora do campo de forças que marca todas as práticas de produção cultural –, é utilizada em referência à ideia de uma “cultura média”.

Segundo Hall (2016), há hoje práticas representacionais típicas no universo das mídias de massa, inclusive a construção de estereótipos, para representar a alteridade, ao mesmo tempo necessária e perigosa. Hall (2016, p. 154) nos lembra que, embora não consigamos operar sem a construção de oposições binárias, estas tornam-se reducionistas e simplificadoras, “engolindo todas as distinções”. Lembra também que existem poucas oposições binárias neutras, pois há sempre um polo dominante – “aquele que inclui o outro dentro de seu campo de operações” – ou seja, o “Mesmo”, ao que se contrapõe o “Outro”. “Na verdade, deveríamos escrever **branco/preto, homens/mulheres, masculino/feminino, classe alta/classe baixa, britânicos/estrangeiros** para captar essa dimensão de poder do discurso” (HALL, 2016, p. 155, grifos do autor). Referindo-se a uma visada antropológica, Hall (2016) destaca ainda que, embora a marcação de diferenças seja fundamental à ordem simbólica que entendemos como a cultura, ela pode dar origem a sentimentos negativos quando nos deparamos com tudo aquilo que “está fora do lugar”, que é considerado impuro ou anormal.

No caso de Merlí, quando focalizamos a representação de minorias de gênero e sexuais, estamos falando sobre a representação de identidades normalmente apresentadas, nas mídias de massa, como ocupando o lugar do “Outro”. Nesse sentido, para além do fato de a série conceder visibilidade a minorias sexuais e de gênero, interessa-nos também compreender o *modo* como essas representações são construídas. Como apontamos anteriormente, pretendemos discutir a hipótese de que o caráter *afirmativo* das representações construídas na série reside justamente nas estratégias de representação adotadas. Para isso, é preciso determo-nos, de modo mais atento, em alguns dos personagens da obra.

## Para além da heterossexualidade

No início do primeiro episódio da primeira temporada, Bruno, que vivencia de modo conflituoso mudanças em sua vida – até então sob os cuidados da mãe, com quem mantinha um bom relacionamento, passaria a viver com o pai distante e temperamental –, é apresentado ao público em sua aula de balé, imagem muitas vezes associada, segundo estereótipos correntes no senso comum e no universo das mídias, a um ideal de feminilidade. Nesse momento, vemos que a representação do personagem baseia-se em um tensionamento do binarismo masculinidade/feminilidade, apontando a presença de elementos em princípio “femininos” em um corpo cujos elementos visíveis são associados à “masculinidade”. Nos capítulos subsequentes, os dramas pessoais vivenciados por Bruno são, em grande medida, as angústias decorrentes do medo de assumir-se publicamente como homossexual e revelar seus afetos em relação a Pol.

Em um primeiro momento, portanto, a representação da homossexualidade que vemos no caso de Bruno parece reduzir-se ao princípio da *diferença*, ou seja, parece reforçar a condição de “outridade” da homossexualidade em uma sociedade cujos discursos hegemônicos valorizam a heterossexualidade como forma padrão de orientação sexual. Ainda na primeira temporada, porém, essa lógica parece ser gradualmente tensionada e assistimos a uma complexificação da personalidade de Bruno, que não demora a assumir sua homossexualidade para outras pessoas: já no segundo capítulo, ele se abre com a melhor amiga, Tânia (Elisabet Casanovas); no quarto capítulo, Pol começa a suspeitar da sexualidade de Bruno, embora este negue as suspeitas do amigo; no nono episódio, Bruno e Pol relacionam-se intimamente em uma festa na casa de Mônica (Júlia Creus).

Mais adiante, retornaremos ao caso de Pol e trataremos do personagem Oliver, apresentado no 11º capítulo da primeira temporada. Interessa-nos, por hora, observar que, no caso de Bruno, vemos uma representação da homossexualidade que, embora passe pelo conflituoso processo de “sair do armário” – ao qual se reduz boa parte das representações midiáticas estereotipadas de homossexuais –, não se limita a ele. Isso porque o personagem, ao longo da série, passa a ter sua orientação sexual conhecida pelas pessoas à sua volta sem que isso seja um fator de estranhamento ou um problema para ele, seus familiares e colegas. Em outros termos, sua “essência”, enquanto personagem, não se resume à homossexualidade, à



marcação de uma diferença; o fato de ser homossexual torna-se apenas mais um dado de sua personalidade. É interessante observar que mesmo os traços “negativos” de Bruno – marcas de veleidade e narcisismo, materializadas no desinteresse em escutar os desabafos de Tânia ou no episódio em que caçoa da forma física da amiga pelas costas dela, por exemplo – não têm qualquer relação com sua orientação sexual.

O personagem Oliver, por sua vez, evidencia uma estratégia de representação da homossexualidade diversa daquela que observamos no caso de Bruno. Em primeiro lugar, a orientação sexual, para ele, não é apresentada como fonte de conflitos internos; ele não vivencia, ao menos no espaço temporal da série, o drama de assumir-se homossexual. Ao mesmo tempo, ele encarna muitos elementos do estereótipo do homossexual “afeminado”, sendo inclusive inicialmente rejeitado pelos colegas por seu jeito “espalhafatoso”. Apesar do caráter corrente desse modo de representação em produções midiáticas e do caráter simplificador de todo estereótipo (HALL, 2016), é preciso destacar certa ambiguidade mobilizada pela série em relação a essa representação, uma vez que, na própria trama, problematiza-se a reação de discriminação ou estranhamento frente ao que é apresentado como mais um modo de vivenciar, subjetivamente, a homossexualidade.

Em outros temos, a série mobiliza um estereótipo negativo muitas vezes associado a homossexuais para, em seguida, questionar sua negatividade e associá-lo a um valor positivo. Essa estratégia pode ser associada ao que Hall (2016, p. 2019) identifica, em relação ao questionamento de representações racistas na cultura popular e nas mídias de massa, como forma de contestação “através do olhar da representação”, atuante dentro das complexidades e ambivalências da representação. Trata-se de uma estratégia que aceita o caráter sempre inacabado das representações e engaja-se em uma luta *pela* representação, voltando-se mais às *formas* de representação do que ao seu conteúdo, tomando os estereótipos de modo a fazê-los operarem contra si próprios. Cabe, dessa forma, apontar a complexidade existente na construção do personagem em foco, que vai além do *gay* afeminado – supostamente fútil – ao se mostrar preocupado com a coletividade e engajado nas lutas pelos direitos das minorias sexuais (diferentemente de Bruno, que se posiciona contrário a essa luta).

O terceiro personagem ao qual vale determo-nos é Pol, que mobiliza representações particularmente complexas. Ao longo da série, ele estabelece relacionamentos com homens e mulheres e, ao final da trama, na terceira temporada, deixa de esconder publicamente a fluidez de sua sexualidade. Embora possamos, por essa razão, considerá-lo bissexual, esse e quaisquer outros rótulos classificatórios não são assumidos por ele. Inclusive ele explicitamente posiciona-se contra qualquer rótulo que o defina. Não à toa Pol desempenha, na narrativa, o papel de pupilo de Merlí e herdeiro de sua verve socrática de questionar normas, poderes e instituições.

Esse é, talvez, o dado mais relevante da representação acionada pelo personagem: a superação do binarismo *heterossexual/homossexual* e, portanto, expressão máxima, no contexto da série, da recusa à marcação da diferença. No último capítulo, que projeta a vida dos personagens principais anos após o colégio, encontramos-lo vivendo ao lado de Bruno. Ainda assim, seu caráter questionador e aberto a mudanças remete a algo de fluido e inacabado em sua identidade, fazendo-nos indagar se aquele será de fato seu arranjo amoroso/familiar definitivo.

## Representações do feminino e transgeneridade

É possível, também, ressaltar algumas articulações específicas estabelecidas na série em torno da representação de personagens femininas. Embora não se possa considerar que o simples fato de a série apresentar personagens mulheres seja uma forma de conceder visibilidade à diversidade, já que normalmente produções audiovisuais contam com personagens femininas em grande número, o modo de fazê-lo parece evidenciar uma preocupação em afirmar representações que de algum modo se contrapõem a representações estereotipadas desse grupo.

Assim, por um lado, é preciso problematizar a própria figura de Merlí: embora no espaço limitado de um artigo não seja possível apresentar de modo aprofundado uma análise desse aspecto, é preciso sublinhar que estamos falando de uma produção que traz um protagonista masculino, cisgênero e heterossexual e que, embora seja por vezes contestado por atitudes machistas ao longo da trama (como por sua postura bastante omissa como pai, por exemplo), aciona representações tradicionais da masculinidade. Por outro lado, a série também traz algumas mulheres que ocupam posições de poder e liderança no ambiente doméstico – são muitos os lares liderados por mulheres, como é o caso da família de Ivan, de Gerard e do próprio Merlí, que mora na casa mãe – e no trabalho – além de Coralina (Pepa López), destaca-se o caso de Silvana (Carlota Olcina), professora de História que é introduzida na terceira temporada.

É notável que Silvana é a única a realmente rivalizar com Merlí e disputar com ele a influência sobre os alunos - podemos, inclusive, questionarmo-nos se não se trata de uma preocupação tardia<sup>7</sup>, por parte dos criadores da série, de apresentar uma personagem feminina que de fato possua destaque no ambiente escolar/profissional. Dito de outro modo: a única personagem a se destacar por sua criatividade e didática inovadora, a ponto de tornar-se concorrente de Merlí em seu posto de popularidade junto aos alunos, é uma mulher. De fato, ainda que sua condição enquanto mulher não seja uma questão trazida à tona ou discutida explicitamente na série, Silvana não aparece como figura frágil e, tampouco, enfrenta limitações em seu ambiente profissional por ser mulher ou por viver de maneira autônoma e livre sua sexualidade, o que não deixa de ser um dado interessante: ao propor representações como essa, a série se contrapõe a representações estereotipadas da mulher e propõe a *afirmação* de uma representação positivada do feminino.

Mais um dado a ser ressaltado é o modo como a série apresenta a aquisição de autoestima pela personagem Tània, que inicialmente sente-se inferiorizada por estar acima do peso, mas acaba tornando-se, na terceira temporada, a jovem mais cobiçada pelos garotos da sala e assume uma relação mais saudável com o próprio corpo. Todas as representações da mulher aqui destacadas parecem estar em sintonia com a agenda de temas propostos pelos discursos de reconhecimento - refletindo questões como o empoderamento feminino e a sororidade<sup>8</sup> - como exemplo, podemos citar o fato de que, nas últimas temporadas, as personagens adolescentes constroem uma relação de solidariedade mútua alimentada pela partilha de uma tomada de consciência acerca de sua condição comum na sociedade enquanto mulheres.

A última personagem que merece destaque nesta análise é a professora trans Quima: é interessante observar que, embora seja aceita de modo mais ou menos receptivo pelos demais professores – embora sejam perceptíveis olhares iniciais de estranhamento nos corredores, principalmente para marcar bem o tema do episódio –, ela é discriminada pela então diretora da escola, Coralina – vilã da segunda temporada –, que não a considera uma “mulher de verdade” e insiste em chamá-la por seu nome masculino, Joaquim.

---

<sup>7</sup> Entendemos que essa inserção venha para quebrar um pouco a representação de “dono da razão” de Merlí. Porque, até então, afinal, com a razão centrada na figura dele, um homem heterossexual, cisgênero, representado conforme elementos tradicionais de masculinidade, a série estaria reforçando uma imagem cristalizada do masculino de uma sociedade patriarcal. Ou seja, reforçando um estereótipo quando tenta romper com tantos outros.

<sup>8</sup> Como elemento constitutivo de sua interdiscursividade, a série parece acionar, ainda que de modo pontual, diálogos com aspectos centrais das teorias feministas e de gênero. Presente de muitas formas na história dos feminismos, a metáfora da “sororidade” se baseia na oposição feminino X masculino e em uma percepção sobre processos identitários que seriam “naturalmente” femininos; por outro lado, abordagens dentro das teorias feministas contestam essa ideia ao apontar a complexidade da constituição das identidades e considerar formas de convivência ou cumplicidade femininas em relação à dominação masculina. Entre as primeiras autoras a fazerem críticas a essa noção, podemos destacar Julia Kristeva. Na atualidade, porém, é perceptível a emergência de manifestações feministas midiáticas, sobretudo entre usuárias de mídias sociais, que - enunciando-o explicitamente ou não - apropriam-se do conceito como forma de referência à constituição de redes de solidariedade entre mulheres contra formas de opressão ou como crítica à rivalidade entre mulheres, vista como expressão de um machismo internalizado. Não deixa de ser interessante anotar que essa expressão “midiática” e “digital” da “sororidade” ancora-se fortemente na organização de rede e em movimentos articulados via hashtags nessas novas arenas de discussão. É essa “versão atualizada” do conceito que a série parece mais diretamente invocar.

No episódio em que Quima chega à escola, Merlí ensina a seus alunos sobre Judith Butler<sup>9</sup> e prepara-os para receber a nova professora, pedindo que copiassem da lousa características tradicionalmente atribuídas ao homem e à mulher heterossexuais como núcleo de uniões monogâmicas.

Quando Merlí pergunta à classe o que lhes havia ensinado sobre a norma, Ivan Blasco (Pau Poch) é o primeiro a se manifestar, com a frase: “à merda a norma”. Em seguida, quando o professor solicita que rasguem as anotações, Pol é o primeiro a arrancar a folha do caderno. Na sequência, Quima entra na classe, visivelmente constrangida, e afirma à turma: “Não sei o que Merlí falou, mas não era preciso. Meu nome é Quima. E ponto”. Após dizer aos alunos que estaria com eles por poucos dias e esperava ensinar-lhes palavras úteis para suas vidas, assim poderiam lembrar-se dela, finaliza: “Para mim, é importante não ser invisível”. Portanto, enxergamos nessa produção midiática seu posicionamento enquanto estruturadora de visibilidades.

A professora é recebida de modo acolhedor pelos alunos, que a aceitam como mulher. Apesar do esforço de Merlí em apoiá-la, a postura do colega, ao se colocar como mediador entre ela e os alunos, incomoda-a por demarcar uma diferença, como fica evidente no diálogo: “Escuta, filósofo... Você gosta de mim só porque sou diferente [...] Chega e diz: ‘Quima, prazer. Você é o ornitorrinco dessa Arca de Noé’”, diz Quima a Merlí. Como se vê, diferentes camadas discursivas colocam-se em torno da questão da transgeneridade na série. Se, por um lado, a chegada de Quima representa o contato com o diferente, a própria personagem, embora reivindique ser aceita, em um gesto que busca tornar visível a diversidade, recusa ter sua subjetividade limitada à condição do “Outro”.

E mais: Quima está contestando naquele momento a necessidade de ter um mediador entre ela e a sociedade (representada pelos alunos). Muito menos haveria a necessidade de ser esse mediador um homem heterossexual cisgênero que, aliás, evoca vários traços de uma representação masculina convencional legitimada, como já anunciamos: quando da parte dele é aceita socialmente certa promiscuidade sexual; ou quando sempre é ouvido na mediação de conflitos de pais e alunos; ou ainda quando reproduz o papel de pai ausente na vida do filho (ao menos em sua infância, não mostrada na produção, mas sinalizada nos discursos do filho). Caberia mesmo problematizar a escolha dos produtores por um protagonista homem heterossexual, reiterando figuras masculinas conservadoras. Mas, ao mesmo tempo, entendemos que a série tensiona, de algum modo, essa masculinidade solidificada quando apresenta Pol como sucessor de Merlí, no capítulo final da terceira temporada.

Ainda no mesmo episódio, os alunos, ao saberem que Coralina queria afastar Quima do colégio, organizam uma manifestação, com a ajuda de Merlí, em que os meninos vestem-se de meninas e vice-versa. Um dos únicos da classe a se mostrar momentaneamente resistente à ideia é Bruno – que, no mesmo episódio, já havia discutido com Oliver sobre a necessidade de organizar-se coletivamente pelos direitos de minorias sexuais –, uma sutileza que evidencia a complexidade das identificações. Ainda que de modo pontual, podemos problematizar aqui a “forma” da ação ativista materializada nas roupas que estão, por sua vez, carregando uma normatividade social de gênero: ainda que os gêneros estejam usando roupas “trocadas” para dar visibilidade à aceitação da diversidade, acabam por marcar também o ponto de que existem, sim, roupas “trocadas”. A mesma crítica sobre o vestuário classificatório de gênero pode ser dirigida, inclusive, à própria Quima: para se firmar como mulher (trans), usa roupas que supostamente seriam marcadamente típicas da mulher (saias, por exemplo), em um tempo em que a própria mulher (cis) tende a subvertê-las (usando calça e não saia, por exemplo, como Silvana, uma mulher de personalidade forte na série).

---

<sup>9</sup> Outra marca pontual de diálogo da série com teorias feministas e estudos de gênero. Ao discutir gênero como performatividade (SALIH, 2012), a proposta teórica de Butler compõe também o quadro teórico deste trabalho e possui importância fundamental à compreensão da discursividade política que emerge na contemporaneidade e sua manifestação na forma de políticas de identidade. Cabe observar, não obstante, que são pouquíssimas as menções a pensadoras mulheres ao longo de toda a produção *Merlí*: de quarenta episódios - cada qual abordando um filósofo/teórico ou corrente filosófica -, apenas três focalizam pensadoras: Hipárquia (quinto episódio da segunda temporada), Butler (conforme já apontado) e Hannah Arendt (quinto capítulo da terceira temporada).

## Considerações finais

As representações presentes em *Merlí* apontam para a aceitação e valorização da diversidade sexual e de gênero. É possível verificar, como buscamos mostrar, que a filiação a um ideário de reconhecimento se dá, em um primeiro momento, por meio da tematização da diversidade de gênero e sexualidade, da discriminação e preconceito contra minorias e de pautas comuns aos discursos que se conectam à formação discursiva em questão. Em um segundo momento, é possível observar a presença de discursos de reconhecimento na série por meio da afirmação de representações da diversidade conforme estratégias específicas, que procuramos recuperar sucintamente no tópico anterior. De modo geral, essas estratégias parecem contestar os regimes de representação baseados na demarcação da diferença, em termos de gênero e sexualidade, como forma de apresentação das identidades.

Uma dessas estratégias é a problematização de estereótipos comumente utilizados em produtos midiáticos para representar minorias sexuais, sobretudo, homossexuais. É o que acontece, por exemplo, no caso de Bruno, que supera rapidamente a condição de *gay*, saindo do armário e recusando a identificação com a imagem do homossexual “afeminado”, ainda que ao mesmo tempo conteste a validade de se lutar pela causa LGBTQ+. Outra estratégia é a rejeição à demarcação da diferença como forma de limitação da identidade dos personagens. Isso fica evidente, por exemplo, em falas de Quima – como procuramos mostrar – e no caso de Pol, que transita entre diferentes identidades e recusa a assunção de uma identidade acabada.

É possível, ainda, traçar um paralelo entre a discussão estabelecida por Hall (2016) a respeito de estratégias emergentes de contestação de um regime racializado de representação e aquelas verificadas no objeto aqui analisado, não obstante as particularidades de cada caso. Verificamos, por exemplo, quando abordamos o caso de Oliver, que sua construção na série parece ilustrar uma estratégia de tomada do estereótipo para subvertê-lo “por dentro”. Em todos os casos analisados, porém, parece residir, como pano de fundo, a estratégia que Hall (2016) aponta como a substituição de imagens *negativas* por imagens *positivas*, expandindo a gama de representações de grupos historicamente representados de maneira depreciativa, tendo como base um princípio de aceitação e celebração da diferença – entendida já não mais como *diferença*, em sua acepção binária, mas como *diversidade*.

Ao lado disso, é possível verificar na série, também em sintonia com uma formação discursiva de reconhecimento, a existência de uma dialética da representação da diversidade de gênero e sexualidade, segundo a qual se busca construir um movimento em que identidades associadas, inicialmente, ao *diferente* – vide casos dos personagens Quima, Oliver e Bruno, por exemplo – superem, com o desenrolar de conflitos na trama, lógicas binárias de apresentação das identidades. Em outros termos, a construção narrativa dos personagens que representam minorias sexuais e de gênero em *Merlí*, como procuramos mostrar, busca encarnar o movimento diferença -> diversidade – ou, em outros termos, *alteridade* -> *diversas identidades*.

A partir da análise que aqui propusemos, destaca-se aqui a possibilidade de se refletir sobre outras contribuições da produção para a educação para além daquelas apontadas por críticas jornalísticas e acadêmicas, conforme procuramos reunir brevemente no início deste trabalho. Em lugar da contribuição da série para o debate sobre métodos educacionais, sobre o papel da escola ou sobre conteúdos filosóficos, acreditamos que *Merlí* é prenhe de potencialidades educacionais, visto que pode ser utilizada como ferramenta em sala de aula para o debate de temáticas relacionadas a gênero e sexualidade e, extrapolando análises centradas no conteúdo da obra, pode ser adotada como ponto de partida a discussões mais amplas sobre a opacidade dos discursos em nossa sociedade.

Finalmente, cabe ressaltar que, embora não tenhamos empreendido um estudo de recepção para ratificar nossas percepções – até porque não era este nosso propósito, mas provocamos que seja feito –, defendemos que há diversas camadas potenciais para geração de reconhecimento, por parte de atores sociais, a partir das variadas representações construídas pela série. Sobretudo no que diz respeito às representações relativas à diversidade de gênero e sexualidade de minorias, que foram nosso foco central

neste espaço; ainda que reproduzindo, não podemos negar, alguns traços cristalizados de masculinidades bastante tradicionais na própria figura do protagonista Merlí.

De modo distinto de outros produtos midiáticos, que por vezes acabam por produzir mais invisibilidades – ao reproduzir estereótipos ou de outros tantos modos –, sustentamos a tese de que *Merlí* representa um produto profundamente sintonizado com as rearticulações – discursivas, epistemológicas, subjetivas – a que assistimos hoje no terreno das lutas políticas, dada a sua conexão com discursos circulantes atrelados a um imaginário de reconhecimento. A série coloca-se, dessa forma, continuamente em diálogo com questões sociais centrais de nosso tempo.

## Referências

ARAUJO, Inácio. 19 jan. 2018. **Protagonista de ‘Merlí’ utiliza filosofia como ‘pau pra toda obra’**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/01/1951575-protagonista-de-merli-utiliza-filosofia-como-pau-para-toda-obra.shtml>. Acesso em: 23 out. 2018.

ARAUJO, Inácio. 25 fev. 2018. **‘Merlí’ mantém inventividade até o fim**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/02/merli-mantem-inventividade-ate-o-fim.shtml>. Acesso em: 23 out. 2018.

BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento – Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, pp. 331-352, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n62/a07v24n62.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?**. Madrid: Morata, 2006.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 23 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOIS, Antônio. 18 jun. 2018. **Merlí e os afetos na escola**. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/antonio-gois/post/merli-e-os-afetos-na-escola.html>. Acesso em: 23 out. 2018.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo**. São Paulo: Ateliê editorial, 2008.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, pp. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>. Acesso em: 28 jan. 2019.

HALL, Stuart. “Some ‘politically incorrect’ pathways through PC”. In: DUNANT, Sarah (Ed.). **The war of the words: the political correctness debate**. London: Virago, 1994, p. 164-183. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/hall/some%20politically%20incorrect%20pathways.pdf>. Acesso em 02 Fev. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. 09 mar. 2018. **Série Merlí, da Netflix, mostra como conectar ensino médio à vida do jovem**. Disponível em: <http://porvir.org/serie-merli-da-netflix-mostra-como-conectar-ensino-medio-a-vida-do-jovem/>. Acesso em: 23 out. 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. São Paulo: Autêntica, 2012.



Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

REPRESENTAÇÕES DE NEGRITUDE E DE  
BRANQUITUDE NA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL  
DEAR WHITE PEOPLE: Tensões e negociações  
entre identidade e diferença

REPRESENTATION OF NEGRITUDE AND  
BRANQUITUDE IN AUDIOVISUAL PRODUCTION  
DEAR WHITE PEOPLE: Tensions and negotiations  
between identity and difference

SÁTIRA PEREIRA MACHADO

Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Pós-Doutoranda no POSCOM da UFSM. Doutora em Comunicação (Unisinos, 2013). E-mail: satira.spm@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7150-8184>.

ROSANE ROSA

Pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a supervisão do Prof. Boaventura de Souza Santos (2017-2018). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). E-mail: [rosanerosar@gmail.com](mailto:rosanerosar@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0686-0944>.

LILIANE DUTRA BRIGNOL

Professora do Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Santa Maria - RS). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos, São Leopoldo - RS). E-mail: [lilianebrignol@gmail.com](mailto:lilianebrignol@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7323-038X>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MACHADO, Sátira Pereira; ROSA, Rosane; BRIGNOL, Liliane Dutra. REPRESENTAÇÕES DE NEGRITUDE E DE BRANQUITUDE NA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL "DEAR WHITE PEOPLE": Tensões e negociações entre identidade e diferença. Contracampo, Niterói, v. 38, n. 2, p. 49-65, ago./nov. 2019.

Enviado em 22/3/2019; Revisor A: 14/5/2019; Revisor B: 23/8/2019; Aceite em: 24/8/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.28254>

## Resumo<sup>1</sup>

Investigamos as representações midiáticas da negritude e da branquitude na produção audiovisual *DEAR WHITE PEOPLE*, de Justin Simien, distribuída por plataformas de reprodução de TV. A perspectiva dos estudos culturais britânicos e latino-americanos fundamentam a reflexão sobre questões identitárias, em diálogo com estudos sobre as relações étnico-raciais em interface com a mídia. Buscamos compreender a obra a partir do protocolo analítico metodológico de circuito cultural de Richard Johnson. Os resultados apontam para novas tendências de distribuição de representações e de discursos midiáticos sobre negritudes mais plurais e de inserções do conceito de branquitude nos estudos de comunicação e de representações identitárias.

### Palavras-chave

Audiovisual; representação; negritude; branquitude; *Dear White People*.

## Abstract

We investigate the mediatic representations of blackness and whiteness in Justin Simien's *DEAR WHITE PEOPLE*, distributed by TV playback platforms. The perspective of British and Latin American cultural studies ground the reflection on identity issues, in dialogue with studies on ethnic-racial relations in interface with the media. We seek to understand the work from Richard Johnson's analytical methodological method of cultural circuit. The results point to new trends in the distribution of representations and media discourses about more pluralistic negritude and insertion of the concept of whiteness in the studies of communication and identity representations.

### Keywords

Audio-visual; representation; blackness; whiteness; *Dear White People*.

---

<sup>1</sup> Versão anterior deste artigo foi apresentada em Moçambique/Maputo, no XIII Congresso da Lusocom/2018 com o tema Comunicação e informação para o desenvolvimento, junto ao grupo de trabalho Comunicação e Representações Identitárias, tendo o seguinte título: CARA GENTE BRANCA – identidades e alteridades: branquitude e negritude na Universidade e na mídia (Netflix Brasil).

## Introdução

A obra *DEAR WHITE PEOPLE* (Cara Gente Branca) do estadunidense Justin Simien torna-se, nos tempos atuais, *glocalmente* relevante para se compreender as relações entre pessoas percebidas como brancas, negras e mestiças em sociedades multiculturais globais e locais. Apesar do conteúdo audiovisual ser originário dos Estados Unidos da América (EUA), as visibilidades e invisibilidades midiáticas construídas pela *ideologia* do racismo e suas relações entre o *simbólico* e o *social* (HALL, 2018) permeiam as culturas brasileira e a estadunidense, entre outras, onde ser negro/a (preto ou pardo) acaba tendo implicações nas mobilidades sociais.

Imagem 1 – Cara Gente Branca



Nesse sentido, o tema desta pesquisa insere-se nas relações entre mídia, racismo e identidade/alteridade/diferença, delimitando-se no debate em torno dos discursos e das representações sobre as identidades negras e brancas midiaticizadas. O estado do conhecimento sobre a inter-relação entre mídia e racismo apontam para estudos sobre: a) conteúdo midiático produzido por populações negras para o reconhecimento; b) visibilidade midiática de casos de racismo; c) racismos nas redes sociais; d) debates na mídia sobre as ações afirmativas; e) diversidade das culturas negras na mídia; f) representatividade negra e representações na mídia; por exemplo.

No período da pesquisa (março a novembro de 2018), a produção acadêmica sobre a obra *Dear White People* no Brasil restringiu-se à publicação de dois artigos: 'Cheque seu privilégio ao entrar' Racializando o branco com a série *Dear White People* (BIBIANO, ENNE, 2017) e *Dear White People*: cinematografia, plástica e percepção (MANCIO, VIRGILINO, LEMOS, 2018). O primeiro reflete sobre a representação do negro na mídia, sob a ótica de Stuart Hall e, o segundo analisa aspectos plásticos da representação do negro a partir dos estudos de Joly, Kossoy, Heller e Gomes Filho. Ambos os artigos citam personagens brancos e negros. O segundo referenda o conceito de branquitude publicada no site Geledés<sup>2</sup>, relacionando-o à identidade racial branca. Concluem que *Dear White People* produz representações positivas de pessoas negras, diferentemente da maioria das produções midiáticas em geral.

Somando-se às discussões sobre o tema na realidade brasileira, o presente estudo investiga a obra *Dear White People* a partir do protocolo analítico de circuito cultural de Richard Johnson (1996), que corroborou para aproximações na observação da produção, da narrativa e da recepção do conteúdo audiovisual. Desde janeiro de 2014, o filme e a sua adaptação para a série de mesmo nome na Netflix, são apropriados pelo mercado de distribuição de conteúdo over-the-top (OTT) através de plataformas de reprodução de TV<sup>3</sup>. Cooperaram com a pesquisa pensamentos de autores/as como Stuart Hall, Jesus

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude>. Acesso em: dia mês ano. (ex: 01 ago. 2019)

<sup>3</sup> Produções midiáticas distribuídas pela internet diretamente de provedores de conteúdo para consu-

Martin-Barbero, Nestor García Canclini, Nilma Lino Gomes, Lourenço Cardoso, Kabengele Munanga, Boaventura de Souza Santos, entre outros/as que se alinham aos estudos culturais britânicos e latino-americanos em diálogo com os estudos sobre as relações étnico-raciais brasileiras.

## Identidades negras e identidades brancas em teoria

As relações entre os conceitos de representação social e de alteridade surgem em resposta a algumas ideologias que tentam explicar as diversidades entre seres humanos baseadas em hierarquias, principalmente entre identidades raciais negras e brancas. Uma delas é a ideologia da existência de várias raças humanas, cunhada a partir de ideias de evolução, de progresso e de modernização das sociedades.

Nessa linha, o racismo científico cristalizou muitas teses como, por exemplo: a) a do médico Petrus Camper (1722-1789), que comparou crânios de humanos aos de macacos; b) a do cientista Charles Linnaeus (1701-1778), que dividiu a humanidade em Homo europeus, americanos, asiáticos e africanos; c) a do pesquisador Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), que classificou a humanidade entre caucasianos, mongóis, malaios, etíopes e americanos; e do diplomata Arthur de Gobineau (1806-1882), que determinou a inferioridade das raças negra, amarela e semita em relação à raça ariana branca, sendo a última hipoteticamente responsável pelos avanços da humanidade como um todo.

Esses pensamentos vêm sendo rechaçados em detrimento da tese da existência de uma única raça humana detentora de diversidades não deterministas de características humanas, conforme pesquisas que mapeiam dados genéticos dos povos terrestres, desde 2005<sup>4</sup>. No entanto, ainda em 2019, o Prêmio Nobel de Medicina Fisiológica (1962) James Watson que é estudioso da molécula do ácido desoxirribonucleico (DNA) responsável por trocas hereditárias, envolveu-se em grandes polêmicas ao sustentar a ideologia da suposta superioridade intelectual de pessoas brancas baseada na interpretação de testes de inteligência eurocentrados.<sup>5</sup>

Nesta arena, o conceito de raça extrapola o âmbito biológico, para revelar-se como conceito político. Segundo Kabenguele Munanga (2005-2006, p. 52-53), “se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas (...)” e a “(...) ideologia racista não precisa do conceito de raça para se refazer e se reproduzir (...)”. Análises de disputas como essas, em representações e discursos midiáticos, estão presentes nas reflexões de Stuart Hall sobre racismo e construções de identidades étnico-raciais, que fazem despontar as alteridades: quando “(...) o corpo racializado e etnicizado é constituído discursivamente – por meio do ideal normativo regulatório de um ‘eurocentrismo compulsivo (...)’ (HALL, 2018, p.130), denotando relações de poder nos diálogos estabelecidos entre o *eu* e o/a outro/a, ou seja, com o/a diferente.

Essas tensões e negociações dão-se no âmbito da cultura, que é a habilidade de seres humanos de dar sentido ao mundo e relacionar-se com ele por meio de interpretações simbólicas. Então, discursos e representações podem ser entendidas como criações e recriação culturalmente realizadas na vida cotidiana, por sujeitos culturais que as projetam no teatro, no cinema, e na televisão, por exemplo.

Nesse cenário, as representações seriam pensamentos sociais originados por *representações coletivas* de crenças e de mitos de povos, transmitidos de geração em geração, como nos dizia o francês Émile Durkheim (1858 – 1917). No entanto, na visão de Serge Moscovici (1928 – 2014) as representações

---

molduras/as são oferecidas por serviços de mídia over-the-top (OTT). Netflix, Amazon Video, Android TV, Apple TV, Sky Go, Now TV, iTunes e Youtube, por exemplo, são OTT de conteúdo audiovisual. Existem OTT de conteúdo de música, de jogos etc.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u626565.shtml>  
<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/08/ancestral-comum-dos-humanos-teria-vivido-ha-200-mil-anos-diz-estudo.html>. Acesso em: 18 dez. 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/03/internacional/1546527532\\_263106.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/03/internacional/1546527532_263106.html)  
<https://www.bbc.com/portuguese/geral-46847083>. Acesso em: 18 dez. 2018.

não seriam deterministas, como pensava Durkheim. Mas seriam representações ampliadas por indivíduos ativos em suas interações humanas que resultam em construções de conhecimentos diversos que acabam por estruturar as sociedades. Para Moscovici, o social e o psíquico seriam interdependentes, pois as representações gerariam conhecimentos orientadores de comportamentos e condutas provenientes de um “(...)conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais (...)”. Moscovici foi o teórico das representações sociais que viveu na pele o racismo relacionado ao antissemitismo europeu acirrado pela Segunda Guerra Mundial.

Nessa perspectiva, também foram as vivências nazi-racistas em campos de concentração em Hannover na Alemanha que levaram o filósofo judeu Emmanuel Lévinas (1906-1995) a refletir sobre o conceito de ser, rompendo com a noção de totalidade. Ele questionou o uno/mesmo e valorizou o outro/diverso, que transcende a compreensão de si através do múltiplo. Para Lévinas (1980, p. 66), “(...) a relação entre o Mesmo com o Outro, nem sempre se reduz ao conhecimento do Outro pelo Mesmo, nem sequer à revelação do Outro ao Mesmo”. Nesse sentido, ele formula o conceito de alteridade para contemplar a insurgência de outros modos de ser como forma de resistir aos individualismos e de superar os (eu) rocentrismos. Segundo Guedes (2007, p. 76), “(...) o projeto de Lévinas consiste em chamar a atenção para a presença do outro que se manifesta independentemente de o Eu afirmá-lo ou não (...)”.

Ganham valor as construções das identidades. Pesquisadores como Stuart Hall (1932 – 2016), Néstor García Canclini (1939 -), Jesús Martín-Barbero, Zygmunt Bauman (1925 - 2017) e Homi Bhabha (1949 -) e suas perspectivas híbridas e mescladas de estudos culturais, muito tem contribuído para as reflexões sobre as identidades e suas interfaces com a comunicação em nível global. Segundo Moresco e Ribeiro (2015, p. 180)

Entende-se a identidade como algo não fixo, sempre em (re)construção, e sob diversas perspectivas: a partir de Hall é possível perceber a identidade como diáspora, por Bauman como uma ambivalência líquida, a identidade como um problema de caráter binário por Bhabha, como multiplicidade de tempo e espaço com Martín-Barbero e a identidade como hibridismo por Canclini. Por fim, a identidade é movida pela incerteza, pela crise (...). É construída pela heterogeneidade cultural e social (...).

No contexto sociocultural heterogêneo do Brasil, a herança escravista denota que a maioria das práticas racistas estão relacionadas as populações negras. Assim, a construção das identidades perpassa conceitos de negritude, mestiçagem e branquitude também presente em discursos midiáticos e representações sociais na mídia.

Para além da empatia/antipatia pelos tons de cor de pele humana, ativistas acionam a *tomada de consciência* e a *solidariedade entre as vítimas do próprio racismo* por considerarem a *negritude como conceito e movimento* que “atravessam as muitas e diversas experiências de construção da identidade negra no Brasil e na diáspora africana” (GOMES, 2010, p. 5). Nesse sentido, Kabengele Munanga desabafa:

(...) ao cercar as noções de alteridade e identidade em torno do conceito de negritude (...) um dos objetivos fundamentais da negritude era a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros. (...) a partir da problemática da negritude, entender as dificuldades que os afrodescendentes encontram para canalizar politicamente sua identidade cultural (...) (MUNANGA, 1999, p. 2).

Nessa perspectiva, as identidades raciais negras são diversas por acessarem elementos de identidades culturais diversas. Uma vez que, num contraponto a ideologias de inferiorização de afrodescendentes, diversos sujeitos culturais passaram a construir a positivação da negritude resgatando elementos de ancestralidade africana.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Na história do continente é inegável a existência organizações políticas, econômicas e sociais negras, antes mesmo do ano de 1.400 d.C. quando se constroem histórias que minimizam as civilizações africanas. Sendo assim, para se construir a consciência identitária de negros/as, muitas memórias sobre a Revolução do Haiti e sua independência (1791-1804); o Pan-africanismo ; o Movimento Negrista da região do Caribe ; o Movimento Negritude na França ; o Movimento pelos Direitos Civis nos EUA; o Movimento pela



Nesse processo, a construção das identidades negras também lida com o conceito de mestiçagem. Milenarmente, a miscigenação é uma forma de troca genética que gerou a diversidade humana. No entanto, teorias arianizantes com foco na geração de *seres superiores* embasaram movimentos eugenistas contra as relações inter-raciais nos EUA, bem como no Brasil na figura de Nina Rodrigues (1862-1906), por exemplo, que condenava o *mestiçamento*. Por outro lado, Oliveira Vianna (1883-1951) via na miscigenação um caminho para o branqueamento do Brasil. Nessa esfera, a teoria do branqueamento levou as autoridades brasileiras a aderirem políticas públicas de migração de grupos não negros para o país, revelando como a mestiçagem acabou sendo considerada “uma etapa transitória no processo de branqueamento” tornando-se uma “peça central na ideologia racial brasileira”, invisibilizando o “elemento negro” e “diluindo-o na população branca” (MUNANGA, 1999, p. 110-111).

Ciente desta problemática, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos propôs o conceito de *brancura* ao observar as estatísticas e o comprometimento da mobilidade socioeconômica da população negra brasileira, na década de 1950. Sua tese era a de que a maioria dos objetos de pesquisas que envolvem estudos sobre racismo no Brasil tinham foco nas identidades negras e não nas identidades brancas. Ele entrou em consonância com os *critical whiteness studies* vinculados a Universidades dos EUA que investigam cientificamente a temática das discriminações raciais.

Do ponto de vista da alteridade, manipulada em relações de poder, a branquitude (que atualizou o conceito de brancura) seria “(...) um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo (...)” de onde “(...) se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (...)” (FRANKENBERG *apud* CARDOSO, 2010, p. 611).

Nessa lógica, majoritariamente, as identidades brancas girariam em torno de atitudes acionantes de vantagens sociais e étnico-raciais relacionadas à aparência (fenótipo) de pessoas com brancura (clareza de pele, cabelos lisos, finura da boca e do nariz etc.). Enquanto a negrura (escurecimento da pele, cabelos crespos, grossura da boca e do nariz etc.) levaria a complicadores para as mobilidades socioeconômicas e culturais. Sociedades racistas estão calcadas nessas desigualdades étnico-raciais, onde privilégios e não-privilégios são relacionados aos fenótipos das pessoas e persistem valorizações de branquitudes e negações de negritudes.

Mesmo assim, segundo Cardoso (2017, p. 39), as identidades raciais brancas são diversas e construída enquanto *branquitude acrílica* ou *branquitude crítica* por estarem relacionadas a consciência ou não de privilégios sociais materiais e imateriais disponíveis em sociedades racializadas. No caso brasileiro, os racismos estão ligados a manutenção do *status quo* proveniente da falácia de hierarquização racial entre seres humanos. Adia-se o sonho de se desracializar as pessoas, pois a cor da pele ainda polariza lugares sociais de claros e de escuros em contextos de reflexões locais. Ao duvidar do valor do outro, qualquer identidade – tanto branca, quanto negra - estaria desprovida de crítica ao racismo, uma vez que: “O branco é, inclusive, antirracista” (CARDOSO, 2017, p. 39).

Em cenários como o brasileiro, onde estatisticamente pessoas identificadas como brancas: a) dominam o preenchimento de cargos de comando nos três poderes e no meio empresarial; b) tem maiores condições de acesso e de permanência em instituições de ensino; c) sofrem menos feminicídios e homicídios; d) são a maioria dos/as comunicadores/as, diretores/as, escritores/as e tem representação positiva nas artes e nas mídias; e) tem suas culturas consideradas universais amplamente divulgadas; entre outras discrepâncias, que políticas públicas de reparação vêm sendo implementadas. No Brasil, ganham destaque as ações afirmativas que têm servido para minimizar as desigualdades nas ofertas de oportunidades entre pessoas brancas, negras e demais excluídos/as.

Pelo mundo, políticas públicas para correção de estratificações sociais ganharam visibilidade nas reivindicações do indiano antirracista Mahatma Gandhi, assassinado em 1948, que inspirou o ativismo

---

Consciência Negra na África do Sul; movimentos pela descolonização e independência de países africanos; e celebrações do Dia da Consciência Negra no Brasil; por exemplo, constantemente são resgatadas.

pacifista de Martin Luther King Jr. e de Nelson Mandela pela igualdade de oportunidades a todos. Nestes contextos, exige-se posturas governamentais antissegregacionistas. Experiências semelhantes ocorreram na Malásia, na Austrália, no Canadá, na Nigéria, na África do Sul, na Argentina, em Cuba, dentre outros países. Assim, em 1982, as ações afirmativas foram inserida no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades da Comunidade Econômica Europeia, por exemplo. A Constituição Brasileira de 1988 garante uma igualdade material, mas movimentos sociais reivindicam também uma igualdade formal, que realmente garanta cidadania para todos/as brasileiros/as, independente de raça/cor.

Quando se reflete sobre conceitos de branquitude, de negritude e de mestiçagem em sociedades racistas como o Brasil, procura-se compreender a persistência das desigualdades étnico-raciais. Uma vez que a miscigenação não garantiu a parada da violação de direitos baseado em escalas cromáticas de cores de pele ou traços negroides. E as ações afirmativas acabam revelando discriminações ocultas baseadas em ideologias de inferioridades/superioridades raciais. Nessa esteira, construções de identidades e alteridades também são projetadas em representações e discursos midiáticos, denotando a importância de pesquisas que se debruçaram sobre tais temáticas.

## Caminhos da pesquisa e opções metodológicas

De março a novembro de 2018, o percurso metodológico – almejado por meio de um paradigma emancipatório para a produção do conhecimento – privilegiou a abordagem qualitativa e empírica em comunicação. A partir da produção audiovisual *DEAR WHITE PEOPLE* buscou-se construir visões de realidades sobre sociedades racializadas, tendo consciência do *interconhecimento*, do *reconhecimento*, do *autoconhecimento* e das *ausências* que a pluralidade de saberes cruzados e recíprocos denota (SANTOS, 2006).

Para o processo de recolhimento de dados, construiu-se um método combinado de técnicas de aproximação com o objeto como: observação sistemática, pesquisa documental e bibliográfica. Tais escolhas foram condizentes com as condições desta pesquisa, que implicam em riscos e desconfortos provenientes de uma temática relacionada a práticas racistas e suas relações com a promoção dos Direitos Humanos, no que tange ao respeito às diferenças.

A observação sistemática deu-se na internet, tanto para percepções extraídas diretamente do filme e da série *DEAR WHITE PEOPLE*, quanto para captar a circulação de comentários sobre essa produção audiovisual em websites. No contexto virtual, interessou focar nas divulgações do movimento negro brasileiro, mais especificamente, nas postagens do *Instituto da Mulher Negra – Geledés* sobre a produção audiovisual. O website do *Geledés* tem uma página dedicada ao *DEAR WHITE PEOPLE* com 7 (sete) postagens sobre a obra, em 2018. Para a amostra qualitativa da recepção, três das postagens foram selecionadas. O critério de escolha de interlocutores foi serem receptores/produtores de conteúdo com evidente apropriação midiática e a aproximação implícita com os conceitos de *branquitudes* e *negritudes*. A pesquisa documental focalizou na análise do roteiro e da obra audiovisual *DEAR WHITE PEOPLE*, mas também contemplou repercussões de dados de censos demográficos brasileiros e estadunidenses que refletem sobre as relações étnico-raciais na atualidade.

Para apoiar o processo de interpretação à luz dos estudos culturais, foi escolhido o circuito cultural de Richard Johnson enquanto protocolo analítico dos dados da pesquisa. O protocolo proposto por Johnson (1996, p.35) contempla três eixos de análise: 1) produção, que revela contextos da produção cultural midiática; 2) texto, que evidencia as narrativas presentes no produto midiático; e 3) leituras, que serve para destacar as produções de sentido na recepção do produto cultural midiático. Na análise, os eixos entrelaçam-se com as culturas vividas nos contextos sociais da produção, da narrativa e da recepção. A seguir, apresenta-se os resultados da pesquisa.

## Dear White People: da produção à recepção

Representações sociais e discursos midiáticos específicos sobre questões de relações étnico-raciais e racismo aparecem na série *Dear White People* de Justin Simien. Essa produção cinematográfica venceu a categoria revelação em drama no Festival de Sundance, em 18 de janeiro de 2014, bem como no *Gotham* e no *Independent Spirit Awards*. Foi teatralizada em outubro do mesmo ano. E, depois, o serviço de streaming Netflix adaptou o filme na forma de uma de suas webseries.<sup>7</sup> A seguir, reflete-se sobre a referida produção audiovisual.

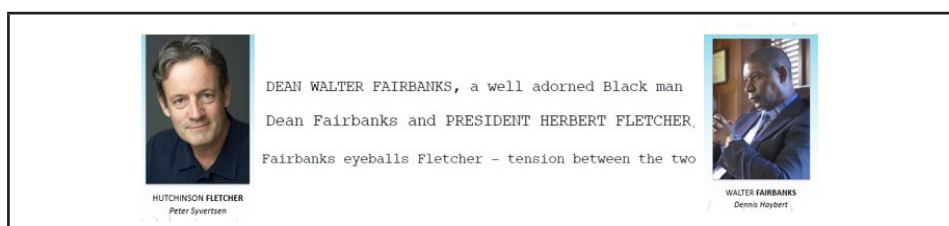
## Culturas vividas na produção

O produtor de *Dear White People* é Justin Simien<sup>8</sup>, um afro-americano nascido em 7 de maio de 1983, na cidade de Houston no estado do Texas. Frequentou a *Escola Secundária de Artes Visuais e Performáticas*, no distrito de Montrose - Houston/Texas/USA. Fez a graduação em uma instituição privada de confissão cristã, multirracial, chamada Chapman University, localizada em Orange na Califórnia. Courseou a Faculdade de Cinema e Artes Midiáticas fundada em 1996 e reconhecida entre as dez melhores escolas de cinema do mundo<sup>9</sup>.

Essas vivências fizeram Justin Simien refletir: “Somos amigos de todas essas pessoas só porque somos negros ou porque gostamos delas?”, “Como você fala com seus amigos brancos e como você fala com seus amigos negros?”. Tais pensamentos se deram na época do primeiro mandato do presidente Barack Obama, quando se professa a existência de uma era pós-racial de superação do racismo, o que lhe deixou incomodado. Para ele, esse “foi o momento em que o filme se tornou ‘Dear White People’” originando o tom satírico. Na obra, o autor reflete seu ponto de vista sobre “questões de identidade”, representando “diferentes aspectos da experiência negra”<sup>10</sup>.

A roteirização das primeiras cenas do filme de 2014, de acordo com Simien (2013, p. 1-11)<sup>11</sup>, apresenta personagens principais como: Sam, Gabe, Reggie, Troy, Fairbanks, Kurt, Fletcher, Lionel, Sofia e Coco, conforme segue:

Imagem 2 – Elenco do filme *Dear White People*



<sup>7</sup> Webséries da Netflix como: *The Get Down*; *Chewing Gum*; *Luke Cage*; *Greenleaf*; *She's Gotta Have It*; *Luther*; *How to Get Away with Murder*; *Master of None*; e *American Crime Story: The People v. O. J. Simpson* trazem representações plurais de personagens negros/as, brancos/as e de etnias diversas nas tramas, mesmo o racismo não sendo o tema central dessas produções.

<sup>8</sup> Disponível em: [www.justinsimien.com/blog](http://www.justinsimien.com/blog). Acesso em: 8 nov. 2018.

<sup>9</sup> Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Dodge\\_College\\_of\\_Film\\_and\\_Media\\_Arts](https://en.wikipedia.org/wiki/Dodge_College_of_Film_and_Media_Arts). Acesso em: 8 nov. 2018.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://therogersrevue.com/justin-simien>. Acesso em: 8 nov. 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.sguardian.org/wp-content/uploads/2016/06/Dear-White-People.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2018.

 <p>TROY FAIRBANKS Brandon P. Bell</p>	<p>TROY FAIRBANKS, 21, Black. He drags a brush through his finger waves anxiously. The look of guilt is the only mark of imperfection in his privileged and chiseled demeanor.</p> <p>KURT FLETCHER, 21, white. No sympathy in his jaded blue eyes as he watches on an iPad in a lavish parlor room.</p>	 <p>KURT FLETCHER Kyle Gallner</p>
 <p>SAM (SAMANTHA WHITE) Tessa Thompson</p>	<p>SAMANTHA WHITE (SAM) 21, records the broadcast in an edit bay. Despite her light skin, the Afro pick in her fro pompadour leaves little doubt she identifies as Black.</p> <p>GABE, 24, white and ruggedly handsome in spite of his shaggy hair and "laundry day" flip flop clad ensemble, catches the end of this as he passes - grabs his cell phone and dials...</p>	 <p>GABE Justin Dobies</p>
 <p>REGGIE Monique Richardson</p>	<p>REGGIE, 21, Black - his fro top and preppy punk attire is both bohemian and radical.</p> <p>LIONEL HIGGINS, 20, Black, watches through dark rimmed 2D glasses in a bustling indifferent Dining Hall. A guilt pains his otherwise boyish face.</p>	 <p>LIONEL Tyler James Williams</p>
 <p>SOPHIE FLETCHER Brittany Gungle</p>	<p>Coco and SOFIA FLETCHER, a dewy-eyed COLANDREA CONNERS (COCO), 20, Black with blue contacts adjusts the straight bangs of her weave to better see the small TV in her dorm. A smirk on her glossy pink lips.</p>	 <p>COCO Teyanah Pennix</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no roteiro<sup>12</sup>

Na trama, o encadeamento da história apresenta a sucessão de fatos e de lembranças das personagens de forma alternada, conduzida pela voz de um narrador. O tempo da obra é o atual. Os acontecimentos se passam na época na qual o afro-americano Barack Obama foi presidente dos EUA (2009-2017), encaixando o enredo no pós ascensão de uma família negra à Casa Branca, o que justificaria uma era pós-racial.

De modo geral, percebe-se que na etapa da produção de *DEAR WHITE PEOPLE*: a) procura-se pautar a persistência das desigualdades motivadas pelo racismo; b) busca-se valorizar a resiliência negra em sociedades com privilégios brancos; c) explora-se a possibilidade de integração racial, através da mistura racial.

## Culturas Vividas na Narrativa

As culturas vividas na narrativa audiovisual se dão no espaço físico de uma universidade fictícia localizada nos Estados Unidos da América (EUA) onde se desenrolam as vivências num ambiente composto por, em sua maioria, acadêmicos/as brancos/as. Trata-se da Universidade de Winshester, uma instituição privada vinculada a *Ivy League* que agrega universidades que realizam processos de admissão extremamente seletivos. Nesse ambiente, revelem-se discursos e representações sobre negritudes e branquitudes, como pode-se observar a seguir.

## Representações de Branquitudes

Uma das principais representações da branquitude está relacionada ao problema inicial da trama, que é a realização de uma festa promovida por um grupo majoritário de estudantes brancos,

<sup>12</sup> E imagens de divulgação em: <https://bit.ly/2UjmgGI>. Acesso em: 29 ago. 2019.

nas dependências da Winchester. Eles valem-se das comemorações do Halloween para propor que os/as participantes satirizem a racialização de pessoas negras, com suas fantasias. Tradicionalmente, para a festa é escolhida uma temática que, conforme o roteiro do filme, motivou os/as convidados/as a aderirem ao blackface<sup>13</sup>, valendo-se de estereótipos negros para a elaboração das fantasias. Tomando conhecimento do plano dos estudantes da *Revista Pastiche* a gestão questiona a realização do evento, que acaba acontecendo depois do convite ser distribuído de forma anônima nas redes sociais. Durante a festa instala-se o conflito racial que justifica a abertura de investigações criminais acerca de racismos na Universidade, após a repercussão nas principais emissoras de televisão da grande mídia.

No decorrer da trama, percebe-se que a ideologia da superioridade é a base da construção da identidade racial branca uma vez que “linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação” conforme Hall (2018, p. 267) vão dando sentido às relações étnico-raciais na narrativa. O engajamento de pessoas brancas na garantia de direitos para as populações negras é pouco explorado na obra. Mesmo que as noções de branquitude crítica estejam presentes, o poder relacionado às pessoas brancas continua representado no *lugar de fala* (RIBEIRO, 2017). Pode-se observar alguns eixos nas representações de branquitudes, entre elas: 1) pessoas brancas silenciam a persistência do racismo; 2) pessoas brancas incomodam-se com a suposta perda de privilégios; 3) pessoas brancas acreditam na integração através da mestiçagem, conforme segue.

## Silenciando a persistência do Racismo

Na cena a seguir, as falas apontam para a representação de que pessoas brancas naturalizam e são insensíveis com o racismo relacionado à pessoas negras. No diálogo, a autoridade máxima da Winshester, presidente Fletcher, convoca o Reitor Fairbanks a conter os conflitos por considerar o racismo contra negros uma questão superada.

Imagem 3 – Diálogos entre Fairbanks e Fletcher



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, com base no *print screen* e áudios do filme

Nessa cena, fica evidente que, por mais que existam avanços na igualdade racial principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a ideologia do racismo ainda é persistente. Essa representação de branquitude revela, por um lado, o medo de práticas racistas contra negros/as serem associadas à uma instituição majoritariamente branca. E, por outro lado, a aceitação, de forma irônica, de práticas racistas

<sup>13</sup> O blackface é uma prática estadunidense do século 19, quando os/as negros/as eram impedidos de contracenar em teatros de acesso livre às pessoas brancas. Então, pessoas brancas usavam maquiagens que remetesse a aparência de pessoas negras. A maioria das representações eram de ridicularizações de pessoas de cor. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tag/blackface/> <https://www.estudopratico.com.br/o-que-e-blackface-e-por-que-nos-dias-de-hoje-e-considerada-uma-atitude-racista/>. Acesso em: 5 out. 2018.

contra mexicanos/as que buscam cidadania estadunidense. Então, não se pode negar que racismos ainda existam e estão à serviço de desigualdades entre seres humanos.

## Relacionando ações afirmativas a privilégios

Na cena a seguir, as falas apontam para a representação de que pessoas brancas se sentem prejudicadas com a garantia de direitos para pessoas negras obtidos através de reserva de vagas de inclusão nas Universidades. No diálogo abaixo, o acadêmico Kurt, aciona sua posição de filho do presidente Fletcher para questionar as ações afirmativas, política pública defendida por Sam.

Imagem 4 – Conflito entre Kurt e Sam



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, com base no *print screen* e áudios do filme

Na cena, pode-se resgatar o debate sobre privilégios socioculturais, que sustentam desigualdades econômicas. Por isso as ações afirmativas de cunho racial sofrem questionamentos recorrentes, por relativizarem identidades negras e identidades brancas. A Universidade de Brasília (UnB) foi uma das primeiras a adotar o ingresso por cotas sociais e raciais, onde por exemplo, entre 2004 e 2017, 47 mil alunos/as, incluindo negros e indígenas, ingressaram na graduação e no pós-graduação por esse sistema. O principal ponto positivo das ações afirmativas no Brasil é a promoção da igualdade de oportunidades por meio da democratização do ensino superior, que ainda mantém uma maioria de estudantes brancos.

## Integrando o negro pela miscigenação

Na cena a seguir, a militância combativa de cunho racial da personagem Sam parece perder força, por sua mestiçagem e pela revelação de um segredo: seu relacionamento amoroso com o personagem branco Gabe. Tal relação provoca tensões e negociações entre as personagens no decorrer da trama, que esperavam o namoro de Sam com homens negros, como Reggie, por exemplo. No diálogo, invertendo as posições de opressão, a mulher negra assume o poder no campo afetivo e a mestiçagem ganha valor na representação como forma de integração racial.



Imagem 5 – Afetos entre Gabe e Sam



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, com base no *print screen* e áudios do filme

Noções de segregação e de integração frequentemente são relacionadas a ideias de mistura, de miscigenação e de mestiçagem, como uma forma de se alcançar harmonias étnico-raciais. Esse pensamento foi apropriado por Demétrio Magnoli em seu livro *Uma gota de sangue*. Nele o geógrafo destaca que nos EUA as relações étnico-raciais seriam binárias (*black or white*), enquanto no Brasil envolveriam majoritariamente mestiços/as. Na sua visão e de outros/as autores/as, o estímulo ao pertencimento racial levaria a ódios, enquanto a integração seria promovida na mestiçagem. Esse mito da democracia racial ainda persiste, com o auxílio das representações e discursos midiáticos.

## Representações de negritudes

Na obra, as representações de negritude são diversas, mas a principal está relacionada a expressão cara gente branca, como forma militante de chamar a atenção para reflexões sobre branquitudes. *Dear White People*, nome do filme e da webserie da Netflix, também é o nome do programa de rádio da Universidade que é transmitido principalmente por megafones espalhados pelo campus. Na obra, a locutora é uma aluna do primeiro semestre da Faculdade de Comunicação<sup>14</sup>, Samantha White, que abre, desenvolve e fecha o programa. Sam, como é conhecida, faz intervenções sobre relações étnico-raciais inspiradas no livro *Ebony & Ivy*, de Craig Steven Wilder. Ouvintes podem participar do programa, principalmente pelo telefone. As cenas subsequentes mostram que a problemática das discriminações permeia toda a obra e está presente nas mídias radiofônicas, impressas, cinematográficas e redes sociais incluídas na produção que explora várias complicações nos estados de espírito dos/as acadêmicos motivadas pela ideologia do racismo.

No decorrer da trama, percebe-se que a noção de que pessoas negras são diferentes entre si são relacionadas ao ativismo social das questões de negritude. Como sugere Guedes (2007), o entrelaçamento de um Eu singular abre caminho para a análise de partes que revelam o mesmo do Eu no outro e o diferente do Eu no outro. Onde o semelhante é positivado e o desigual, negado. Isso se dá porque as noções de outro e eu, *alter* e *ego* em latim, estão nas bases da filosofia ocidental que fundamenta cidadanias que negaram alteridades a uns seres humanos em detrimento de outros, ao longo dos séculos. As contradições de pessoas negras no pertencimento racial é explorado na obra de forma a revelar formas de ser aceito pelo grupo ao qual se pretende participar, seja ele de maioria negra ou maioria branca. Pode-se observar alguns eixos nas representações de negritudes, entre elas: 1) pessoas negras divulgam a persistência do racismo; 2) pessoas negras questionam integrações raciais; 3) pessoas negras sofrem com as contradições da mestiçagem; conforme segue:

14 No original, School of Media.

## Divulgando a persistência do racismo

Na cena a seguir, as falas apontam para as representações de pessoas negras em conflito, por tomarem posições contrárias. Por um lado, reforçando o ativismo negro combativo, por outro, destacando o contra-ativismo negro. No diálogo, o Reitor Fairbanks interpela Sam por considerar racista o programa de rádio *DEAR WHITE PEOPLE*. Enquanto a personagem negra esclarece o que é racismo, na visão dela.

Imagem 6 – Embates entre Fairbanks e Sam



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, com base no *print screen* e áudios do filme

Sobre racismo, o sociólogo Fernando Machado (2000, p. 9), nos esclarece que o conceito se articula entre *ideologia*, *preconceito* e *discriminação* que geram práticas racistas dependendo dos contextos culturais e temporais. Uma sociedade racializada é aquela que, em sua formação, aceitou a ideologia da existência de diferentes raças humanas e de juízos de valor entre elas, como por exemplo, a brasileira e a estadunidense. São alvo dessas ideologias, desses preconceitos e dessas discriminações os grupos mais vulneráveis, considerados subalternos e em sua maioria marginalizados por grupos privilegiados racialmente.

## Relacionando integração a domínio cultural

Na cena a seguir, as falas apontam para a representação de que pessoas negras acreditam que o modelo de integração branco exige a renúncia das culturas negras, das associações negras e das identidades negras. No discurso de campanha para ser presidenta de uma das casas de estudante, a ativista Sam desvaloriza as posturas do seu adversário político, o acadêmico negro Troy filho do Reitor Fairbanks, por representar uma negritude submissa a branquitude.

Imagem 7 – Discursos de Sam em campanha



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, com base no *print screen* e áudios do filme

As falas remetem a dificuldade da co-presença com reconhecimento do direito a igualdade - contra a inferioridade – concomitante ao direito a diferença – descaracterizante, que os guetos representam. Nesse sentido, na visão de Boaventura (2001, p. 38) tem-se direito a igualdade e a diferença, uma vez que “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.”

## Revelando as contradições da mestiçagem

Na cena a seguir, os discursos apontam para a representação de que pessoas negras vivem um eterno conflito sobre suas origens étnico-raciais, pois têm consciência que eminentemente têm parentes de todas as cores. No diálogo, a fragilidade da ativista Sam em aceitar sua mestiçagem, também de origem branca, é acolhida por seu namorado branco Gabe.

Imagem 8 – Ser negro, ser branco, ser mestiço?



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, com base no *print screen* e áudios do filme

As questões de mistura, de mestiçagem e de miscigenação encontram espaços de reflexões tanto em espaços brasileiros, quanto em estadunidenses. Oracy Nogueira, entre 1942 e 1955, realizou estudos comparados sobre o racismo nos Estados Unidos e no Brasil. A pesquisa pretendia ser um contraponto a ideologia da democracia racial brasileira aceita depois do lançamento do livro *Casa grande & Senzala* de Gilberto Freyre, publicado em 1933. Freire propagava a existência de uma *democracia étnica* no Brasil, oriunda da miscigenação entre nativos indígenas, africanos/as escravizados e colonizadores portugueses. Os resultados das pesquisas de Nogueira (1985) o levaram a crer na seguinte diferença entre os racismos em ambos os países: 1) o racismo nos EUA seria um *preconceito de origem* uma vez que marcadores de ancestralidade africana (genótipo) motivariam as discriminações raciais estadunidenses; 2) o racismo brasileiro seria um *preconceito de marca* envolvendo marcadores negroides na aparência das pessoas (fenótipo).

No entanto, a nova face miscigenada dos Estados Unidos vem alterando certas lógicas. E as representações de negritudes em diálogo com representações de pessoas brancas sensíveis as contradições das sociedades racializadas é pouco explorada em produções midiáticas. Mas é contemplada nesta cena da obra, por meio do diálogo intercultural compreensivo.

De forma não conclusiva, mas apontando tendências, percebe-se que na narrativa de *DEAR WHITE PEOPLE*: a) existe uma variedade de representações de identidades negras, o que condiz com a realidade; b) inexistem uma multiplicidade de representações de identidades brancas, o que não condiz com a realidade; c) a mistura racial aparece como ponto de conflitos e de negociações nas reflexões sobre racismo.

## Culturas vividas na recepção/BR

A recepção da obra perpassa várias instâncias, dentre elas se inserem os comentários em redes sociais online e sites diversos. No Brasil, o *Portal Geledés*, produzido pelo Instituto da Mulher Negra, mantém uma página concentrando opiniões sobre a produção audiovisual *Dear White People*.

Em 2018, ao longo da pesquisa, identificamos sete postagens sobre *Dear White People* no Portal Geledés, conforme discriminado a seguir: (i) “Com protagonista de *Todo Mundo Odeia o Chris*, comédia satírica sobre racismo ganha novo trailer” (13/10/2014); (ii) “*Cara Gente Branca/Dear White People*” (17/10/2015); (iii) “‘*Dear White People*’ e a diversidade de pele negra” (29/04/2017); (iv) “Sobre *Reggie*” (01/05/2017); (v) “*Dear White People*” é a série necessária para um homem branco como eu (03/05/2017); (vi) “Por que ignoramos ‘*Cara Gente Branca*’ e viralizamos ‘13 Reasons Why?’” (07/05/2017); (vii) “‘*Dear White People*’ mira micro agressões raciais e debate sobre liberdades” (11/05/2018).

Para a amostra qualitativa da recepção, três das postagens foram selecionadas. O critério de escolha de interlocutores foi o fato de serem receptores/produtores de conteúdo com evidente apropriação midiática e a aproximação implícita com os conceitos de *branquitudes enegritudes*. Na análise, percebe-se que os comentários de 2 (dois) jovens brancos demonstram senso crítico em relação à sua branquitude e que 1 (um) jovem negro reflete sobre a negritude universalizada.

Então, pode-se deduzir que as postagens no *Portal Geledés* apontam tendências na recepção, tais como: a) receptores/as interagem sobre as produções de sentido provenientes da construção de identidades negras, que importam para o entendimento da negritude; b) receptores/as revelam que o cunho satírico contribui para a construção de identidades brancas conscientes de privilégios e posicionadas contra o racismo; c) receptores/as acreditam na necessária integração racial, que é complexa por gerar tensões e demandar negociações.

## Considerações Finais

No decorrer da pesquisa, percebe-se que a produção audiovisual *DEAR WHITE PEOPLE* está comprometida com representatividades midiáticas de uma nova realidade dos EUA. No início dos anos 2000, a quantidade de afro-americanos/as não ultrapassava os 13% da população. Mas, segundo os últimos dados demográficos do Census Bureau, até 2050 as pessoas brancas serão a minoria da população estadunidense, apontando um aumento populacional de pessoas negras no país. E, conseqüentemente, este novo quadro aponta para a necessidade de mobilidades sociais mais diversificadas. Então, assim como no mundo, o problema sociocultural a ser resolvido é o da integração de pessoas de várias origens étnicas, como forma de valorizar as experiências de co-presença cotidiana na produção de relações de pertencimento e de construções de identidades no diálogo intercultural entre o *eu-nós*.

*DEAR WHITE PEOPLE* acompanha esse raciocínio, que também se dá no Brasil. Estatísticas do IBGE apontam o enegrecimento de brasileiros/as com um aumento do número de pessoas pardas se autodeclarando pretas, bem como o de mestiços/as se autodeclarando pardos/as, ao invés de brancos/as. De acordo com as interpretações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2018, trata-se de um desdobramento da implementação de ações afirmativas destinadas às pessoas negras (pretos/as ou pardos/as de fenótipo com marcadores negroides). Nessa linha, debates intelectuais e políticos sobre racismos no país sofrem a interferência de narrativas ideológicas sobre a predominância de uma brasilidade mestiça, que invalidaria políticas públicas de igualdade racial.

No entanto, o racismo estrutural - herdado do sistema econômico escravista baseado na ideia de raça e recriado em práticas excludentes que persistem na sociedade brasileira – realiza a manutenção da pouca inserção de pessoas negras em espaços de poder e de ascensão socioeconômica. Revela, assim,

avanços lentos nas políticas de igualdade racial de reversão de quadros de desigualdades étnico-raciais a curto, médio e longo prazo, nas mais diversas áreas.

Diante do exposto, conclui-se que a produção audiovisual *DEAR WHITE PEOPLE* merece críticas positivas e negativas no que tange a ampliação de visões sobre discursos midiáticos e representações de *branquitudes* e *negritudes* nos estudos culturais de comunicação. Por um lado, a obra proporciona reflexões para a desconstrução de estruturas sociais de desigualdades raciais. Por outro, por mais que queria desconstruir racismos, também pode acabar reforçando ideologias que racializam seres humanos.

Contudo, acredita-se que essa pesquisa pode contribuir para ampliar reflexões sobre como a noção de *raça* ainda determina estruturas socioeconômicas e culturais no Brasil, bem como em outros países. E, para além da relevância e do interesse social do tema, espera-se impulsionar transformações culturais nas relações humanas brasileiras, ao valorizar a milenar filosofia sul-africana zulu e xhosa *Umuntu ngumuntu nagabantu*, ou seja, *eu sou porque nós somos*. Seria uma boa forma de se revisar teorias sobre alteridades e identidades pautadas no direito à igualdade e à diferença, ou seja, na unidade e na diversidade do *nós-eu*.

## Referências

BIBIANO, Matheus Vieira Gomes; ENNE, Ana Lucia Silva. “Cheque seu privilégio ao entrar” – Racializando o branco com a série Dear White People. **Anais eletrônicos Intercom**, Curitiba, 2017.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud. 2010.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. *In*: CARDOSO, Lourenço; MULLER, Tânia M.P. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue**: História do Pensamento Racial. São Paulo: Contexto, 2009.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel e AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GUEDES, Edson Carvalho et al. **Alteridade e diálogo**: uma meta-arqueologia da educação a partir de Emmanuel Lévinas e Paulo Freire. 2007.

GOMES, Nilma. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. *In*: SOVIK, Liv Sovik (Org.). 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2018.

JOHNSON, Richard. “What is cultural studies anyway?”. *In*: STOREY, John. (Org.). **What is Cultural Studies?** Londres: Arnold, 1996.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

MACHADO, Fernando Luís. Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual? **Sociologia. Problemas e Práticas**, n. 33, p. 9-44, 2000.

MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O conceito de identidade nos Estudos Culturais Britânicos e Latino-Americanos: um resgate histórico. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 14, n. 17, 2015.

MOSCOVICI, Serge. On social representation. *In*: FORGAS, Joseph Paul (Ed.). **Social cognition**. London: Academic Press, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ações afirmativas e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, n.68, p. 46-57, dez./fev. 2005-2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. São Paulo: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As tensões da modernidade**. Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2001.

SOVIK, Liv. Preto no Branco: Stuart Hall e a branquitude. *In*: CARDOSO, Lourenço; MULLER, Tânia M.P. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

VIRGOLINO, Juliana Carneiro; MANCIO, Camila R. Peres; LEMOS, Anuschka Reichmann. Dear White People: cinematográfica, plástica e percepção. **Temática**, ano XIV, n. 5., maio, 2018.

WILDER, Craig Steven. **Ebony & Ivy**: Race, Slavery, and the Troubled History of America's Universities. Londres: Bloomsbury Publishing PLC, 2013.



Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## MANDUME: A visualidade do rap como resistência contra o epistemicídio

## MANDUME: Rap's visuality as resistance against epistemic violence

LUCIANNA FURTADO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG) e mestra em Comunicação Social pela mesma instituição. Integrante do CORAGEM - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: [lucianna.furtado@gmail.com](mailto:lucianna.furtado@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4818-9370>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

FURTADO, Lucianna. **MANDUME**: A visualidade do rap como resistência contra o epistemicídio. Contracampo, Niterói, v. 38, n.2 p. 66-84, ago./nov. 2019.

**Enviado em 22/2/2019/Revisor A: 1/7/2019; Revisor B: 22/7/2019 / Revisor A: 12/08/2019; Revisor B: 17/07/2019; Aceito em 19/8/2019**

**DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.28130>**

## Resumo<sup>1</sup>

Este artigo discute os refrões do videoclipe *Mandume* (2016) a partir das noções de metaimagem, do composto imagem-texto e dos efeitos performativos dos atos de ver, aliando as contribuições dos Estudos Visuais à análise de estilo televisivo. Ao abordar a produção audiovisual do rap, a proposta do trabalho é centralizar vozes e perspectivas historicamente silenciadas, evidenciando as relações entre os aspectos formais e culturais da experiência visual. O trecho analisado compreende os refrões em suas recorrências e as narrativas visuais que os acompanham, investigando o que essa manifestação da cultura popular revela sobre as relações raciais em nossa sociedade.

### Palavras-chave

Rap; Relações raciais; Racismo; Cultura visual; Epistemicídio.

## Abstract

This paper discusses the chorus from the music video *Mandume* (2016), guided by the notions of metapicture, image-text and the performative effects of the acts of seeing, associating the contributions of Visual Studies to television stylistic analysis. By approaching rap's audiovisual production, this work intends to centralize historically silenced voices and perspectives, highlighting the relations between the visual experience's formal and cultural elements. The excerpt analyzed comprises the choruses, in their recurrences, and their visual narratives, inquiring what this popular culture expression reveals about racial relations in our society.

### Keywords

Rap; Racial relations; Racism; Visual culture; Epistemicide.

---

<sup>1</sup> Este artigo divulga uma parte das discussões da minha dissertação de mestrado (FURTADO, 2019), produzida com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), concedido por meio de bolsa durante o curso.

## Introdução

O material discutido neste artigo é o videoclipe *Mandume* (2016), dos rappers Emicida, Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike e Raphão Alaafin, dirigido por Gabi Jacob. O título faz referência ao rei Mandume ya Ndemufayo, líder contra as missões evangelizadoras e invasões coloniais portuguesas e alemãs na região hoje nomeada como Angola, resgatando a memória cultural da matriz africana para articular junto às pessoas negras uma visão heroica, de poder e resistência da própria ancestralidade e cultura. O videoclipe não aborda diretamente a história de Mandume, mas seu valor simbólico, fazendo uso do seu apagamento na historiografia tradicional para tratar da violência contemporânea contra pessoas negras – evidenciando o que há de Mandume em nós e o que deve haver da história de Mandume em nossa própria história.

O videoclipe *Mandume* foi produzido como um *fashion film* da coleção Yasuke, da grife do Laboratório Fantasma, um coletivo de amantes da arte urbana e fãs do hip hop que, além da grife, agencia a produção de CDs, videoclipes e eventos musicais.<sup>2</sup> O nome da coleção é uma referência a Yasuke, guerreiro africano levado à força pelos jesuítas para o Japão no século XVI, que se tornou o primeiro samurai estrangeiro e conquistou *status* de lenda por sua habilidade, força e invencibilidade.<sup>3</sup> A coleção foi apresentada na São Paulo Fashion Week em 2016, mesclando referências africanas e orientais na composição das peças.

Em entrevista à revista *Le Monde Diplomatique Brasil*<sup>4</sup>, Emicida explica que o Lab Fantasma privilegia pessoas negras em toda a cadeia de produção, “da costureira da Vila Brasilândia à modelo que desfilou”, movendo toda a estrutura e colocando “esses pretos vivos na capa de todos os jornais do Brasil”, em oposição às representações de pessoas negras de forma confinada à violência e miséria. Assim, o afroempreendedorismo emerge como um modo de romper com a hegemonia econômica da branquitude, em relações de trabalho mais justas e inclusivas, bem como um meio para a construção de outras narrativas, outros modos de ocupar espaços de visibilidade.

As próximas seções apresentam as contribuições dos Estudos Visuais para abordar a visualidade, as noções de metaimagem, interação entre imagem e texto e os efeitos performativos dos atos de ver. Em seguida, a análise interroga a materialidade visual sobre o que revela acerca das relações raciais em nossa sociedade, por meio da análise estilística televisiva.

## A visualidade, as interações imagem-texto e as metaimagens

Na perspectiva do pesquisador William J. T. Mitchell (2017), as experiências do olhar são processos culturais socialmente construídos por meio da interação entre o sentido da visão e a história da arte, a tecnologia, os meios de comunicação e as práticas sociais de ver e mostrar; de se posicionar como espectador e de construir formas de dar a ver. Nesse sentido, o autor propõe um conceito dialético do termo “cultura visual”: em vez de pensar na construção social de um campo visual, ele defende investigar a construção visual de um campo social.

Apesar de enfatizar essa dimensão visual, Mitchell (2005) destaca que todos os meios são mistos, compostos por elementos sensoriais, perceptivos e semiótico-discursivos inseparáveis. Isto não indica que os meios são indiscerníveis: para o autor, é nas diferentes mesclas entre as percepções sensoriais que se encontra a especificidade do meio. Para Mitchell, essa abordagem permite melhor analisar as técnicas, práticas e funções na construção visual, e as condições de produção e consumo que

<sup>2</sup> Disponível em: [www.labfantasma.com/noiz](http://www.labfantasma.com/noiz). Acesso em: 25 nov. 2018.

<sup>3</sup> Disponível em: [bit.ly/2QoL4hm](http://bit.ly/2QoL4hm). Acesso em: 25 nov. 2018.

<sup>4</sup> Disponível em: [bit.ly/2KwwjUc](http://bit.ly/2KwwjUc). Acesso em: 25 nov. 2018.

constituem o meio – sem se prender a uma única via sensorial, mas tomando a materialidade enquanto um composto híbrido, como é apresentada ao espectador. O autor propõe que a visualidade contemple sua inseparabilidade do texto, do verbal, do sonoro, tomando-a como um composto de imagem-texto, observando como se constrói a interação, combinação e interligação entre esses aspectos. Mitchell ressalta que a proporção sensorial da visão se complexifica ainda mais na dimensão emocional, dos afetos e encontros intersubjetivos entremeados ao campo visual que permeiam os atos de olhar, ver e mostrar.

Tomando as práticas visuais como atos sociais culturalmente instituídos, José Luis Brea (2005) propõe uma desconstrução da articulação social e cognitiva que as constituem. O autor defende que não existem objetos, fenômenos ou meios de visualidade pura, mas atos de ver complexos e atravessados por imbricações sensoriais e simbólico-discursivas. Em sua concepção, esses atos de ver resultam da cristalização do entrelaçamento de operadores textuais, mentais, imaginários, sensoriais, mnemônicos, midiáticos, técnicos, burocráticos e institucionais; amalgamados junto às relações sociais de representação em disputa, que Brea especifica como interesses de raça, gênero, classe, diferença cultural, crenças e afinidades, dentre outros.

Assim, Brea (2005) define os atos de ver como construções culturais híbridas, socialmente instituídas, que articulam relações de poder, dominação, privilégio e subalternidade. A importância desses atos de ver reside em sua capacidade de produzir realidades e provocar efeitos de subjetivação e socialização, que Brea chama de força performativa – realizada na interação entre os sujeitos e a visualidade de forma culturalmente estruturada, por meio dos processos de identificação e diferenciação frente aos imaginários hegemônicos, minoritários e contra-hegemônicos em circulação na sociedade. O autor destaca a relevância de interrogar criticamente como esses efeitos performativos articulam impactos políticos em sua produção de formas de subjetivação e sociabilidade.

O encontro com a visualidade é instrumentalizado por Brea (2005) como um encontro com o outro, em que o sujeito constitui a si mesmo em relação a esse outro, que também olha de volta. Permeado e tensionado pelas dinâmicas de identificação e diferenciação, esse encontro instaura identidades e políticas de posicionalidade quanto à visualidade, seus valores e significações. O autor evidencia, assim, o caráter intersubjetivo das imagens, inscrevendo socialmente a presença desse outro e estruturando a dimensão socializada, coletiva, dos processos identitários realizados nos atos de ver. Brea identifica que há epistemes escópicas nas quais esses atos se inscrevem, um conjunto de conhecimentos que condicionam culturalmente os regimes de visibilidade e as ações dos sujeitos diante deles. Para o autor, tais ações se dão em uma dimensão social de interação com a alteridade, em que se pode reiterar ou redefinir, subverter e romper com os códigos existentes.

Para Brea (2005), portanto, a experiência visual é construída na interação entre o espectador e a materialidade visual, permeada por determinações culturais, preconceções e memórias. Em diálogo com o aporte teórico de Lacan, Brea considera que há algo entre o sujeito que olha e aquele que é olhado e devolve o olhar: uma espécie de tela, um repertório de imagens e imaginários culturalmente produzidos, por meio da qual os sujeitos constituem a si mesmos e aos outros, se diferenciando em termos de categorias identitárias estruturais, acionando representações dominantes ou tensionando-as. Os modos como essa tela permeia os processos de subjetivação e socialização condicionam, assim, a necessidade de historicizar a experiência visual junto às determinações da vida social.

Partindo da noção de que a linguagem diz algo sobre si mesma, Mitchell (2009) elabora a *metaimagem*: imagens autorreferenciais, com o potencial de evidenciar algo sobre si mesmas ou sobre outras imagens, formas de construção de imagens, modos de ver e mostrar – compondo um discurso de segunda ordem que revela algo sobre as imagens, seus processos de produção e as práticas de representação visual. Mitchell considera que as metaimagens mostram a si mesmas para dar-se a conhecer,

encenando o autoconhecimento das imagens e provocando o autoconhecimento do espectador, que completa a *picture*<sup>5</sup> em seu encontro com ela.

Na concepção do autor, ao apresentar abertura para leituras distintas, a multiestabilidade das metaimagens provoca o emergir da identidade do observador em diálogo com estereótipos culturais, ideologias e imaginários em circulação na sociedade. Desse modo, ao perguntar “o que sou?” e “como me vê?”, a imagem demanda que o espectador dirija a si mesmo tais perguntas. O diálogo entre o observador e a metaimagem não acontece “em um terreno incorpóreo à margem da história, mas estão inscritas em discursos, disciplinas e regimes de conhecimento específicos” (MITCHELL, 2009, p. 50, tradução nossa). Assim, a experiência visual é permeada pelos aparatos culturais, epistemológicos e subjetivos que constituem a inserção sócio-histórica do sujeito.

Nessa linha de pensamento, Mitchell (2009) diferencia três categorias de autorreferencialidade da metaimagem na representação visual: a imagem que representa a si mesma em um círculo referencial; a imagem genericamente autorreferencial que representa as imagens como classe, ou seja, uma imagem sobre as imagens; e uma autorreferência contextual ou discursiva, em que sua reflexividade envolve considerações sobre a natureza da representação visual. O autor destaca, porém, que a autorreferência não é uma característica exclusivamente formal de imagens específicas, mas um elemento funcional, pragmático, de uso e contexto – de modo que qualquer imagem usada para refletir sobre a natureza das imagens pode ser considerada como uma metaimagem.

Para Mitchell (2009), a principal função das metaimagens é explicar algo sobre as imagens, encenar seu autoconhecimento, que, por sua vez, leva ao autoconhecimento do observador. O autor aponta essa capacidade de desestabilizar a identidade como uma questão fenomenológica, que acontece na interação entre os espectadores e a materialidade visual devido aos efeitos da sua multiestabilidade, ou seja, sua capacidade de comportar formas distintas de ser vista; formas divergentes e mesmo paradoxais de ser apreendida. Assim, as metaimagens usam seu autoconhecimento para acionar o autoconhecimento do espectador, interrogando a identidade de sua posição como tal.

Mais do que o encontro entre os olhos e as imagens, Mitchell (2009) enfatiza que o questionamento acerca dos efeitos e da identidade envolve a posição da metaimagem no campo cultural, seu lugar em relação às disciplinas, discursos e instituições. Segundo o autor, as metaimagens ocupam espaços diversos, desde as culturas populares ao saber letrado da ciência, filosofia e história da arte; desde posições marginais e secundárias a centrais e canônicas. A metaimagem de Mitchell, portanto, “é o lugar onde as imagens se revelam e se conhecem, onde refletem sobre as interseções entre a visualidade, a linguagem e a semelhança, onde especulam e teorizam sobre sua própria natureza e história” (2009, p. 77, tradução nossa); não meramente ilustrando teorias, mas dando imagem à teoria.

## Propostas analíticas para as televisualidades

Apesar do consumo de vídeos ter migrado dos canais musicais para a internet, Thiago Soares (2007, 2013) destaca que o vídeo mantém suas principais características culturais e musicais vinculadas a sua origem como um gênero televisivo. O autor enfatiza que as dimensões plásticas e midiáticas do vídeo estão circunscritas no universo da televisão, segundo lógicas e modos de produção de sentido televisivos articulados com o gênero musical – acionando relações de reconhecimento, consumo e identificação de maneira híbrida, a partir dessa dupla orientação.

<sup>5</sup> Nas versões originais de suas obras, em inglês, Mitchell diferencia os termos *picture* (sem correlato no português) e *image* (imagem): o primeiro se refere ao domínio das imagens materiais, gráficas e óticas, que se manifestam por meio de suportes materiais “que podem ser penduradas na parede, impressas numa página ou destruídas”; enquanto este último diz respeito às imagens imateriais, mentais e verbais, como fantasias, sonhos, memórias e visualizações de símiles e metáforas. Na concepção do autor, a *picture* e a *image* se interseccionam no domínio da imagem perceptual, localizada na fronteira entre as realidades material e mental (MELO ROCHA e PORTUGAL, 2009, p. 5-7).

Para Jeder Janotti Júnior e Thiago Soares (2008), o estudo de videoclipes deve considerar a dimensão imagética e a musical, por se originar precisamente desse encontro. Os autores propõem pensar no videoclipe como extensão da canção, que articula significados, referências e institui princípios visuais específicos ao gênero musical. Em sua visão, os videoclipes de hip hop costumam se ambientar no universo cultural das periferias urbanas, das ruas, muros e asfalto, acionando elementos como o grafite e a pichação. Desse modo, a visualidade referencia outros aspectos que permeiam as gramáticas culturais da música, articulando o que Janotti Júnior e Soares (2008) descrevem como as formas, estilos e traços das práticas de produção, circulação, reconhecimento e consumo de cada gênero musical. Nesse sentido, Soares (2013) propõe pensar o videoclipe em termos relacionais entre imagem e som, buscando apreender seus entrelugares.

A partir dos Estudos Visuais, Simone Rocha (2016, 2017) propõe uma análise ancorada na não disjunção das dimensões formais e culturais dos produtos televisuais, articulando a construção de significados no encontro entre os espectadores e a materialidade como interações permeadas pela cultura. Essa perspectiva centraliza a especificidade cultural da visualidade, contextualizando a visão, os modos de ver e dar a ver como práticas sociais culturalmente estruturadas. A autora combina a noção de visualidade à análise formal do estilo televisivo, conforme proposta por Jeremy Butler (2010), evidenciando a complexidade dos produtos televisuais e seus entrelaçamentos contextuais.

Na perspectiva de Butler (2010), “estilo” se refere aos modos como os aspectos formais da composição de imagem e som são operados para cumprir determinadas funções, sistematizando como os códigos estilísticos – técnicos e sociais – atuam na construção de significações culturais. Segundo o autor, esses padrões tratam de convenções estilísticas que constituem gramáticas socialmente compartilhadas, articulando as práticas de produção e consumo de produtos televisivos. Nesse contexto, Butler propõe uma engenharia reversa, desconstruindo a produção televisiva e observando como essas técnicas são utilizadas.

Butler (2010) adapta as contribuições de David Bordwell, no cinema, para as especificidades do estilo televisivo, sistematizando quatro dimensões da análise: a descritiva, a analítica (ou interpretativa), a avaliativa (ou estética), e a histórica. A descrição do enquadramento, movimentos de câmera, edição e outros aspectos da composição audiovisual é o primeiro passo apontado pelo autor, articulando as dimensões técnicas aos códigos sociais e valores culturais. Butler destaca que a descrição estilística acaba, por si só, conduzindo à interpretação, iniciando e fundamentando a etapa seguinte, a analítica.

A dimensão analítica, segundo Butler (2010), envolve o propósito dos elementos estilísticos e o desempenho de funções no texto audiovisual. Partindo da definição de Bordwell das quatro funções do estilo no cinema – denotar, expressar, simbolizar e decorar – Butler acrescenta outras quatro, específicas à televisão: persuadir, interpelar, diferenciar e dar sentido de “ao vivo”. A etapa avaliativa se apresenta como um desafio, na medida em que o autor considera que os estudos televisivos não sistematizaram normas capazes de resistir à hierarquização estética elitista. Já a dimensão histórica consiste em um recuo temporal para revelar um contexto mais amplo do estilo televisivo, demonstrando como os aspectos econômicos, tecnológicos, industriais e semiótico-estéticos interferem em seus padrões.

A proposta analítica elaborada por Rocha (2016, 2017) defende que os modos de ver e dar a ver instituídos na experiência visual podem revelar determinações políticas, históricas e culturais. Para a autora, a análise da televisualidade permite emergir o que está para além de seus limites, em circulação nas relações de poder, regimes de socialização e imaginários culturais em disputa. Desse modo, observa-se como as características materiais do arranjo entre imagem e som cumprem funções específicas nos dispositivos junto às condições imateriais e culturais que permeiam as práticas visuais.

Aliando a análise de estilo televisivo aos Estudos Visuais, Rocha (2017) propõe tomar as relações entre imagem e texto como uma abertura na representação, uma brecha por onde emerge a história que costura o composto imagem-texto. A autora aponta que a análise do estilo televisivo (BUTLER, 2010)



é compatível com o composto imagem-texto (MITCHELL, 2005), na medida em que ambas partem da descrição formal para a análise funcional do arranjo de imagem e som, que demanda respostas que não são universais, mas históricas, social e culturalmente contextualizadas. Na visão de Rocha (2017), o foco na dimensão analítica funcional permite abordar a relação entre imagem e texto como locus de um conflito, para vislumbrar as disputas políticas, institucionais e sociais entremeadas à representação.

## Mandume

Esta seção discute o videoclipe *Mandume* (2016), dos rappers Emicida, Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzik e Raphão Alaafin, e direção de Gabi Jacob. Diante do volume extenso do material televisivo, Rocha (2016) propõe delimitar unidades mais curtas para direcionar o exercício analítico. Para a autora, pode-se selecionar um conjunto de eventos narrativos específicos que compõem uma trama ou subtrama, que podem estar em uma mesma cena, sequência, ou na articulação de sequências separadas temporalmente. Para este artigo, foram escolhidos os refrões de *Mandume*, com o objetivo de observar o que a oralidade e a visualidade desses trechos revelam sobre as relações raciais no contexto cultural brasileiro. A discussão foca nas etapas descritiva e analítica, considerando as dificuldades dos estudos televisivos em sistematizar critérios para a análise valorativa, como apontado por Butler (2010), e a limitação de espaço que impede o recuo temporal da análise histórica. Na relação entre imagem e texto, este trabalho se concentra nos aspectos da visualidade e na dimensão semântica das palavras cantadas.

*No refrão de Mandume, os rappers cantam:*

*Eles querem que alguém*

*Que vem de onde nós vem*

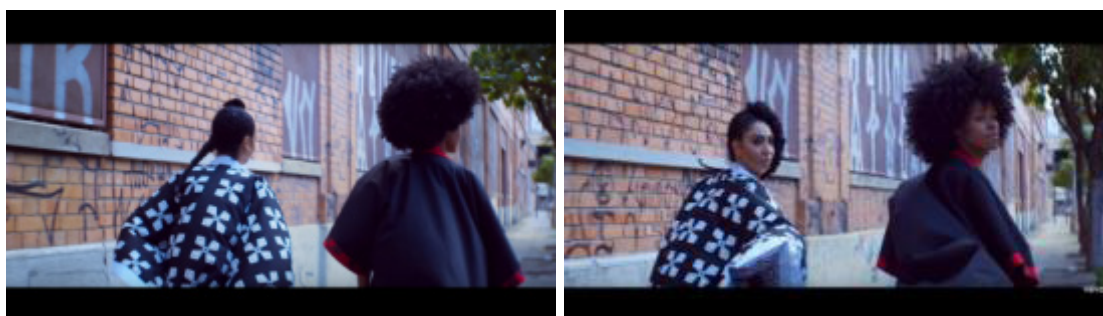
*Seja mais humilde, baixe a cabeça*

*Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda*

*Eu quero é que eles se ----!<sup>6</sup>*

O refrão é cantado em bis, somando três pares no total. Após a abertura que acompanha a introdução, a cena do primeiro refrão se inicia em fade-in, mostrando duas mulheres de costas, com um muro de tijolos expostos coberto por pichações ao fundo (*frame 1*). Uma delas tem o cabelo longo e trançado, a outra usa o cabelo crespo, volumoso, em estilo black power. Ambas usam peças do Lab Fantasma, uma com a palavra “Ubuntu”<sup>7</sup> estampada, e se viram para lançar seus olhares à câmera (*frame 2*).

Frames 1 e 2 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

<sup>6</sup> Refrão da música “Mandume”. Disponível em: [bit.ly/2DZORf1](https://bit.ly/2DZORf1). Acesso em: 27 nov. 2018.

<sup>7</sup> O termo “ubuntu”, do zulu, significa humanidade para com os outros, ou a ideia de que “uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas”. Trata-se de um fundamento da tradição filosófica africana ancorado na noção de humanidade como princípio ético de respeito à comunidade, à coletividade de outros seres humanos. Nessa perspectiva, uma pessoa tem consciência de que também é afetada quando seus semelhantes são oprimidos. Disponível em: [bit.ly/2GeJV7W](https://bit.ly/2GeJV7W). Acesso em: 11 dez. 2018.

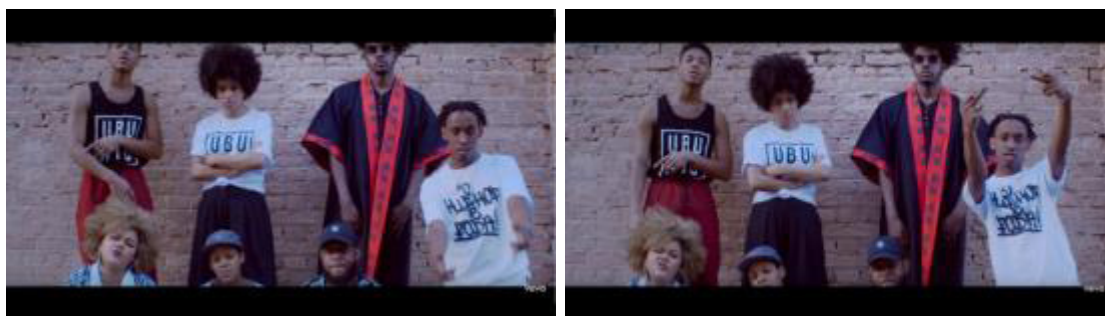
A cena seguinte mostra sete homens e mulheres em frente a um muro de tijolos aparentes, com cabelos crespos naturais, em *black power* e *dreads* ou bonés, uma arrumando orgulhosamente o cabelo para intensificar seu volume, e outra segurando um bebê (*frame 3*). A composição anterior, que mostrava as mulheres de costas, virando para devolver o olhar à câmera, dá lugar ao plano frontal nesse momento. Além de duas camisetas com a inscrição “Ubuntu”, um dos rapazes usa uma camiseta com a frase “o hip hop é foda!”. A sequência continua para *close ups* de dois dos rapazes (*frame 4*), em *contra-plongée*; e enquadra aos sete novamente, que mantêm os olhares dirigidos à câmera, com expressões faciais intensificadas e braços cruzados. Durante o verso “eu quero é que eles se ----!”, um deles levanta os dedos do meio em direção à câmera (*frames 5 e 6*).

Frames 3 e 4 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019

Frames 5 e 6 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

No bis, o cenário muda para uma boate com uma luz azulada ao fundo, intercalando um plano com um grupo de mulheres e outro com um grupo de homens. Conforme o ângulo se afasta em zoom out e enquadra cada vez mais pessoas, são reiterados elementos da estética cultural negra: cabelos cacheados ou crespos, em *black power* e *dreadlocks*, e as camisetas trazem, além de “ubuntu”, as palavras “#musa”, “quebrada” e “I love quebrada”. Também são reforçados os olhares fixos à câmera, com braços cruzados ou no movimento de cruzá-los (*frames 7 e 8*). As cenas seguintes intercalam duas mulheres de vermelho em frente a uma cerca viva, olhando uma para a outra com seriedade, e um casal vestindo camisetas do Lab Fantasma do mesmo modelo, mas com cores diferentes. O casal é enquadrado em *contra-plongée*, com galhos de árvores se estendendo ao fundo, por trás de suas figuras. Em todas estas cenas, mantêm-se o plano frontal, privilegiando os rostos, posturas e olhares dos sujeitos.

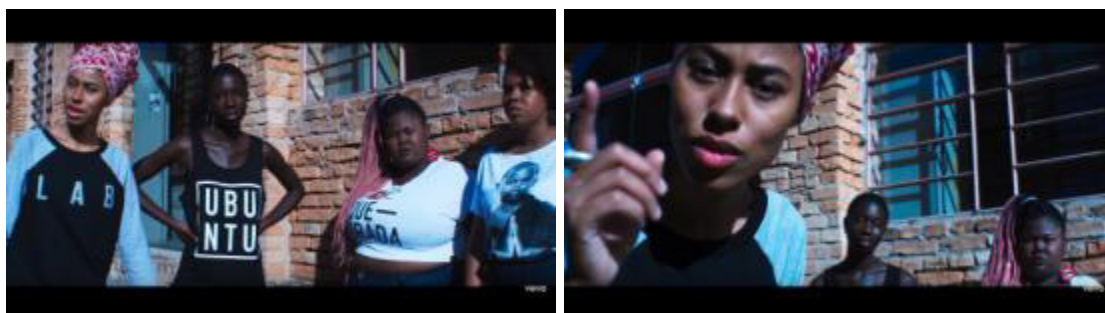
Frames 7 e 8 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

A sequência prossegue para um quadro com quatro mulheres negras, em plano frontal, em frente a uma parede de tijolos aparentes, com peles de tonalidades distintas e estilos de cabelos variados: uma usa um turbante vermelho e branco e uma blusa com a inscrição “LAB”; uma usa o cabelo crespo raspado curto e uma blusa com a palavra “ubuntu”; outra traz o cabelo trançado com degradê em rosa e a camiseta “I love quebrada”; a outra usa o cabelo cacheado volumoso e uma camiseta estampada com um menino negro, vestido e sentado como um monge (*frame 9*). Outros elementos que sugerem a diversidade entre elas são as posições, poses e ângulos diferentes que ocupam no plano, enquanto os olhares e expressões faciais as aproximam sob a ideia de uma luta compartilhada – que, devido à letra da música junto a sua identificação racial, sabemos se tratar da opressão racista. Este refrão se encerra com a mulher de turbante se aproximando da câmera, gesticulando um “não” (*frame 10*), enquanto as outras sustentam firmemente o olhar ao fundo, intercalando-se com a rapper que performa o primeiro solo.

Frames 9 e 10 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Após os solos de Drik Barbosa, Amiri e Rico Dalasam, o segundo refrão retorna com um rapaz sem camisa, abrindo em zoom out para enquadrar também seu rosto sério. Em seguida, foca um homem de olhar fixo em direção à câmera, um pouco à frente de uma mulher de cabelo crespo e curto que também encara e devolve o olhar à câmera (*frame 11*); o foco passa a outro homem com uma expressão semelhante, à frente de uma mulher de dreadlocks (*frame 12*). O enquadramento seguinte mostra os quatro sentados em uma escadaria com pichações e grafites nas laterais e árvores ao fundo, as mulheres posicionadas no centro, aparentemente um degrau acima dos homens (*frame 13*).

Frames 11 e 12 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Frame 13 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Os homens parecem guardá-las, protegê-las de algo ou alguém que se encontra fora de quadro ou na posição da câmera e do espectador – alguém não mostrado, deixado para que as representações que compõem os repertórios e imaginários dos espectadores informem quem está fora dali e por que convoca essa posição. A cena seguinte mostra uma mulher de cabelo crespo curto e um homem com um boné do Lab Fantasma em frente a um portão metálico, com olhares firmes para a câmera. Em seguida, em primeiro plano, eles intensificam suas expressões faciais, culminando em gestos com os dedos do meio juntamente à última frase do refrão: “eu quero é que eles se ----!”.

No bis, uma moça de cabelos trançados beija um rapaz de cabelo crespo em um cenário gramado, com árvores ao fundo (*frame 14*). As duas mulheres que abrem a cena do primeiro refrão retornam à narrativa agora de frente para a câmera, com seus olhares e posturas corporais intensificados, uma delas com a mão na cintura (*frame 15*). As mulheres de vermelho em frente à cerca viva também retornam, agora dirigindo o olhar sério para a câmera (*frame 16*), uma delas de braços cruzados, em seguida, olhando uma para a outra com um riso de cumplicidade (*frame 17*): ao se unirem contra o inimigo comum, constrói-se entre elas uma relação afetuosa e amigável. O grupo dos sete também retorna à cena de braços cruzados e olhares intensificados, seguido pelo foco em quatro deles com a câmera levemente posicionada em *contra-plongée*, mostrando gestos negativos e expressões faciais ainda mais enfáticas.

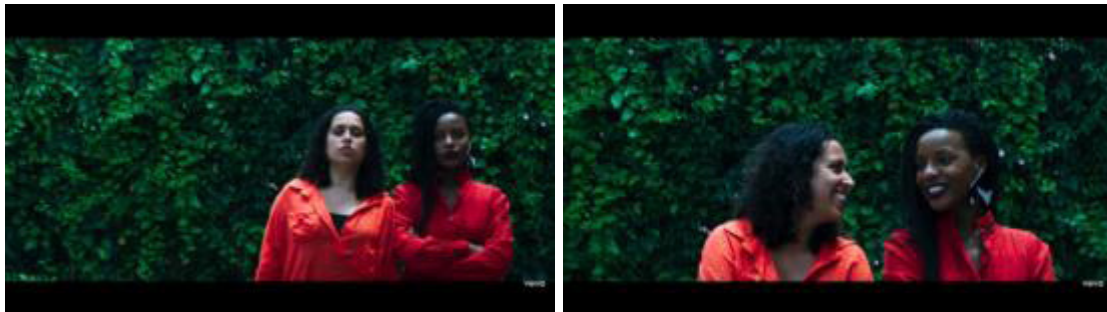


Frames 14 e 15 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Frames 16 e 17 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Em seguida, o casal com as roupas do mesmo modelo entrelaçam seus dedos de forma afetuosa (*frame 18*), em plano frontal *contra-plongée*, com as cabeças inclinadas em direção um ao outro (*frame 19*), de modo que o ângulo de seus pescoços e o tom negro de suas peles se mesclam com os galhos das árvores ao fundo, mostrados pelo movimento ascendente da câmera (*frame 20*). Embora a cena não mostre as raízes, elas se presentificam metaforicamente, construindo uma poética de honrar as próprias raízes por meio das relações afetivas afrocentradas, conduzindo a ramificações vivas, que escapam ao enquadramento em direção ascendente. Esse plano é intercalado e seguido pelo de um homem negro sem camisa, também em plano frontal, colocando um boné com a inscrição “LAB” e cruzando os braços, olhando fixamente para a câmera (*frame 21*).

Frames 18 e 19 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

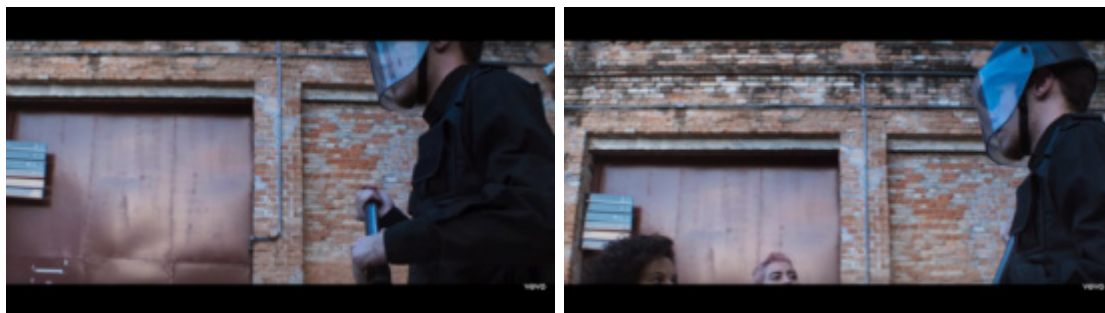
Frames 20 e 21 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Seguem-se os solos de Muzzike, Raphão Alaafin e Emicida, que convoca o último refrão e deixa o microfone. A sequência intercala imagens dos rappers, em um cenário escuro sob uma luz avermelhada, dançando e cantando com olhares, expressões e gestos firmes em direção à câmera; que apontam, acionam, convocam e interpelam o espectador; de modo que a performance demanda atenção e cobra que esse espectador também se mova, se posicione. No bis, é mostrado um personagem branco, vestido e equipado como um policial da tropa de choque, com um capacete e um cassetete, em *contra-plongée*, sugerindo autoridade e poder (*frame 22*). De perfil, ele não encara a câmera/o espectador, mas olha fixamente para algo fora do quadro, mais além, à esquerda, de onde surgem duas mulheres, uma branca de cabelo curto, tingido de rosa, e a outra negra de cabelos cacheados (*frame 23*).

Frames 22 e 23 – Mandume

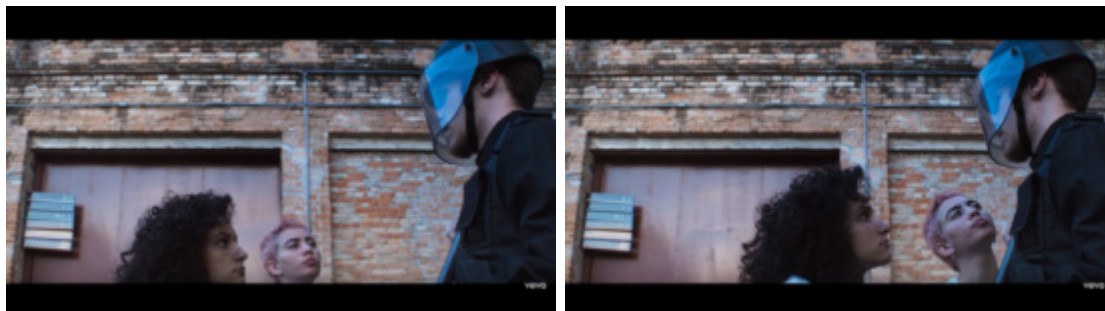


Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Inicialmente, apenas as testas das moças são enquadradas, demonstrando sua pequena estatura diante do policial. À medida que se aproximam dele, porém, ocupam um espaço cada vez maior no quadro, encarando-o fixamente com olhares de desafio. Verbalmente, o refrão articula a posicionalidade dos sujeitos por meio de uma demarcação entre “eles”, “nós”, “eu” e “eles”, enfatizando os lugares sociais distintos, diferenciados em função da identificação racial. Visualmente, a moça negra avança e para em frente ao policial, em um confronto direto, enquanto a moça branca se posiciona entre eles, onde parece pronta para proteger a anterior (*frame 24*). O posicionamento dos personagens parece cercar o espectador, que se vê presente no embate, localizado entre a moça negra e o policial, e, portanto, intimado a se posicionar. A pista sobre o posicionamento adequado está à frente, na postura da moça branca que adentra o conflito e se aproxima do policial com o olhar firme (*frame 25*). As cenas finais mostram os rappers e os personagens, novamente privilegiando os planos frontais, reiterando o padrão de olhares, expressões faciais e posturas corporais, se encerrando com uma mulher negra de turbante, colares de contas e trajes de candomblé, olhando fixamente uma fogueira, que desaparece em fade out.



Frames 24 e 25 – Mandume



Fonte: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

Partindo da multiestabilidade das metaimagens, proponho um deslocamento da minha posição como espectadora para explorar outras formas de interpretar essa materialidade audiovisual. Esse movimento se fundamenta em estudos sobre as relações raciais (FURTADO, 2019) e em conhecimentos construídos em outros espaços dos movimentos negros, bem como em minha própria vivência como pesquisadora negra. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre como as reivindicações e discursos dos movimentos negros são vistos pela sociedade hegemonicamente branca, instituindo restrições e constrangimentos às discussões sobre raça e racismo. Posturas nesse espectro cultural, ideológico e político, permeadas por noções racistas e pelo mito da democracia racial, apresentam o potencial de desconforto, discordância ou mesmo aversão às questões apresentadas em *Mandume*.

Nesse conjunto, a frase que encerra o refrão “eu quero é que eles se ----!”, poderia ser interpretada como uma agressividade “gratuita” – em oposição a um protesto historicamente fundamentado e justificado – e como exemplo do “revanchismo” e “desejo de vingança” atribuídos aos movimentos negros em suas reivindicações pela igualdade racial. Através das lentes do preconceito linguístico, o uso da fala coloquial, gírias, palavrões e construções que fogem às normas de concordância verbal, poderia ser tomado como sinal de ignorância, analfabetismo e falta de conhecimento letrado. A demarcação da divisão entre brancos e negros, articulada verbalmente em comportamentos e ações específicas a “nós” e a “eles”, ou seja, identidades construídas com base na identificação racial, poderia ser interpretada nos termos de outra acusação recorrente dos setores brancos contra os movimentos negros: o de perpetuar o racismo por meio da persistência em (re)construir identidades negras, em oposição à identidade nacional racialmente mestiça que busca branquear a população e apagar a “mancha negra”. Nesse quadro, as posturas corporais, gestos e olhares seriam tomados como uma pretensa confirmação dos estereótipos racistas de “neguinho(a) atrevido(a)” e “preta(o) raivosa(o)”, como demonstrações de uma agressividade animal e irracional supostamente natural às pessoas negras.

No entanto, para os espectadores que reconhecem que o racismo não apenas existe e persiste, mas determina nossa formação cultural, a interpretação será outra. Essa consciência sobre as relações raciais pode ser construída de diversas formas: a partir da observação crítica das experiências cotidianas; nos laços comunitários e familiares; na militância junto aos movimentos negros; na educação formal; na construção de saberes na música, arte e dança; ou, melhor, em todos ou muitos destes simultaneamente, possibilitando que permeiem uns aos outros e se enriqueçam mutuamente. Nesse espectro, encontra-se, por exemplo, a construção do conhecimento posicionado a partir de lugares sociais estruturalmente subalternizados, enfatizando as conexões entre a subjetividade negra e a intelectualidade negra na consolidação do pensamento antirracista e decolonial. É esta vertente que retomo a seguir, evidenciando outro campo de possibilidades no encontro com o videoclipe.

Essa matriz de pensamento reveste a materialidade audiovisual de *Mandume* com efeitos e percepções ligados à resistência negra: são atribuídos aos olhares, expressões faciais, gestos e posturas corporais significações de altivez, seriedade, autoconfiança, força; desgosto, indignação, raiva, hostilidade e

desconfiança em relação a quem olha; orgulho, desafio, provocação, questionamento, não-conformação e resistência. A intensificação desses semblantes ao longo do videoclipe evidencia a crescente compreensão sobre a violência racista e o veemente contraponto a esse sistema, metaforizados na interação entre a letra da música e a encenação desse padrão de olhares e posturas.

Historicizando as estruturas coloniais do ver, Paula Amad (2013) mobiliza contribuições teóricas de Jacques Leenhardt para enfatizar que um dos modos pelos quais as relações de poder da ordem colonial emergem na cultura visual é na materialização do direito de *olhar sem ser olhado*. Na visão da autora, alguns estudos que atentam para os olhares dirigidos à câmera tendem a constituir uma resposta ou contra-ataque visual (no original, “*visual riposte*”), definido como um gesto que vai além da análise formal ou estilística, incorporando o objetivo ético de devolver ou interrogar o olhar. Em sua concepção, o ato de devolver o olhar se manifesta em duas dimensões: no direcionamento do olhar dos sujeitos filmados para a câmera e para o espectador, e na interpretação desse olhar como um gesto de recusa à unidirecionalidade dos modos ocidentais de olhar para os Outros.

Nesse sentido, o movimento do olhar está relacionado ao ato de ver como ligado à agência para definir, responder, comunicar, produzir conhecimento e se posicionar diante dos regimes epistêmicos. Amad (2013) considera que, no contexto dos estudos pós-coloniais, a devolução do olhar materializa não uma inversão de papéis – que implicaria uma falsa simetria nas relações de poder entre sujeito e objeto, *self* e alteridade – mas a corporificação de um espaço de troca, interação, diálogo, em que os sujeitos subalternizados constroem suas próprias perspectivas, seus modos de ver e conhecer, sua própria visão de seu mundo. Para a autora, a potência da resposta visual reside em sua capacidade de interrogar a relação entre a visão colonial e o poder, partindo dos olhares dirigidos à câmera sem se limitar a eles, contemplando também o contexto político, histórico, cultural e intelectual que permeia a produção visual e os encontros com a visualidade.

A manutenção do plano frontal no videoclipe enfatiza a constituição das pessoas negras como sujeitos, então dotados do poder de reagir, se expressar, se manifestar, inclusive por outras formas que não a discursividade letrada – por meio da sensibilidade, da música, da performance corporal, da visualidade e oralidade, dos letramentos políticos articulados nos movimentos negros. As pessoas negras das encenações são muitas e diversas entre si, com diferentes tons de pele, texturas de cabelo e penteados, ocupando cenários diferentes. No entanto, todos mantêm o padrão de olhares, expressões e posturas frente à câmera, e os figurinos, apesar de trazerem diferenças, fazem parte da mesma coleção da grife. Expressa-se, assim, que não somos um bloco homogêneo como pretendido pelas narrativas coloniais: constituímos uma pluralidade de subjetividades, permanecendo, porém, unidos sob a vivência compartilhada da opressão racista; unidos em nossos posicionamentos e ações ao interrogar a branquitude.

Embora a letra afirme que “eles” querem que sejamos mais humildes e abaixemos a cabeça, o videoclipe não mostra nenhum semblante humilde, tampouco cabeças abaixadas. Essa discrepância entre a ordem verbalizada e a emergência visual demonstra que nós, pessoas negras, nunca aceitamos passivamente nossa própria opressão, mas fomos coagidos à subalternidade pelas estruturas de poder, pelo uso da força e de mecanismos institucionais de exclusão, mascarados por narrativas históricas que naturalizam essa dominação. Assim desde a colonização, em que nossos ancestrais não vieram para as Américas voluntariamente, mas sequestrados e vitimados pelo tráfico intercontinental de pessoas escravizadas. Desde então, fomos forçados ao apagamento da nossa história, cultura e epistemes em um processo de assimilação que nos reservou um lugar social de subalternidade como única forma de incorporação pacífica à sociedade, lado a lado com políticas genocidas e de encarceramento em massa (FURTADO, 2019). Diante desse cenário, não restam outros olhares e posturas possíveis que não os da hostilidade, desafio e resistência.

Não se pretende construir uma fórmula totalizante e dicotômica sobre as interpretações dessa narrativa audiovisual, mas identificar duas matrizes opostas que constroem imaginários conflitantes, que

permeiam e dão sentido aos processos de socialização. É um embate presente nas discussões, saberes e representações sobre as interações entre pessoas negras e brancas, sobre as dinâmicas estruturais e ramificações do racismo na vida social. Esses imaginários estão em interação constante nos processos culturais de apropriação, adaptação, negociação e resistência. É precisamente este conflito que se vê em *Mandume*, a disputa simbólica que se repete em nossa vida cotidiana e ocupa lugar central na luta antirracista.

Os versos “eles querem que alguém/que vem de onde nóiz vem/seja mais humilde, baixe a cabeça” evocam, nos sujeitos espectadores negros, memórias de suas próprias experiências com o racismo que representam essas ordens – seja em relações interpessoais ou, mais amplamente, na dimensão estrutural do confinamento à subalternidade. Esses versos também podem evocar imagens de pessoas negras em posições de inferioridade, cristalizadas nos imaginários por meio das representações estereotipadas na televisão, cinema, pintura e literatura; bem como nas situações cotidianas, considerando que, em função do racismo estrutural, é comum que as profissões tidas como subalternas sejam ocupadas majoritariamente por pessoas negras.

O choque entre esses imaginários e o conjunto das posturas altivas e olhares confiantes em referência ao rei Mandume evidencia os gestos de resistência que desafiam a ordem racista. A referência ao desejo da sociedade branca, de que as pessoas negras finjam que esqueceram “a coisa toda”, evidencia que o conflito não se limita à esfera individual, mas diz respeito à continuidade histórica que estrutura a sociedade. Se a branquitude narra as relações raciais em seus próprios termos, ocultando seletivamente o passado e a forma como o sistema racista se articula no presente, os próprios atos de lembrar, investigar os rastros e produzir conhecimento sobre essa continuidade histórica são gestos de resistência – manifestados nas expressões de resiliência, raiva, hostilidade e desafio. O refrão encenado não por um sujeito único, mas sempre por grupos, enfatiza a relação entre as experiências pessoais e sua dimensão coletiva.

Apesar do controle discursivo operado pela sociedade hegemonicamente branca – expresso na verbalização do que “eles querem” –, escapam pela visualidade elementos que demonstram a resistência à dominação da ordem racista. Enquanto as vozes do refrão revelam que “eles” querem nossa subalternidade e inferioridade, a composição visual mostra quem somos e o que queremos: nos cenários, cabelos e figurinos repletos de referências à sobrevivência e valorização da cultura e estética negras; na contraposição entre os gestos de hostilidade para a câmera e os gestos de afeto, cumplicidade e respeito entre si; nas expressões corporais e faciais de orgulho, força, altivez, resistência. A interação entre as dimensões verbal e visual revelam a disputa entre opressão racial e resistência, continuamente tensionada até a ira da explosão no verso “eu quero é que eles se ----!”, acompanhado dos gestos.

A disputa construída no refrão de *Mandume*, portanto, evidencia as relações entre a esfera individual e a coletiva, lançando luz sobre as dimensões sociais, políticas e estruturais de nossas vivências e construções identitárias. Esse movimento articula relações de reconhecimento e pertencimento entre pessoas tão diversas, com relatos tão distintos sobre as formas como conhecem e compreendem a opressão racial. O refrão, cantado por todos, demonstra como a multiplicidade de experiências do racismo – entrecruzadas com a opressão de gênero; letramento, representação histórica e violência epistêmica; LGBTQfobia; desigualdade de classe; intolerância religiosa – encontram um terreno comum, compartilhado, na luta antirracista.

Em entrevista à Ponte<sup>8</sup> sobre *Mandume*, Emicida afirma: “Desde a primeira vez em que entrei em contato com sua história, acreditei que ela podia ser uma metáfora pros vários descendentes de reis e rainhas que seguem cabisbaixos pelo mundo sem saber de sua grandeza”, destacando o objetivo de levantar a cabeça das pessoas negras por meio do conhecimento sobre sua ancestralidade. Nesse sentido, não se trata apenas de linhagem direta: na diáspora negra, devido a suas condições de formação, em que

---

8 Disponível em: [bit.ly/2DObZvY](http://bit.ly/2DObZvY). Acesso em: 26 nov. 2018.

o tráfico intercontinental de pessoas escravizadas impossibilitava traçar diretamente a própria origem no continente africano, a ancestralidade assume um sentido mais amplo de coletividade negra e tributo às pessoas que enfrentaram a luta antirracista antes de nós.

Na mesma entrevista, Emicida destaca que conheceu a história de Mandume não por meio da educação formal, mas ouvindo a história de um amigo e, a partir de então, pesquisando mais. Ao trazer o nome de Mandume sem contar sua história, o videoclipe instiga que seus espectadores façam o mesmo, encontrando uma fotografia do início do século XX (fotografia 1) que enriquece o repertório dos espectadores e, por consequência, a experiência visual do videoclipe, evidenciando a origem da postura corporal performada pelos músicos, ativistas e artistas negros que encenam o legado de Mandume de braços cruzados e cabeça erguida. Por meio dos planos frontais, bem como dos olhares, expressões faciais e posturas corporais de altivez e orgulho, o videoclipe evidencia o reconhecimento das pessoas negras em suas dimensões individual e coletiva, histórica e contemporânea, subjetiva e epistemológica.

Fotografia 1 – Mandume ya Ndemufayo



Fonte: [bit.ly/2DObZvY](https://bit.ly/2DObZvY). Acesso em: 26 nov. 2018.

A figura de Mandume, então, emerge como inspiração: a subjetivação política antirracista é o despertar do Mandume em cada um de nós. Essa associação é enfatizada pela própria composição da música, que traz o nome no título, mas opta por não contar a história deste rei, dando lugar aos relatos testemunhais da opressão racial entrecruzada com outros eixos de subalternização conforme vivida pelos rappers em suas interações cotidianas com a branquitude. Embora existam interpretações ligadas à reiteração de imaginários e estereótipos racistas, esses relatos na experiência visual apresentam o potencial de articular relações de reconhecimento, pertencimento, identificação das pessoas negras com a coletividade negra, ou de convocar posicionamentos de responsabilidade das outras pessoas diante do racismo.

Estão em jogo, então, dois imaginários conflitantes: o da figura negra humilde e de cabeça baixa, evocado pela verbalização do que “eles querem” e reforçado por regimes de representação racistas; e aquele da figura do rei Mandume, evocado pela performance visual dos sujeitos negros e por artistas, músicos, professores, ativistas dos movimentos negros e demais pessoas negras em posições de destaque na vida social. Esses imaginários se relacionam à perspectiva dos sujeitos sobre questões raciais, à consciência sobre as dimensões cultural e estrutural do racismo e às expectativas sobre o comportamento e posicionamento dos sujeitos negros em suas interações sociais. Tais imaginários, que se encontram em circulação na sociedade, entremeados às visões dos sujeitos e às formas de produção cultural e regimes de representação, permeiam o encontro com a materialidade audiovisual e são trazidos à tona mediante a interpelação da metaimagem.

Esses imaginários dizem também das relações de poder que definem o conhecimento eurocêntrico como superior às matrizes de pensamento africana e indígena, que continuam a ser silenciadas e marginalizadas. Mandume interroga e critica essa matriz dominante, que se pretende universal e igualitária ao mesmo tempo em que exclui e violenta determinados sujeitos. Em meio a esse genocídio como processo social e histórico, a racionalidade eurocêntrica destituiu os grupos subalternizados até mesmo do poder de reivindicar seu reconhecimento, ao descartar suas formas de se comunicar, expressar e argumentar, seus modos de fazer política e suas epistemes, definindo-as como ilegítimas e inferiores perante o conhecimento letrado. Nesse sentido, a metaimagem permitiu revelar as hierarquias de poder estabelecidas não apenas entre regimes racializados de representação, mas entre tradições epistêmicas, entre modos de ver/conhecer e se dar a ver/conhecer em sociedade.

Mais do que protestar o genocídio da população negra, Mandume contesta o processo de epistemicídio contra nossas tradições de conhecimento, nossas formas de sociabilidade, argumentação, expressão e prática política. Desse modo, Mandume reivindica a legitimidade, validade e autonomia do nosso pensamento, o reconhecimento dos nossos modos de articular conhecimento e resistência por meio da música, performance, produção artística, oralidade e visualidade, bem como as rupturas que a fonte epistemológica negra provoca ao se inserir nos espaços consolidados do saber. Emerge, assim, a cena de um conflito entre esses dois modos distintos de se pensar, de se constituir como sujeitos, de se narrar, de se dar a ver em sociedade – evidenciando os movimentos negros como plenamente capazes de se autodefinir, nomear suas opressões e construir perspectivas, visões de mundo e ações políticas por meio de suas próprias referências e epistemes.

## Considerações finais

A análise dos refrões de *Mandume* evidenciou uma narrativa sobre a construção das imagens e do conhecimento sobre as relações raciais, sobre a atuação dos movimentos negros como protagonistas da reconstrução desses regimes do visível e epistemes – revelando a resistência não apenas dos sujeitos negros individualmente, mas como coletividade, na riqueza epistemológica negra. Aliada aos Estudos Visuais, a análise de estilo televisivo permitiu abordar a visualidade de movimentos sociais que interrogam e desafiam, que usam o olhar, o tom de voz e a expressão corporal como instrumentos de interpelação. O arranjo de imagem e som revelou questões mais amplas sobre como as pessoas negras são vistas e mostradas, e as implicações sociais dos efeitos performativos de ser olhado, olhar de volta e interpelar com esse olhar.

Nessa experiência visual, a continuidade histórica do racismo é apresentada a partir do ponto de vista de sujeitos negros, convocando e interpelando o observador. Como destacado por Mitchell (2009), ao devolver o olhar do espectador, a imagem devolve também a pergunta, interrogando-o sobre seu autoconhecimento e convidando-o a ocupar um lugar, a assumir um posicionamento frente à problemática ali construída. O videoclipe intensifica o potencial das imagens em interpelar esse observador, evidenciando o caráter racializado das assimetrias socialmente construídas, demandando que se conheça e se posicione em sua subjetividade diante das questões raciais.

Reconhecer o racismo e a forma como esse sistema opera desigualdades, violências e privilégios é condição indispensável para esse diálogo. O encontro com a alteridade – com seu conceito abstrato e com os sujeitos representativos dessa noção, que ocupam esse lugar social – convoca os sujeitos a refletirem sobre suas próprias identidades, sobre seus posicionamentos frente a essa alteridade. Nesse sentido, a instrumentalização da posicionalidade articulada no videoclipe por meio da demarcação explícita de “eles”, “nós”, “eu” e “eles” interage com a dimensão visual de modo a enfatizar seu caráter como desestabilizador da ideia de um sujeito único, neutro, universal.

O videoclipe reivindica a legitimidade e agência de nossos olhares oposicionais, conforme proposto por bell hooks<sup>9</sup> (1992), como atos insubordinados de sujeitos plenos que encaram e interrogam criticamente, contestando o olhar do outro, nomeando e afetando a realidade observada. Nesse sentido, os olhares oposicionais não se limitam à postura frente aos produtos culturais, mas operam também diante das epistemes hegemônicas – por meio da oralidade e visualidade da produção cultural e dos instrumentos teórico-metodológicos dos movimentos sociais incorporados ao ambiente científico, junto às presenças negras e ao ativismo antirracista, produzindo novos letramentos que enriquecem os saberes acadêmicos e os aproximam da justiça social.

Nos testemunhos de sobreviventes do genocídio e epistemicídio negro e em seus próprios aspectos formais, o videoclipe busca romper com as cruéis e elitistas normas da argumentação política pacifista, cordial e passiva que rege os ideais da esfera pública da branquitude. Esses regimes de silenciamento tornam necessário mostrar que não somos contemplados por essa matriz da racionalidade eurocêntrica que forja a noção de igualdade enquanto nos exclui, subordina, extermina e silencia. A exclusividade dessa matriz eurocêntrica é questionada, demandando que nos ouçam em nossos modos de narrar, afetar, sensibilizar e comunicar, para que compreendam a natureza violenta das relações raciais; para que entendam que, se protestamos e reivindicamos de maneira tão veemente é porque somos violentados cotidianamente nas interações com a branquitude, física, verbal e simbolicamente.

A ausência dessa compreensão, inclusive em relação à responsabilidade das pessoas brancas autodeclaradas de esquerda ou progressistas, é um obstáculo à igualdade racial. Tais alianças do grupo racial dominante articulam seu acesso privilegiado às oportunidades sociais na continuidade de preconceitos, violências, processos de exclusão, regimes de representação e visibilidade que mantêm naturalizado o nosso genocídio – que, como vimos em *Mandume*, é também um processo de epistemicídio. O videoclipe convoca à ruptura com a invisibilização do racismo em suas diversas manifestações, entrecruzadas com outras formas de subalternização como sistemas interligados de poder, principalmente na dimensão das tradições de conhecimento.

Desse modo, mais do que apenas tratar dos regimes de visibilidade e das normas racializadas de produção de imagens, a metaimagem de *Mandume* revela aspectos sobre o apagamento e hierarquização de epistemes em nossa sociedade. Em um rico esquema de autorreferencialidade, *Mandume* reitera, por meio de seus próprios aspectos formais, a importância dos modos de produção de conhecimento que estão fora do circuito intelectual hegemônico, acadêmico, dos livros de história, da razão eurocêntrica. Além de tomar posse da palavra e das imagens, do direito de se autodefinir e produzir saberes posicionados a partir da subjetividade dos lugares sociais negros, o videoclipe evidenciou esses processos de conflito e exclusão por meio de sua própria materialidade, demonstrando a oralidade e visualidade articuladas no rap como uma fonte de conhecimento sobre os impactos do racismo na sociabilidade das pessoas negras, sobre as estratégias de intervenção e resistência negra. O videoclipe legitimou e fortaleceu as matrizes de pensamento decoloniais, evidenciando seu potencial para revelar as condições históricas que instituem as interações sociais racializadas, as categorias de poder e as hierarquias entre epistemes.

---

<sup>9</sup> A autora, chamada Gloria Watkins, adotou o nome da avó como pseudônimo e pede que sua grafia seja feita em letras minúsculas, como forma de destacar não sua figura individual, mas o conteúdo de sua produção.



## Referências

AMAD, Paula. Visual Riposte: Looking Back at the Return of the Gaze as Postcolonial Theory's to Film Studies. **Cinema Journal**, v. 52, n. 3, p. 49-74, 2013.

BREA, José Luis. Los estudios visuales: por una epistemología política de la visualidad. In: BREA, José Luis (Ed.). **Estudios Visuales: La epistemología de la visualidad en la era de la globalización**. Madrid: Akal Estudios Visuales, 2005.

BUTLER, Jeremy. **Television Style**. New York: Routledge, 2010.

FURTADO, Lucianna. **Mandume: Rastros da diáspora na reconstrução de memórias e identidades negras no rap**. Mestrado (Comunicação e Sociabilidade Contemporânea) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

HOOKS, Bell. **Black looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1992.

JANOTTI JÚNIOR, Jeder; SOARES, Thiago. O videoclipe como extensão da canção: apontamentos para análise. **Revista Galáxia**, n. 15, p. 91-108, jun. 2008.

MANDUME. Emicida feat. Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike, Raphão Alaafin. Direção: Gabi Jacob. **Laboratório Fantasma**, 2016. 8 minutos e 47 segundos. Disponível em: [youtu.be/mC\\_vrzqYfQc](https://youtu.be/mC_vrzqYfQc). Acesso em: 10 jan. 2019.

MELO ROCHA, Rose; PORTUGAL, Daniel. Como caçar (e ser caçado por) imagens: entrevista com W. J. T. Mitchell. **E-Compós**, v. 12, n. 1, jun. 2009.

MITCHELL, William John Thomas. Metaimágenes. In: MITCHELL, William John Thomas. **Teoría de la imagen: Ensayos sobre representación verbal y visual**. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

MITCHELL, William John Thomas. **¿Qué quieren las imágenes?** Una crítica de la cultura visual. Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 2017.

MITCHELL, William John Thomas. No existen medios audiovisuales. In: BREA, José Luis (Ed.). **Estudios Visuales: La epistemología de la visualidad en la era de la globalización**. Madrid: Akal Estudios Visuales, 2005.

ROCHA, Simone Maria. **Estudios visuales y estilo televisivo: porque no existen medios puramente visuales**. Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 135, p. 297-316, ago./nov. 2017.

ROCHA, Simone Maria. Os visual studies e uma proposta de análise para as (tele)visualidades. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 43, n. 46, p. 179-200, dez. 2016.

SOARES, Thiago. **A estética do videoclipe**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

SOARES, Thiago. O videoclipe como articulador dos gêneros televisivo e musical. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste**, 2007. Disponível em: [bit.ly/2A42Trt](https://bit.ly/2A42Trt). Acesso em: 17 nov. 2018.

## TEORIA DO RECONHECIMENTO E INTERAÇÕES COTIDIANAS: o caso das lutas dos quilombolas do Pará

## THEORY OF RECOGNITION AND DAILY INTERACTIONS: the case of the quilombola fights of Pará

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

### JANINE BARGAS

Doutora em Comunicação Social. Professora Adjunta do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Rondon do Pará, Pará, Brasil. Construção estrutural, teórica, metodológica do artigo a partir de pesquisa realizada como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), defendida em 2018, intitulada "Quilombolas do Pará e Mídias Digitais: sociabilidade, conflito e mobilizações online nas lutas por reconhecimento". E-mail: ninebargas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9719-4993>

### ROUSILEY MAIA

Professora Titular do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do Grupo de Pesquisa Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Construção da linha argumentativa do artigo, revisão e orientação da tese de doutorado no PPGCOM/UFMG. E-mail: rousiley@gmail.com informado no Sistema. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8123-2406>

## Resumo

Este artigo explora a teoria do reconhecimento a fim de demonstrar sua pertinência para investigações sobre processos de subjetivação e politização de grupos sociais. Ao focalizar o caso das comunidades quilombolas do Pará, por meio de uma costura conceitual-empírica, a análise busca verificar como o aspecto da intersubjetividade, por meio das interações cotidianas, desponta como central para a conversão de danos individuais e coletivos em lutas sociais. Acreditamos que os elos construídos nas interações possibilitam o compartilhamento dos sentimentos de injustiça e a promoção de uma interpretação comum sobre os danos sofridos, a partir de percepções geralmente difusas e dispersas na vida social dos sujeitos. A articulação de formas de resistência e agendas concernentes são atadas a essas interpretações.

### Palavras-chave

Reconhecimento; Quilombolas; Interações cotidianas.

## Abstract

This article explores the theory of recognition in order to demonstrate its relevance to investigations into processes of subjectivation and politicization of social groups. By focusing on the case of the Quilombola communities of Pará, through a conceptual-empirical seam, the analysis seeks to verify how the intersubjectivity aspect, through daily interactions, emerges as central to the conversion of individual and collective damages into social struggles. We believe that the links built in the interactions allow the sharing of feelings of injustice and the promotion of a common interpretation about the damages suffered, from perceptions usually diffused and dispersed in the social life of the subjects. The articulation of forms of resistance and related agendas are tied to these interpretations.

### Keywords

Recognition; Quilombolas; Daily interactions.

## Introdução

Este artigo explora a teoria do reconhecimento (HONNETH, 2003) para demonstrar a pertinência de sua utilização para análises sobre processos de subjetivação e politização de grupos sociais. Concentramos nossa atenção na compreensão das lutas de populações tradicionais, com foco específico sobre o caso das comunidades quilombolas do Pará. Especificamente, esta análise busca promover uma operação analítica de cruzamento entre a teoria do reconhecimento de Honneth e as experiências históricas de desrespeito a esses grupos sociais para verificar, de modo situado, como o aspecto da intersubjetividade desponta como central para a conversão de danos individuais e coletivos em lutas sociais.

O caso das chamadas comunidades remanescentes de quilombos, ou, segundo os termos oficiais, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, Decreto 4.887/2003), a partir da teoria do reconhecimento, além de demonstrar a atualidade das controversas políticas relacionadas aos direitos de povos e comunidades tradicionais no Brasil, desponta como um bom exemplo que nos permite alcançar nuances – como a constituição de identidade coletiva por meio das interações cotidianas – ainda não observadas em trabalhos sobre esses grupos em disciplinas que tradicionalmente os têm como tema de pesquisa, como a Sociologia, a Antropologia ou a História (ALMEIDA, 2011; ARRUTI, 2008; LEITE, 2008; MARIN; CASTRO, 1999). Trata-se, portanto, de um artigo que se volta para o estado de latência do movimento social quilombola, concentrado no plano de elaboração intersubjetiva das ações políticas.

Neste artigo, apresentamos, por meio de um entrelaçamento conceitual-empírico, alguns importantes aspectos das complexidades das quais são feitas as histórias, os territórios, as vidas, as lutas quilombolas, na perspectiva da teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003). Buscamos delinear algumas considerações, a partir de práticas de interações cotidianas, sobre como o âmbito da intersubjetividade, no ambiente difuso e complexo das relações sociais costumeiras, têm o potencial de gerar, em última instância, ações coletivas de existência e resistência a danos sofridos no passado e no presente.

Dessa forma, este artigo está dividido nas seguintes seções: na primeira, traçamos uma discussão sobre a pertinência da base teórica fornecida por Axel Honneth e uma revisão de literatura que tensiona diferentes perspectivas sobre o reconhecimento, tanto do ponto de vista da filosofia política (DAHL; STOLTZ; WILLIG, 2004; DERANTY, 2016; DERANTY; DUNSTALL, 2017; FRASER, 2006; GALEOTTI, 2002; MARKELL, 2006; TULLY, 2000, 2004), quando de experiências de trabalhos do campo da comunicação (CAL, 2014; MAIA, 2018; MAIA, 2014; MENDONÇA, 2009; VIMIEIRO, 2010), que apontam na mesma direção de nossa proposta aqui apresentada, qual seja, a de considerar práticas comunicativas cotidianas como processos intersubjetivos que nutrem a constituição de lutas. Na segunda, discutimos as experiências das comunidades quilombolas, com o propósito de apontar os desrespeitos sofridos por esses grupos e a projeção dos danos nas esferas de reconhecimento (HONNETH, 2003). Na terceira, discorreremos sobre a constituição social e histórica das comunidades quilombolas no Pará, como as suas relações com os recursos naturais, suas religiosidades e cosmologias, para evidenciar a formação de um terreno comum compartilhado acerca dos modos de vida destes grupos, sua história e seus direitos. Na quarta seção, traçamos brevemente os elementos centrais da conjuntura atual de conflitos e lutas dos quilombolas do Pará. E, finalmente, na quinta seção e nas considerações finais, discutimos a relação entre as interações cotidianas e a constituição de lutas políticas, apontando alguns aspectos-chave da teoria do reconhecimento que tendem a auxiliar em outros estudos que levem a cabo uma imersão no terreno ainda misterioso das relações intersubjetivas.

## Perspectivas do reconhecimento, estudos comunicacionais e a teoria de Axel Honneth

A teoria do reconhecimento transformou-se desde o início de suas formulações, no início da década de 1990, em um dos principais referenciais teóricos no campo da filosofia política, do direito e da sociologia e, desde então, tem sido alvo de intensos debates. As formulações iniciais do canadense Charles Taylor, em sua conferência no *Center for Human Values* da Universidade de Princeton (em 1990), sobre a potência da ideia de intersubjetividade para análises no escopo do multiculturalismo, inaugurou o cenário em que, mais tarde, o conceito de reconhecimento se transformaria em um marco paradigmático.

Dois anos depois (1992), o alemão Axel Honneth, do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt<sup>1</sup>, publicou sua tese de livre docência intitulada *Kampf um Anerkennung (Luta por reconhecimento)* – traduzida para o Brasil em 2003<sup>2</sup> – propondo uma conexão entre as ideias produzidas na fase jovem do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e a psicologia social do norte-americano Georg Herbert Mead (1863-1931). Honneth oferece um olhar sobre os aspectos morais dos conflitos sociais, compreendendo-os como os propulsores das lutas e das transformações sociais. O autor partiu do modelo conceitual hegeliano de “luta por reconhecimento”, em uma perspectiva moral dos conflitos, e o associou, com o auxílio de Mead, numa inflexão empírica, aos aspectos da intersubjetividade humana, estabelecendo o que ele chamou de padrões de reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2003).

Desde então, um grande número de debates e estudos passou a encampar a discussão sobre reconhecimento em pesquisas sobre democracia, movimentos sociais, identidades, diferenças, assim como em questões sobre socialização e sociabilidade de grupos estigmatizados. Nesse escopo, vários pesquisadores de disciplinas particulares concentraram-se em dar densidade teórica e empírica à teoria do reconhecimento. Da publicação da conferência de Taylor, em uma obra editada pela cientista política Amy Gutmann, filósofos como Jürgen Habermas e Kwame Anthony Appiah, começaram a analisar e suscitar novos debates. Em 1995, a filósofa feminista norte-americana Nancy Fraser inseriu-se nos debates propondo uma combinação conceitual entre reconhecimento e redistribuição. E esse tem sido até hoje um dos debates mais frutíferos na teoria do reconhecimento.

Para Fraser, o plano do reconhecimento defendido por Honneth estaria inscrito no seio do culturalismo, desconsiderando as dissimetrias econômicas e estruturais causadas pelo capitalismo (FRASER, 2006). Diante disso, ela elabora, primeiramente, o conceito de redistribuição para dar conta da possível lacuna deixada pelo autor alemão. Posteriormente, criticada por outras teóricas feministas, como Iris Young, por defender uma solução dicotômica ao problema do *misrecognition*, a autora apresenta um terceiro “r”, o de representação (DAHL; STOLTZ; WILLIG, 2004), formulando, assim, um tripé sobre o qual poderiam se assentar as perspectivas “mais realistas” e contemporâneas sobre as lutas por reconhecimento.

Foi assim que, nos anos 2000, a teoria do reconhecimento passou por um estágio de aprofundamento e incremento promovido internacionalmente por diversas contribuições. Além de Fraser, James Tully (2000; 2004), por exemplo, chama a atenção para um debate sobre as lutas de grupos

---

<sup>1</sup> A esse Instituto, oriundo do pensamento marxista, e aos seus seguidores e debatedores localizados nele e em diversas partes do mundo, convencionou-se chamar de Escola de Frankfurt. Fruto dessa tradição, mas compondo um campo teórico mais amplo, a denominada Teoria Crítica é caracterizada pelo seu caráter normativo – ao qual faço diversas menções ao longo deste trabalho –, isto é, à compreensão e análise do mundo social e a uma conseqüente prescrição para sua transformação e emancipação da dominação. Honneth, diretor do Instituto desde 2001, é apontado como o expoente da terceira geração de Frankfurt, que teve início na década de 1930, sucedendo Theodor Adorno e Max Horkheimer (primeira geração) e seu orientador, Jürgen Habermas (segunda geração).

<sup>2</sup> A obra foi traduzida pela Editora 34, com o título “Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais”.

como um alvo de análises que deem conta não do reconhecimento ou da distribuição de forma isolada, mas que sejam compreendidas como partes de lutas agonísticas contra a dominação, fundamentais às democracias; ele também discute a constituição de um campo de pesquisa híbrido, que toca tanto a política, quanto o Direito, “em relativa independência do campo paralelo da democracia deliberativa e agonista” (TULLY, 2004, p. 5). Anna Galeotti (2002) coloca em relação tolerância e reconhecimento a partir de uma revisão de teorias liberais e propõe que a perspectiva do reconhecimento, por meio do estabelecimento do respeito e da liberdade igual a todos os indivíduos, pode ajudar a resolver questões de (in)tolerância em sociedades contemporâneas. Patchen Markell (MARKELL, 2000, 2006), ao revisitar clássicos da filosofia como Sófocles e Aristóteles, vai em direção contrária e questiona o reconhecimento igualitário como a única possibilidade de justiça; para o autor, reconhecermos uns aos outros nos deixaria transparentes para novas formas de subordinação. Jean-Philippe Derranty investiu na reflexão sobre o trabalho como elemento definidor do reconhecimento na esfera da estima social e, mais recentemente, tem discutido as possíveis contribuições de Jaques Rancière à teoria do reconhecimento e, amplamente, a uma teoria da justiça social (DERANTY, 2016) e sobre os problemas do historicismo para a constituição de uma teoria da justiça (DERANTY; DUNSTALL, 2017).

No plano teórico, no decorrer das discussões, uma falsa contradição foi criada entre as formas pelas quais a justiça poderia acontecer: ou só pelo reconhecimento ou só pela redistribuição (BRESSIANI, 2011). Nesse sentido, acreditamos na compatibilidade, ou seja, na necessidade de pensar a realização da justiça a partir da indissociabilidade entre reconhecimento e redistribuição, colocadas nos termos originais de luta por reconhecimento, segundo Honneth (2003; FRASER, 2006; FRASER; HONNETH, 2003).

No Brasil, Jessé Souza (2000) argumenta que a ideia de reconhecimento possibilita análises mais refinadas sobre identidades múltiplas em sociedades complexas e em países periféricos, por dar relevo à “assimilação diferencial por grupos e classes sociais da herança ocidental e, portanto, à interessante questão da assimilação seletiva de aspectos valorativos e institucionais” (SOUZA, 2000, p. 240). Lopes (2000) propõe-se a explicar como direitos humanos e impunidade estão relacionados no contexto brasileiro. Santos (2012), em uma análise descritiva, discute a constituição histórica dos discursos sobre os direitos quilombolas no Brasil.

No campo da comunicação, são marcantes os trabalhos de Marques (2003), que analisou a representação de grupos de sexualidade estigmatizada em telenovelas. Mendonça (2009) fez dialogar teoria deliberativa e teoria do reconhecimento na análise sobre as lutas de pessoas com hanseníase em âmbitos interacionais distintos, e a mobilização de identidades para a superação de situações de desrespeito. Vimieiro (2010) analisou os enquadramentos de jornais impressos brasileiros de grande circulação, ao longo de quase cinco décadas, sobre a temática da deficiência, apontando uma possível evolução moral na abordagem midiática sobre o assunto. Cal (2014) investigou as relações de poder e o reconhecimento ideológico em casos de trabalho infantil doméstico no Pará. Maia (2014; 2018) reuniu, em parceria com outros pesquisadores, um conjunto de discussões teóricas e empíricas baseadas na teoria do reconhecimento para investigações relacionadas tanto aos *media* de massa, quanto às mídias digitais, como as representações de moradores de favelas em telenovelas, as demandas e justificações públicas do movimento surdo no Brasil, os conflitos envolvendo racismo e homofobia em sites de redes sociais, entre outros. Com esse breve apanhado – tendo em vista um enorme número de trabalhos já realizados – já é possível ilustrar a gama tão variada de encaminhamentos de investigação em que a teoria do reconhecimento tem papel crucial.

Seguindo essa tendência, também apostamos na base teórica fornecida por Axel Honneth (2003). Sua utilidade assenta-se, particularmente, no potencial para promover uma ligação entre “a constituição da identidade individual e o seu bem-estar à responsividade social de outros” (MAIA, 2014, p. 103), além de permitir a junção entre processos de individuação e subjetivação a processos sociais e jurídicos mais amplos. Neste artigo, Honneth ajuda-nos a construir alguns elos analíticos entre a história de danos



oriunda de um passado escravagista e a configuração atual das comunidades e do movimento quilombola no Pará. Nesse sentido, é particularmente relevante destacar a relação entre experiências de desrespeito e padrões de reconhecimentos almejados de forma ampla, como passamos a discutir a seguir.

Como dito anteriormente, Honneth encontrou na conexão entre Hegel e Mead as ferramentas para construir sua gramática moral dos conflitos sociais. Ele a fez ao perceber a experiência de reconhecimento intersubjetivo de Hegel no trabalho de Mead na forma alterada de uma hipótese de pesquisa empírica e seus “equivalentes teóricos [...] para a distinção conceitual de diversas etapas de reconhecimento, e mesmo para a afirmação de longo alcance, acerca de uma luta que medeia essas etapas” (HONNETH, 2003, p. 155).

O ponto de partida é a ideia de que a vida social só pode acontecer quando ocorre um reconhecimento recíproco entre os sujeitos que satisfaça suas pretensões e estabeleça a construção de uma autorrelação prática positiva, isto é, sua relação íntegra com o mundo social. A esse ponto Honneth acrescenta um elemento dinamizador que “opera como uma coerção normativa, obrigando os indivíduos à deslimitação gradual do conteúdo do reconhecimento recíproco” (HONNETH, 2003, p. 156), ou seja, transformações sociais, ou, mais profundamente falando, operações mínimas de reprodução da vida social a partir de expectativas e desprendimentos, localizações e deslocamentos éticos e morais.

A operação teórica de Honneth é feita na forma de uma tipologia que descreve os padrões de reconhecimento atrelados às etapas de autorrelação prática dos sujeitos. Emergem, assim, as três formas de reconhecimento recíproco, segundo as quais o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma e dela com o mundo (autorrelação prática) se intensifica em sequência: a do amor, ligada às relações mais íntimas e afetivas; a jurídica, relacionada ao campo do Direito; e a do assentimento solidário, ligada à estima social.

Sua preocupação é situar essas etapas do reconhecimento intersubjetivo enquanto elementos “empiricamente controláveis” (HONNETH, 2003, p. 156), ou, em outros termos, convertê-los em categorias de análise ancoradas no processo histórico. Neste contexto, cabe ressaltar que o autor destaca a importância da superação do pensamento metafísico como explicador do mundo social, situando que seus insights são passíveis de uso apenas quando se fala em sociedades modernas ou pós-convencionais. Nesse sentido, além de prover o tripé do reconhecimento, Honneth sugere pensar nos seus equivalentes negativos desse ponto de vista histórico, isto é, no que seria o reconhecimento denegado ou formas de desrespeito.

## Formas de desrespeito e o caso dos quilombolas

Honneth (2003) afirma que é possível distinguir as formas de desrespeito de acordo com a lesão ou a destruição causada sobre o nível de autorrelação de uma pessoa. Sobre as formas de desrespeito, ele se refere a maus-tratos ou violação física (que gera dano na autoconfiança), a privação de direitos e exclusão social (que impede a realização do autorrespeito) e a degradação e ofensa (que mina a autoestima), a que correspondem, respectivamente, a esfera do amor, a do Direito e a da estima. Seguindo a perspectiva histórica proposta pelo autor, não é difícil identificar as distintas formas de desrespeito no período histórico que marcou a vinda compulsória de africanos para o Brasil e a sua permanência e a de seus descendentes. Na condição de “escravos”<sup>3</sup>, esses sujeitos foram, desde a retirada de seu território nativo, passando pelo tráfico transatlântico até a chegada ao Brasil, destituídos de toda e qualquer integridade. Estima-se que cerca de 15 milhões de africanos e africanas foram trazidas para as Américas e, coube ao Brasil, aproximadamente, 40% da exploração compulsória dessas pessoas (REIS; GOMES, 1996).

---

<sup>3</sup> Com o objetivo de desnaturalizar o uso da palavra escravo relacionada diretamente aos africanos trazidos no período colonial e imperial brasileiro, coloco neste trabalho o termo entre aspas. Para me referir literalmente à condição de escravidão imputada a essas pessoas, recorro à utilização da palavra escravizado/escravizada, dando relevo à imposição do trabalho compulsório e à sublimação dos direitos e das identidades, individuais e coletivas, pelas quais elas passaram.

As mais distintas lesões imputadas aos africanos e aos seus descendentes no Brasil tiveram a função de, não somente retirá-los de toda ou qualquer sombra de justiça, mas, principalmente, de se fazer sublimar por esses sujeitos, de maneira intersubjetiva, a visão positiva de si mesmos. Trata-se do que Honneth (2003) chama de “entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento”, em sua forma negativa, da qual resulta o desrespeito. Para o autor, “visto que a imagem normativa de cada ser humano [...] depende da possibilidade de um resseguro constante no outro, vai de par com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (HONNETH, 2003, p. 214).

A forma de desrespeito primeira, relacionada por Honneth ao aspecto emotivo do sujeito, às suas relações primárias e à sua autoconfiança é a violência física ou os maus-tratos. Como se sabe, pela vasta historiografia brasileira, os açoites, a prisão, o cativo, o abuso sexual, e mais uma vasta gama criativa de castigos vivenciados pelos negros escravizados no Brasil, cumpriram, ao mesmo tempo, um papel disciplinador e enaltecido de autoridades oficiais e oligárquicas (COSTA, 1998; FERNANDES; MARIN, 2008; GOMES, 2015; REIS; GOMES, 1996). Mesmo os mais propensos à abolição da escravidão viam na violência física a única possibilidade de manter os ciclos econômicos produtivos da época. Eles reconheciam, nas palavras de Costa (1998), “a necessidade da vigilância contínua e da aplicação de penas corporais para que o rendimento do trabalho não baixasse e recomendavam, quando fosse necessário, o castigo: um máximo de cinquenta chibatadas, podendo ser repetidas com intervalo de uma semana” (COSTA, 1998, p. 337).

Na atualidade, no entanto, mesmo após um século da abolição da escravidão, não são raros os casos do chamado “trabalho análogo ao de escravo” (BRASIL, Artigo 149, do Código Penal). De 1995 a 2015, 49.816 pessoas foram resgatadas por agentes do Ministério do Trabalho (MT), Ministério Público do Trabalho (MPT), Polícia Federal (PF) ou Polícia Rodoviária Federal (PRF)<sup>4</sup>; além disso, são frequentes as denúncias de diversos atores do movimento negro sobre o extermínio da juventude negra<sup>5</sup>; o assassinato de quilombolas também apresenta números alarmantes: somente em 2017, segundo dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), de janeiro a setembro, 14 lideranças foram vítimas no Brasil. Dados que revelam, portanto, uma continuidade histórica nas formas de atentado à integridade física de negros no Brasil, sofrida pelos descendentes de africanos que se autorreconhecem como quilombolas ou não.

A completa ausência de direitos, destacada por Honneth como rompimento da imputabilidade moral (HONNETH, 2003, p. 211), também foi premente no passado escravocrata. Pessoas escravizadas sequer tinham o status de seres humanos ou de sujeitos de direito. Ao contrário, foram considerados na ordem jurídica brasileira, de 1530 a 1888, como objetos de direito (PRUDENTE, 1988, p. 135), isto é, como “objeto útil de compra e venda, sujeito à hipoteca [...]. Os escravos pertenciam à classe dos bens móveis, ao lado dos semoventes. Com os semoventes, figuravam nos contratos de terra como bens acessórios dos imóveis” (PRUDENTE, 1988, p. 135).

Assim como a violência física, essa forma de desrespeito expressa na esfera do Direito se mantém na atualidade, mas de forma mais complexa. Isso porque, embora haja um robusto conjunto de tratados internacionais – dos quais o Brasil é signatário –, de normas constitucionais e de leis que assinalam determinados direitos à população negra e quilombola no país, sua mera existência, que contrapõe sua ausência no ordenamento jurídico pré-1988, não garante a respectiva imputabilidade moral em sua

---

<sup>4</sup> Os dados foram sistematizados pelo veículo de mídia Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>5</sup> Entidades como a organização Geledés e a Anistia Internacional produzem relatórios periódicos com dados sobre homicídios no Brasil. Segundo dados de 2017 da Anistia, dos cerca de 56 mil homicídios que acontecem anualmente no país, mais de 50% são entre jovens. Entre as vítimas, 77% são negros. Disponível em: <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/extermio-da-juventude-negra/>. Acesso em: 20 de jul 2019

plenitude. Em outras palavras, um déficit de reconhecimento se coloca entre as normas que versam sobre os direitos atuais dos quilombolas e as ações de contestação no âmbito jurídico, as quais eu chamo de contra-normas (BARGAS, 2016). Como apontarei mais adiante, a esfera do Direito se converteu em um dos principais campos de batalha dos quilombolas, de onde emanam e reverberam diversas e distintas lutas atuais.

Por fim, como a forma de desrespeito que fere a autoestima dos sujeitos e viola sua dignidade, Honneth (2003) aponta a degradação e a ofensa. Situada na esfera da estima social, esse tipo de lesão localiza-se, muitas vezes de forma simbólica, no plano coletivo, da construção da comunidade de valores. A negação do valor social de indivíduos ou de grupos, as formas de depreciação advindas de construções discursivas e práticas que visam ao rebaixamento do outro levam a uma lesão moral.

No caso dos negros escravizados e de seus descendentes, no passado, o uso do tronco em praça pública para a aplicação de castigos exemplares, a atribuição de valor de objeto, as humilhações e inferiorizações formavam quase que por definição a escravização. Após a abolição, o racismo social e institucional, o mito da democracia racial, a exotização e a erotização dos corpos negros como parte de uma ideia de nação continuaram a cumprir a função de degradação e ofensa (PRUDENTE, 1988).

As marcas da colonização do Brasil mantiveram-se presentes historicamente. Nesse percurso, os sujeitos quilombolas foram alvo de construções ideológicas, isto é, formuladas por meio de categorias quase inconscientes que permeiam a vida social – a sociedade brasileira – que, ainda hoje os inferiorizaram e os colocaram às margens sociais. Em outras palavras, a ideologia dominante operou pela força do seu sistema econômico e por representações que mantinham os sujeitos quilombolas como inferiores, por estratégias de silenciamento, como a precariedade do acesso à educação, a políticas de saúde, assistência social, a vulnerabilidade em situações de violência etc. Um dos efeitos do colonialismo certamente reside num atrelamento do sujeito quilombola a um passado escravista não mais existente, considerando, portanto, tal sujeito como ilegítimo ou mesmo irreal.

Apenas em 1988, um século após a abolição oficial da escravidão no Brasil, com a Constituição Federal, as comunidades descendentes de sujeitos escravizados no Brasil, que reproduzem secularmente suas religiosidades, suas relações com o território e que têm como marca a ancestralidade tiveram sua existência assinalada. O Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, Art. 68, 1988).

Pensar então o caso dos quilombolas, nos termos da teoria do reconhecimento de Honneth (2003) é pensar também sobre os sentimentos de injustiça como as forças motrizes da ação política. Nesse sentido, a partir de danos morais que lesaram historicamente a “autorrelação prática” (HONNETH, 2003, p. 214) desses sujeitos, começou a se delinear aquele que se transformaria em um projeto político (LEITE, 2008).

## Os quilombolas, as comunidades no Pará e a conjuntura atual

Foi a partir da memória de muitos dos sujeitos insurgentes da época escravagista que foram elaboradas centenas de estudos no século XX, sobre o que eram as chamadas *terras de preto*, *terras de santo* ou *comunidades negras rurais*, antes de 1988, e sobre as chamadas *comunidades remanescentes de quilombos*, pós-Constituição Federal. A década de 1930 foi marcada pelos estudos fundamentais de Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro, que inauguraram o viés culturalista na abordagem desses agrupamentos.

Na segunda metade do século XX, os estudos passaram a aglutinar os paradigmas culturalistas e marxistas, reunindo também esforços da historiografia e da antropologia social, num desenvolvimento criterioso de técnicas de investigação fundamentadas em rigorosas análises documentais e em fontes orais. Tais estudos são praticamente unânimes em relação aos aspectos da resistência quilombola: com a formação e consolidação dos quilombos no Brasil, constituíram-se também laços de solidariedade, uma relação específica com o espaço físico e sentimentos de pertencimento a uma coletividade/identidade.

Esses fatores permitiram o compartilhamento dos sentimentos de injustiça sofridos, isto é, propiciaram, por sua vez, um quadro de interpretação intersubjetivo (HONNETH, 2003) sobre as injustiças, os desrespeitos ou as lesões a eles impostas.

No Pará, os números sobre os quilombos revelam a forte presença negra na Amazônia brasileira. De acordo com Nunes Pereira (1944), negros escravizados foram levados de forma sistemática para a região cerca de 160 anos após terem sido introduzidos nos engenhos do interior do estado de São Paulo. Data, assim, do fim do século XVII a chegada dos africanos nesta porção da Amazônia. Segundo Salles (2004), os negros direcionados à então província do Grão-Pará e Maranhão se ocuparam especialmente das lavouras e da pecuária. Em meio ao tortuoso processo de adaptação entre as matas locais, o entrelaçamento de conhecimentos e de outros aspectos culturais, como as práticas religiosas e de cura, negros e indígenas estabeleceram relações, por vezes conflituosas, mas também redes de solidariedade.

Atualmente, segundo levantamento da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), há cerca de 420 agrupamentos que se autoidentificam como quilombolas; uma subnotificação, se considerarmos os números da Fundação Cultural Palmares<sup>6</sup>, que contabiliza 259 comunidades certificadas<sup>7</sup>.

Para além do tempo passado, e conforme os dados apontados anteriormente, o desrespeito às comunidades quilombolas foi atualizado ao longo do tempo e pode ser traduzido e percebido nas condições sociais e econômicas precárias em que vivem hoje, na incipiência de políticas públicas eficazes, na obstrução do acesso desses sujeitos aos centros de tomada de decisão política, entre outros fatores.

Atualmente, as comunidades quilombolas encontram-se frente a diversos conflitos. Em termos territoriais, de forma geral, os quilombolas do Pará têm atuado contra a morosidade dos processos de titulação que tramitam junto à superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado, e junto ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa). A demora no processo de titulação, justificada, segundo esses órgãos, pela limitação orçamentária e estrutural, acirra os conflitos por áreas de agricultura, de pesca, de extrativismo e mineração.

Em várias regiões do Pará, a atividade pesqueira e o consumo do açaí<sup>8</sup> pelas comunidades quilombolas também têm sido impactados pela atuação de fazendeiros, que arrendam<sup>9</sup> áreas que dizem lhes pertencer para empresários ou pequenos comerciantes do açaí nativo para a exportação, o que tem dificultado sobremaneira a vida das comunidades. Numa constante pressão das elites locais, aliada ao atual avanço do capital e do agronegócio sobre as terras no Pará, ocorrem tentativas de desterritorialização (ALMEIDA, 2011). Nesse contexto adverso, situações de ameaças de morte ou mesmo de assassinatos de lideranças são relacionadas pelos quilombolas aos conflitos com fazendeiros.

Na esfera jurídica, os direitos quilombolas se viram ameaçados pela Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239 (ADI 3239), movida em 2004, pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), contra a validade do Decreto 4.887/02003, que regulamenta a titulação dos territórios quilombolas. A ADI 3239 alegava, entre outros fatores, que designar a titulação definitiva a remanescentes de quilombos de acordo com a autoatribuição e com a designação dos limites territoriais sugeridos pelos remanescentes seria uma forma de negligenciar os critérios sobre o direito à terra, que se sujeitaria a

---

<sup>6</sup> Entidade pública responsável pela emissão de certidão às comunidades quilombolas, de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

<sup>7</sup> Dados atualizados até a Portaria nº 88/2019, de 13 de maio de 2019. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 20 jul. de 2019.

<sup>8</sup> Peixe e açaí são, juntamente com a farinha de mandioca, as principais fontes de alimentação dos quilombolas. Há um consumo diário desses alimentos, assim como atividades extrativistas e pesqueiras mantidas pelas próprias comunidades para sua subsistência.

<sup>9</sup> Arrendar, aqui, significa uma espécie de aluguel de um pedaço de terra da fazenda, onde o inquilino pode usufruir dos recursos dessa amostra territorial, como um proprietário, pagando ao fazendeiro arrendador com dinheiro ou parte dos recursos extraídos do local.

critérios estritamente subjetivos, como a autoatribuição. Segundo a ADI: “Descabe, ademais, sujeitar a delimitação da área aos critérios indicados pelos remanescentes (interessados) das comunidades dos quilombos [...], o que não constitui procedimento idôneo, moral e legítimo de definição” (PFL, 2004, p. 11). A Ação, nesses termos, ignorava a ligação intrínseca e fundamental entre os quilombolas e seus territórios, e considera ilegítima a titulação tal como colocada nos termos da lei.

Finalmente, após ser adiado por três vezes, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reuniram-se no dia 18 de fevereiro de 2018, e julgaram procedente o Decreto 4.887/2003, afastando também a tese do marco temporal. Essa decisão foi considerada pelo movimento quilombola como uma vitória histórica, fruto de articulação e organização políticas junto a diversos atores envolvidos, como as universidades e as associações acadêmicas, os órgãos de Estado, entre o próprio movimento e a opinião pública.

Outras lutas também seguem na pauta dos quilombolas do Pará: no caso das mulheres, as principais ações a elas relacionadas são pela luta contra a violência doméstica e pela implementação de políticas públicas na área da saúde e da educação, como a efetivação da Lei 10.639/2003, que determina regras sobre o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira nas escolas de ensino básico; a plena consecução ao ensino superior por meio de reserva de vagas em universidades e, ainda, a luta contra o racismo, seja ele institucional ou nas relações cotidianas.

Essas lesões, ainda presentes, são objetos de discussões políticas e povoam cotidianamente as realidades nos territórios quilombolas e nos espaços mais formais de atuação política do movimento. Nesse cenário, os distintos espaços de interação cotidiana também são *locus* onde esse compartilhamento das lesões ocorre e onde as percepções são reajustadas.

Nesse sentido, para entender os danos morais e as lutas para sua superação, é preciso olhar para os padrões de reconhecimento vigentes. Numa perspectiva histórica, o caso dos quilombolas fornece um importante ponto de vista sobre lutas relacionadas aos danos que feriram tanto a autorrelação prática individual de muitos sujeitos quanto a identidade coletiva por eles construída.

## Intersubjetividade, interação e lutas por reconhecimento

Conceitualmente, as principais preocupações de Honneth (2003) em relação ao processo conflituoso de deslocamento do “eu” para uma compreensão intersubjetiva de reconhecimento podem ser resumidas em três perspectivas principais: a) “toda organização futura da sociedade depende inevitavelmente de uma esfera de produção e distribuição de bens mediada pelo mercado, na qual os sujeitos não podem estar incluídos senão pela liberdade negativa do direito formal” (HONNETH, 2003, p. 38); b) “os costumes e os usos comunicativamente exercidos no interior de uma coletividade [são] como o *médium* social no qual deve se efetuar a integração da liberdade geral e individual” (HONNETH, 2003, p. 41) e c) a inclusão na organização institucional da eticidade absoluta de uma esfera específica que ele define “como ‘um sistema de propriedade e direito’; a isso está ligada a pretensão de mostrar que as atividades mediadas pelo mercado e os interesses dos indivíduos particulares [...] seriam uma ‘zona’ realmente negativa, mas ainda assim constitutiva do todo ético” (HONNETH, 2003, pp. 41-42).

Neste artigo, focalizamos a análise sobre a segunda perspectiva, segundo a qual práticas costumeiras, constituídas, reproduzidas ou modificadas de forma coletiva constituem a base da formação ética e o elo para o compartilhamento de injustiças e horizonte morais.

A questão da interação, fundante para a formulação de Honneth sobre as lutas por reconhecimento merece destaque aqui. Não à toa, Honneth reconheceu no modelo interacional desenvolvido por Mead um importante substrato para se fazer entender a relação entre o “eu” e o “outro” – para além da dicotomia indivíduo-sociedade – e, portanto, os elementos que consubstanciam o individual e o social (nos termos do tripé “eu”, “mente” e “sociedade”), e as questões da autorrealização prática e do reconhecimento em planos mais amplos. Nesse sentido, a comunicação aparece como o terreno crucial da interação (FRANÇA, 2008).



Mead (MEAD, 1934) ajuda a reforçar a argumentação de que as interações sociais são as verdadeiras constituintes da formação simultânea das identidades e das sociedades, a partir de operações cognitivas e sociais entre o “eu comigo mesmo”, “o eu social” e a sociedade. É, portanto, a partir da construção mútua de sentidos nas interações da vida cotidiana que é possível o estabelecimento do reconhecimento recíproco.

Pensar o caso das comunidades quilombolas, enquanto identidade coletiva, tem a ver com levar em conta esse aspecto relacional, isto é, dar relevância a essa interdependência permanente entre os atores sociais. Trata-se de uma concepção sobre a formação de identidades individuais e coletivas se constrói por meio “de autoconhecimento e reconhecimento (ou não reconhecimento) pelos outros” (MAIA, 2000, p. 57).

A despeito das lesões morais e das formas de desrespeito imputadas aos quilombolas ao longo da história, a saliência dos seus laços de solidariedade grupal, bem como sua capacidade atual de articulação política em forma de movimento social, nos conduzem a destacar a importância das interações cotidianas como elos intersubjetivos.

É no âmbito dessas interações que, a autoexpressão, as discussões, o ativismo político e a mobilização originam-se, conformam-se e tornam-se possíveis. Isso porque é nesse âmbito intersubjetivo aparentemente desregulado e difuso que ocorre o desenvolvimento de capacidades e habilidades fundamentais às práticas políticas (CONOVER; SEARING, 2005; MAIA, 2012; MANSBRIDGE, 2009).

Nesse sentido, as interações cotidianas – independentemente de sua natureza, positiva ou negativa – deixam nítida a relevância de relações recíprocas, voltadas ao outro para a construção de um conteúdo útil às ações políticas no contexto mais amplo, nos termos de uma semântica coletiva (HONNETH, 2003). Nessa perspectiva, é possível afirmar o favorecimento das interações cotidianas para a construção intersubjetiva do que é justa ou o bem comum ou dos seus contrários.

Além disso, o quadro de interpretação intersubjetivo (HONNETH, 2003), como substrato das ações coletivas, depende desse ajustamento interno em que os sentimentos de injustiça e os sentidos de justiça são permanentemente constituídos e compartilhados. Destacamos aqui a importância da trama comunicacional complexa que mantém as interações em uma complexa teia de apropriações e práticas de diferentes medias em suas comunidades e no contexto social.

Essas tramas de interações cumprem, em particular, o papel de promover uma percepção compartilhada de danos, entre as experiências individuais e o plano coletivo, promovendo e/ou fortalecendo identificações, refutações, sensibilizações e mobilizações em torno da situação vivida. A partir desses processos de ganhos cognitivos torna-se possível, segundo Honneth (2003), desconstruir formas históricas de desrespeito, construir novos códigos morais e institucionalizá-los.

Assim, a intersubjetividade ocupa um lugar central nessa análise. Tanto a moralidade hegemônica constituída, que levou às diversas formas de desrespeito contra os quilombolas, quanto os sentimentos de injustiça/justiça e as ações políticas desses sujeitos tiveram origem em percepções compartilhadas socialmente.

Justamente suas interações cotidianas propiciaram a formação e consolidação de uma identidade coletiva altamente politizada, especialmente, a partir de sua institucionalização, em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, a denominação *comunidades remanescentes de quilombos* foi assinalada pelo Estado brasileiro.

O aspecto da interação cotidiana lança luz sobre como encontros fortuitos e conversas, a princípio desestruturadas e espontâneas, têm o potencial de promover e aprimorar ganhos cognitivos, habilidades e capacidades políticas para a ação coletiva. Tais ganhos podem incidir sobre processos políticos mais amplos e formalizados. Desse tipo de interação, momentos como assembleias, encontros e reuniões são gerados e os sujeitos apresentam-se de forma mais articulada e coesa.

## A pertinência da teoria do reconhecimento e as interações cotidianas

Para as comunidades quilombolas do Pará, o quadro de interpretação compartilhado que permitiu a transformação da lesão subjetiva do desrespeito em resistência coletiva reside nas origens comuns, fundadas no passado de exploração, nas formas de existência coletiva e na relação com os recursos naturais, entre outros aspectos específicos, como o quadro jurídico-político que instaura seus direitos e a atuação conjunta com outros atores sociais.

A luta por reconhecimento, isto é, a interpretação socialmente construída de que houve situações de desrespeito, organizada na forma de uma ação política, no caso dos quilombolas, não é somente uma luta que visa para depois, numa perspectiva futura, o reconhecimento. A condição de rebaixamento coloca-se, também, não somente no passado de escravidão que desonrou os antepassados, mas na atualidade da falta de políticas públicas voltadas à solução dos problemas das comunidades e na garantia de cumprimento de seus direitos.

A teoria de Honneth, dessa forma, permite que observemos, no interior dos grupos sociais, como o compartilhamento de injustiças e as interpretações coletivas transformadas em ações ocorrem, em outras palavras, a articulação de formas de resistência e agendas concernentes são atadas a essas interpretações. As vantagens dessa perspectiva consistem em:

- 1) Destacar o âmbito das interações cotidianas em análises sobre subjetivação e politização de grupos sociais: a experiência desrespeitosa vivida no passado e as experiências atuais e suas respectivas interpretações e reinterpretações apontam que a busca por reconhecimento não se localiza no plano da abstração ou do mero interesse, mas em situações concretas que confrontam permanentemente os sujeitos no seu cotidiano.
- 2) Valorizar radicalmente a pluralidade como forma de promover a emancipação através das lutas coletivas: se na interpretação intersubjetiva de um grupo são constituídas suas noções de bem-viver e de realização, a inter-relação entre os diversos grupos sociais tende a fornecer, segundo Honneth (2003), o conteúdo mais amplo de reconhecimento. Os resultados das diversas lutas voltam ao indivíduo, nesse sentido, como referenciais sobre as formas possíveis para sua autorrealização e a autodeterminação.
- 3) Fazer avançar a perspectiva multidisciplinar sobre o reconhecimento para tratar das lutas coletivas: ao trazer distintas esferas de reconhecimento, como partes indissociáveis de processos de subjetivação, Honneth aponta para o valor de abordagens multidimensionais das lutas políticas, em que estão implicados aspectos do Direito, da psicologia individual e coletiva, da sociologia, da política, da comunicação etc.

No caso abordado neste artigo, considerando que para que haja um salto qualitativamente político na perspectiva do reconhecimento é necessário não apenas a lesão em si mesma, mas também seu compartilhamento intersubjetivo e a existência ou a construção de condições sociais e políticas propícias, é possível ver nas interações cotidianas dos quilombolas um elemento importante para suas lutas.

Com a discussão sobre a relevância dessas interações cotidianas, atreladas ao pano de fundo teórico sobre intersubjetividade, acreditamos ser possível compreender, segundo as prerrogativas das lutas por reconhecimento, as lutas por dentro. Os elos construídos assim possibilitam, de um lado, o compartilhamento dos sentimentos de injustiça e a promoção de uma interpretação comum sobre os danos sofridos, geralmente difusos e dispersos na vida social dos sujeitos e, de outro, a articulação de formas de resistência e agendas concernentes às suas interpretações.

Se por um lado, as lesões que obstruem a autorrealização de sujeitos individuais e coletivos, foram geradas no seio e nas brechas sociais, as lutas advindas dessas lesões, construídas também na intersubjetividade, nas interações cotidianas, podem promover, por sua vez, a construção e incorporação de outros e novos padrões morais, em relação à dignidade, às necessidades os direitos e os valores sociais de grupos ou coletividades.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e as novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2a ed. rev ed. Salvador EDUFBA, 2008.
- BARGAS, Janine de Kássia Rocha. Entre Lutas, Normas e Contra-Normas: uma discussão sobre o reconhecimento jurídico de comunidades quilombolas do Pará. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 2016, Curitiba-PR. Anais [...] Curitiba-PR: [s.n.], 2016. BRASIL. Decreto Presidencial 4.887 de 20 de novembro de 2003. 2003.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 1988.
- BRESSIANI, Nathalie. Redistribution and recognition - Nancy Fraser between Jürgen Habermas and Axel Honneth. Caderno CRH, v. 24, n. 62, p. 331–352, ago. 2011.
- CAL, Danila Gentil Rodriguez. Configuração política e relações de poder no trabalho infantil doméstico. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9URFS2>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- CONOVER, Pamela Johnston; SEARING, Donald D. Studying ‘Everyday Political Talk’ in the Deliberative System. Acta Política, v. 40, n. 3, p. 269–283, set. 2005.
- COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: UNESP, 1998.
- DAHL, Hanne Marlene; STOLTZ, Pauline; WILLIG, Rasmus. Recognition, Redistribution and Representation in Capitalist Global Society: An Interview with Nancy Fraser. Acta Sociologica, v. 47, n. 4, p. 374–382, dez. 2004.
- DERANTY, Jean-Philippe. Between Honneth and Rancière: problems and potentials of a contemporary critical theory of society. Recognition or Disagreement: a critical encounter on the politics of freedom, equality, and identity. New York: Columbia University Press, 2016.
- DERANTY, Jean-Philippe; DUNSTALL, Andrew. Doing Justice to the Past: Critical Theory and the Problems of Historicism. Philosophy & Social Criticism, v. 43, n. 8, p. 812–836, out. 2017.
- FERNANDES, Luciana Sá; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Trabalho Escravo nas fazendas do estado do Pará. Novos Cadernos NAEA, v. 10, n. 1, 30 dez. 2008.
- FRANÇA, Vera. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. Mead. In: PRIMO, Alex et al. (Org.). Comunicação e Interações. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71–92.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), v. 15, n. 14–15, p. 231–239, 30 mar. 2006.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. Redistribution or Recognition? London ; New York: Verso, 2003.
- GALEOTTI, Anna E. Toleration as recognition. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 2002.
- GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos. Coleção Agenda brasileira. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2015. .
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. São Paulo: Ed34, 2003.
- LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 3, p. 965–977, dez. 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Direitos Humanos e Tratamento Iguatário: Questões de Impunidade, Dignidade e Liberdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, fev. 2000.

MAIA, Rousiley. *Mídia e Lutas por Reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018.

\_\_\_\_\_. *Deliberation, the Media and Political Talk*. New York: Hampton Press, 2012.

\_\_\_\_\_. Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças. *Revista Contracampo*, v. 0, n. 05, 2000.

\_\_\_\_\_. *Recognition and the Media*. London: Palgrave Macmillan UK, 2014.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Mobilização política de comunidades negras rurais. *Domínio de um conhecimento praxiológico*. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, dez. 1999.

MARKELL, Patchen. *Ontology, Recognition, and Politics: A Reply*. *Polity*, v. 38, n. 1, p. 28–39, jan. 2006.

\_\_\_\_\_. *The Recognition of Politics: A Comment on Emcke and Tully*. *Constellations*, v. 7, n. 4, p. 496–506, dez. 2000.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. *Da Esfera Cultural à Esfera Política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizada nas telenovelas e a luta pelo reconhecimento*. 2003. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2003.

MEAD, George Herbert. *Mind, Self, and Society*. *Works of George Herbert Mead*, George Herbert Mead ; Vol. 1. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1934..

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diversos âmbitos interacionais*. 2009. Tese – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *O negro na ordem jurídica brasileira*. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v. 83, n. 0, p. 135–149, 1 jan. 1988.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio*. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Simone Ritta dos. *Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira*. 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SOUZA, Jessé. *A critical theory of recognition*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 50, p. 133–158, 2000.

TULLY, James. *Recognition and Dialogue: The Emergence of a New Field*. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 7, n. 3, p. 84–106, jan. 2004.

\_\_\_\_\_. *Struggles over Recognition and Distribution*. *Constellations*, v. 7, n. 4, p. 469–482, dez. 2000.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. 2010. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## AUTISMO E A BUSCA POR RECONHECIMENTO: Conexões que enunciam as lutas de redes socioafetivas em casos do Facebook

## AUTISM AND THE SEEK FOR RECOGNITION: Connections that enunciate the struggles of the social-affective network in Facebook cases

### IGOR LUCAS RIES

Doutorando em Comunicação e Linguagens PPGCOM-UTP - Bolsista CAPES/Brasil. Mestre em Comunicação e Linguagens PPGCOM-UTP. Bolsista CAPES. Curitiba, Paraná, Brasil. Contribuiu com a discussão teórica sobre o reconhecimento intersubjetivo e suas relações, com a construção dos processos metodológicos, levantamento e análise dos dados empíricos. E-mail: igorlucas18@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7288-0188>.

### ANGIE BIONDI

Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens da UTP. Curitiba, Paraná, Brasil. Contribuiu com a discussão teórica sobre a formação de redes socioafetivas sob a perspectiva etnográfica, vista como elemento constitutivo básico da comunicação. E-mail: angiebiondina@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0486-1081>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RIES, Igor Lucas; BIONDI, Angie. **AUTISMO E A BUSCA POR RECONHECIMENTO**: Conexões que enunciam as lutas de redes socioafetivas em casos do Facebook. Contracampo, Niterói, v. 38, n.2, p. 99-116, ago./nov. 2019.

Enviado em 26/3/2019/Revisor A: 14/6/2019; Revisor B: 18/6/2019; Aceito em 24/7/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.28283>

## Resumo<sup>1</sup>

Este texto observa as interações comunicacionais das redes socioafetivas que se constituem em comunidades sobre autismo no site de redes sociais Facebook. Notamos que a ampliação dos mecanismos diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) contribui com o aumento das demandas de interação entre grupos que compartilham suas vivências, lutas e, em alguns casos, reivindicam a resignificação do autismo e a diminuição dos estigmas. O esforço de análise trazido no texto contemplou as páginas *Autismo e Realidade*, *Lagarta Vira Pupa*, *Marcos Mion e Uppa Autismo*. É neste contexto que aproximamos os elementos formadores de um capital social (RECUERO, 2014) para o autismo, bem como as esferas do reconhecimento intersubjetivo (HONNETH, 2003), conectando-os aos aspectos enunciados por estes atores em suas lutas e lugares de fala.

### Palavras-chave

Autismo; Enunciação; Reconhecimento; Redes digitais.

## Abstract

This text considers the communicative interactions of the social-affective network that are established in Facebook communities about autism. The increase of the diagnosis contributes to the raise of interaction demands among groups that share their experiences, struggles, and in some of the cases, they claim for the giving of new meaning to autism. The analysis has taken into consideration the Facebook pages *Autismo & Realidade*, *Lagarta Vira Pupa*, *Marcos Mion* and *Uppa Autism*. It is in this context that we approximate the formative elements of a social capital (RECUERO, 2014) to autism, as well as the spheres of recognition (HONNETH, 2003), connecting them to the aspects enunciated by these actors in their struggles and places of speech.

### Keywords

Autism; Enunciation; Recognition; Digital networks.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi revisado e atualizado após ter sido apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.



## Introdução

A busca por informações, tratamentos, apoio e consolo oportuniza o aproximar de experiências vividas no cotidiano de outros indivíduos incluídos na mesma realidade: neste caso, o autismo. Formam-se grupos, trocam-se experiências, depoimentos, acontecem exposições ou recolhimentos, surgem mobilizações e interações sociais diversas. Nasce discursos, ideologias e estigmas, comunicações efetivas e também a banalização do termo, por conta do consenso tácito que circula e nutre o saber comum.

Popularizado por meio de exposições em filmes, séries, telenovelas, programas de TV, livros e notícias diversas, o significado do autismo passou a ser concebido a partir de discursos e imagens entendidos como formas de registro ou como representações generalizadas do autismo, que circulam através de produtos midiáticos, disseminando e popularizando aspectos muito superficiais acerca do espectro. Esta difusão generalizada acaba contribuindo também com a construção de estigmas e, conseqüentemente, com a intensificação das suas diferenças.

Segundo Goffman (1963, p. 5), o estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, o que traz para si e seus familiares a convivência diária com atributos culturalmente definidos como depreciativos, estereotipados e que comprometem suas relações. Estas alterações comportamentais, aliadas a pouca ou distorcida informação que é difundida, somadas ao histórico de imagens de crianças e adolescentes com autismo em filmes, séries ou programas de auditório que valorizam suas características acentuadamente diferentes e até bizarras, suas ilhas de habilidades geniais, as estereotípias, as grandes dificuldades de ordem relacional ou ainda o sofrimento familiar, fortalecem o estigma em torno do autismo e, por conseqüência, a dificuldade no reconhecimento de um indivíduo que está no espectro (D’ANTINO E VINIC, 2011).

**Com a ampliação do autismo para espectro mais abrangente, o chamado TEA (Transtorno do Espectro Autista)<sup>2</sup> que abriga vários níveis de dificuldades de desenvolvimento na pauta autística, elevaram-se os diagnósticos<sup>3</sup> e, conseqüentemente, a demanda por discussões em grupos de pessoas que convivem com indivíduos incluídos no espectro.**

A partir deste contexto atual, observamos a intensificação do uso dos dispositivos tecnológicos e comunicacionais, tais como sites de redes sociais, como elementos de mediação entre sujeitos, em suas vidas cotidianas. Esta busca tem promovido formas interacionais e enunciativas, trocas de apoios, narrativas testemunhais, além de reivindicações diversas, antes destinadas aos grupos presenciais de ajuda, bem como ao convívio familiar e social mais próximo. Por isso, é pelo viés cultural e intersubjetivo que a observação destes eventos, que culminam nos usos tecnológicos, ganha força. São as experiências do cotidiano que revelam os fatores culturais de uma sociedade. Apenas compreendendo a cultura como “todo um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual” (WILLIAMS, 1969, p.18), é que esta reflexão se torna válida.

Aliados à realidade dos diagnósticos precoces, surgem os conflitos e as buscas por parte dos sujeitos com autismo e das suas redes socioafetivas. Este contexto, portanto, aproxima-nos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), no que considera o amor (afeto), o direito e a solidariedade (eticidade) como padrões de reconhecimento intersubjetivo. Não arriscamos, neste momento, determinar o alcance ou limites do reconhecimento como categoria para a análise das sociedades modernas, mas buscamos desenvolver aproximações das perspectivas trazidas por Honneth (2003) com os elementos

---

<sup>2</sup> Entendido como uma condição do desenvolvimento neurológico, o TEA é caracterizado por uma alteração da comunicação social e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados (BRASIL, 2014).

<sup>3</sup> Na década de 90, as estimativas mundiais indicavam a prevalência de um caso para cada 2.500 crianças (JUNIOR, 2010). Em 2014, estatísticas apresentadas pelo CDC (Center of Diseases Control and Prevention) indicaram a existência de um caso de autismo para cada 68 pessoas, ou seja, 1,47% da população mundial.

que, na rede social online, configuram-se como formadores de um capital social (RECUERO, 2014) para o autismo, conectando-os aos aspectos enunciados por diferentes perfis de atores sociais em suas lutas e lugares de fala. Neste recorte da pesquisa trazido, comparece, portanto, a importância de analisar estes conteúdos como elementos que mobilizam tais falas, pois mesmo a partir de posições diferenciadas, compõem experiências socioafetivas acerca do espectro que são compartilhadas entre sujeitos, usuários, seguidores, através de sites de redes sociais, como o Facebook. Isso não significa uma aderência à perspectiva de um contexto autônomo e livre de restrições como o ambiente de redes sociais, mas uma aproximação às falas e trocas comunicativas que atravessam os grupos e sujeitos em redes.

Unindo-se tais especificidades, este texto objetiva, de modo preliminar, compreender como se efetivam estas interações comunicacionais e a constituição das redes socioafetivas ligadas aos sujeitos com autismo, através de comunidades do Facebook, que culminam em busca por reconhecimento. No esforço de análise, acompanhamos e investigamos quatro páginas brasileiras deste site de redes sociais: a) *Autismo & Realidade*, b) *Lagarta Vira Pupa*, c) *Marcos Mion* e, por fim, d) *Uppa Autismo-Curitiba*, escolhidas porque revelam diferentes perfis de atores sociais que, respectivamente, definimos como técnico, testemunhal, celebridade/testemunhal e grupo regional/local.

A observação destes grupos se deu pelo levantamento de dados, que revelaram as práticas e ideais destes atores, seus comportamentos e hábitos discursivos, por meio do acompanhamento direto das respectivas rotinas, representadas como recorte de seu contexto cultural, dadas como em tempo real, e promovidas nas suas páginas de redes sociais online. Para isso, no que tange o percurso metodológico, a abordagem escolhida foi a etnografia<sup>4</sup> ancorada nos estudos de Christine Hine (2004, 2015), que, apoiada na antropologia, estuda a cultura de grupos sociais, de modo a contribuir com as pesquisas no campo da comunicação que decorrem do uso dos aparatos tecnológicos e da Internet no cotidiano.

O acompanhamento das páginas e da movimentação promovida por seus atores aconteceu entre os meses de janeiro e julho de 2017, num recorte temporal de 7 meses (29 semanas). Em seguida, houve a estruturação e análise dos dados quantitativos (propriedades dos ambientes digitais pesquisados; números de seguidores; tipos de publicações; estatísticas de publicações e interações; publicações de maior engajamento) e dos qualitativos (conteúdos discursivos, postagens e publicações, relatos e testemunhos, pesquisas, etc., considerando o contexto cultural e acontecimentos cotidianos que acompanhavam tais movimentações) para registro e análise interpretativa. Salientamos que, pela necessidade de adaptarmos o formato de apresentação dos resultados da pesquisa para este texto, e considerando o volume do conteúdo produzido nos registros, buscamos selecionar os fenômenos e recorte de análises mais relevantes. Assim, com a utilização de grupos de dados sintetizados e sistematizados em quadros e tabelas, aproximamos os aspectos enunciados por estes atores em suas experiências, lutas e lugares de fala, os elementos formadores de um capital social na rede digital, bem como as esferas do reconhecimento intersubjetivo que, juntos, podem culminar na ampliação da expectativa da constituição de novos padrões e, por sua vez, demarcar suas demandas para com a ressignificação do autismo.

## O autismo e os conflitos de grupos sociais: o enfoque do reconhecimento

A luta de grupos sociais formados por indivíduos que pertencem à rede socioafetiva ligada ao autismo e que, por vezes, experienciam condições opressivas, parece justificar suas diversas formas de buscas individuais por igualdade, espaço nos ambientes públicos, visibilidade ou ainda pela marcação

---

<sup>4</sup> Justificamos o emprego do termo etnografia ao invés de etnografia virtual pois Hine (2015) esclarece que, na etnografia aplicada em estudos na Internet, não existe a divisão entre online e off-line, real e virtual. Defende, que a utilização deste recurso pertence ao cotidiano das pessoas, como mais uma infraestrutura disponível, corporificada como parte dos indivíduos que a empregam, sem fazer contraposição ao mundo físico.

da diferença. Notar, neste contexto, que emerge um campo de conflitos diferenciados conduziu esta pesquisa ao enfoque do reconhecimento como um processo de cunho sociocultural e político relevante para entender a dinâmica das relações socioafetivas nestes grupos.

Vale ressaltar que o reconhecimento, enquanto luta social, possui uma trajetória histórica ampla baseada em Maquiavel, Hobbes, Nietzsche, bem como em autores contemporâneos da Teoria Crítica, como Charles Taylor<sup>5</sup>, Nancy Fraser<sup>6</sup> e ainda Axel Honneth (2003). Este último, especialmente, elaborou pressupostos teóricos e categorias do reconhecimento intersubjetivo que contribuiram aos interesses desta pesquisa. Através de uma teoria própria e entendida como possível solução aos impasses detectados nos pensamentos e obras de Georg Wilhelm Friedrich Hegel<sup>7</sup> e George Herbert Mead<sup>8</sup> (autores entendidos como seus antecessores e também interessados no reconhecimento), Honneth buscou neles os elementos tidos como pouco explorados, o que lhe permitiu estabelecer nova trajetória à teoria social crítica (HONNETH, 2003).

Desta forma, em sua tese, Honneth determina que “a base da interação é o conflito, e sua gramática, a luta por reconhecimento” (NOBRE, 2009, p. 17). Assim, visualizamos, a partir desta concepção, uma possível abertura reflexiva que se inicia nos conflitos vivenciados pelos grupos de atores sociais que acompanham indivíduos com autismo, como força que desperta as suas interações, maneiras de rever padrões e suas lutas sociais por reconhecimento.

Percebemos que o tipo de luta social que o teórico privilegia não é marcado, em primeira linha, por objetivos de autoconservação ou aumento de poder, mas sim pela “experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior” (NOBRE, 2009, p. 18). Aproximando esta visão do cotidiano dos grupos ligados pelo autismo, ou seja, pela formação das suas configurações comunicativas em páginas de redes sociais online, entendemos que é possível ver nas suas lutas uma força que também impulsiona desenvolvimentos sociais. Numa relação de reconhecimento existe, em Honneth (2003), uma pressão pela reciprocidade. Ou seja, há a necessidade de se reconhecer um parceiro de interação como um determinado gênero de pessoa, para que um sujeito possa se ver reconhecido nas suas relações com este mesmo gênero de pessoa. Assim, este sujeito perceberá as propriedades e capacidades de se sentir confirmado.

É nesta busca que surgem as lutas pelo reconhecimento de determinados padrões de identificação de atores sociais, como: sujeito com autismo, pai ou mãe de autista, profissional que atua em prol de pessoas com autismo, instituições em defesa do autismo etc. Estes atores procuram, enfim, os pressupostos necessários à participação na vida pública de uma coletividade. Honneth (2003, p. 80) argumenta que “só o sentimento de ser reconhecido e aprovado fundamentalmente em sua natureza instintiva particular faz surgir num sujeito, de modo geral, a medida de autoconfiança que capacita para a participação igual na formação política da vontade”. Isso implica, portanto, na possibilidade de se conceberem tais atores como sujeitos dotados de direitos intersubjetivamente válidos, tendo no reconhecimento um parâmetro de justiça.

Honneth (2003) preocupa-se, portanto, com uma explicação normativa das relações de poder, respeito e reconhecimento, e como os indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual. Ele mostra, ainda, que esta participação se dá na luta pelo reconhecimento e não pela inclusão econômica,

---

<sup>5</sup> Charles Taylor baseia-se em Hegel e problematiza a formação identitária na sociedade multicultural contemporânea a partir do que chamou de reconhecimento errôneo. TAYLOR (1998).

<sup>6</sup> Nancy Fraser também se dedica aos estudos sobre o reconhecimento e, por meio dos seus pressupostos teóricos, amplia, ou atualiza, os fundamentos apresentados por Honneth (2003) (FRASER, 2003).

<sup>7</sup> Interessado em retomar o modelo conceitual de luta social entre os homens, bem como tratar do enfoque da intersubjetividade, crime e eticidade, Honneth (2003) sustenta-se nas teorias de Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

<sup>8</sup> Honneth (1999; 2003) apoia-se nas obras de George Herbert Mead para tratar tanto dos seus pressupostos conceituais naturalistas como da sua psicologia social, bem como para a reconstrução da constituição da concepção de reconhecimento.

materialista ou pela autoconservação. Nos grupos aqui evocados nota-se aproximação semelhante. Neste sentido, Honneth aprofunda sua concepção e enuncia que é a força das lutas de grupos sociais, coletivas, que podem encaminhar para a transformação social.

Em sua teoria, o autor indica que a busca por reconhecimento se dá através de três dimensões intersubjetivas: a do amor (afeto), do direito e da solidariedade (eticidade), de modo que o desrespeito a alguma delas torna-se motor dos conflitos sociais. Afastando-se o sentido romântico e da relação íntima sexual que o conceito naturalmente recebeu, Honneth (2003, p. 159-160) emprega o amor entendendo-o presente nas relações primárias, “na medida em que elas consistam em relações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizade e de relações pais/filho (...) no interior da família”. O amor é entendido, portanto, como a “primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências”, como seres dependentes, numa forma de “ser-si-mesmo em um outro” (HEGEL, 1967). Assim, os indivíduos e grupos, desde a infância, formam suas identidades e são reconhecidos quando aceitos na autorrelação com o próximo, alcançando mutuamente uma confiança emotiva elementar em si mesmos. A experiência intersubjetiva do amor, em Honneth (2003, p. 177), “constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito”.

Em um esforço de aproximação à posição de um sujeito com autismo, ou no lugar de um pai/mãe deste indivíduo, ou ainda como parte de uma instituição social, técnica, preocupada com os interesses destas pessoas, nota-se que também existe a busca pela confiança emotiva, capaz de alimentar estas relações. Assim, compreendemos que entre estas famílias ou grupos terapêuticos que são reunidos por uma forma afetiva, movidas pelo autismo, comparece uma demanda por reconhecimento para que suas relações se fortaleçam e gerem novas relações de autoconfiança. Trata-se de uma experiência mútua na relação do amor, num “duplo processo de uma liberação e ligação emotiva simultâneas da outra pessoa; não um respeito cognitivo, mas sim uma afirmação da autonomia, acompanhada ou mesmo apoiada pela dedicação” (HONNETH, 2003, p. 178).

Na esfera dos direitos, notamos que os indivíduos são considerados aceitos e firmam suas identidades se participam da prática institucional, com liberdade e bem-estar. A ausência destes aspectos, bastante comum no cotidiano autista (face à dificuldade de enquadramento em escolas, acesso aos tratamentos e dificuldade de permanência em espaços públicos etc.), configura a exclusão dos direitos ou ainda um acesso precário, causadores de conflitos. Se o desrespeito ao direito da pessoa com autismo ou da sua rede socioafetiva afeta o autorrespeito moral destes indivíduos, ao contrário, o reconhecimento jurídico concede ao sujeito uma proteção social para a sua dignidade humana, dignidade esta que está fundida com o papel social que lhe compete. Entendemos, então, que nesta esfera de direitos se constitui um dos lugares em que podem suceder, novamente, confrontos e lutas, uma vez que a experiência do reconhecimento denegado representa conflitos, tanto em torno do “conteúdo material, como do alcance social do status de uma pessoa de direito” (IBIDEM, p. 194).

A terceira esfera evocada pelo autor, a da solidariedade ou eticidade (IBIDEM), é uma dimensão que está ligada à convivência em comunidade e remete à aceitação recíproca das qualidades individuais julgadas pelos valores de um grupo, gerando autoestima. Tal esfera é, no entanto, mutável, considerando que os valores das comunidades variam de acordo com a época.

Quando se estabelece o sentimento de desvalia, proveniente da ausência de estima social, há um rebaixamento pessoal que impede que o sujeito desfrute de um determinado valor social que, por sua vez, abriga as características culturais de status de uma determinada sociedade. Complementarmente, Honneth (2003, p. 207) destaca que as “relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida”. Isso significa que o resultado das lutas sociais depende, portanto, da força simbólica que um determinado grupo consegue estabelecer, inclusive para alcançar a atenção pública, por vezes dificilmente influenciável (IBIDEM).

A partir deste esforço de aproximação com a perspectiva do reconhecimento em Honneth argumentamos que quanto mais os movimentos sociais sobre o autismo conseguem se colocar em certas posições da esfera pública, demarcar sua importância ainda negligenciada, bem como destacar suas capacidades representadas de modo coletivo, mais será possível perceber certa elevação, na sociedade, do valor ou reputação dos seus membros.

Percebemos, igualmente, que a evolução social do autismo também pode ser explicada a partir da passagem progressiva destas três formas de reconhecimento, e que seus atores sociais, conseqüentemente, estabelecem suas lutas de modo muito próximo aos princípios intersubjetivos, teoricamente balizado em Honneth, com vistas a garantir o respeito às suas identidades e à autorrealização. Neste caminho, acreditamos que é possível visualizar a ocorrência de fenômenos sociais contemporâneos como lutas por reconhecimento do autismo, de modo especial nas configurações online. Pela ótica do reconhecimento, intuimos que há a possibilidade de uma releitura destes grupos em sociedade no que se refere a estes conflitos.

Desta forma, a partir de um contexto de conflitos e lutas é que sujeitos que convivem com o autismo – que o experienciam cotidianamente, são motivados à busca por formas de ação social e, por isso, inclusive, produzem narrativas, relatos, reportagens, ilustrações, compartilhando-as e intensificando seus usos das redes. O conjunto destas produções e falas pode ser entendido como espécie de alavanca, ainda primária, de interações entre grupos e que acolhem as mudanças que porventura suscitem destes encontros que, em geral, resultam em atividades presenciais coordenadas entre participantes. Assim, a partir de movimentos que se lançam a formas de ação social ancoradas em experiências provenientes destes encontros comunicativos nas redes online, entendemos ser importante uma discussão sobre o uso dos recursos tecnológicos como fator cultural destes grupos.

## Atores e falas: aproximações online que enunciam a formação de um capital social do autismo

De forma empírica, nas observações alcançadas com o mapeamento e registros textuais das quatro páginas pesquisadas, pudemos perceber perfis, demandas e características predominantemente relevantes em cada comunidade. Em sequência, estabelecemos um esquema comparativo entre estes atores e suas falas, aproximando-os dos valores que constituem a formação de um capital social<sup>9</sup> nas redes online, conforme ressalta Recuero (2014). A intenção foi perceber como os valores mais comumente relacionados aos sites de redes sociais são apropriados pelos atores e manejados nas suas páginas. Também como métrica de observação, consideramos o quantitativo de publicações e suas respectivas interações (curtidas, reações, comentários e compartilhamentos), para que pudéssemos ponderar como os laços interacionais se manifestavam.

Observar uma formação de capital social em redes sociais, ainda que de maneira inicial, nos fornece um subsídio importante na compreensão das falas dos atores que buscam apoio mútuo e encontram repercussão em grupo. Sem resgatar um percurso teórico extenso acerca do conceito, retomamos a discussão trazida por Recuero (2014) em cotejo com a perspectiva de Putnam (1993) e Bourdieu (1980).

Apoiados em Putnam (1993), entendemos que o capital social se refere a aspectos de uma organização social tecida por um conjunto de laços, redes e normas, tais como de confiança e reciprocidade

---

<sup>9</sup> Cabe salientar que o conceito de capital social tem origem nos estudos mais sistematizados por Alexis de Tocqueville, ainda em 1835, no volume primeiro de sua obra *Democracia na América*, ao analisar o protagonismo político da sociedade civil norte-americana. A trajetória do conceito se estende pelo século XX e adquire matizes no campo das ciências sociais e política, sobretudo, pelos estudos posteriores de Lyda Hanifan, Jane Jacobs, Glen Loury, entre outros. Mesmo sem desenvolver o conceito em profundidade Loury põe em evidência que o capital social funciona como uma relação de confiança entre indivíduos em grupo que melhora o uso de recursos individuais. É esta a base conceitual que será retomada posteriormente por autores contemporâneos que a elaboram, tais como Pierre Bourdieu e Robert Putnam, entre outros (FERNANDES, 2002).

que, estabelecidas entre esses nós ou comunidades, facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos. O autor não o considera, portanto, um conceito inédito, mas o retoma com base na noção de Tocqueville de civismo comunitário, aquele que constitui o indivíduo com espírito público posicionando-o em uma rede comunitária de natureza associativa.

Em Bourdieu (1980, p.2), o capital social figura como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de aquiescência e reconhecimento mútuo”. Kaufman (2012), indica que o conceito de capital social ressurgiu mesmo nos anos 1980, em Bourdieu, que o entende como um ativo social proveniente da virtude e da força de conexão entre os indivíduos, cuja perspectiva sobre a sociedade é a de uma estrutura de funcionamento em rede, ou seja, de interconexões entre pessoas. Portanto, o capital social é visto como uma força da relação/conexão entre os atores, de modo que o acesso aos recursos decorrentes gera benefícios denominados ativos sociais. Por sua vez, deriva de relações dinâmicas entre os *laços fortes* e *laços fracos*, conforme observado por Granovetter (1974, 1983). Sem adentrar as distinções específicas ou críticas<sup>10</sup> em cada autor, o que nos importa aqui é sublinhar o entendimento de que o capital social, para ambos, é um elemento aproximativo e agregador por função, já que o estabelecimento de laços de confiança e reciprocidade possibilitariam – ou, ao menos, fomentariam - a mobilização conjunta para a ação.

Desta forma, constituir um capital social significaria promover potencial aumento de benefícios e investimentos em capitais físico e humano com vistas às demandas do grupo ou comunidade. Neste estudo, considerando esta observação ainda abrangente e de questionável aplicação direta, o que propomos é apenas um esforço de aproximação ao capital social, na medida em que as redes de confiança e solidariedade em torno do TEA podem se formar desde os grupos técnicos e científicos (Autismo & Realidade), como por grupos de pais (UPPA), formadores de opinião (jornalista Andréa Werner), celebridades (Marcos Mion), bem como por associações de classe, religiosas, ou ainda por conexões sociais informais.

Neste contexto, entendemos que a predominância de curtidas, reações ou compartilhamentos (Tabela 1) pode significar a prevalência de laços associativos. Já no caso dos comentários e testemunhos também se manifestarem, tendemos a identificar a presença de laços dialógicos.

**TABELA 1**

Síntese das Estatísticas de Publicações e Interações nas Páginas do Facebook

<b>Página</b>	<b>Publicações</b>	<b>Curtidas</b>	<b>Reações</b>	<b>Comentários</b>	<b>Compartilhamentos</b>
Autismo e Realidade	<b>57</b>	<b>14.147</b>	<b>14.910</b>	<b>747</b>	<b>9.677</b>
Lagarta Vira Pupa	<b>494</b>	<b>268.502</b>	<b>328.449</b>	<b>31.811</b>	<b>68.635</b>
Marcos Mion Oficial	<b>158</b>	<b>478.205</b>	<b>616.468</b>	<b>48.655</b>	<b>145.955</b>
Uppa Autismo	<b>162</b>	<b>7.655</b>	<b>8.397</b>	<b>693</b>	<b>2.264</b>

Observamos que na página *Autismo e Realidade*<sup>11</sup> (Quadro 1), formada por um grupo de atores sociais definidos como técnicos e especialistas (médicos, pesquisadores e terapeutas), as relações se concretizam com base no valor da sua reputação e, conseqüentemente, de autoridade. A página é gerenciada por uma reconhecida ONG (*Autismo e Realidade*) e importante instituto de pesquisa (Instituto Pensi), que configuram suas falas com a disponibilização de conteúdo técnico e científico sobre o assunto, divulgam projetos e mobilizam ações de apelo público.

<sup>10</sup> Sobre as críticas dirigidas ao conceito e aplicação em Putnam ver Reis (2003).

<sup>11</sup> AUTISMO & REALIDADE. Facebook/AutismoERealidade. Disponível em: <<https://www.facebook.com/autismoerealidade/>>. Acessos no período de jan a jul. 2017. Criada em 2010. No período de análise, a página possuía aproximadamente 203 mil seguidores.



**QUADRO 1**  
Capital Social em *Autismo e Realidade*

Página	Ator social	Valor e Capital social	Características predominantes
<b>Autismo e Realidade</b>	Técnico / especialista	Valor percebido: <b>reputação e autoridade</b>  Capital social: <b>relacional cognitivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Conteúdo técnico e científico sobre o autismo.</li> <li>b. Divulgação de congressos e simpósios da ONG e Inst. Pesq. Pensi.</li> <li>c. Dicas de como lidar com as dificuldades cotidianas.</li> <li>d. Valorização da luta de pais pelos direitos dos filhos com autismo.</li> <li>e. Marcações de outros nomes nos comentários.</li> <li>f. Projetos de conscientização e motivação para novas ações.</li> <li>g. Atualização de experiências.</li> <li>h. Incentivo às práticas de inclusão escolar.</li> </ul>

Estes fatores se constituem como critérios que geram confiança entre os atores da rede, de modo especial, pelo potencial de contribuição efetiva que suas informações publicadas conferem. Lembramos, então, que a reputação “refere-se às qualidades percebidas nos atores pelos demais membros da sua rede”, e à validação do “tipo de informação publicada pelo ator social”, e que caracteriza este capital social como relacional e cognitivo (RECUERO, 2014, p. 111). A forte reputação confere, em conjunto, o valor da autoridade, visto a medida da efetiva influência de um ator com relação à sua rede, juntamente com a percepção dos demais atores da sua reputação (RECUERO, 2014).

Identificamos que, nesse capital social relacional e cognitivo, as interações que se dão na página são, na maioria, compostas por curtidas, reações e compartilhamentos (Tabela 1), conduzindo à formação de laços associativos. Os comentários e testemunhos são pouco significativos neste caso e, quando ocorrem, são na intenção de marcar um outro perfil e indicar o conteúdo que foi apresentado em *Autismo e Realidade* para uma nova pessoa que, supostamente, deva ter interesse na informação.

**QUADRO 2**  
Capital Social em *Lagarta Vira Pupa*

Página	Ator social	Valor e Capital social	Características predominantes
<b>Lagarta Vira Pupa</b>	Mãe / testemunhal.	Valor percebido: <b>visibilidade e autoridade</b>  Capital social: <b>relacional e relacional cognitivo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Apoio à diversidade de deficiências.</li> <li>b. Recorrência de mensagens sobre preocupação das mães.</li> <li>c. Devolutiva às críticas, como porta-voz de outros.</li> <li>d. Divulgação dos direitos e das conquistas judiciais.</li> <li>e. Tentativas de afastamento dos estereótipos estigmatizados.</li> <li>f. Tenta afastar o estereótipo de <i>mulheres incansáveis</i> e das <i>mãezinhas azuis</i>.</li> <li>g. Partilha das experiências vivenciadas através de relatos.</li> <li>h. Publicações de dicas práticas de aprendizado.</li> </ul>

No caso da página *Lagarta Vira Pupa*<sup>12</sup> (Quadro 2), cujo ator social se apresenta sob forte teor testemunhal, gerido por uma mãe de um menino com autismo, as relações se concretizam, em geral, com base num cruzamento dos valores de visibilidade e de autoridade. Além das experiências vividas com o

<sup>12</sup> LAGARTA VIRA PUPA. Facebook/LagartaViraPupa. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lagartavirapupa/>> Acessos no período de jan a jul. 2017. Criada em 2012 por Andréa Werner, jornalista e mãe de Theo, e é conhecida como um “diário de uma mãe com seu garotinho autista”. No período de análise, a página ultrapassava 78 mil seguidores.

filho Theo, Andrea Werner configura sua fala enunciando as rotinas da vida (escola, alimentação, direitos, desenvolvimento da criança, terapias, etc.). As postagens valorizam, especialmente, os contrastes entre os papéis exercidos pelas mães de crianças com autismo que a acompanham. Estes papéis evocados indicam acumulação das funções de mãe, mulher, profissional, em geral, amalgamando a figura de tolerância e carinho (mãe azul, incansável), mas também nos conflitos cotidianos da paciência e limitações, experiência ou despreparo, todos, a fim de lutar pelo afastamento de estereótipos estigmatizados.

O quesito visibilidade, neste caso, funciona como uma forma de amplificação dos valores obtidos através das conexões da rede de Andrea Werner, operando como um suporte social e de informações. Dentre as três páginas específicas pesquisadas, *Lagarta Vira Pupa* é a que possui o maior número de seguidores e publicações. Esta visibilidade, associada ao fato de ser mãe de uma criança com TEA e jornalista, torna-se matéria-prima para a formação de outro valor: a autoridade que Andrea conquistou e que pode garantir facilidades para influenciar a sua rede socioafetiva, ampliando a sua percepção junto aos demais atores.

Notamos, portanto, a constituição de um capital social relacional (ligado à visibilidade), associado ao relacional cognitivo (por conta da sua autoridade). Nesta página, por sua vez, a quantidade de comentários nos posts de *Lagarta Vira Pupa* é bastante expressiva (Tabela 1), o que aproxima a percepção da formação de laços dialógicos. Além da partilha e atualização das experiências vividas com o Theo, que se reproduzem nas famílias seguidoras, as interações presentes através dos comentários acontecem em forma de questionamentos sobre rotinas, solicitações de dicas de como lidar com as crianças em crises para diminuir comportamentos repetitivos, trabalhar com a seletividade alimentar, melhorar o sono, assim como aumentar a autoestima das mães, superar o luto pós diagnóstico etc., fatores que reforçam o valor da sua autoridade de fala, na rede.

Já em *Marcos Mion Oficial*<sup>13</sup> (Quadro 3), página que não foi criada com a intenção primeira de tratar do tema autismo, identificamos um ator social entendido como celebridade, e pai. De um lado, uma personalidade formadora de opinião, de destaque e reconhecido como artista. Noutra perspectiva, um pai que vive as relações do cotidiano autista junto do seu filho Romeo, e as testemunha na rede, assumindo uma nova categoria de celebridade: ser *pai do Romeo*. Neste caso, as relações predominantes se concretizam, portanto, com base na intersecção de valores de visibilidade e de popularidade.

Suas publicações trazem reflexões sobre as experiências do cotidiano, com destaque para o valor daquelas mais ordinárias que, em outra situação, talvez não se desse conta da sua importância. Mion parece renovar a sua personalidade em rede e se enuncia, agora, como *pai do Romeo*, aprendiz do autismo e com maior proximidade de outras famílias que compartilham da mesma vivência. Em todas as publicações ligadas ao autismo, a fala do apresentador também manifesta sua fé, considerando Deus e a família como bases que sustentam os seus discursos. Enfim, usa a sua fala, popularidade e visibilidade incentivando práticas de solidariedade com outras famílias que vivem seus conflitos.

---

13 MION, Marcos. Facebook/MarcosMionOficial. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarcosMionOficial/?fref=ts>> Acessos no período de jan a jul. 2017. Com 7 milhões de seguidores, reúne postagens sobre o programa *Legendários* – Rede Record, produtos ligados ao esporte, bem como a atenção que a sua rede dispensa o novo tipo de celebridade que assume: o pai de um garoto com autismo, o Romeo.

**QUADRO 3**  
Capital Social em *Marcos Mion Oficial*

Página	Ator social	Valor e Capital social	Características predominantes
<b>Marcos Mion Oficial</b>	Pai (testemunhal) / celebridade.	Valor percebido: <b>visibilidade e popularidade.</b>  Capital social: <b>relacional.</b>	a. Há a predominância de publicações testemunhais, com reflexões sobre os paradoxos do cotidiano e a aproximação das famílias que convivem com o autismo. b. O <i>pai do Romeo</i> é mais forte. Renovação do seu perfil de celebridade. c. Através da sua relação afetiva com o filho, coloca-se como aprendiz do autismo. d. Deus e a família são bases que sustentam seus discursos. e. As práticas de solidariedade se concretizam na vida.

Em cotejo, a tabela 2 elucida a força das postagens ligadas ao Romeo que, mesmo sendo em menor volume (trazemos aqui o exemplo de dois posts no mês de julho de 2017), representou 99% dos compartilhamentos realizados pela sua rede no mesmo período, 85% dos comentários e 79% de engajamento<sup>14</sup> ao considerarmos, evidentemente, o total de conteúdo disponibilizado no mês.

**TABELA 2**  
Representatividade % dos 2 Posts sobre Romeo e a Família, em Junho/2017 (Facebook)

Junho de 2017	Posts	Curtidas	Coment.	Reações	Compart.	Engajam.
Total de posts do mês	39	194.485	33.886	268.388	134.598	436.872
2 posts sobre o Romeo e a família	2	121.436	28.735	184.884	132.779	346.398
<b>%</b>	<b>5%</b>	<b>62%</b>	<b>85%</b>	<b>69%</b>	<b>99%</b>	<b>79%</b>
Legenda: Reações = soma das curtidas e marcações de ícones de emoções ( <i>emoticons</i> ). Engajamento = soma dos comentários, reações e compartilhamentos.						

Estes dados indicam que, no caso das publicações que testemunham sua experiência com o filho, a rede se manifesta com laços associativos e dialógicos, configurando um capital social relacional, sustentado pela visibilidade e popularidade do seu perfil.

Por fim, a página curitibana da União de Pais pelo Autismo (*Uppa Autismo*<sup>15</sup>) é gerida por um grupo formado por pais engajados de modo online e presencial. As suas relações sociais têm base no cruzamento dos valores de reputação e de visibilidade.

A página desta associação (Quadro 4) configura sua fala por meio do engajamento de pais, o que amplia a sua reputação e contribui com a promoção, pela plataforma online, de ações locais de conscientização, exposição e visibilidade do autismo. Estas ações compreendem eventos, caminhadas, palestras, seminários, capacitação de educadores e familiares, manifestos, reivindicações de políticas públicas, encontros de entretenimento para as crianças, práticas de solidariedade e apoio às famílias na rede, etc., que efetivam, num segundo momento, um processo de relação também presencial.

<sup>14</sup> Para Recuero (2013), o engajamento é “uma decorrência do envolvimento das pessoas entre si e com a marca como persona. É a construção de laços mais fortes, de capital social naquele espaço e naquela rede”. De todo modo, para a elaboração da tabela 2 que apresenta parte dos dados quantitativos obtidos na pesquisa, os números apontados na coluna engajamento são definidos com base nas métricas da rede social digital Facebook, ou seja, pela somatória dos comentários, reações e compartilhamentos decorrentes do envolvimento com as publicações analisadas.

<sup>15</sup> UPPA AUTISMO. Facebook/UppaAutismo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uppaaautismo/?fref=ts>> Acessos no período de jan a jul. 2017. Página de caráter regional, com pouco mais de 4.500 seguidores.

Neste caso, a plataforma online possibilita, inicialmente, o encontro de pais como um instrumento de conexão que, à medida que se mostram engajados, como um dos nós da rede (laços dialógicos e de interação mútua), podem partir para as relações presenciais e participar das atividades organizadas pela *Uppa*. Entendemos que estes valores (reputação e visibilidade) constituem, então, um capital social relacional e relacional cognitivo.

**QUADRO 4**  
Capital Social em *Uppa* Autismo

Página	Ator social	Valor e Capital social	Características predominantes
<b>Uppa Autismo</b>	Pais / engajamento online e presencial	Valor percebido: <b>reputação e visibilidade.</b>  Capital social: <b>relacional cognitivo e relacional.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Ações de exposição e visibilidade – autismo em evidência e engajamento.</li> <li>b. Efetivação do processo relacional – contato e presença.</li> <li>c. Formação dos grupos online de pais: Cuecas Azuis.</li> <li>d. Uso da rede para a conquista de espaços adaptados.</li> <li>e. Mobilização de pessoas: ações e eventos de conscientização.</li> <li>f. Proximidade e envolvimento com órgãos públicos.</li> <li>g. Prática de solidariedade: apoio às famílias nas redes.</li> </ul>

Destaca-se que, deste engajamento de pais surgiu um grupo local, online, formado apenas por homens, pais de crianças com autismo, intitulados *Cuecas Azuis*. Como foi caracterizado, seus atores se enunciam através das trocas de testemunhos e configuram suas falas por meio da partilha das conquistas e dificuldades presentes nas vivências com seus filhos. Porém, utilizam este recurso porque querem ser percebidos como pais de alguém com autismo.

Por meio desta esquematização comparativa entre diferentes grupos que representam certos atores sociais e suas falas, aproximando-os dos atributos trazidos por Recuero (2014), percebemos a presença de cruzamentos de valores que são apropriados por cada um, de acordo com seus perfis e demandas, com vistas à formação de um capital social diferenciado em torno do autismo. A visibilidade é um valor predominante neste recorte, mas que possibilita a amplificação dos demais valores sociais (reputação, autoridade e popularidade) quando, por exemplo, a rede com nós (atores), conectados pela causa do autismo, engaja-se e configura-se como um capital social relacional (RECUERO, 2014).

Entendemos, a partir desta leitura preliminar dos grupos, que a prática comunicativa reflete aquela interacional que partilha, vive e comunga, através de diferentes discursos, narrativas e experiências que são enunciadas em redes. Este aspecto comparece como a materialização de uma causa, aqui expressa em luta por ressignificação do autismo como aspecto preponderante ao reconhecimento.

## Como interações comunicativas mobilizam a ressignificação no percurso ao reconhecimento

A partir das reflexões sobre as interações comunicativas motivadas pelo autismo, e vivenciadas por atores sociais nas suas redes online, por meio da troca de experiências e narrativas, alcançamos um entendimento sobre a construção de um capital social relacional (RECUERO, 2014), cujos valores abarcam a visibilidade e, conseqüentemente, a reputação, a autoridade e a popularidade. Notamos que, com estes valores conquistados, opera-se, de fato, um estado de luta, onde os nós destas redes se associam em comunidade online, conectada, e dialogam num espaço de conversação civil (MARQUES, 2006), numa relação entre experiência e discurso, na tentativa de discutir os padrões e hábitos, direcionando a um reconhecimento social que formule, inclusive, novas políticas. No entanto, lembramos que não se trata de

um espaço de deliberação ou de definição destas novas políticas, mas um recinto de conversação, onde os grupos, ao mesmo tempo, conflitam, enunciam.

Por isso, considerando que a experiência do reconhecimento intersubjetivo, em Honneth (2003), se dá através de padrões que determinem propriedades e capacidades dos sujeitos, garantindo-lhes a constituição das suas identidades pessoais e a autorrealização, é possível estabelecermos aproximações desta base teórica e reflexiva, com as interações destas comunidades online sobre o autismo que buscam a elevação do seu valor social e da reputação de seus membros.

Vimos que Honneth (2003) reconhece a experiência e a afetividade como campos mobilizadores destes indivíduos que, por sua vez, podem ampliar seu grau de autorrealização com cada nova forma de reconhecimento, referindo-se a si mesmos como sujeitos. Desse modo, “está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima” (HONNETH, 2003, p. 272).

Assim, no quadro 5, arriscamos estabelecer, de forma sintética e sistematizada, um cruzamento destas esferas de reconhecimento intersubjetivo de Honneth (2003), em cotejo com as categorias de laços, valores e capitais sociais trazidos por Recuero (2014).

### **QUADRO 5**

#### **Cruzamento de esferas de reconhecimento com laços, valores e capitais sociais**

<b>Capital social relacional afetivo</b>	<b>Capital social relacional cognitivo</b>
Rede de laços dialógicos	Rede de laços associativos
Valores de visibilidade, popularidade e reputação.	Valores de autoridade, reputação e visibilidade.
Reconhecimento pelas relações de amor / afeto; solidariedade / eticidade.	Reconhecimento pelos direitos; solidariedade / eticidade.

Percebemos que os valores de visibilidade, popularidade e reputação contribuem para a formação de um capital relacional afetivo na rede, pois favorecem a troca de experiências narrativizadas e testemunhais em postagens e comentários, constituindo laços dialógicos. Este fenômeno, portanto, possui elementos que cooperam com as lutas das esferas afetiva e de solidariedade do reconhecimento intersubjetivo tal qual definido pelo autor. Já o conjunto de valores de autoridade, reputação e visibilidade, formadores de um capital social relacional cognitivo, estariam ligados aos aspectos do direito e, por consequência, da solidariedade, visto que o sentimento de justiça que as conquistas das lutas sociais alcançam, promovem condições de realizações comuns e de relações solidárias, onde seus membros se estimam de maneira simétrica.

Na sequência, para tornar mais clara a observação das lutas que estes atores sociais manejam, a partir de suas falas nas páginas, aproximamos os pontos comuns presentes nos falares, enquadrando-os nas categorias de reconhecimento estabelecidas por Honneth (2003). Desta forma, extraímos semelhanças discursivas que justificam suas buscas por reconhecimento, de maneira intersubjetiva, mas que também fortalecem seus membros de modo que cresce a expectativa de realização dos seus objetivos comuns (Quadro 6).

### QUADRO 6

Observações empíricas ligadas às esferas do reconhecimento nas páginas do Facebook

<b>Modos de Reconhecimento</b>	<b>Dedicação emotiva</b>	<b>Respeito cognitivo</b>	<b>Estima social</b>
Formas de reconhecimento	Relações primárias ( <b>amor</b> , amizade)	Relações jurídicas ( <b>direitos</b> )	Comunidade de valores ( <b>solidariedade</b> )
Autorrelação prática	<b>Autoconfiança</b>	<b>Autorrespeito</b>	<b>Autoestima</b>
Observações empíricas, comuns nas páginas do Facebook	<p>Partilha das experiências vivenciadas através de relatos.</p> <p>Há a predominância de publicações testemunhais, com reflexões sobre os paradoxos do cotidiano e a aproximação das famílias que convivem com o autismo.</p> <p>As experiências relatadas pelos atores atualizam as da sua rede.</p> <p>Há uma renovação do perfil destes atores na rede, <i>o pai do Romeo</i>, <i>os Cuecas Azuis</i>, <i>as mães lutadoras e, ao mesmo tempo, exaustas</i>, etc.</p> <p>Na rede assumem-se como aprendizes das relações afetivas com os filhos ou com outros sujeitos socioafetivos.</p> <p>Há uma efetivação do processo relacional – o contato e presença.</p> <p>A família e religiosidade são bases que sustentam seus discursos.</p>	<p>Valorização da luta de pais pelos direitos dos filhos com autismo.</p> <p>Incentivo às práticas de inclusão escolar, uma das principais preocupações das famílias.</p> <p>Divulgação dos direitos obtidos e das conquistas judiciais.</p> <p>Uso da rede para a conquista de espaços adaptados.</p> <p>Falas direcionadas aos órgãos públicos.</p>	<p>Ações de exposição e visibilidade – autismo em evidência e engajamento.</p> <p>Projetos de conscientização e motivação para novas ações e eventos.</p> <p>Práticas de apoio às famílias nas redes.</p> <p>Tentativas de afastamento dos estereótipos estigmatizados das crianças com autismo, bem como das pessoas que os acompanham (pais, familiares, rede socioafetiva).</p> <p>Compartilhamento de pesquisas, conteúdo técnico e atualizado.</p> <p>Sugestões de dicas de como lidar com as dificuldades cotidianas.</p> <p>Marcações de outros nomes nos comentários, como forma de alcançar pessoas que possam ser alvos destas informações.</p> <p>Apoio à diversidade de deficiências.</p> <p>Publicações de dicas práticas de aprendizado e desenvolvimento infantil.</p>



Nas relações primárias de amor e amizade, como forma de reconhecimento, notamos que as falas dos atores coincidem em aspectos de dedicação emotiva, pois partilham suas experiências vivenciadas através de relatos; há uma predominância de publicações de forte teor testemunhal, com reflexões sobre os paradoxos do cotidiano e a aproximação das famílias que convivem com o autismo. Tais experiências relatadas atualizam, por sua vez, as dos demais seguidores da rede; ocorre uma tentativa de renovação dos seus perfis quando, por exemplo, Mion se qualifica como aprendiz e *pai do Romeo*, na luta das mães pelo afastamento do padrão normativo de *mãezinhas azuis*, no uso de camisetas estampando a frase *eu amo alguém com autismo*, numa prática de exposição e conscientização; a família e a religiosidade são bases que sustentam os discursos, além da percebermos a efetivação do processo relacional, quando aproxima de modo a permitir também o contato presencial.

Quando comparadas às relações jurídicas, ou seja, às manifestações e lutas pelos direitos das pessoas com autismo e de quem os acompanha, as semelhanças ocorrem na valorização da luta de pais pelos direitos dos filhos com autismo, pelo incentivo às práticas de inclusão escolar, uma das principais preocupações das famílias, além da divulgação dos direitos e das conquistas judiciais obtidas por algum ator na rede, com a utilização das páginas para mobilizar a conquista de usos adaptados em espaços públicos ou por reivindicações direcionadas aos órgãos públicos, com vistas à sensibilização para novas políticas. Por isso, consideramos que estas falas se aproximam do respeito cognitivo, trazido pela segurança jurídica, quando há a garantia de direitos, e entendemos que esta relação de autorrespeito adquirida também amplia o grau de reconhecimento em seus membros.

No caso das comunidades de valores, que correspondem à solidariedade ou eticidade como formas de reconhecimento, notamos que os seus atores estabelecem suas lutas por estima social ao enunciarem, com esforço, ações de exposição e visibilidade que colocam o autismo em evidência buscando engajamento; quando promovem e divulgam projetos e eventos de conscientização, motivando novas participações; nas suas práticas de apoio a outras famílias das redes; nas tentativas de afastamento dos estereótipos estigmatizados das crianças com autismo, bem como das pessoas que os acompanham (pais, familiares); no compartilhamento de pesquisas, conteúdo técnico e atualizado; com as sugestões de dicas de como lidar com as dificuldades cotidianas; por meio das marcações de outros nomes nos comentários, como forma de alcançar pessoas que possam ser alvos destas informações; através do apoio à diversidade de deficiências; nas publicações de dicas práticas de aprendizado e desenvolvimento infantil. Assim, as falas destes atores manifestam suas lutas por reconhecimento quando se esforçam para ampliarem, nestas interações, o grau de autoestima de si próprios e de seus pares.

### **QUADRO 7** Ressignificação dos atores sociais

<b>Ator social</b>	<b>Busca de um novo significado</b>
<i>Mãezinhas azuis</i> (dedicadas, incansáveis e protetoras)	Além da dedicação, estas mães são mulheres que também se cansam, não sabem como agir ou vivem momentos de solidão ou desespero.
Marcos Mion (celebridade: ator, apresentador, empresário, formador de opinião)	Tenta assumir uma nova categoria de celebridade perante sua rede: ser pai do Romeo e ter sua família como base.
Pais da <i>Uppa Autismo</i> (rede majoritariamente formada por mães, mulheres que acompanham as rotinas dos filhos com autismo)	Pais engajados. O surgimento do movimento <i>Cuecas Azuis</i> se mostrou como iniciativa de fortalecimento da participação dos pais (homens) na vida e rotina dos seus filhos.

Notamos, enfim, que os achados enunciados nas páginas revelam que a resignificação não se dá

apenas para o autismo e seus estigmas (significado do transtorno e das suas polaridades) ou ainda para o seu portador (a pessoa com autismo), mas de modo especialmente evidente para os atores da rede, representantes destas comunidades, que manejam suas falas ao partilharem suas experiências com novo olhar, ou ainda, novo filtro (Quadro 7). Fica claro que há buscas, ou esforços, agora direcionados para a ressignificação pessoal destes sujeitos que, afetivamente, vivenciam o autismo.

## Considerações Finais

Nas relações do cotidiano autista, como as que observamos através deste breve recorte da pesquisa, alguns sujeitos diretamente implicados – aqui considerados atores sociais – comparecem nas comunidades online motivados por diferenciados lugares, experiências e falas. Tal como defendido por Honneth (2003), buscamos observar como estes atores se inscrevem (e inscrevem) na experiência do amor e amizade, na luta por autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, o esforço pela garantia do autorrespeito, e, por fim, na experiência da solidariedade, a busca por estima social. A partir desta aproximação pudemos notar que as diferentes experiências e falas, em articulação, mobilizam frentes de lutas por reconhecimento. Contribuem, portanto, com a formação de um capital social capaz de produzir novos padrões de fala e de comportamentos, em um processo de transformação social, que permite, com esperança, pensar em um novo significado para o autismo e para os seus membros.

A percepção dos fatos e práticas visualizadas nestas redes, portanto, não são estilhaçadas, fragmentos dispersos, mas quando observadas em cotejo ajudam a definir certa dinâmica de um conjunto do contexto autista, espécie de recorte de um todo construído por seus atores e integrado por seus membros. Nesta perspectiva, a ressignificação seria um processo de modificação do filtro pelo qual o autismo e seus acontecimentos são percebidos, alterando, assim, o modo e os padrões como anteriormente eram definidos.

Mühl & Esquinsani (2004) indicam que a ressignificação se fundamenta em uma compreensão hermenêutica do processo de constituição da realidade social e do próprio conhecimento, ou seja, enquanto método linguístico e cultural, possibilita o surgimento de um novo significado aos acontecimentos através da alteração de uma visão de mundo ou perspectiva do olhar. O significado de toda ocorrência está sujeito ao filtro pelo qual o observamos. Quando o significado é mudado, a receptividade, a interação e o comportamento das pessoas também se modificam. Por intermédio da ressignificação é possível redimensionar a maneira de pensar, ver novos pontos de vista, configurar outras informações e valores.

Estes autores, quando inseridos em práticas comunicativas, favorecem a compreensão da ressignificação como um processo que, ao se efetivar, modifica também as formas de ação da sociedade. Ou seja, para um novo significado, esperam-se novas atitudes. Assim, quando se modifica o filtro, altera-se consequentemente o significado e, então, é possível aprender a pensar e sentir de outro modo sobre os fatos da vida, entender o mundo sob nova ótica e considerar novos padrões.

Neste sentido, podemos compreender que a ressignificação complementa as lutas por reconhecimento do autismo à medida que se configura como um movimento capaz de desenvolver outras capacidades de compreensão das circunstâncias da vida.

Percebemos, desta forma, que as negociações são provenientes de várias demandas de sentido mas que, de forma geral, todas passam pela experiência do afeto, de pertencimento a um grupo, pelos discursos, no encontro perceptivo das relações socioafetivas que caminham, lado a lado, com os elementos, artefatos e impactos culturais contemporâneos. Observamos que são estes os aspectos, ligados às relações afetivas configuradas entre sujeitos, que dão conta, pouco a pouco, de ressignificar.

Neste caminho de reconhecimento e ressignificação, pautado por lutas e impactos culturais, especialmente pelo fato de que vivemos tempos tecnologicamente ativos e acelerados e com novas

configurações midiáticas que pertencem a uma nova forma de vida, encerramos nossas reflexões com um apontamento de Muniz Sodré (2006), que nos convida a refletir sobre como a mídia referencia o homem que, por sua vez, passa a usá-la para dar sustentação à cultura e, conseqüentemente, à capacidade de compreender as coisas por meio da razão e da emoção.

Nós, enquanto pesquisadores, nestes novos tempos que produzem sempre outros modos de vida, almejamos encontrar, em nosso caminho, especialmente com a possibilidade do uso de novos artefatos midiáticos e tecnológicos, indícios cada vez mais fortes de afetividade, sociabilidade e de reconhecimento para as relações que surgem com o autismo.

## Referências

AUTISMO & REALIDADE. **Facebook/AutismoERealidade**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/autismoerealidade/>>. Acessos no período de jan a jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 31, janvier 1980. Le capital social. pp. 2-3. Disponível em [https://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069). Acesso em junho 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo**. Brasília, DF, 2014.

D'ANTINO, Maria Eloísa Famá; VINIC, Alessandra Aronovich. **Representação cinematográfica dos Transtornos do Espectro do Autismo**. In: SCHWARTZMAN, José Salomão; ARAÚJO, Ceres Alves. Transtorno do Espectro do Autismo – TEA. São Paulo: Memmon, 2011.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **O capital social e a análise institucional e de políticas públicas**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 375 a 398, jan. 2002. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6444>>. Acesso em: 02 Jul. 2019.

FRASER, Nancy. HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. New York: Verso Books, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert, 1963. Data da Digitalização: 2004.

GRANOVETTER, M. **Getting a job**: a study of contacts and careers. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GRANOVETTER, M. **The strength of weak ties**: a network theory revisited. Sociological Theory, 1, 201-233, 1983.

HEGEL, G. W. F. **System der Sittlichkeit, Nachdruck der Lasso-Ausgabe**. Hamburgo. 1967.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Editorial UOC. Colección Nuevas Tecnologías y Sociedad. 2004.

HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday Bloomsbury**, London, 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais** (Trad. Luiz Repa). São Paulo: 1ª Ed. 2003; 2ª Ed. 2009.

HONNETH, Axel. **Teoria Crítica**. In: GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan. (org.). Teoria Social Hoje. São Paulo: Unesp, 1999.

JUNIOR, Paiva; RIBEIRO, Sabrina. Revista Autismo. **Uma em cada 110 crianças tem autismo**. Paiva Junior e Sabrina Ribeiro. Publicado em 16/09/2010. Disponível em <http://www.revistaautismo.com.br/edic-o-0/>

numero-impresionante-uma-em-cada-110-criancas-tem-autismo. Extraído em 25/02/2017.

KAUFMAN, Dora. **A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço**. Galáxia (São Paulo, Online), n.23, p.207-218, jun. 2012.

LAGARTA VIRA PUPA. **Facebook/LagartaViraPupa**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lagartavirapupa/>> Acessos no período de jan a jul. 2017.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil**. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

MION, Marcos. **Facebook/MarcosMionOficial**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarcosMionOficial/?fref=ts>> Acessos no período de jan a jul. 2017.

MÜHL, Eldon Henrique; ESQUINSANI, Valdecir Antonio (orgs.). **O diálogo ressignificando o cotidiano escolar**. Passo Fundo: UFP, 2004.

NOBRE, Marcos. Apresentação. **Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica**. In: HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2009.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, tradução de Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy, 1993.

RECUERO, Raquel. **Engajamento x Audiência no Facebook: uma breve discussão**. 2013. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2013/03/engajamento-x-audiencia-no-facebook.html>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2ª ed. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2014.

REIS, Bruno. **Capital social e confiança: questões de teoria e método**. Revista de Sociologia Política, n.21, p.35-49, 2003.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

TAYLOR, Charles. et al. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Piaget, 1998.

UPPA AUTISMO. **Facebook/UppaAutismo**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uppaautismo/?fref=ts>> Acessos no período de jan a jul. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: 1780-1950**. São Paulo: Editora Nacional, 1969, p. 18.

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## UM ROSTO EM 14 FRAGMENTOS: Reconhecimento facial e negociações de visibilidade em redes sociotécnicas

## 14 FRAGMENTS OF A FACE: Facial recognition and visibility negotiations in sociotechnical networks

### RAFAEL RODRIGUES DA COSTA

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor adjunto do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Integrante do grupo de pesquisa PráxisJor. Fortaleza, Ceará, Brasil. Para este artigo, contribuiu com fundamentação teórica, análise de dados e os segmentos de introdução e conclusão. E-mail: rafaelrg@ufc.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8566-1112>.

### NAIANA RODRIGUES DA SILVA

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutoranda em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora assistente do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Integrante do grupo de pesquisa PráxisJor. Fortaleza, Ceará, Brasil. Para este artigo, contribuiu com fundamentação teórica, decisões metodológicas, análise de dados e o segmento de conclusão. E-mail: naianarodrigues@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1966-3616>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

COSTA, Rafael Rodrigues da; SILVA, Naiana Rodrigues da. **UM ROSTO EM 14 FRAGMENTOS**: Reconhecimento facial e negociações de visibilidade em redes sociotécnicas. *Contracampo*, Niterói, v. 38, n.2, p. 117-131, ago./nov. 2019.

Enviado em 10/4/2019/Revisor A: 26/6/2019; Revisor B: 29/7/2019; Aceito em 29/7/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.28477>

## Resumo

As técnicas de identificação a partir de atributos corporais remontam à adoção dos primeiros bancos de dados de inteligência policial. Hoje, o reconhecimento facial figura como instrumental de vigilância pertinente às ciências forenses mas também às discussões sobre os regimes de subjetivação. Esta pesquisa discute como a negociação das visibilidades em redes sociotécnicas é desencadeada por processos de reconhecimento facial no Facebook. O estudo é exploratório, com aplicação de questionário com 152 usuários dessa plataforma. Os resultados indicam que a visibilidade proporcionada pelo reconhecimento facial não é adotada por esse grupo de usuários em razão da privacidade, apesar de estes terem atuado como gestores da visibilidade de outros usuários por meio da marcação manual em fotografias.

### Palavras-chave

Reconhecimento facial; Redes sociotécnicas; Visibilidade; Identidades.

## Abstract

The use of recognition techniques from body attributes dates back to the adoption of the first police intelligence databases. Nowadays, facial recognition is seen as a surveillance instrument pertinent to the forensic sciences, but also capable of provoking discussions about subjectivation regimes. This research discusses how the negotiation of visibilities in sociotechnical networks is triggered from the processes of facial recognition in Facebook. This is an exploratory study, in which a questionnaire was applied with 152 users of that platform. The results indicate that the visibility provided by the facial recognition is not adopted by this group of users due to privacy reasons, although they have acted as managers of the visibility of other users by means of manual tagging in photographs.

### Keywords

Facial recognition; Sociotechnical networks; Visibility; Identities.



## Introdução

Brasil, 5 de março de 2019. No Carnaval de Salvador, Marcos Vinicius Neri, 19 anos, tem seu rosto reconhecido por uma câmera, fabricada pela empresa chinesa Huawei, ligada a um banco de dados de procurados e foragidos do estado da Bahia. Neri era acusado de homicídio e a polícia o procurava desde 2018. O suspeito foi preso (TÁVORA; ARAÚJO; SOUSA, 2019). A câmera que produziu a imagem do homem em Salvador era uma das 42 colocadas em funcionamento em portais de operação policial na capital baiana, sob pretexto de reduzir a insegurança nos circuitos da folia (CÂMERAS DE RECONHECIMENTO, 2019).

Estados Unidos (EUA), 6 de março de 2019. O fundador e CEO da plataforma de rede social Facebook, Mark Zuckerberg, publica post em que anuncia uma remodelagem de seus principais serviços - Facebook, Messenger, Instagram, WhatsApp - de modo a tornar mais transversais ou, segundo ele, mais íntimas, as experiências de conversação entre usuários. Zuckerberg enfatiza, no texto, a privacidade como um valor central em torno do qual os serviços de suas empresas deverão se basear, sendo a integração das plataformas uma maneira de facilitar interações mais próximas, fora do alcance de um público indiscriminado.

*Para que um serviço seja privado, não deve nunca haver dúvida sobre com quem você está se comunicando . Trabalhamos duro para construir privacidade em todos os nossos produtos, incluindo aqueles para compartilhamento público (ZUCKERBERG, 2019, s/p, tradução e grifo dos autores)<sup>1</sup>.*

Marcos e Mark ilustram, sob diferentes perspectivas, a ambivalência que paira sobre o processo de produção, armazenamento e analítica de dados em torno do qual diversas práticas se efetivam - das investigações policiais às interações via smartphones. De um lado, as reivindicações de segurança e privacidade; de outro, a recorrência a uma clarividência ou antevisão latentes, expressas na ideia de que é necessário identificar, saber ou certificar com quem se está interagindo, sob pena de se colocar em risco a própria validade das interações.

Em ambos os casos, o elemento balizador parece ser a presença corporal ou, mais precisamente, o rosto humano, figurado como avatar em perfil de rede social, como imagem em banco de dados, como forma garantidora de uma identidade que se estabelece na diferença, contida na premissa de que nenhum rosto é inteiramente igual a outro. Nos limites dessa cápsula involucrada por olhos, cabelo, pele, boca e orelhas, repousam tanto as fronteiras de acesso a uma vida recôndita, uma demarcação de quem se é e de quem não se é, quanto a última fronteira a ser devassada pelas táticas de vigilância e controle, a serviço das formas de acumulação do capital, para as quais os indivíduos são unidades empreendedoras (DARDOT; LAVAL, 2013).

Nesse sentido, a popularização das técnicas de reconhecimento facial (WOODWARD JR. *et al*, 2003; OKABE E CARRO, 2015; BRAGA, 2013; INDRAWAN *et al*, 2013, OH *et al*, 2016; YANG *et al*, 2017) nos parece capaz de inquirir, a partir da ambivalência mencionada, acerca dos modos como a visibilidade dos indivíduos é articulada contemporaneamente, dentro das circunscrições de uma platformização da vida social (VAN DIJCK, 2017; HELMOND, 2015), em que operam simultaneamente as dimensões da governança algorítmica (CASTRO, 2017) e as sujeições a um regime de desempenho (HAN, 2015).

A partir dessa inquietação, propomos como objetivo desta pesquisa discutir como a negociação das visibilidades em redes sociotécnicas é desencadeada a partir de processos de reconhecimento facial na plataforma Facebook. Para tanto, debatemos inicialmente sobre a noção de visibilidade (THOMPSON, 2018; SIBILIA, 2015) considerando sua modelagem em contextos contemporâneos. Em seguida,

---

<sup>1</sup> No original: For a service to feel private, there must never be any doubt about who you are communicating with. We've worked hard to build privacy into all our products, including those for public sharing.

discutimos pressupostos conceituais e técnicos sobre reconhecimento facial, buscando compreender qual apropriação é feita dessa atividade pelo Facebook. As decisões metodológicas que presidem o estudo são apresentadas na sequência, ao que se segue a seção de resultados e discussão.

## O ver e o ser na contemporaneidade

Nas situações comunicativas, os indivíduos lançam mão tanto de recursos individuais quanto de materiais sociais para definirem quem são para si mesmos e para os outros. Esse segundo aspecto consiste exatamente no reconhecimento, na identificação de um sujeito pelos outros. A identidade comporta, portanto, um duplo movimento, da relação entre aquilo que é próprio do eu e um script social ali assumido que será reconhecido pelos demais.

Tida como marcador estável e vitrine das características essenciais que o sujeito carregaria do nascimento ao túmulo, a identidade era considerada singular, única e capaz de dotar o sujeito do poder da certeza. Contudo, a percepção de que a modernidade não seguia um rumo linear obrigou o homem moderno a repensar seu eu em meio às mudanças (GIDDENS, 1991). Nesse sentido, a própria ideia de identidade é revista, passando de uma perspectiva una e de reprodução do idêntico a um viés múltiplo, plural. O homem que vive a modernidade tardia (GIDDENS, 1991) ou a ou pós-modernidade, pode comportar múltiplas identidades (HALL, 2006) ou expressar diferentes construções identitárias ao longo de sua existência psicossocial (RIBEIRO, 2014).

Esse contexto favorece a emergência de estudos que consideram a identidade como resultado de uma relação dialógica com a alteridade. Para Kathryn Woodward e Stuart Hall, no livro organizado por Tomaz Tadeu da Silva (2000), a identidade não é um composto subjetivo que emerge de dentro para fora. Composta pela subjetividade e por papéis sociais, ela se forma pelo reconhecimento da existência de um outro diferente de mim.

As identidades e a própria composição da subjetividade passam pelo ato de reconhecimento. E ser reconhecido, na contemporaneidade, implica ser visto, tomando aqui o ato de ver não apenas como percepção física de formas, cores e matérias, mas como a percepção simbólica dos sujeitos. O reconhecimento depende da visibilidade, de como o indivíduo se destaca da multidão, esta que, na sociedade em rede (CASTELLS, 1999), está representada também nos espaços comunicacionais como as plataformas de redes sociais.

Esses ambientes altamente simbólicos são lugares em que as subjetividades e as identidades são performadas com vistas ao reconhecimento do outro e, para tal, os sujeitos lançam mão de uma variedade de códigos (visuais, sonoros, verbais etc.) que os tornam visíveis dentre inúmeras personas conectadas. Thompson (2018) compara as mudanças em torno da visibilidade com as transformações decorrentes das interações e mediações comunicativas.

Na interação face a face, a visibilidade está vinculada às propriedades espaciais e temporais da situação de interação e possui caráter recíproco: cada participante é visível para todos os outros e todos são visíveis para cada um. (...) A visibilidade na quase-interação mediada é unidirecional: alguns indivíduos podem ser vistos por muitos outros sem que eles próprios sejam capazes de ver esses outros, enquanto esses outros podem ver indivíduos distantes sem serem vistos por eles. No caso da interação mediada on-line, a direcionalidade do olhar é alterada de outras maneiras, porque muitos participantes da interação podem ter meios à sua disposição para tornar os indivíduos, as ações e os eventos visíveis para outros distantes. (THOMPSON, 2018, p. 34-35).

O autor frisa que a mudança do regime de visibilidade com a comunicação online modifica diversas instâncias sociais, como o poder político, fenômeno que tanto Brasil quanto Estados Unidos vivenciam com as polêmicas provenientes das interações via Twitter de seus líderes do poder executivo

com o público. Esses exemplos corroboram a tese de Paula Sibilia (2015), para quem a maneira como nos relacionamos com nós mesmos e com os outros foi significativamente modificada na transição do século XX para o XXI graças “ao modo performático de ser e estar no mundo” (SIBILIA, 2015, p. 356).

De acordo com a autora, a existência dos sujeitos está atrelada à visibilidade de suas performances. A vida cotidiana performada nas redes sociotécnicas torna-se um espetáculo público acompanhado por seguidores, amigos, visitantes, e objeto de disputa, de concorrência entre os sujeitos, pois, como lembra Sibilia (2015, p. 357), cada indivíduo luta para se “sobressair em um mercado das aparências cada vez mais competitivo” e, para tal, constroem representações valendo-se das possibilidades comunicacionais e interativas que a plataforma proporciona.

É possível observar que a comparação da autora entre a construção da subjetividade e o comércio não é simplesmente metafórica. A ânsia por realização de performances de visibilidade integra a lógica, a razão neoliberal na contemporaneidade. A racionalidade contemporânea, conforme Dardot e Laval (2013), tem como objeto central a construção da subjetividade aos moldes do gerenciamento de uma empresa, sendo a competência a principal norma de conduta desses sujeitos ou a fachada (GOFFMAN, 2013) que eles ostentam publicamente e para si mesmos. Nesse sentido, o reconhecimento social dos sujeitos só é possível graças às performances de visibilidade, contudo, dada a concorrência pela alta densidade de indivíduos presentes nas redes sociotécnicas, somente os comunicacionalmente competentes serão capazes de construir performances visíveis, memoráveis, reconhecíveis.

O indivíduo competente e competitivo é aquele que busca o modo de maximizar seu capital humano em todos os domínios, que não trata unicamente de projetar-se para o futuro e calcular seus ganhos e seus custos, como o antigo homem econômico, mas aquele que persegue, sobretudo, trabalhar sobre si mesmo com o fim de transformar-se, de melhorar, de tornar-se cada vez mais eficaz (DARDOT; LAVAL, 2013, s/p, tradução nossa)<sup>2</sup>.

O empreendimento de si, como pontuam os autores, não se restringe ao âmbito dos negócios ou do mundo do trabalho, espraia-se para outras esferas da vida em sociedade. Senhores de sua própria razão, os homens-empresas são os únicos responsáveis por seus sucessos ou fracassos. Suas vidas não são suscetíveis às contingências, tudo é uma questão de desempenho, de performance, de competência, de rendimento individual. Como lembra o filósofo Byung-Chul Han (2015), a sociedade contemporânea perde o apelo disciplinar, pois a aceitação social não está mais vinculada a uma obediência às instituições de poder. O cidadão exemplar é produtivo, apresenta alto rendimento em suas performances (de trabalho, comunicacionais e físicas). É o sujeito do desempenho.

O poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho. O plural coletivo da afirmação *Yes, we can* expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade do desempenho. No lugar da proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados (HAN, 2015, s/p).

Na sociedade do desempenho, as identidades forjam-se sobre os alicerces da visibilidade, esta que pode ser aferida pelo jogo interativo de curtidas, comentários e compartilhamentos. A perda de seguidores nas redes sociotécnicas é um índice de fracasso para o sujeito da sociedade do desempenho. A invisibilidade é, portanto, a morte simbólica do homem-empresa, que se sente impotente, destituído de identidade, pois é apenas mais um perfil na cadeia artificial de seleção algorítmica.

---

<sup>2</sup> No original: “El individuo competente y competitivo es el que busca el modo de maximizar su capital humano en todos los dominios, que no trata únicamente de proyectarse en el porvenir y calcular sus ganancias y sus costes, como el antiguo hombre económico, sino que persigue, sobre todo, trabajar sobre sí mismo con el fin de transformarse permanentemente, de mejorar, de volverse cada vez más eficaz”.

## Táticas e ambivalências do reconhecimento facial

A lei comum assegura a cada indivíduo o direito de determinar, normalmente, até que ponto seus pensamentos, sentimentos e emoções devem ser comunicados a outros. Sob nosso sistema de governo, ele nunca poderá ser obrigado a expressá-los (exceto quando estiver no banco das testemunhas); e mesmo que ele tenha escolhido expressá-las, ele geralmente mantém o poder de fixar os limites da publicidade que lhes será dada. (WARREN E BRANDEIS, 1890, p. 198, tradução nossa<sup>3</sup>)

Esse é um excerto de *The Right to Privacy* (O Direito à Privacidade), artigo de 1890 tido como a primeira afirmação, no âmbito do direito dos EUA, do direito à privacidade individual. No texto, os juristas Louis Brandeis e Samuel Warren argumentam que a privacidade é, em essência, o direito “a ser deixado só” (p. 205). A partir dessa premissa, discutem se as garantias legais relativas a esse direito podem ser estendidas para além dos casos em que algum meio de expressão ou mídia tenham sido adotados para adentrar o espaço privado de um indivíduo. Trata-se de uma tentativa de consolidar um direito geral à privacidade por pensamentos, sentimentos e emoções - ao ponto em que até mesmo as conversas face a face e as expressões faciais estariam contidas no escopo de tais proteções.

Ainda no século 19, a polícia parisiense iniciou a adoção de bases de dados, contendo medidas e informações corporais de suspeitos, para a elucidação de ocorrências diversas, como homicídios, determinação de paternidade e identificação de prisioneiros (JAIN *et al*, 2004). Contudo, a utilização de evidências ou provas materiais nesses contextos remonta aos primórdios da civilização humana, em que já se esboçava, nas tribos, uma “incipiente estrutura judiciária” (CALAZANS; CALAZANS, 2005) capaz de conciliar interesses distintos e/ou antagônicos (CAPEZ, 2005).

Tais esforços têm sido subsidiados por um notável desenvolvimento tecnológico, ocorrido sobretudo nos últimos 100 anos, que dotou de ferramentas e técnicas as rotinas de investigação criminal. É justamente nesse aporte tecnológico que reside a peculiaridade da ciência forense, definida por Fachone e Velho (2007, p. 153) como “a classificação dada aos esforços de geração e transferência de tecnologia e ciência com a finalidade de elucidar questões relativas ao âmbito do sistema de segurança pública e justiça criminal”. Fonética, balística, exames de grafia, de impressões digitais, testes genéticos e verificações de procedência de documentos são alguns dos campos em que a ciência forense opera, por meio dos peritos criminais e valendo-se de conhecimentos e técnicas de diversos campos do saber.

Aqui situadas a partir dos ritos do mundo jurídico e policial, as singularidades do corpo humano, em especial os atributos da face, têm sido usadas para distinguir os indivíduos desde tempos remotos. A partir de seu entendimento como território passível de regulamentação, bem como de sua adoção como dado armazenável e interpretável, a face parece se submeter aos desígnios de uma governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2008), caracterizada tanto pelo disciplinamento individual dos corpos como pelo controle social, engendrado pelo já aludido acúmulo de informações mensuráveis sobre agrupamentos de pessoas.

Castro (2017) descreve o surgimento dessas grandes bases de dados como uma reconfiguração da biopolítica proposta por Foucault, originalmente balizada numa administração do corpo social por meio de instituições disciplinares. Em seu lugar, emerge uma governança algorítmica, apoiada justamente em *big data* e no tratamento algorítmico dos dados. A análise probabilística que já se insinuava no século 19 como facilitadora dos controles institucionais é colonizada por uma lógica capitalista. Nela, a proliferação de métricas “projeta o arcabouço do mercado no social e equivale a uma espécie de gestão do risco - o

---

<sup>3</sup> No original: The common law secures to each individual the right of determining, ordinarily, to what extent his thoughts, sentiments, and emotions shall be communicated to others. Under our system of government, he can never be compelled to express them (except when upon the witness stand); and even if he has chosen to give them expression, he generally retains the power to fix the limits of the publicity which shall be given them.

objetivo não é mais neutralizá-lo, como no Estado do bem-estar, mas conviver com ele” (CASTRO, 2017, p. 4).

Os desenvolvimentos técnicos nos campos da computação, da inteligência artificial e das ciências da informação, ao longo do século 20 e 21, dão forma palpável a essa espécie de gestão das existências. Os processos de reconhecimento facial oportunizados por ferramentas eletrônicas e digitais, nesse sentido, são comumente atrelados à biometria, entendida como “qualquer característica física automaticamente mensurável, robusta e distintiva que possa ser usada para identificar um indivíduo ou verificar a identidade reivindicada de um indivíduo” (WOODWARD JR. *et al*, 2003, p. 1, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Em uma plataforma de rede sociotécnica de feição empresarial como o Facebook, o rosto é tomado como o elemento garantidor do reconhecimento, com finalidades que variam entre a guarda da autenticidade das publicações, a acessibilidade e a negociação de capital social (NOÇÕES BÁSICAS, 2019). Ainda que dotada de menor valor de robustez ou distinção que outras partes do corpo, a face - não por acaso o elemento que nomeia a plataforma presidida por Mark Zuckerberg - desponta como uma espécie de *commodity* a partir da qual os usuários efetivam a performance de suas identidades, conforme debatido no tópico anterior.

A imagem de perfil pessoal no Facebook é um dos elementos obrigatoriamente públicos a serem fornecidos pelos usuários, o que sugere a centralidade dessa unidade de conteúdo para o funcionamento da plataforma. A partir de um corpus com 7200 imagens de perfil do Facebook, recolhidas em 30 cidades do mundo, Rueda e Giraldo (2016) apontam que a figura humana representa “a típica imagem de perfil” (p. 127, tradução nossa<sup>5</sup>). Já Baert (2018) observa que indivíduos com imagem de perfil considerada mais benéfica no Facebook - a saber, fotos de rosto classificadas como mais atrativas em testes prévios de avaliação - receberam aproximadamente 38% mais convites para entrevistas de emprego em comparação com os candidatos com a imagem considerada menos benéfica. Assumimos, com esses autores, que o registro do rosto em suportes audiovisuais cumpre um papel estratégico para potencializar as reivindicações da já aludida sociedade de desempenho.

A produção de imagens em que o rosto possui visibilidade, mesmo que parcial, já assegura a sistemas de reconhecimento facial elementos suficientes para uma detecção. Um sistema automatizado desse tipo é capaz de registrar a geometria espacial das características distintivas da face (WOODWARD JR. *et al*, 2003), de forma análoga àquela usada pelo sistema perceptual humano. A literatura sobre reconhecimento facial distingue diversas técnicas de detecção, mas todas se baseiam em medidas das principais características do rosto, os chamados pontos nodais (OKABE E CARRO, 2015). São exemplos de pontos nodais a distância entre os olhos, comprimento do nariz, cavidade orbital e ossos laterais da face, entre outros. Sistemas como o Facelt, desenvolvido pela empresa Visionics, dos EUA, requerem no mínimo 14 pontos nodais para efetivar o reconhecimento facial e atribuir uma assinatura facial na forma de um código numérico no banco de dados.

As etapas do reconhecimento podem incluir a detecção de faces numa imagem estática ou em movimento fornecida, a extração de suas características, e a identificação/reconhecimento, que se dá a partir da consulta em uma base de dados em busca de correspondências (BRAGA, 2013; INDRAWAN *et al*, 2013). Uma problemática essencial aos processos de reconhecimento facial é o grau de precisão com que ocorre a detecção das faces e sua posterior associação a uma base de dados.

Oh *et al* (2016) listam quatro dimensões capazes de afetar a identificação de um indivíduo num sistema de reconhecimento facial: a quantidade de cabeças etiquetadas, o tipo de ofuscação ou obstrução do rosto na imagem, quantidade de ofuscação ou obstrução e deslocamento de domínio (imagens em

---

<sup>4</sup> No original: any automatically measurable, robust and distinctive physical characteristic or personal trait that can be used to identify an individual or verify the claimed identity of an individual.

<sup>5</sup> No original: la típica imagen de perfil.

que um indivíduo pretensamente aparece podem ter sido registradas num mesmo evento ou vários). Esse estudo aborda mais frontalmente a fragilidade dos limites de privacidade, ao postular, por exemplo, que técnicas de ofuscação, como o desfoque, possuem eficácia limitada para impedir a detecção dos indivíduos. O emprego de metadados para catalogação das imagens, usual em plataformas de redes sociotécnicas, é outro procedimento que acarreta riscos à privacidade.

Por sua vez, Yang *et al* (2017) apresentam o que consideram ser os benefícios da técnica de supervisão de atributos faciais localizados em partes específicas, tais como boca ou nariz, por meio de redes neurais. Os autores desenvolvem uma escala de rostidade<sup>6</sup> (*faceness*), alicerçada nos atributos citados, usada para treinar o detector de faces a trabalhar sob condições desfavoráveis, como oclusão severa e variações indiscriminadas de pose nas fotos. Além de descrever como operam os sistemas de reconhecimento facial, esses estudos ilustram como as táticas de governança dependem da instituição e legitimação das bases de dados, em torno das quais se estabelecem os protocolos da interveniência de empresas de tecnologia que exploram tais sistemas.

## Decisões metodológicas

O estudo aqui empreendido consiste em uma investigação qualitativa de caráter exploratório. Como observa Deslauriers e Kerisit (2008), os delineamentos qualitativos visam dar conta das preocupações dos atores sociais que uma investigação baseada unicamente em técnicas quantitativas não conseguiria contemplar. As pesquisas qualitativas, assim, mais do que ambicionar a transformação da realidade, podem estar mais preocupadas em conhecer melhor um fenômeno social, seja por sua transitoriedade ou complexidade.

Diante dessa perspectiva, optamos pela realização de um estudo de viés qualitativo com natureza exploratória, pois alinhamos discussões contemporâneas relativas à sociedade e ao uso das tecnologias no cotidiano, provenientes da revisão bibliográfica, com vistas a fomentar reflexões sobre um fenômeno social e tecnológico emergente: o reconhecimento facial em plataformas digitais. A fundamentação teórica busca amparo em diferentes correntes, desde a discussão mais clássica sobre identidade até os preceitos da esfera das ciências da computação que explicam como se dá esse reconhecimento de rostos nas plataformas de maneira maquínica.

Para que esse diálogo conceitual não tomasse rumos ensaísticos, optamos pela realização de uma pesquisa empírica por meio da aplicação de questionários a um público amplo e heterogêneo, localizado nas próprias plataformas de redes sociais. Nesse sentido, o questionário foi pensado e aplicado como uma técnica indireta de acesso ao fenômeno pesquisado. Para Thiollent (1982), como técnica indireta de coleta de dados, o questionário é pensado e aplicado de forma a captar o sistema de julgamentos dos indivíduos sobre assuntos ou temas em circulação socialmente.

Na pesquisa aqui realizada, investimos em questionamentos para captar a percepção dos usuários do Facebook sobre as ferramentas de reconhecimento facial da plataforma e ainda inquirir esses mesmos usuários sobre suas motivações de uso e publicação de fotos. Para isso, o questionário foi composto com 20 perguntas, das quais quatro são perguntas abertas, de viés mais qualitativo, enquanto as 16 restantes são de múltipla escolha ou passíveis de respostas objetivas. Thiollent (1982) observa que a prevalência de perguntas que requerem respostas fechadas almeja alcançar um maior número de informantes. Daí termos optado por este tipo de elaboração, pois a expectativa era ter uma amostra de informantes mais abrangente em termos qualitativos, ainda que não-probabilística.

O universo almejado consistiu em usuários do Facebook que estivessem dispostos a cooperar e

---

<sup>6</sup> Aqui rostidade assume um sentido mais instrumental do que aquele atribuído por Deleuze e Guattari (1996) ao termo, que evoca para esses autores um dispositivo que cruza os processos de significação e subjetivação.



não tivessem empecilhos para tal, como barreira linguística ou ausência de letramento para manusear o questionário hospedado na plataforma Google. Diante disso, iniciou-se a aplicação do questionário nas redes sociais Facebook, Instagram e Whatsapp por meio dos perfis dos autores. Na intenção de ampliar a amostra para públicos que não estivessem no escopo dos contatos pessoais dos autores, recorreremos ao método bola de neve.

A técnica de amostragem *snowball* vale-se de cadeias de referência, de redes de sujeitos, para a composição de grupos de informantes (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Portanto, apresentou-se coerente com o estudo aqui descrito por este versar sobre o comportamento de sujeitos em ambiências gregárias de organização em rede. No caso deste estudo, o objetivo do uso da técnica não era de atingir o universo global de usuários do Facebook, no Brasil, estimado em 127 milhões de pessoas (OLIVEIRA, 2018), e sobre as quais não são divulgados dados mais precisos. O propósito era compor uma rede de informantes aleatória, passível de oferecer uma variedade de informações (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332). Ao todo, 152 usuários responderam à pesquisa, aplicada entre os dias 20 e 31 de março de 2019.

O estudo também se baseia na técnica da observação da interface da plataforma de rede social Facebook, realizada a partir de login prévio por parte dos autores da pesquisa, que ingressam na rede sob condições semelhantes às dos demais usuários da plataforma. O acesso foi realizado ao longo dos meses de fevereiro e março de 2019, sem periodicidade especificada, por meio de dispositivos móveis (smartphone) e computador portátil (notebook). Já as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental foram utilizadas para realizar o já referido levantamento de discussões conceituais e aplicadas que pudessem balizar nossa incursão pelo tema do reconhecimento facial, bem como para compreender as diretrizes e termos de uso dessa técnica na plataforma Facebook - o que foi feito acessando as recomendações e avisos que a plataforma fornece ao usuário.

## Análise de dados

A natureza exploratória deste estudo propicia que a análise de dados mova-se entre a apreciação de documentos disponibilizados no Facebook, o manifesto de Zuckerberg e os resultados da aplicação do questionário. Sobre a pesquisa empírica, em linhas gerais, foram obtidas respostas, provenientes, em sua maioria, de sujeitos situados em uma faixa etária de 25 a 34 anos (38,2%). Entre os respondentes, 7,5% deles, um total de 11 informantes, identificaram-se como professores universitários, enquanto estudantes universitários e do ensino médio totalizaram 9 sujeitos, o que equivale a 6% da amostra. Levando-se em consideração que essas foram as categorias profissionais e ocupacionais que mais apareceram na mensuração, podemos concluir que se obteve uma diversidade de identidades profissionais.

É importante destacar que 98% dos respondentes usa o Facebook há mais de um ano, enquanto 36,2% acessam a plataforma diariamente e permanecem nela por mais de uma hora. Essa frequência assídua e longa pode estar relacionada com o fato de que 63,3% dos informantes usam o Facebook como um espaço ou ferramenta de trabalho. Podemos acrescentar a esse dado, a ubiquidade e mobilidade dos acessos por meio de dispositivos móveis, afinal, 71,2% dos pesquisados acessam a rede por meio de smartphones.

Iniciamos a descrição da normatização de reconhecimento facial da plataforma. É importante destacar que para ter acesso às normas de reconhecimento facial, o usuário precisa acessar as configurações de seu perfil e clicar na opção "Reconhecimento facial". Ele será conduzido a uma nova tela e interrogado se deseja que a plataforma o reconheça em fotos e vídeos. Nesse caso, a plataforma só oferece as escolhas sim e não, restringindo assim as opções a situações extremas. Não há escolhas que poderiam significar negociações entre a plataforma e o usuário, como reconhecimento somente em fotos ou somente em vídeos, ou ainda o cruzamento desse reconhecimento em postagens de amigos, familiares ou de outros grupos sociais que podem ser construídos na rede.

Essa escolha fechada impacta na visibilidade dos sujeitos e os atributos dela decorrentes como o reconhecimento e o capital social. O sujeito é visto, mas pode passar incólume ao reconhecimento de outros, sobretudo daqueles que não compõem sua rede primária de contatos. O reconhecimento facial de um sujeito em uma foto, por exemplo, amplia a visibilidade da imagem publicada, pois os atores conectados ao sujeito cuja face está marcada na foto também podem visualizar essa imagem em suas *timelines*, conseqüentemente, a referida fotografia pode angariar mais curtidas e comentários, promovendo mais visibilidade ao ator que postou a imagem e a todos aqueles cujas faces foram marcadas.

Na prática, a plataforma equipara a inteligência maquina capaz de realizar essa tarefa àquela mobilizada pelos usuários humanos. Essa outorga, quando permitida, evidencia sutilezas como o manejo deliberado de capital social ou tão somente do fluxo de atenção nas redes em que um usuário se faz presente. As marcações em fotos (e em postagens) possuem, para os usuários, um valor qualitativo expresso, por exemplo, em decisões como aceitar certas marcações e rejeitar outras.

“Acho interessante a opção de você aprovar ou não a marcação na foto de outras pessoas”, diz um dos respondentes da pesquisa, em resposta à questão de encerramento do questionário, em que o usuário poderia fazer observações livres sobre reconhecimento facial. Outro respondente afirma que “facilita o trabalho de marcar um por um”. Esses depoimentos reconhecem na ferramenta um amparo logístico para a administração das visibilidades, ao mesmo tempo que admitem haver injunções do contexto sobre a atribuição de relevância a uma determinada marcação - a aprovação seria um endosso ao valor daquela publicação.

Contudo, não parece estar ao alcance do algoritmo uma avaliação precisa dessa atribuição de valor, o que se depreende das constatações dos usuários de que a plataforma pratica uma espécie de *indexicalidade inquisitiva*, balizada em marcações indesejadas, fora de contexto ou simplesmente improcedentes. Mais de metade dos participantes, quando perguntados se já haviam sido marcados em fotos nas quais não estavam presentes, responderam que isso já havia ocorrido.

A normatização do reconhecimento facial no Facebook pode ser acessada por meio de um link, ainda nas configurações do usuário, que conduz a outra página web em que se tem uma descrição dos usos do reconhecimento facial e de sua importância para os usuários em uma tela intitulada “Noções básicas de privacidade”. Na forma de um infográfico interativo, o Facebook apresenta justificativas para a adesão ao reconhecimento facial, que podemos classificar em:

*Instrumental*: “permitir que você marque as pessoas de maneira rápida e fácil”. Ou seja, a plataforma realiza uma tarefa no lugar do usuário, revelando assim o automatismo da ação.

*Segurança*: “ajudar a proteger você de estranhos que usam sua foto como se fosse a foto do perfil deles”. A plataforma aqui demonstra que possui um poder regulatório, sendo capaz de agir como um juiz ou outro agente da lei, definindo, a partir do reconhecimento facial, a veracidade ou falsidade de um perfil, ou seja, zelando pela identidade do usuário.

*Acessibilidade*: “ajudar as pessoas com deficiências visuais dizendo de quem é a foto ou o vídeo”. Neste caso, a ação de reconhecimento converte-se em um ato de democratização de acesso dos conteúdos da plataforma para usuários com deficiência visual. Uma leitura possível dessa justificativa de uso do reconhecimento facial é a de que os usuários que não a ativam não estão praticando empatia com os deficientes ou restringindo o uso do Facebook para esses usuários com deficiência. Perspectiva moral que coloca a plataforma como agente do polo da inclusão e os usuários, que não acionam o recurso, como agentes de exclusão social.

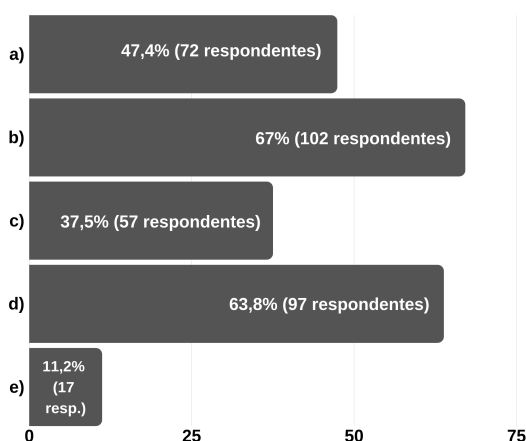
*Visibilidade*: “e avisar quando você aparecer em fotos ou vídeos, mas não for marcado”. Neste caso, a plataforma revela mais uma vez sua marca de vigilância e regulação, pois é capaz não só de identificar a presença do usuário em imagens como também de nominá-lo nessa publicação, possibilitando a ele colher as benesses advindas da visibilidade e do reconhecimento, protegendo mais uma vez as identidades. (NOÇÕES BÁSICAS, 2019, s/p).

Dentre as noções básicas de privacidade, a plataforma explica que o reconhecimento fácil é feito a partir da comparação de fotos e vídeos postados pelo próprio usuário, como a foto de perfil, ou por meio de imagens em que ele está marcado. Em seguida, é explicitado que o usuário pode “controlar o reconhecimento facial nas suas configurações” (NOÇÕES BÁSICAS, 2019, s/p). Esse sigilo das técnicas mais do que considerar que o usuário é incapaz de entender a lógica algorítmica, pode ser interpretado como uma opacidade da plataforma, uma decisão de resguardo diante da concorrência (sigilo industrial) ou até mesmo de precaução em relação a leis e políticas de segurança e privacidade de Estados e/ou governos.

Além disso, o trecho em destaque também nos remete a uma ideia de controle e de poder regulatório outorgado ao usuário que, é ilusório, se pensarmos que esse poder não é extensível ao conhecimento do modo de operação do reconhecimento e se restringe à capacidade de escolha entre sim ou não. Essa postura do Facebook tende a se perpetuar caso não sejam cobrados esclarecimentos sobre seus modos de ação. Contudo, a pesquisa empírica revelou que 60% dos respondentes não conhecem as configurações de reconhecimento facial da plataforma, o que implica pensar que muitos usuários não estão imbuídos da vontade de conhecer o *modus operandi* do Facebook. Ao serem interrogados sobre os sentidos do reconhecimento facial, em questão que admitia a seleção de mais de uma resposta, 102 respondentes, ou 67% do total, declararam concordar com a seguinte sentença: “O reconhecimento facial pode invadir a minha privacidade quando marca fotos indesejadas ou não solicitadas”. Na Figura 1, a seguir, essa alternativa corresponde ao item b). As demais afirmativas apresentadas aos respondentes, e seus respectivos índices de adesão, foram:

- a) O reconhecimento facial evita que outras pessoas usem minhas fotos como se fossem delas (72 respondentes, ou 47,4%);
- c) O reconhecimento facial ajuda a me conectar com outros usuários, pois pode me localizar nas fotos deles (57 respondentes, ou 37,5%);
- d) O reconhecimento facial feito pelo sistema do Facebook armazena meus dados, o que nem sempre é seguro (97 respondentes, ou 63,8%);
- e) O reconhecimento facial ajuda a aumentar o meu número de seguidores, as curtidas e outras interações no meu perfil (17 respondentes, ou 11,2%).

Figura 1: Percentual de concordância dos respondentes do questionário em relação a afirmativas sobre reconhecimento facial



Fonte: Elaboração dos autores da pesquisa

É quantitativamente relevante, ainda, a concordância com o item d), o que sugere preocupação, por parte de muitos dos usuários, em relação à análise dos dados efetuada pela plataforma, além de indicar uma certa uniformidade, no universo inquirido, na percepção das ameaças à privacidade, que neste caso

seriam potencializadas pelo *big data*. É interessante observar que dentre os respondentes, apenas 11% deles associaram o reconhecimento facial com a visibilidade, percebendo que o recurso pode aumentar o número de seguidores, as curtidas e outras interações. Esse resultado atrela-se ao fato de apenas 7,9% dos informantes considerarem o ato de ser marcado em uma foto no Facebook como muito importante. Da mesma forma, apenas 10% dos respondentes acreditam ser muito importante marcar pessoas em suas fotos postadas na plataforma. Esses índices são intrigantes, pois revelam que a preocupação com a privacidade está em vantagem na disputa com a visibilidade.

Alguns fatos contextuais podem justificar essa tendência, como a propagação de desinformação sob a forma de *fake news*, os vazamentos de dados como o caso da Cambridge Analytica<sup>7</sup> e o próprio manifesto do CEO do Facebook, em que as preocupações com a privacidade são tomadas como motivadoras do reposicionamento das plataformas sob seu comando.

Entendo que muitas pessoas não acham que o Facebook pode ou gostaria de construir esse tipo de plataforma focada em privacidade - porque, francamente, atualmente não temos uma reputação forte de criar serviços de proteção à privacidade, e historicamente nos concentramos em ferramentas para compartilhamento mais aberto. Mas temos repetidamente mostrado que podemos evoluir para construir os serviços que as pessoas realmente querem, inclusive em mensagens privadas e histórias (ZUCKERBERG, 2019, s/p).

A atuação espontânea da inteligência máquina aparece para os usuários, nestes casos, como um alerta, pois evidencia a autonomia da plataforma e a desvantagem do controle humano em detrimento do controle algorítmico. Dessa forma, o reconhecimento pela face parece não ser, para esse grupo, imprescindível para a promoção da visibilidade e construção das identidades na ambiência sociotécnica, apesar de 84,9% dos 152 informantes já ter usado o recurso para marcar um amigo em uma imagem.

Essa controvérsia entre usar o reconhecimento facial e não o considerar muito importante conduz a refletir sobre certo automatismo dos usuários em relação aos recursos disponíveis na interface da plataforma, fazendo com que eles se valham da dimensão mais instrumental do reconhecimento facial e, assim, executem ações cujas implicações para suas performances identitárias não conseguem dimensionar. No entanto, há usuários que problematizam o sentido da privacidade de forma mais estrutural, questionando a dinâmica de visibilidade e ponderando sobre o valor dos dados em trânsito no Facebook. “O uso que se faz desses dados é preocupante. O Facebook não é gratuito. A mercadoria somos nós, mas jamais sabemos exatamente para quê e para quem somos vendidos. Mesmo tendo consciência disso, a gente utiliza e se expõe muito”. A preocupação desse participante, expressa na seção do questionário destinada a comentários livres, denota clareza em relação à dinâmica da sociedade do rendimento e da subjetividade do homem-empresa, questionando o papel da plataforma enquanto ente privado no manuseio de tantas informações individuais doadas pelos próprios usuários em troca de visibilidade.

A cautela na efetivação das autoapresentações no Facebook também é evidenciada pela baixa frequência de atualização das imagens de perfil. A Figura 2 sumariza os dados obtidos a esse respeito, com larga maioria dos usuários (94,1%) declarando atualizar a foto de perfil menos de uma vez por mês, ante 9 usuários que o fazem com frequência maior, semanalmente, na maior parte desses casos.

---

<sup>7</sup> Mais informações sobre o caso em <https://tecnoblog.net/236612/facebook-cambridge-analytica-dados/>.

Figura 2: Frequência de atualização de foto de perfil



Fonte: Elaboração dos autores da pesquisa

Sobre a motivação das atualizações, os respondentes apontaram, em alguns casos, a necessidade de aproximar a foto de perfil da aparência atual, demandada por novos cortes de cabelo, uso de barba ou ainda o envelhecimento natural. Essas ponderações parecem ratificar a utilidade dos perfis como espaços em que as identidades individuais estarão asseguradas. Igualmente relevante é o percentual de respondentes que declara publicar fotos na linha do tempo menos de uma vez por mês (69,7%), um dado que coaduna com a percepção dos riscos à privacidade e à integridade já constatados em outros momentos do questionário.

## Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi investigar as negociações de visibilidade entre usuários e redes sociotécnicas por meio das normas e usos do reconhecimento facial no Facebook. A partir do cruzamento da pesquisa empírica com documentos de normatização do reconhecimento facial e com o manifesto do CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, foi possível perceber, nesse grupo de usuários, como a negociação de visibilidade na plataforma a partir do reconhecimento facial é um trabalho cognitivo eminentemente humano, para o qual a plataforma serve sobremaneira como auxiliar decisório, e menos frequentemente como protagonista. Isso se dá porque atribuir ao algoritmo esse papel seria se sujeitar mais intensamente aos riscos do monitoramento de dados, da perda de privacidade e dos efeitos deletérios da lógica da empresa de si.

Também pudemos evidenciar que apesar de a visibilidade perder na disputa de força com a privacidade, esse receio não empurra os usuários para fora da plataforma, pois eles já construíram laços identitários nela, afinal é também um espaço de trabalho, fazendo com que prefiram investir na visibilidade por meio de outros recursos, como a atualização da foto de perfil. Esse investimento na foto como índice de si mesmo mostra a manutenção das identidades por meio desse recurso de identificação que a plataforma proporciona e depende da disposição do próprio usuário para ser realizado.

Essas negociações são expressivas de um instinto de preservação simbólica, de uma atualização da segurança ontológica tão cara ao homem moderno e fazem coro ao discurso de Zuckerberg. Se resultado de convicções individuais ou de um temor fomentado pelas ficções distópicas, o fato é que o receio que move essas negociações não altera as estruturas às quais o reconhecimento facial e a governança algorítmica

remetem. Mal consegue arranhar a superfície da plataforma, garantindo ao Facebook a manutenção da exploração da riqueza da sociedade em rede: dados.

## Referências

- BAERT, Stijn. Facebook profile picture appearance affects recruiters' first hiring decisions. **New media & society**, v. 20, n. 3, p. 1220-1239, 2018.
- BALDIN, Neuma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011.
- BRAGA, Luiz Felipe Zenicola. **Sistemas de reconhecimento facial**. Monografia (Graduação em Engenharia Elétrica com ênfase em Eletrônica): Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.
- CALAZANS, Carlos Henrique; CALAZANS, Sandra Maria Pereira Benone. Ciência Forense: das Origens à Ciência Forense Computacional. In: XV Seminário Regional de Informática, 2005, Santo Ângelo. **Anais do 15º Seminário Regional de Informática**. Santo Ângelo: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2005.
- CÂMERAS DE RECONHECIMENTO facial vão ajudar a identificar criminosos no Carnaval. **Correio da Bahia**, Salvador, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/cameras-de-reconhecimento-facial-vao-ajudar-a-identificar-criminosos-no-carnaval/>. Acesso em 20 mar. 2019.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 2. ed.
- CASTRO, Julio Cesar Lemes. Redes sociais como modelo de governança algorítmica. XXVI Encontro Anual da Compós. **Anais[...]** São Paulo, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La nueva razón del mundo**. Ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: Editora Gedisa, 2013. Versão kindle.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FACHONE, Patrícia; VELHO, Léa. Ciência forense: interseção justiça, ciência e tecnologia. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 2007; 3(4). p. 139-161, doi: 10.3895/rts.v3n4.2498.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Ênio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HELMOND, Anne. The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready. **Social Media + Society**, Chicago, v. 1, n. 2, 2015, p. 1-11, doi:10.1177/2056305115603080.



INDRAWAN, Prasetyawidi *et al.* Face recognition for social media with mobile cloud computing. **International Journal on Cloud Computing: Services and Architecture**, v. 3, n. 1, 2013. p. 23-35, doi: 10.5121/ijccsa.2013.3102.

JAIN, Anil K. *et al.* An introduction to biometric recognition. **IEEE Transactions on circuits and systems for video technology**, v. 14, n. 1, 2004, p. 4-20, doi: 10.1109/TCSVT.2003.818349.

NOÇÕES BÁSICAS de privacidade. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/about/basics/manage-your-privacy/face-recognition>. Acesso em: 26 mar. 2019.

OH, Seong Joon *et al.* Faceless person recognition: Privacy implications in social media. In: **European Conference on Computer Vision**. Springer, Cham, 2016. p. 19-35. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1607.08438>. Acesso em 25 de março de 2019.

OKABE, Rogerio Kazuhiro; CARRO, Silvio Antonio. Reconhecimento Facial em Imagens capturadas por Câmeras Digitais de Rede. In: **Colloquium Exactarum**. v. 7, n. 1, jan-mar. 2015, p. 106–119, doi: 10.5747/ce.2015.v07.n1.e111.

OLIVEIRA, Felipe. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 de julho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em 29 de março de 2019.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. **Carreiras**: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado. Curitiba: Juruá, 2014.

RUEDA, Rocío; GIRALDO, Diana. La imagen de perfil en Facebook: identidad y representación en esta red social. **Folios**, n. 43, 2016. p.119-135

SIBILIA, Paula. Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**. Vol. 17. Nº 3. Porto Alegre: Unisinos, set./dez. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

TÁVORA, Fernanda; ARAÚJO, Gabrielle; SOUSA, Jordan. Scanner facial abre alas e ninguém mais se perde no Carnaval (e fora dele). **UOL TAB**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/11/carnaval-abre-alas-para-o-escaner-facial-reconhece-milhoes-e-prende-seis.htm>. Acesso em 20 mar. 2019.

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**. V.12, Nº 3 São Paulo, set./dez. 2018, doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44>.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Editora Poli, 1982.

VAN DIJCK, José. Faces da conectividade: Plataformas, Influência e Usuários. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, São Paulo, jan./jun. 2017. p. 172-175. Entrevista concedida a Isadora Camargo e Carolina Terra.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. Right to privacy. **Harvard Law Review**, v. 4, 1890. p. 193

WOODWARD JR., John D. *et al.* **Biometrics**: A look at facial recognition. Santa Monica – CA, EUA, Rand Corp., 2003.

YANG, Shuo *et al.* Faceness-net: Face detection through deep facial part responses. **IEEE transactions on pattern analysis and machine intelligence**, v. 40, n. 8, 2017. p. 1845-1859. Disponível em <https://arxiv.org/abs/1701.08393>. Acesso em 25 de março de 2019.

ZUCKERBERG, Mark. A Privacy-Focused Vision for Social Network. **Facebook**, 6 mar. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/mark-zuckerberg/a-privacy-focused-vision-for-social-networking/10156700570096634/>. Acesso em 20 mar. 2019.

## Tecnologias digitais e temporalidades múltiplas no ecossistema jornalístico

## Digital technologies and multiple temporalities in the journalistic ecosystem

CARLOS EDUARDO FRANCISCATO

Doutor em Comunicação Social pela UFBA e Professora do Departamento de Comunicação da Universidade federal de Sergipe. E-mail: cfranciscato@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5108-8677>.

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## Resumo

Novas formas de temporalidades múltiplas demarcam a experiência jornalística contemporânea em um ambiente de expansão de mediações tecnológicas, transfigurando a institucionalidade das mídias em uma multiplicidade de novos ambientes e práticas comunicacionais. Esta proposta de análise é explorada neste artigo por meio de uma articulação entre as noções de temporalidade e de mediação tecnológica. A investigação executou pesquisa bibliográfica e documental em literatura de referência e diagnósticos de institutos de pesquisa sobre as transformações recentes do jornalismo digital, oferecendo elementos para entender essas novas temporalidades jornalísticas atravessadas pela mediação tecnológica.

### Palavras-chave

Temporalidade; Mediação Tecnológica; Ecosistema Jornalístico.

## Abstract

New forms of multiple temporalities delimit the contemporary journalistic experience in an environment of expansion of technological mediations, transfiguring the institutionality of the media in a multiplicity of new environments and communicational practices. This proposal of analysis is explored in this article by means of an articulation between the notions of temporality and technological mediation. The work consisted on bibliographical and documentary research in reference literature and diagnostics of research institutes on the recent transformations of digital journalism, offering elements to understand these new journalistic temporalities crossed by technological mediation.

### Keywords

Temporality; Technological Mediation; Journalistic Ecosystem.

## Introdução

Os diagnósticos mais recentes sobre as transformações e tendências das organizações jornalísticas no mundo vêm criando, nos últimos anos, um cenário de transformações no jornalismo em que a tecnologia assume papel primordial nas novas configurações da atividade. Tais mudanças vêm afetando não somente as infraestruturas e as práticas profissionais, mas também vêm desafiando compreensões sedimentadas sobre o jornalismo. Entre essas, está a dimensão temporal que, desde as experiências iniciais do jornalismo no século XVII, tem sido um dos demarcadores de sua especificidade como fenômeno participante da construção de uma experiência de tempo social, resultante de uma objetivação de práticas, de relações sociais e de representações sobre o mundo.

Exploraremos, neste artigo, a hipótese geral de estar ocorrendo uma reformulação da experiência da temporalidade jornalística (e das mídias em geral) tendo por base a mudança no padrão de mediação produzido pelos aparatos da mídia digital. Se, no ambiente das mídias tradicionais, era possível pensar a mídia como sujeito institucional produtor de interações e intermediações no campo midiático, no ambiente das mídias digitais institui-se um novo tipo de mediação, a tecnológica, na forma de infraestrutura, linguagem, plataforma e ferramentas que condicionam e redirecionam formas e experiências comunicacionais. Assim, os termos temporalidade e mediação ganham um esforço de problematização de seus sentidos possíveis dentro do campo comunicacional.

Esse novo ambiente digital (interacional e cognitivo) opera práticas comunicacionais que apontam para uma reconfiguração de formas convencionais de mediação exercidas pelas mídias tradicionais, como a mediação institucional. Com a mediação tecnológica, expandem-se novas lógicas mediadoras, agora capitaneadas pelas tecnologias digitais de participação e interação em redes. Elas transfiguram a institucionalidade das mídias em uma multiplicidade de novos ambientes e práticas comunicacionais que vêm redefinindo organizações e coletividades em direção a uma ampliação no ingresso e participação de novos usuários, reforçando uma ideia de ecossistema com maior capilaridade, diversidade e integração

Formas temporais características das mídias jornalísticas tradicionais – instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública (FRANCISCATO, 2005) – são também atualizadas por esse novo ambiente. A delimitação do tempo presente como um demarcador da experiência jornalística é, assim, inquirida a partir de novas promessas de temporalidades múltiplas surgidas para estes ambientes digitais.

De forma mais específica, a investigação constante neste trabalho explora um tipo particular de mediação, de natureza tecnológica, que tem se tornado uma das bases para as novas configurações e práticas midiáticas na sociedade. Além disso, vem direcionando novas possibilidades de experiências temporais da mídia na sociedade. O jornalismo carrega, entre suas características centrais, a criação de sentidos de tempo presente nos conteúdos e práticas sociais de que participa. Assim, a proposta deste trabalho é procurar entender como essa mediação tecnológica modifica processos e relações temporais na atividade jornalística centralmente afetada pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação.

Dois percursos teóricos sustentam essa discussão: por um lado, o entendimento da temporalidade como fenômeno que se manifesta de forma particular no jornalismo; de outro, a mediação tecnológica como uma condição emergente das sociedades contemporâneas. O questionamento sobre os modos como essas duas perspectivas se articulam no jornalismo digitalizado é executado com base em duas operações metodológicas: pesquisa bibliográfica sobre as bases conceituais desses fenômenos; e pesquisa documental em relatórios e diagnósticos sobre jornalismo digital produzidos nos últimos anos por três organizações de pesquisa sobre o jornalismo: The Tow Center for Digital Journalism, Pew Research Center e Reuters Institute for the Study of Journalism. Os dados oferecidos por esses relatórios servirão como material para a interpretação de novos cenários da temporalidade no jornalismo atravessada pela mediação tecnológica.

## 1. A temporalidade social

O jornalismo tem sido um fenômeno participante da construção de uma experiência de tempo social, por meio de uma objetivação de práticas, de relações sociais e de representações sobre o mundo. Como construção relacional, o tempo do jornalismo se vincula ao tempo da experiência dos atores sociais, um tempo presentificado pela ação social, com tendência à padronização e regulação dos ritmos da vida cotidiana, afetando indivíduos e instituições.

Esta perspectiva social do tempo origina-se em uma abordagem sociológica que tem suas raízes em Durkheim (1965) e posteriormente em Sorokin e Merton (1937), atribuindo ênfase em funções normativas e integrativas. Norbert Elias define o tempo como uma “representação simbólica de uma vasta rede de relações” (1998, p. 17). Giddens (1989, p. 14) observa como a temporalidade se institucionaliza em três dimensões: a *durée* da experiência cotidiana; o tempo de vida do indivíduo; e a *longue durée* de instituições – em que “cada uma participa na constituição da outra” (1989, p. 28).

Sabemos que a regulação institucional do tempo se tornou um fator operacional ao funcionamento do capitalismo moderno e da sociedade complexa em geral (SEGRE, 2000, p. 163). Ao mesmo tempo, ela assume um aspecto individual, pois serão indivíduos que agirão no espaço social conforme os condicionantes temporais existentes desde uma etapa muito precoce da vida de cada um (ELIAS, 1998, p. 22).

Um tipo específico de temporalidade é nuclear ao jornalismo: a experiência do tempo presente, a partir da qual diversas literaturas em jornalismo têm adotado a expressão “atualidade jornalística” como marca específica desta atividade. O tempo presente no jornalismo pode ser compreendido a partir de três fundamentos:

a) o tempo presente é perspectivado, dependendo de referências socioculturais que permitem aos indivíduos construir um sentido de presente em relação a um passado e a um futuro;

b) O tempo da experiência do ator ao agir no mundo é prioritariamente presente. A construção social de um sentido de tempo presente ocorre na tensão e na articulação entre diferentes formas de agir do ator no ambiente social, pois está enraizada na vivência presente. Em sua obra *The Philosophy of the Present* (1959), George Herbert Mead busca entender o mundo como centrado em um presente;

c) As rotinas da vida cotidiana estão repletas de marcadores do tempo presente. A vivência no mundo da vida cotidiana implica um referencial de lugar e tempo marcado pelo “aqui e agora” (BERGER E LUCKMANN, 1978, p. 39).

O termo cotidiano é referido aqui a um ambiente espaço-temporal caracterizado pela frequência e repetição de ações e conteúdos específicos, que demarcam um tipo de situação ou posição social ou, conforme Giddens, situações em que há “preponderância de estilos e formas de conduta familiares, sustentando e sendo sustentada por um senso de segurança ontológica” (1989, p. 304). Segundo Sodré, o discurso jornalístico “opera uma apropriação industrial do tempo e sua redução à experiência da cotidianidade”, atendendo a uma “retórica organizadora da singularidade factual do cotidiano” (1996, p. 134-135).

Estudos recentes têm reforçado a multidimensionalidade das experiências contemporâneas do tempo social, atualizando essa abordagem. Green (2002, p. 283) nos indica mudanças na organização temporal ao longo do século XX, envolvendo relações entre o tempo natural, o social, o cronológico e o individual-subjetivo, transformações estas associadas a mudanças na experiência do espaço, mobilidade, fronteiras do público e do privado e na construção das relações espaço-temporais nas cidades. Cipriani desloca-se de uma ideia de tempo homogêneo e contínuo para uma proposta de “pluralidade de temporalidades e uma multiplicidade de formas de conhecimento, consolidadas ou ainda a serem adquiridas” (2013, p. 5). Nugin (2014, p. 342) acentua que o tempo é um “fenômeno de múltiplas camadas”, uma relação entre tempo pessoal e tempo social, mas este também diferindo de um grupo social para

outro. Nestas diferentes experiências e percepções temporais, a tecnologia tem exercido um impacto cada vez maior, constata Gray (2017, p. 61), em seus estudos sobre o tempo nos processos educacionais.

Com as novas configurações sociais reorganizadas com base em tecnologias digitais interativas, esse impacto alcança, de forma variada, diferentes grupos e relações sociais. Green (2002, p. 283) explora um desses fenômenos, que são as tecnologias de comunicação móvel, propondo três experiências de tempos móveis emergentes: as alterações dos ritmos das atividades sociais com o uso de dispositivos móveis; a penetração dos dispositivos móveis no cotidiano dos indivíduos, incluindo o espaço familiar; e as relações entre esse tempo cotidiano alterado e processos sociais mais amplos. Por isso, conclui que as relações entre o espaço móvel e o tempo na vida contemporânea não são constantes, mas mediados localmente em vários níveis, desde o pessoal, o institucional e coletivos mais ampliados.

## 2. A temporalidade jornalística

Essa perspectiva de tempo social dá base para uma formulação que fizemos (FRANCISCATO, 2005) para caracterizar o fenômeno temporal no jornalismo ao destacar alguns de seus traços fundamentais:

- O tempo presente é uma dimensão essencial ao jornalismo;
- O jornalista busca operar imerso na experiência do tempo presente do ator ao agir no mundo e, para isso, desenvolver recursos simbólicos para vivenciar e mesmo ordenar esta experiência;
- A experiência temporal do jornalismo vinculada ao presente estabeleceu-se no próprio percurso histórico de surgimento e consolidação do jornalismo;
- A temporalidade do presente orientou a institucionalização do jornalismo na organização interna de suas práticas e definição de seu produto, assim como nas relações sociais que as organizações jornalísticas estabeleceram;
- A temporalidade do presente dá uma forma cultural ao principal produto jornalístico, a notícia, tornando-a reconhecível e estabelecendo os seus limites de sentido, atuação e existência social;
- A notícia traz, normalmente de forma explícita, marcas do presente que afirmam sua singularidade temporal e sua duração breve;
- Há, no jornalismo, um sincronismo fundamental entre a temporalidade do seu produto e o tempo de uma série de ações públicas em construção;
- O jornalismo não apenas produz relatos sobre eventos, mas sua inserção social faz com que ele esteja imerso no processo de construção da experiência social do presente. O jornalismo não cria o tempo presente, mas atua de forma privilegiada como reforço desta temporalidade social;
- O jornalismo vive em permanente tensão pelo risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo.

Para tornar mais sistemáticas essas percepções, cinco categorias descritivas da atualidade jornalística, construídas historicamente, podem ser usadas para descrever tipos específicos de fenômenos temporais que o jornalismo opera:

a) instantaneidade: refere-se a uma possibilidade material de ausência do intervalo de tempo entre a ocorrência de um evento e seu registro, transmissão e recepção por um público, assim como uma referência simbólica que vincula fenômenos socioculturais a experiências do presente.

b) simultaneidade: o jornalismo opera relações de simultaneidade ao propor sincronizar ações, eventos e sujeitos em um mesmo momento, mesmo que ocorram diferenças na velocidade de realização, duração, conseqüências ou desdobramentos.



c) periodicidade: A produção regular de notícias deu à sociedade um envolvimento continuado com eventos, desenvolvendo padrões de acompanhamento e lembrança e direcionando modos de definir notícia. Hoje, esse modelo tradicional é desafiado pela instantaneidade do fluxo contínuo.

d) novidade: a notícia é indissociável de uma lógica de inovação, originalidade ou renovação que padroniza um modo de reconhecer e definir eventos e os apresentar publicamente por meio do relato jornalístico.

e) revelação pública: o jornalismo constroi temporalidade em sua lógica discursiva, pois intervém na construção do tempo ao ser enunciado por meio de regras discursivas. O tempo da enunciação é, para o jornalismo, um marco zero no tempo de circulação pública de uma notícia.

Nos últimos anos, a temporalidade jornalística tem sido um fenômeno tratado em estudos diferenciados conforme a base teórica que sustenta a abordagem. É perceptível uma ascendência dos estudos de linguagem e narrativa buscando entender os efeitos de sentido temporal presentes no discurso jornalístico, em particular o de atualidade nos jornais impressos diários (ANTUNES, 2007). A noção de acontecimento surge, então, como referencial para repensar essa configuração discursiva do jornalismo.

Com o espalhamento do jornalismo pelos suportes digitais em rede, os gêneros jornalísticos oriundos de mídias tradicionais, como a televisão e o rádio, vêm tendo seus valores temporais de referência redefinidos (OLIVEIRA, 2017) na medida em que o tempo da veiculação não necessariamente corresponde ao tempo da audiência ao assistir a seus produtos, disponíveis na web para acesso em experiências temporais particulares. Se a periodização da veiculação perde centralidade na interação comunicacional, cresce a importância de novos indicadores temporais, como a cultura da velocidade, o fluxo contínuo e a temporalidade múltipla em mídias como o rádio (MELLO, 2014) em ambientes de convergência midiática.

Ao mesmo tempo, suas múltiplas ferramentas e suportes digitais tensionam as construções sociais do tempo. A categoria da memória (RIBAS, 2012) é afetada por dispositivos de indexação e recuperação de informações, alterando padrões de lembrança e esquecimento social, ao tornar disponível o passado indexado para fatos jornalísticos do presente. O jornalismo, ao mesmo tempo em que constrói marcas de temporalidade a partir de sua narrativa cotidiana, influencia as percepções sobre a história ao operar movimentos entre o passado, o presente e o futuro (MATHEUS, 2010).

### 3. A mediação social

Mediação é um termo polissêmico nas ciências humanas. Tem raízes na filosofia, na educação e nas ciências sociais aplicadas em geral. Seus usos, portanto, também variam entre uma ideia de termo médio na filosofia como forma de articular dois elementos em um raciocínio, passando por uma ideia de intermediário que auxilia ou opera uma aproximação ou encontro entre sujeitos e também uma ideia de substrato que viabiliza ou estabelece as condições para um conhecer ou um agir, seja como ordenamento, atribuição de sentido ou representação de uma realidade. Para os propósitos deste artigo, serão acentuadas a segunda e a terceira formulações, incorporadas pelo jornalismo.

No ambiente teórico das ciências sociais, as formas de mediação social têm sido consideradas do ponto de vista das relações socioculturais (como mediadoras dos processos sociais) ou com um acento aplicado ao papel que os meios de comunicação exercem nesta experiência. Couldry (2008, p. 379) explica que um uso sociológico mais amplo do termo contempla qualquer processo de intermediação, como por exemplo o dinheiro e os meios de transporte. Reconhece, no entanto, um crescimento de sua compreensão nos estudos de mídia a partir da década de 1990, com ênfase sobre os efeitos das atividades midiáticas sobre o mundo social.

Um autor central para os estudos da mediação no campo das ciências sociais é Roger Silverstone (2005, p. 202-203), para quem a crescente centralidade da mídia no exercício do poder e na condução

da vida cotidiana das sociedades modernas tem colocado o estudo da mediação no centro da agenda sociológica. O autor reconhece que os processos de mediação apresentam um duplo protagonismo pelos meios de comunicação e pelos sujeitos sociais que recebem esses conteúdos e são, também, mediadores.

Nas práticas midiáticas, a mediação pode ocorrer em diferentes momentos do fluxo comunicacional: na produção, circulação, interpretação, recepção ou recirculação, “à medida que as interpretações voltam à produção ou para a vida social e cultural geral” (COULDRY, 2008, p. 380). Se esse desenho insinua um fluxo circular e linear, Couldry ressalta que uma das características da mediação é sua não-linearidade, ocorrendo em níveis e sentidos diferenciados conforme as situações sociais, reforçando uma ideia de complexidade de processos múltiplos e, muitas vezes, dialéticos (COULDRY, 2008, p. 389). Lunt e Livinstone (2016, p. 464) preocupam-se em diferenciar mediação e midiatização, ressaltando, nesta, características específicas nem sempre presentes no primeiro termo, como a extensão, para o social, das capacidades humanas da comunicação, em alguns momentos substituindo atividades sociais anteriores por experiências midiatizadas.

Devido a essa forte ascendência da mídia nos processos de mediação, é compreensível sua presença como um fenômeno recorrente no campo comunicacional. Nestes estudos, o termo mediação tem alcançado algumas dimensões predominantes: cognitiva (mediação discursiva entre sujeitos e realidade), interacional (prática social de construção de sentidos), institucional (atores com legitimidade social para ter uma atuação mediadora entre atores e campos sociais) e tecnológica (como dispositivo que viabiliza materialmente as interações).

Uma das principais contribuições a esse debate ocorreu por meio da obra de Jesús Martín-Barbero, particularmente seu livro *Dos meios às mediações*, bem como suas revisões posteriores. Se naquele livro Martín-Barbero (1997) se referia às “mediações culturais da comunicação”, citando particularmente três lugares de mediação – o cotidiano familiar, a temporalidade social e a competência cultural –, em visitas posteriores ele sofisticou sua tese e, sem rejeitar as afirmações anteriores, revê o papel da comunicação no processo cultural, propondo as “mediações comunicativas da cultura”: a “tecnicidade”; a “institucionalidade” crescente dos meios como instituições sociais, a “socialidade” e a “ritualidade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 151-2).

Foge à pretensão deste artigo explorar a riqueza dessa leitura, mas apenas acentuar o amadurecimento do autor nesta questão: “tinha que fazer uma mudança que não era ir das mediações aos meios, mas perceber que a comunicação se adensava diante da nova tecnicidade, era a ‘institucionalidade’ da tecnicidade” (2009, p. 153). Ao mesmo tempo, pode-se destacar o reconhecimento do pesquisador a respeito do movimento do seu pensamento em busca da compreensão do fenômeno e de “mutações culturais contemporâneas, cujos eixos são tempos/espacos e migrações/fluxos” (2018, p. 24).

## A mediação tecnológica

Dentre essas novas mediações comunicativas da cultura, pode-se explorar a “tecnicidade” como categoria analítica para o propósito de elucidar novas temporalidades que se constituem em ambientes do jornalismo digital. Martín-Barbero caracteriza a tecnicidade como a “espessura sociocultural das novas tecnologias”, que possibilita olhar para um “novo estatuto social da técnica” (2018, p. 18). Ela age “não só no espaço das redes informáticas, como também na conexão dos meios – televisão e telefone – com o computador” (2018, p. 18).

Girardi Júnior interpreta esta tecnicidade em Martín-Barbero pela forma como ele reconhece o computador não exatamente como uma máquina de produção e disponibilização de objetos simbólicos, mas executora de uma tarefa de mediação ao processar informações: “O código numérico passa a ser um dos mediadores universais da produção simbólica sob essa nova tecnicidade” (GIRARDI JÚNIOR, 2018, p. 150). É uma lógica computacional que possibilita a emergência de novos formatos industriais.

“Não há dúvida de que muitas, até mesmo todas as dimensões da sociedade são agora mediadas por tecnologias digitais em rede de maneiras que importam e, muitos concordariam, que importam cada vez mais”, observam Lunt e Livinstone (2016, p. 463), cenário que os autores acham possível aplicar o termo “mídiação”.

## A mediação jornalística

Quais tipos predominantes de mediação o jornalismo exerce na sociedade? As quatro dimensões da mediação midiática citadas anteriormente – cognitiva, institucional, interacional e tecnológica – estão presentes na atividade jornalística. A primeira pode ser expressa na ideia de que “o jornalismo se constitui em uma atividade com base no contrato de mediação cognitiva entre a realidade e os indivíduos” (GUERRA, 2008, p. 143). O que sustenta essa perspectiva cognitiva é a promessa do jornalista de levar os fatos, na forma de relatos, para um público. Para isso, recorre a uma noção de verdade e de fidelidade desses relatos por meio dos quais os indivíduos alcançariam a realidade das ocorrências.

Mas este esforço de busca pela verdade ocorre porque o jornalista procura cumprir outra forma de mediação, a institucional. “O princípio geral que estrutura a instituição jornalística em sua concepção moderna é a função mediadora que lhe cabe, isto é, operar a oferta de informações sobre fatos da atualidade para os indivíduos” (GUERRA, 2008, p. 144). Esta então seria uma mediação restrita à disponibilização de informações jornalísticas, uma mediação informativa.

Acontece que o cenário contemporâneo do jornalismo tem sido afetado por uma ideia de crise ou perda de legitimidade, centralidade, reconhecimento e rentabilidade como organização jornalística capaz de produzir um conhecimento socialmente relevante para seus públicos. Exemplo de tal fato, as tensões entre o modelo de jornalismo comercial e os valores do jornalismo como instituição social, se estabeleceram a partir do século XIX em países como os Estados Unidos, atravessaram o século XX e ganham, neste século, ares de um impasse irreconciliável.

Nesta mesma perspectiva de mediação de sentidos sociais, Cremilda Medina acentuou a dimensão interacional, dialógica e temporal da mediação jornalística, embora operando em uma perspectiva microsocial de análise em que a construção social dos sentidos não está concentrada nas instituições, mas no cotidiano, nas ruas. A autora buscou apreciar “a prática do repórter como um mediador social dos discursos da atualidade” (2003, p. 34) produzindo “mediações socioculturais do presente” (2003, p. 79). Para a autora, a dialogia social presentifica: “ao desejar contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas” (2003, p. 48).

## 4. Temporalidades jornalísticas e mediações tecnológicas

Como se manifesta a mediação tecnológica no jornalismo digital e como ela altera experiências temporais que o jornalismo produz? Essa questão foi explorada com base em relatórios e diagnósticos sobre cenários e tendências do jornalismo digital produzidos entre 2012 a 2018 por três organizações de pesquisa sobre o jornalismo: The Tow Center for Digital Journalism, Pew Research Center e Reuters Institute for the Study of Journalism. No conjunto, esses dossiês expressam as mudanças mais recentes em curso no jornalismo, sejam estruturais ou inovações em práticas, processos e produtos jornalísticos. Da variedade de novas situações, foram acentuadas aquelas capazes de influir nos processos de construção simbólica e experiência temporal do jornalismo.

A base computacional que regula essa nova prática jornalística rompe com as rotinas e hábitos constituídos nas e pelas mídias tradicionais. Elementos como algoritmos, inteligência artificial, automação, redes sociais digitais e big data são dispositivos que estruturam vastas áreas de operação na internet. Eles compõem essa tessitura de tecnicidade, atuando como mediadores tecnológicos porque condicionam e

introduzem novas possibilidades de experiências socioculturais: afetam a lógica de funcionamento das mídias tradicionais, conduzindo-as a operar dentro desse novo espaço informacional; ampliam recursos e competências comunicacionais de produtores e públicos; estabelecem códigos, formatos, possibilidades de conexão, leitura e compartilhamento de unidades textuais diversas; inovam os formatos industriais e alimentam a emergência de novos padrões; intensificam situações de trânsito entre formas de mediação midiática, particularmente a institucional (geradas no seio das mídias) e a interacional (desencadeadas nos encontros pulverizados pelas redes sociais digitais).

Seria equivocado perceber esses elementos tecnológicos como fatores isolados. São, na verdade, expansões de um padrão sociotecnológico comum e, por isso, complementam-se como faces de uma mediação tecnológica midiática. Ao considerar as transformações que introduzem na experiência temporal do jornalismo, afetam em diferentes intensidades cada uma das cinco características da temporalidade jornalística, pois formam a base de um sistema complexo que opera sob lógicas da descentralização e de multiplicidade. A esta diversidade e integração associam-se também princípios de capilaridade (horizontalidade e vocação agregadora de novos membros), contribuindo para constituir um ecossistema informacional em que fluxos de informação e ação têm um tempo contínuo: enredam-se de forma instantânea e simultânea.

#### 4.1. A automação e a memória social

Um dos elementos centrais componentes desses processos de mediação tecnológica na internet é a automação digital. O centro desse conceito é o de possibilitar decisões automatizadas em um vasto campo de atividades, ou seja, a utilização de ferramentas informacionais para que as decisões independam de reflexão humana para ocorrer. Isto pode valer para quase qualquer decisão a ser tomada no ambiente da internet – talvez seja impraticável encontrar um exemplo de ação, no ciberespaço, sem o uso dessas ferramentas automatizadas. Entretanto, esse processo lógico tem alcançado fecundidade nos setores industriais por introduzir mais eficiência e produtividade, entre elas a economia de custos e a otimização do tempo.

A automação afeta de forma diferenciada a temporalidade no jornalismo, mas especialmente reconfigura as fronteiras criadas simbolicamente para separar o presente em relação ao passado. A automação possibilita criar um sistema que integre diferentes regimes temporais em um mesmo ambiente com base na categoria da memória social (PALACIOS, 2010). Nos ambientes das plataformas digitais, as experiências de automação vêm sendo caracterizadas como web semântica – um ambiente web em que agentes inteligentes, como softwares, podem realizar automaticamente tarefas complexas para usuários (BERNERS-LEE, HENDLER, LASSILA, 2002, p. 25).

Estudos como o de Lammel e Mielniczuk (2012, p. 192-193) transportaram essa compreensão para entender processos jornalísticos. Dentre as características que esses autores perceberam, em análise empírica do produto web BBC Wildlife, está a ampliação da potencialidade do uso da memória social disponível nos aparatos informacionais e acionável na forma de um “sistema ativador da memória”. Esta possibilidade indica uma promessa de simultaneidade de temporalidades entre passado e presente no jornalismo: Como destaca Palacios (2010, p. 38-39):

nunca em tempos históricos nossa sociedade esteve tão envolvida e ocupada em processos de produção de memória; nunca o estoque de memória social esteve tão fácil e rapidamente disponível, bem como o jornalismo tão centralmente localizado em meio a tudo isso.

No relatório do Reuters Institute, *Journalism, media, and technology - Trends and predictions 2018*, os pesquisadores entrevistaram 194 editores, executivos e gestores da área digital de empresas de mídia

de 29 países e constataram que a quase totalidade deles pretende adotar estratégias de automatização para aumentar a produtividade sem necessitar exercer uma pressão direta sobre os jornalistas (NEWMAN, 2017, p. 31). Tal estratégia expressa um dos princípios da automação: a otimização do tempo. No ambiente jornalístico, imagina-se que a automação reduza o tempo da produção por meio da eliminação de tarefas repetitivas ou tendentes à mecanização, garimpagem ou gestão de dados, bem como a eliminação de tarefas paralelas (de menor importância e, portanto, automatizáveis) na execução de uma atividade. Dessa forma, criam-se condições mais favoráveis para a adoção de fluxos contínuos de produção, com a redução de etapas que demandem tempo, visando a uma busca acentuada por uma instantaneidade material.

## 4.2. A temporalidade social e a lógica computacional

O conceito de temporalidade expresso neste artigo tem uma perspectiva social, a qual se defronta com a emergência das bases computacionais introduzindo lógicas de automatização, inteligência artificial, bancos de dados e algoritmos. Aspectos como práticas sociais, institucionalidade das ações sociais e rotinas da vida cotidiana são atravessados por procedimentos e ferramentas lógicas de resolução de tarefas simples ou problemas complexos, consequência, em boa parte, dos modos como a mediação tecnológica reestrutura relações sociais. Assim, a experiência social do tempo presente se ajusta a estruturas de operação de sistemas de lógica computacional e se torna dependente destas competências para gerar suas formas sociossimbólicas de mediação.

A automação se realiza na forma de “conjuntos estruturados de informações e conjuntos de regras de inferência que podem ser usados para conduzir o raciocínio automatizado” (BERNERS-LEE, HENDLER, LASSILA, 2002, p. 26). Um dos modos de aplicar o princípio de automação é o desenvolvimento de dispositivos de inteligência artificial. No jornalismo, a inteligência artificial pode permitir que jornalistas analisem dados, identifiquem padrões, tendências e os tipos de fontes necessárias, observem com mais precisão situações pouco discerníveis e percebam riquezas de detalhes (NEWMAN, 2017, p. 29).

Marconi e Siegman (2013) relatam que jornalistas da agência de notícias Associated Press propuseram, em 2013, que fosse desenvolvido um programa de computador (robô) com habilidade de inteligência artificial para automatizar a criação de determinado conteúdo de notícias. A justificativa apresentada foi a necessidade de dar conta de dois desafios contemporâneos: “o aumento incessante de notícias a serem cobertas e as restrições humanas associadas à cobertura” (2013, p. 1).

A automação e a inteligência artificial criam condições de sincronismo entre processos, etapas, eventos, suas representações e suas recepções ao público, mediadas tecnologicamente pela lógica computacional. Embora o termo inteligência artificial possa parecer aterrador para uma profissão que se deseja intelectual, é cada vez mais corrente a introdução desses dispositivos nos ambientes de trabalho jornalístico.

## 4.3. Algoritmos e novos fluxos temporais

Outra ferramenta de mediação tecnológica que se intensifica no ambiente das redes digitais é o algoritmo. Ele é como um conjunto de instruções que um computador executa ao processar informação para resolver um problema ou cumprir uma tarefa. Atua como uma ferramenta automatizada que independe de uma decisão humana para cumprir cada tarefa. Hoje, é difícil visualizar uma aplicação web que não possua algoritmos para executar tarefas, seja para automatizar buscas oferecidas por um site especializado, seja para dar visibilidade a determinadas páginas nas redes sociais digitais adequadas a um comportamento do usuário. Como essa padronização resulta de uma decisão humana ou um aprendizado de comportamentos (PEW, 2016, p. 7), o fator humano é relevante na definição das soluções possíveis a problemas.

Os processos jornalísticos nos ambientes digitais são hoje estruturados por algoritmos. A busca por informações na internet por parte de jornalistas, seja dados básicos quanto interpretações, resulta em páginas predefinidas. Ao impor modelos, o algoritmo reduz a possibilidade de diversidade de leituras possíveis e estabelece padrões ao jornalismo (NEWMAN, 2017, p. 29). Ao mesmo tempo, cria a possibilidade de geração de notícias algorítmicas não verificadas (MARCONI, SIEGMAN, 2013).

Os sistemas de tecnologia digital operam com uma lógica de instantaneidade real de seu processamento de informação, a qual se impõe como condição de mediação neste ambiente. Sensíveis a isso, os jornalistas vêm buscando redefinir suas práticas e suas formas de trabalho incorporando esses princípios de instantaneidade e de fluxo contínuo para produzir relatos que tragam experiências múltiplas e simultâneas de tempo. A temporalidade social que o jornalismo cultiva não se perde na lógica computacional, mas se redefine em um processo que é também de múltiplas mediações: institucional, individual e tecnológica.

Os sistemas automatizados alteram a temporalidade da novidade no jornalismo, na medida em que o fluxo contínuo dificulta a espera pelo encerramento de um fato em andamento. Deuze diagnostica uma passagem de um “jornalismo de produto” para um “jornalismo de processo”: neste, “é possível publicar pedaços de história à medida que a mesma se desenrola. Desse modo, você pode manter a história viva e dar a ela continuidade” (DEUZE apud BECKER, 2016, p.206). Tal condição possibilita uma reescrita contínua da notícia, sua reformatação e edição dinâmica, bem como o trânsito entre mídias. Isso indica uma expansão do recorte temporal que o jornalista aplica ao fato, com acréscimos, acúmulos, alterações de pontos de vista e desdobramentos do relato noticioso.

#### 4.4. Banco de dados em fluxo contínuo

O ambiente de dados em que se configurou o jornalismo digital indica a intensidade da nova lógica de mediação tecnológica. O armazenamento, a disponibilização, o acesso, o processamento e a recuperação de dados extrapolam o modelo de periodicidade jornalística ou mesmo de uma temporalidade localizada no evento. É uma dimensão que opera em fluxo contínuo, conduzida por ações de garimpagem de dados, sua análise e configuração de factualidades jornalísticas para sua enunciação pública. Consulta do Reuters Institute em 2017 junto a organizações jornalísticas indicava que “quase dois terços dos editores (62%) disseram que melhorar a capacidade de dados era sua iniciativa mais importante para o próximo ano” (NEWMAN, 2017, p. 27).

Ao mesmo tempo, essa demanda aumenta a dependência do campo jornalístico à mediação tecnológica. “Se há algo que a máquina faz melhor do que o homem é garimpar com rapidez grandes volumes de dados” (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2013, p. 44). Tal cenário parece indicar uma “relação estreita e simbiótica” (2013, p. 49) entre jornalistas, sistemas automatizados de dados e a multiplicidade de redes de usuários.

#### 4.5. Ecossistema jornalístico e temporalidades múltiplas

Anderson, Bell e Shirky (2013) propõem, no documento *Jornalismo Pós-Industrial - Adaptação aos novos tempos*, a adoção do termo “ecossistema jornalístico” para pensar uma configuração em que há uma interdependência e influência mútua entre os principais atores envolvidos na produção e circulação de informações jornalísticas. No caso das organizações jornalísticas, elas seriam afetadas por mudanças em outras partes do ecossistema. “Hoje, é imperativo que a instituição tenha a capacidade de estabelecer parcerias (formais e informais) possibilitadas pelo novo ecossistema” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 76), o que significaria ampliar sua aproximação com outras organizações e atuação nas redes sociais digitais. Inevitavelmente, um dos objetivos seria a redução de custos de operação,



algo que tem se apresentado como imperativo para as organizações jornalísticas sobreviverem nesse ecossistema.

A mediação tecnológica é uma das infraestruturas deste novo ecossistema, estruturado digitalmente. É um ambiente regido por um novo padrão de combinações entre temporalidades no jornalismo, que pode ser denominado como “temporalidades múltiplas”. As temporalidades múltiplas apresentariam três formas relacionais: a) o tempo da produção (relações entre os eventos a serem noticiados e os jornalistas e suas organizações); b) o tempo da recepção (relações entre leitores/usuários e os conteúdos jornalísticos); c) o tempo das interações sociais (relações e interações múltiplas que o jornalismo pode fomentar entre atores sociais, como as colaborações, compartilhamentos, comentários, conversações e debates, com base no conteúdo e no ambiente jornalístico).

Há uma lógica de instantaneidade e de sincronismo no ecossistema jornalístico e, em contrapartida, uma consequente redução de processos sequenciais, lineares e cronológicos (a perda do valor da periodicidade jornalística é uma marca desta nova lógica social). Este ambiente tecnológico incorpora os leitores como mediadores temporais desse ecossistema informativo, pois a eles é atribuído um valor de autenticidade, de interesse no esclarecimento dos fatos, na expressão de opiniões e na superação das mediações institucionais que atuavam como barreiras no acesso aos eventos. As redes sociais digitais criam a sensação de encontro do público entre si, de uma horizontalidade plena e de um valor de verdade jornalística baseado na imediaticidade (a não-mediação).

Assim, o produto jornalístico, reconfigurado por lógicas de mediação tecnológica, expande a presença do “tempo dos leitores” (GOMIS, 1991, p. 29). As redes sociais digitais alimentam um tipo de “presente social” que trabalha uma lógica própria de “sedimentação dessas informações na consciência dos leitores” (1991, p. 23). Os relatórios do Reuters Institute apontam também para uma forte presença das mídias sociais como ambiente em que o público tem acesso às notícias (NEWMAN, 2017, p. 7).

O tempo dedicado à leitura exclusiva ou concentrada em um único veículo midiático parece vir sendo substituído por uma temporalidade múltipla caracterizada por leituras em simultaneidade em telas de diferentes dispositivos. É uma reação do leitor a um fluxo constante de oferta noticiosa em um ecossistema em que os intervalos de emissão contidos na ideia de periodicidade se tornam escassos, e o bombardeio é constante na forma de notificações *push* de conteúdos jornalísticos supostamente de interesse do leitor (principalmente via smartphones): “As organizações de notícias precisam repensar seu papel em um mundo onde as pessoas, cada vez mais, não procuram mídia, mas estão imersas nela” (NEWMAN, 2017, p. 46). Em nível semelhante, encontram-se as recomendações de leitura feitas por usuários em redes sociais digitais por meio de compartilhamentos de notícias (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2013, p. 35).

A mera tentativa de ler conteúdos jornalísticos em agregadores de notícias ou redes sociais digitais – opção da maioria dos leitores em pesquisa realizada em 37 países em 2018 (NEWMAN et al, 2018, p. 13) – passa por um filtro automatizado de preferências que direciona certas informações em detrimento de outras. Ferramentas automatizadas podem bloquear conteúdos jornalísticos indesejáveis, como já acontece na publicidade com os navegadores web que bloqueiam automaticamente a “publicidade excessivamente intrusiva” (NEWMAN, 2017, p. 26). Novos dispositivos de *fact-checking* podem se tornar disponíveis para jornalistas e demais usuários de conteúdos jornalísticos (NEWMAN, 2017, p. 30) ou mesmo para “produzir textos a partir de dados estruturados” (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2013, p. 44-45).

O relatório Reuters de novembro de 2018 aponta para uma crítica sobre a intensidade dos processos tecnológicos no direcionamento das estratégias da grande indústria jornalística. Sua autora, Julie Posetti (2018, p. 7), pondera sobre os riscos de uma “busca incansável e em alta velocidade da inovação impulsionada pela tecnologia”, o que pode gerar uma “fadiga da inovação”. Em seu diagnóstico, esse impulso tecnológico excessivo poderia ser contrabalançado com um maior envolvimento das organizações com seus públicos e suas reais demandas (não necessariamente tecnológicas).

Para os propósitos deste artigo, o relatório oportuniza um indicador de que a mediação tecnológica não suplanta as outras temporalidades (individuais ou sociais), que operam em lógicas sociossimbólicas ou interacionais apenas parcialmente vinculadas a artefatos tecnológicos. Portanto, auxilia-nos a sinalizar para uma necessidade de leitura qualificada do ecossistema jornalístico e de suas temporalidades múltiplas.

## 5. Considerações finais

A proposta de temporalidade jornalística no contexto das tecnologias digitais da informação e da comunicação alcançou, neste artigo, a convergência entre três movimentos analíticos: a) as noções e características desta temporalidade à luz das novas configurações do jornalismo contemporâneo; b) o reconhecimento de novas infraestruturas digitais (denominadas aqui mediações tecnológicas) que dão lastro às interações socioculturais, entre elas as temporais; c) a análise de experiências tecnologicamente inovadoras no jornalismo digital contemporâneo como exemplos problematizadores para considerar as relações entre temporalidade e mediação.

Buscou-se demonstrar que, na configuração tradicional do jornalismo, a sua temporalidade produzia uma marca cultural de um tempo presentificado, tendo a notícia como chave de sentido de uma atualidade que afirmava não haver um desencaixe entre o tempo do conteúdo jornalístico e o tempo do mundo social. Além disso, as experiências socioculturais no ambiente da internet utilizam a lógica da conectividade técnica para relacionar diversas experiências temporais. O jornalismo diminui sua força como instituição centralizadora e normatizadora de um tempo social, de uma identidade temporal uniformizadora e cede espaço a temporalidades múltiplas, construídas e vividas em diferentes experiências, seja nos eventos, no processo de produto ou nas formas de recepção, compartilhamento e ressignificação dos conteúdos. Se a visão institucionalista perde força na leitura de uma temporalidade social, a visão ecológica presente na concepção de um ecossistema jornalístico reforça a multidimensionalidade que se impõe ao jornalismo contemporâneo, valorizando um ambiente de abertura para a diversidade e de construção de vínculos entre atores cada vez mais diferenciados no ambiente social.

## Referências

- ANDERSON, C. W.; BELL, Emily.; SHIRKY, Clay.. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, Nº 5, abr-jun 2013, p. 30-89.
- ANTUNES, Elton. **Videntes imprevidentes**: Temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- BECKER, Beatriz. Vida na Mídia: além do jornalismo. Entrevista com Mark Deuze. **Revista Eco Pós**, V. 19, Nº.1, 2016, p. 200-216.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BERNERS-LEE, Tim; HENDLER, James; LASSILA, Ora. The Semantic Web. **Scientific American Special Online Issue**, abr/2002, p. 24-30.
- CIPRIANI, Roberto. The Many Faces of Social Time. **Time and Society**, 2013, 22 (1): p. 5–30.
- COULDRY, Nick. Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. **New media & society**, Vol. 10(3). Los Angeles: SAGE, 2008, p. 373-391.
- DURKHEIM, Emile. **The elementary forms of the religious life**. New York : Free Press, 1965.

- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FRANCISCATO, Carlos E. **A Fabricação do Presente** – Como o Jornalismo Reformulou a Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais. São Cristóvão (SE): Editora UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIRARDI JÚNIOR, Liráucio. De mediações em mediações: a questão da tecnicidade em Martín-Barbero. **Matrizes**, V.12 - Nº 1 jan./abr. 2018, p. 155-172.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo - Cómo se forma el presente**. Barcelona: Paidós, 1991.
- GRAY, Sandra Leaton. The social construction of time in contemporary education: implications for technology, equality and Bernstein's 'conditions for democracy'. **British Journal of Sociology of Education**, 2017, 38:1, p. 60-71.
- GREEN, Nicola. On the Move: Technology, Mobility, and the Mediation of Social Time and Space. **The Information Society**, 2002, 18: p. 281–292.
- GUERRA, Josenildo L. **O Percurso Interpretativo na Produção da Notícia**. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- LAMMEL, Iuri; MIELNICZUK, Luciana. Aplicação da Web Semântica no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 9, Nº 1, jan/jun 2012
- LUNT, Peter; LIVINSTONE, Sonia. Is 'mediatization' the new paradigm for our field? A commentary on Deacon and Stanyer (2014, 2015) and Hepp, Hjarvard and Lundby (2015). **Media, Culture & Society**, Vol. 38(3). London: Sage, 2016, p.462–470.
- MARCONI, Francesco; SIEGMAN, Alex. **The Future of Augmented Journalism: A guide for newsrooms in the age of smart machines**. New York, Associated Press, 2013.
- MARTIN-BARBERO. Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Editora UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**, Ano 2 – nº 2, primeiro semestre de 2009, p. 143-162.
- \_\_\_\_\_. Dos meios às mediações: 3 introduções. **Matrizes**, V.12, Nº 1, jan./abr. 2018, p. 9-31.
- MATHEUS, Letícia Cantarela. **Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- MEAD, George Herbert. **The Philosophy of the Present**. Illinois: Open Court Publishing Company, 1959.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.
- MELLO, Veridiana Pivetta de. **A programação informativa de rádio sob as lógicas da cultura da velocidade, da noção de fluxo e da múltipla temporalidade**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- NEWMAN, Nic *et al.* **Digital News Report 2018**. Reuters Institute for the Study of Journalism. Oxford: United Kingdom, 2018, 143 p.
- NEWMAN, Nic. **Journalism, media, and technology - Trends and predictions 2018**. Reuters Institute for the Study of Journalism. Oxford: United Kingdom, 2017, 50 p.
- NUGIN, Raili. Social time as the basis of generational consciousness. **Trames**, 2010, 14(64/59), 4, p. 342–366.

OLIVEIRA, Danilo D. **A atualidade e o tempo presente no telejornalismo expandido**: reconfigurações dos valores-notícia. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. **Matrizes**, Ano 4, Nº 1 jul./dez. 2010, p. 37-50.

PEW RESEARCH CENTER. **The State of the News Media 2016**. Washington, DC, United States of America, 118 p.

POSETTI, Julie. **Time to step away from the "bright, shiny things"?** Towards a sustainable model of journalism innovation in an era of perpetual change. Reuters Institute for the Study of Journalism. Oxford: United Kingdom, 2018, 30 p.

RIBAS, Beatriz. **A memória no ciberjornalismo**: reflexões e aproximações às metodologias de análise. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SEGRE, Sandro. A Weberian Theory of Time. **Time & Society**, Vol 9 (2/3), Jun/Sept 2000, p. 147-170.

SILVERSTONE, Roger. The Sociology of Mediation and Communication. *In*: CALHOUN, Craig; ROJEK, Chris; TURNER, Bryan S. **The SAGE Handbook of Sociology**. New York: SAGE, 2005, p. 188-207.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Cultura - A Comunicação e Seus Produtos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOROKIN, Pitirim; MERTON, Robert. Social time: a methodological and functional analysis. **The American Journal of Sociology**, Vol. XLII, N. 5, Mar 1937, p. 615-629.

Edição v. 38  
número 2 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577  
Niterói (RJ), 38 (2)  
ago/2019-nov/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

## SOBRE INTERMIDIALIDADE: Cinema, Maracatus, Tatuagem e Pós-Tropicalismos

## ON INTERMEDIALITY: Cinema, Maracatus, Tatroo and Post-Tropicalisms

**SAMUEL PAIVA**

Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde atua na área de Teoria e História do Audiovisual, com vínculo ao Departamento de Artes e Comunicação, com atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao Bacharelado em Imagem e Som e ao Programa de Pós-Graduação em Imagem e Som. É autor do livro *A Figura de Orson Welles no Cinema* de Rogério Sganzerla (2018) e coeditor dos livros *Viagem ao cinema silencioso do Brasil* (2011) e *XI Estudos de Cinema e Audiovisual – Socine* (2010). Concluiu recentemente pesquisa de pós-doutorado na University of Reading (Reino Unido) sobre cinema e intermedialidade contando com apoio da FAPESP. E-mail: sampaiva@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-3803-9846>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

PAIVA, Samuel. Sobre intermedialidade: cinema, maracatus, tatuagem e pós-tropicalismos. *Contracampo*, Niterói, v.38, n.02, p. 147-160, ago./nov. 2019.

**Enviado em 15/10/2018 /Revisor A: 26/2/2019; Revisor B: 11/3/2019 / Aceito em 11/3/2019**

**DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i2.27106>**

## Resumo<sup>1</sup>

O cinema brasileiro viu surgir, nos anos 1990, uma geração de cineastas com propostas que se caracterizaram em boa medida pela intermedialidade, ou seja, pelo encontro do cinema com outras mídias. Em Recife (Pernambuco), ocorreu a eclosão do Mangubeat, com sua ênfase musical que também levou à criação do Árido Movie, a vertente cinematográfica do Movimento Manguê, que repercute até hoje. Com tal premissa, este texto analisa políticas de intermedialidade a partir do cinema pernambucano e de suas releituras tropicalistas, envolvendo, como estudo de caso, o curta-metragem Maracatu, maracatus (Marcelo Gomes, 1995) e os longas Árido Movie (Lírio Ferreira, 2005) e Tatuagem (Hilton Lacerda, 2013), experimentando um método de análise orientado pelo conceito de intermedialidade.

### Palavras-chave

Políticas de intermedialidade; Cinema e outras mídias; pós-Tropicalismos.

## Abstract

The Brazilian cinema, in the 1990s, observed the emergence of a generation whose filmmakers' proposals were largely characterized by intermediality, that is, by the encounter of cinema and other media. In Recife (Pernambuco), there was the Mangubeat outbreak, with its musical emphasis which led to the Árido Movie as the cinematic side of the Manguê Movement, which reverberates until today. Considering this premise, this article analyzes politics of intermediality starting from Pernambucan cinema and its Tropicalist readings involving case studies such as the short Maracatu, maracatus (Marcelo Gomes, 1995) and the features Árido movie (Lírio Ferreira, 2005) and Tattoo (Hilton Lacerda, 2013), experiencing a method guided by the concept of intermediality.

### Keywords

Politics of Intermediality; Cinema and Other Media; Post-Tropicalisms.

---

<sup>1</sup> Este texto resulta de trabalhos anteriormente apresentados em congressos, a saber, no XXVI Encontro Anual da Compós (na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo), na II Intermedia Conference (University of Reading, Reino Unido), ambos em 2017, e no congresso Intermediality Now: Remapping the *In-Betweenness* (na Sapientia Hungarian University of Transylvania, Romênia), em 2018. Nesse período, contou com apoio da FAPESP em dois projetos, a saber, Projeto Intermedia (processo 2014/50821-3) e a pesquisa "Cinema, métodos historiográficos e passagens intermidiáticas" (2018/05762-0).



## Relações de Tempo e Espaço

Partindo da premissa de que tempo e espaço estão intrinsecamente relacionados, minha intenção neste texto é traçar uma espécie de mapa temporal e espacial com foco na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, desde os anos 1990, ampliando relações que avançam simultaneamente para o passado e para o momento atual. Para isso, tomarei como vetor de investigação os Tropicalismos que têm atravessado a produção de cinema em Pernambuco, perseguindo tensões envolvidas especialmente na geração do *Árido Movie*, como ficou conhecida, a vertente cinematográfica do Movimento Mangubeat que, com suas múltiplas expressões, teve sem dúvida uma exuberância especialmente musical. O envolvimento com a música, aliás, está no cerne da compreensão que Alexandre Figueirôa, um dos primeiros pesquisadores a discutir o *Árido Movie* no âmbito da produção acadêmica, tem sobre essa geração de cineastas que, a exemplo do Mangubeat, criou “uma marca”, como “uma tentativa de identificar e unir essa produção em torno de ideais compartilhados” (FIGUEIRÔA, 2000, p. 105).

Por sua vez, Amanda Nogueira (2009, p. 84) identifica no *Árido Movie* um grupo de realizadores responsáveis pela “invenção de um cinema”, ou seja, o “novo cinema pernambucano”, incluindo uma vasta filmografia de curtas, longas, filmes de ficção, documentários, videoclipes e programas de televisão<sup>2</sup>. Parte dessa produção também é analisada por Gabriela Lopes Saldanha (2009) que, em sua dissertação intitulada *Geração Árido Movie: o cinema cosmopolita dos anos noventa em Pernambuco*, inclui os longas-metragens *Baile perfumado* (Paulo Caldas, Lírio Ferreira, 1996), *O rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas* (Paulo Caldas, Marcelo Luna, 2000), *Amarelo manga* (Cláudio Assis, 2003), *Cinema, aspirinas e urubus* (Marcelo Gomes, 2005), *Árido Movie* (Lírio Ferreira, 2005), *Baixio das bestas* (Cláudio Assis, 2006) e *Deserto Feliz* (Paulo Caldas, 2007). Desse amplo espectro de possibilidades, serão considerados aqui, como estudos de caso, o curta-metragem *Maracatu, maracatus* (Marcelo Gomes, 1995) e os longas-metragens *Árido movie* (Lírio Ferreira, 2005) e *Tatuagem* (Hilton Lacerda, 2013), que serão discutidos a partir das teorias ou mesmo de um método historiográfico pautado pela intermedialidade.

Contextualizando resumidamente a cena pernambucana nos anos 1990, alguns fatos históricos dizem respeito ao lançamento, em 1992, do manifesto *Caranguejos com cérebro*, assinado por músicos tais como Chico Science (da banda Chico Science & Nação Zumbi) e Fred Zero Quatro (Mundo Livre S/A). Dois anos depois, em 1994, essas bandas lançaram seus primeiros discos, respectivamente, *Da lama ao caos* e *Samba esquema noise*. Em paralelo a esse movimento musical, também ocorria uma forte mobilização no campo cinematográfico, que de fato vinha se dando desde trabalhos em super-8 nos anos 1970, passando por uma produção de curtas metragens (em 16mm e 35mm) nos anos 1980, até chegar à produção de longas em meados dos anos 1990, especialmente com o lançamento do já referido *Baile perfumado*, produção que foi um marco da chamada “retomada do cinema brasileiro” (NAGIB, 2002) naquela década.

Havia, portanto, uma interação significativa em termos da intermedialidade entre música e cinema e vice-versa, de uma maneira tal que os artistas dos dois campos se tornavam colaboradores entre si, construindo uma dinâmica que ficou conhecida como “brodagem”, a partir da gíria “brother” (NOGUEIRA, 2014). Assim, músicos passavam a compor trilhas sonoras e às vezes também marcavam presença como atores coadjuvantes em alguns filmes. Cineastas dirigiam videoclipes para as bandas. Formava-se, em suma, uma relação intermediária capaz de ser compreendida sob distintos pontos de vista, que aqui pretendo observar a partir do cinema, tomando como exemplo inicial um dos primeiros filmes do *Árido Movie*, o curta-metragem *Maracatu, maracatus* (1995), realizado um ano depois do lançamento dos discos acima referidos, estabelecendo especialmente uma forte conexão com a música de Chico Science & Nação Zumbi.

---

<sup>2</sup> Segundo informa Amanda Nogueira, o termo “árido movie”, referindo-se à vertente cinematográfica do Mangubeat, foi criado pelo jornalista e cineasta Amin Stepple, que afirmou em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo em 1997: “Árido movie é o mangubeat em forma de cinema” (apud NOGUEIRA, 2009, p. 58). Posteriormente, Lírio Ferreira dirigiu o filme homônimo – *Árido movie* (2005) – que será discutido adiante.

Por sua vez, realizado dez anos depois do filme de Marcelo Gomes, o filme de Lírio Ferreira, *Árido movie* (2005), cujo título não por acaso é homônimo à geração que aqui está em pauta, indica como alguns princípios estéticos e políticos permanecem em jogo, aspecto reiterado ainda mais adiante no filme de Hilton Lacerda, *Tatuagem* (2013), indicando uma tendência que permanece como característica desse cinema realizado em Pernambuco, ou seja, seu interesse na intermedialidade como estratégia estética e política.

Sobre o conceito, a intermedialidade implica um campo teórico em construção. O termo “intermídia” foi criado em 1966 por Dick Higgins (2012), artista multimídia relacionado ao grupo Fluxus, para designar algumas expressões artísticas que não se enquadravam nas artes mais tradicionais (pintura, escultura, teatro etc.), justamente porque estavam entre mídias. Como exemplos (citados por Higgins) podem ser lembrados os ready-made de Marcel Duchamp, as colagens, ambientes e happenings de Allan Kaprow, os combines de Robert Rauschenberg, entre outros. Em seu texto, nota-se já de forma bastante clara uma justaposição dos termos arte e mídia, aspecto que voltará à discussão em outros autores e pesquisadores dedicados ao assunto, com os quais também prevalecerá a mesma justaposição.

Clüver (2011, p. 9), por exemplo, afirma que “intermedialidade’ é um termo relativamente recente para um fenômeno que pode ser encontrado em todas as culturas e épocas, tanto na vida cotidiana como em todas as atividades culturais que chamamos de ‘arte’”. Por sua vez, Moser (2006, p. 94) reconhece que, a partir do século XIX, com a superação do caráter restrito do acesso à arte em razão da indústria cultural, “uma das consequências dessa nova situação para nossa problemática é que mídia e arte se aproximaram e que a midialidade da arte é, de agora em diante, melhor conhecida e estabelecida”. Portanto, no campo dos estudos sobre intermedialidade recorrentemente as artes são consideradas como mídias.

Tais concordâncias não implicam, contudo, consensos constantes. Esclarecendo o estado da arte dos estudos sobre intermedialidade, Ágnes Pethö (2018, p. 165-187) constrói uma síntese do que considera “caminhos em uma selva teórica”, propondo três paradigmas sobre a construção do campo até o momento atual. O primeiro diz respeito a “fronteiras de mídias” e está relacionado a pesquisadores, em grande medida provenientes dos estudos literários e semióticos, que trataram de investigar o “cruzamento das fronteiras”<sup>3</sup>. Aqui se inscreve, por exemplo, Irina Rajewsky, que categorizou três grupos de fenômenos intermidiáticos: (a) “transposição ou transformação midiática”, (b) “combinação de mídias” e (c) “referências midiáticas” (RAJEWSKY, 2012, p. 58)<sup>4</sup> –, sendo esta sua proposta frequentemente reconhecida como ponto de sustentação para outros pesquisadores (cf. CLÜVER, 2011; DINIZ, 2012; DINIZ & VIEIRA, 2012). Em relação a esse primeiro paradigma e sua afirmação sobre a metáfora da fronteira, também se esclarece que a intermídia vai por um caminho oposto ao da transmídia ou o da convergência de mídias, que pressupõem o colapso das fronteiras como característica da era digital, que seria uma era pós-mídia. No caso, Pethö cita Henry Jenkins (2006) para marcar essa oposição.

O segundo paradigma proposto por ela implica o estar “*in-between*”. Aqui já não interessa tanto a ideia de cruzar ou ultrapassar a fronteira (como no caso anterior), mas, em vez disso, de estar na fronteira, como diz, em uma situação de “*in-betweenness*” (termo difícil de ser traduzido para o português). A referência filosófica, neste caso, vem do pós-estruturalismo. A partir da noção de “heterotopia” de Michel Foucault, por exemplo, a intermedialidade pode ser compreendida como estando *in-between* espaços, tempos e formas midiáticas. Já a partir da noção de “figural” de Jean-François Lyotard, Joachim Paech (apud PETHÖ, 2018, p. 169), por exemplo, fala sobre a “figura perceptível da diferença midiática que perturba a ordem do discurso”.

---

<sup>3</sup> De fato, a metáfora das fronteiras relacionada aos estudos de intermedialidade é recorrente entre vários pesquisadores do campo (cf. COSTA, MIRANDA, PAIVA, 2018).

<sup>4</sup> “Transposição” indica adaptações de uma mídia à outra, por exemplo, de um texto literário ao cinema. “Combinações” dizem respeito a mídias, como o cinema, ópera, etc., que resultam da união de várias mídias: o cinema, no caso, reúne imagens e sons. Um exemplo de “referências” poderia ser um texto fílmico que está relacionado a um gênero literário ou vice-versa (cf. RAJEWSKY, 2012, p. 58-59).

O terceiro paradigma se apresenta com seu interesse voltado à “conexão entre o real e o intermediário”. E aqui entram em discussão alguns pensadores contemporâneos interessados na condição híbrida do cinema. São então mencionados Alain Badiou, Jacques Rancière, Giorgio Agamben, Lúcia Nagib e Raymond Bellour. E um ponto em comum a vários desses autores, apesar de suas distintas colocações, diz respeito à “defesa do cinema impuro”, em referência a André Bazin (2013), mais precisamente a seu texto publicado nos anos 1950.

Decorre desses três paradigmas, sobretudo do terceiro, nossa ideia de compreender o *Árido Movie* na chave de políticas de intermedialidade. Isso porque a proposta aqui em discussão chega alinhada à noção de “políticas de impureza”, de acordo com Lúcia Nagib (2014), que por sua vez dialoga intensamente com Alain Badiou (2013) e Jacques Rancière (2005, 2010). Como se percebe, enquanto para Badiou, “todas as artes fluem através do cinema” (apud PETHÖ 2018, p. 170), que é a sétima arte não na chave de uma evolução, mas como uma espécie de fluxo das demais artes; enquanto para Rancière está em questão uma configuração de intervalos heterogêneos que resultam do fato de o “cinema ser o outro para si mesmo” (apud PETHÖ 2018, p. 171) por suas relações com a política e demais formas de arte; para Nagib há o pressuposto de que o cinema, como toda obra de arte, está implicado em uma crise dialética. Em sua concepção, a intermedialidade relaciona-se com “uma crise dialética sempre presente, o lugar de um profundo dilema entre a condução depurativa inerente a todas as formas artísticas e a consciência de sua insuficiência” (NAGIB, 2014, p. 27).

Esta ideia é bem oportuna à consideração do cinema pernambucano em questão, especialmente naquele momento, em que uma mídia (o cinema) requisitava outras (especialmente a música) como forma de superação de obstáculos decorrentes da ausência de políticas públicas para a produção audiovisual. Além disso, em sua compreensão de “políticas de impureza”, Nagib também associa a noção de “dissenso”, tal como proposta por Jacques Rancière (2010), na medida em que, para ela, o recurso a mídias diversas em um filme tende a suspender o eventual caráter didático da obra, introduzindo dilemas.

Sumarizado o conceito de intermedialidade, antes da discussão sobre os filmes *Maracatu*, *maracatus*, *Árido movie* e *Tatuagem*, ainda convém esclarecer o porquê do vetor Tropicalismo. De fato, no contexto pernambucano dos anos 1990, estava em questão algo que podemos pensar como um confronto de Tropicalismos em Recife. Entre 1994 e 1998, portanto, no intervalo de tempo que abrange o lançamento tanto dos discos *Da lama ao caos* e *Samba esquema* *noise* quanto dos primeiros filmes do *Árido Movie*, o secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, à época governado por Miguel Arraes, era o escritor Ariano Suassuna, criador do Movimento Armorial que, por sua vez, dava continuidade às ideias sobre o “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre. Apesar de sua obra notável, com romances e peças célebres muitas vezes adaptados ao cinema e à televisão, Suassuna foi muito criticado pelos artistas do Movimento Mangue em razão de sua postura armorial. Ele, por sua vez, também criticava esses artistas por sua proposta que, incorporando termos estrangeiros já em sua concepção (*Manguebeat*, *Árido Movie*), estava mais alinhada a vertentes do Tropicalismo derivadas da Tropicália dos anos 1960, inclusive, em suas manifestações próprias no estado de Pernambuco, como veremos.

## Maracatu, Maracatus

No curta-metragem de Marcelo Gomes, o título já indica uma ampliação do maracatu do singular para o plural. A narrativa, entre o ficcional e o documental, remetendo-nos à conexão entre o real e o intermediário, tem início com um episódio que de fato ocorreu: ao procurar Mestre Salustiano, um artista popular cujo trabalho estava relacionado ao maracatu, a equipe do filme, com a intenção de convidá-lo a participar do curta, em resposta ouviu uma recusa, que por fim acabou sendo inserida como uma espécie de prólogo da obra. Mestre Salustiano expulsa a equipe de filmagem. Essa sequência indica um confronto de mídias envolvendo o próprio maracatu enquanto uma forma de arte popular;

a televisão representada na equipe que chega para gravar uma reportagem; o cinema que, em última instância, registra a cena.

Curiosamente, o Mestre associa a equipe de filmagem a estrangeiros, embora sejam eles integrantes da Parabólica Brasil, produtora pernambucana do curta (Cláudio Assis aparece como câmera; Adelina Pontual no som; o terceiro integrante da produtora é Marcelo Gomes), repondo uma questão que nos remete ao texto de Paulo Emílio Salles Gomes (1980), *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*, mais precisamente à ideia de que os “ocupantes” (ou seja, os colonizadores) manipulam os “ocupados” (os colonizados) a sua imagem e semelhança, de modo a reproduzir seus interesses. Nesse sentido, a televisão é percebida por Mestre Salustiano como o ocupante. No entanto, a crise que aqui se estabelece entre maracatu e televisão será mediada adiante, no transcorrer do filme.

Apresentado o prólogo e os créditos iniciais, a presença do estrangeiro continua presente na próxima sequência do curta, na qual assistimos a um jovem negro (interpretado por Ailton Guerra) tocando bateria, com uma camiseta que traz a referência da banda inglesa The Smiths, em um espaço logo ampliado pelo movimento de câmera, que passa a enquadrar adereços utilizados pelos caboclos de lança do maracatu rural<sup>5</sup>. A sequência está envolvida em todas as categorias propostas por Irina Rajewsky: é cinema (enquanto uma combinação de mídias de imagem e som) mas, mais que isso, apresenta uma transposição da batida percussiva própria de bandas como Chico Science & Nação Zumbi (efetivamente presente na respectiva trilha sonora), apresentando simultaneamente outro registro musical pela referência à banda inglesa inscrita na camiseta do rapaz.

Desse local, aproxima-se o protagonista, interpretado por Jofre Soares (ator ícone do Cinema Novo brasileiro). Ele é um caboclo de lança que, por já estar idoso, não participará do rito, que hoje tem lugar durante o Carnaval. Mas prepara a roupa de caboclo de lança para que um dos seus descendentes possa vesti-la, isso tão logo a vestimenta tenha sido batizada em um terreiro de candomblé. O conflito entre gerações passa então a ser um dos motores da narrativa, uma vez que o jovem caboclo de lança (personagem interpretado pelo capoeirista Meia Noite) não consegue entender a importância do maracatu, a não ser como forma de Carnaval. Em determinado momento, o velho caboclo (Jofre Soares) define o maracatu:

O maracatu nasceu no canavial, com os índios, os caboclos, os negros africanos escravos. Maracatu não é só brincadeira. Maracatu é o grito do índio, do escravo, o grito que sai daqui de dentro contra as maldades do homem branco. Maracatu também é guerra.

Em paralelo às cenas dos caboclos de lança, há o jovem baterista negro (com a camiseta que traz a estampa da banda The Smiths). O filme incorpora a transposição dessa mistura de elementos locais e estrangeiros que já estava presente no disco *Da lama ao caos*, de Chico Science & Nação Zumbi, banda que assumiu o maracatu como um signo de resistência cultural relacionado a povos historicamente oprimidos pela colonização europeia e, antropofagicamente, incorporou o estrangeiro em sua estética pop, incluindo termos em inglês associados à expressão do mangue (Manguebeat, Manguetown). O mesmo se pode dizer do disco *Samba esquema noise*, do Mundo Livre S/A, que alitera, com o acréscimo de uma palavra em inglês (*noise*), o título do disco de Jorge Ben, sua principal referência, *Samba esquema novo* (1963).

Lembrando o dilema que Lúcia Nagib relaciona à intermedialidade, há um conflito nessa relação com o novo, que também se expressa na relação entre mídias. O filme e os discos em questão vão contra uma corrente oficial da cultura pernambucana, acostumada a lidar com ritos populares na perspectiva

---

<sup>5</sup> Segundo Virgínia Barbosa (2016): “O caboclo de lança é personagem do Maracatu Rural ou de Baque Solto – também conhecido como Maracatu de Orquestra. A origem desse maracatu ainda não está totalmente desvendada. Uma parte dos pesquisadores é unânime em admitir a mistura das culturas afro-índigenas; outra, como resultados de manifestações populares combinadas – bumba-meu-boi, cavalo-marinho, coroação dos reis negros, caboclinhos, folia de reis – existentes no interior de Pernambuco”.

estereotipada de símbolos de pureza cultural. Destacando as interfaces entre o cinema e a cena manguê em Pernambuco, entre vários filmes, discos e outras expressões artísticas, Nara Aragão Fonseca (2006) analisa Maracatu, maracatus, chamando atenção para este aspecto:

Em Pernambuco, o maracatu tornou-se um desses elementos simbólicos e, para tornar-se um símbolo a ser explorado institucionalmente pelo Estado, foi resumido a um conjunto de estereótipos que associavam a condição de pobreza a uma suposta “pureza cultural”. O discurso oficial da cultura popular em Pernambuco se confunde com a tradição folclorista, que encarna uma visão do que seria o espírito do seu povo (FONSECA, 2006, p. 62).

Como reconhece a pesquisadora, Maracatu maracatus vai contra esse discurso oficial e esse ideal de pureza e, para isso, recorre a algumas estratégias discursivas que procuram problematizar a questão. Em sua releitura das tradições, no filme ganha espaço a tensão entre mídias, inclusive, em face da realidade contemporânea, fugindo de uma concepção passadista da herança cultural. Para isso, é fundamental a fusão entre ficção e documentário, como ocorre na referida cena do prólogo, em que Mestre Salustiano interpreta a si mesmo e expulsa a equipe de televisão, chamando a nossa atenção para a realidade atual dos artistas populares.

Ao hibridismo das formas midiáticas investidas no curta, também corresponde o sincretismo religioso, que é investigado na perspectiva de uma conexão com a realidade. Em um dado momento, o velho caboclo sobe as escadas do morro na periferia do Recife dirigindo-se a nós, espectadores, quebrando a quarta parede, para falar de sua devoção a São Jorge e também a Ogum, que o designou com a missão de confeccionar a roupa do caboclo de lança do maracatu. Como discute Nara Fonseca, o sincretismo religioso é destacado nesse momento, com a apresentação da devoção simultânea a um santo da igreja católica e ao orixá correspondente na religião de origem africana, remetendo-nos à história de opressão dos escravos nas lavouras de cana-de-açúcar. Nas palavras da pesquisadora:

Este sincretismo, ao mesmo tempo em que vem reforçar a importância simbólica e o caráter local da manifestação – pois está diretamente ligado à maneira como se deu a exploração do trabalho escravo na lavoura da cana-de-açúcar no Nordeste – parece também reforçar o caráter contraditório e de superposição tão explorado pelo manguêbeat (FONSECA, 2006, p. 67, grifo da autora).

A questão do sincretismo é atualizada pela maneira como a montagem, ora das cenas de maracatu, ora das cenas de rock, é alternada, daí resultando uma relação entre passado e presente marcada pela relação entre mídias e por uma situação de violência: o baterista dança um punk-rock ao som da banda Devotos, a música Asa preta, cuja letra justamente tematiza a discriminação racial<sup>6</sup>.

Além disso, quando Nara Fonseca fala em “caráter contraditório e de superposição tão explorado pelo manguêbeat”, isso traz à tona uma dimensão tropicalista referenciada naquilo que Celso Favaretto, por exemplo, percebe como sendo um procedimento característico da Tropicália nos anos 1960, ou seja, “submeter arcaísmos à luz do ultramoderno” (FAVARETTO, 2000, p. 113), por vezes trabalhando com condensações e deslocamentos de elementos da cultura, com a criação de imagens a partir de retóricas alegóricas e paródicas.

Trata-se aqui de um caminho interessante para a compreensão de várias imagens lançadas no contexto do Manguêbeat e do Árido Movie como, por exemplo, o próprio Chico Science, em shows, com um figurino composto por peças próprias da vestimenta do caboclo de lança, tal como o cocar colorido que remete aos cocares indígenas, cantando ao ritmo pop aliado à percussão do maracatu. Tal imagem,

---

<sup>6</sup> A banda Devotos surgiu em 1988 no Alto José do Pinho, em Recife. Inicialmente chamava-se Devotos do Ódio. Além de *Maracatus, maracatus*, o trio fundador da Parabólica Brasil – Adelina Pontual, Cláudio Assis e Marcelo Gomes – dirigiu o curta *Punk rock hardcore* (1995), sobre os músicos do bairro.

que certamente constitui uma referência para o filme de Marcelo Gomes, põe em questão a dimensão alegórica que Favaretto compreende como sendo um procedimento da Tropicália em suas proposições oníricas:

As imagens tropicalistas são construções oníricas; podem ser interpretadas como faz o analista com o sonho, isto é, operando em sentido oposto ao de seu processo de formação. Partindo-se das manifestações paródicas, em que as “reliquias do Brasil” são desatualizadas pela descentração contínua de suas versões correntes, atinge-se a alegoria do Brasil (FAVARETTO, 2000, p. 113).

Esta descentração contínua de versões da história sugere um estado de trânsito, *in-betweenness*, que, se por um lado desloca o discurso fílmico nas fronteiras entre cinema, maracatu e música, por outro também transita entre distintas realidades físicas e sugestões metafísicas. A sequência do batismo da vestimenta é exemplar nesse sentido: em um pequeno terreiro onde há imagens de santos cristãos e do candomblé, apresenta-se o transe no ritual guiado pela mãe-de-santo, Dona Neta (interpretando ela mesma), e alguns outros participantes do batismo, inclusive o jovem caboclo de lança que levará adiante a tradição questionada. Batizada a roupa, mais adiante o cortejo do maracatu aparecerá em desfile como um bloco de carnaval pelas ladeiras de Olinda, mas agora sob o ponto de vista do outro jovem negro, o baterista. O cortejo, no entanto, é interrompido por uma procissão católica, acompanhada de religiosos e policiais que ocupam a rua, impedindo a manifestação dos demais.

A revolta com essa situação de opressão da cultura branca que se impõe contra os negros e índios faz ecoar a voz do velho caboclo de lança – “maracatu também é guerra” – seguida do movimento do jovem caboclo que veste a roupa batizada, imbuído agora de um espírito guerreiro que se expressa em seus movimentos de capoeira, os quais rimam com os movimentos de dança do baterista roqueiro.

Mais adiante, os caboclos surgem em meio ao canavial, onde erguem suas lanças e lutam com gestos estilizados que nos remetem para um tempo ancestral do Brasil Colônia. Passamos a ouvir na trilha sonora uma composição instrumental: O rasga, de autoria de Antônio Nóbrega, faixa incluída em disco do Quinteto Armorial (*Do romance ao galope nordestino*, 1974). Com essa música estamos, portanto, em um contexto de produção relacionado à proposta do Movimento Armorial criado por Ariano Suassuna nos anos 1970. Antônio Nóbrega é um artista pernambucano, músico, dançarino, com uma formação erudita, mas voltado à arte popular. Ao que consta, recebeu do próprio Ariano Suassuna, em princípios dos anos 1970, o convite para integrar, como violinista, o Quinteto Armorial. Criar uma música erudita com raízes populares era justamente a proposta desse grupo musical, inteiramente afinado com a proposta armorial, como indica o seu próprio nome. Portanto, é bastante simbólica a inclusão, em *Maracatu*, *maracatus*, da composição em questão – *O rasga* – justo na sequência da luta em meio ao canavial. Apresenta o próprio embate entre distintas concepções de arte popular. Os guerreiros ao mesmo tempo dançam e lutam com e contra a música armorial.

Tal referência ancestral do embate mítico das culturas branca, africana e indígena dá lugar ao tempo atual, com rápidas cenas de usinas de cana em ruínas, seguidas novamente por imagens do morro onde o jovem baterista dança a música *Monólogo ao pé do ouvido*, de Chico Science & Nação Zumbi (*Da lama ao caos*, 1994). “Modernizar o passado é uma evolução musical”: a voz de Chico Science sintetiza o discurso que o filme tratou de construir ao longo de sua narrativa, acentuando distintas visões da cultura popular, mas se opondo à perspectiva oficial e seu ideal de pureza, em vez disso propondo uma resistência que se coloca na chave da impureza, em termos de construções dialéticas e oníricas entre passado e presente, rural e urbano, regional e internacional.



## Confronto de Tropicalismos

Vinte anos antes do surgimento do Mangubeat e do *Árido Movie* nos anos 1990, Ariano Suassuna fora o principal mentor do Movimento Armorial, lançado em Recife nos anos 1970. Conforme esclarece Herom Vargas:

A proposta geral dos armoriais era a de produzir uma arte brasileira fundamentada nas raízes culturais sertanejas que fizessem frente ao constante apelo de compositores e artistas às influências estrangeiras tidas como obstáculos à construção de uma identidade para a arte nacional (VARGAS, 2007, p. 35).

Na proposta armorial, o contato com o estrangeiro só teria importância no que diz respeito a uma origem mítica, no momento do encontro ancestral de culturas diversas formadoras da cultura brasileira, em especial, seus vínculos ibéricos medievais. Trata-se, portanto, de uma proposta diversa da que o Mangubeat e o *Árido Movie* lançaram, assumidamente internacionalizada e híbrida. O interesse dos armoriais, em contrapartida, era buscar elementos artísticos cuja essência guardaria conexões com essa cultura ibérica medieval, preservada no sertão pernambucano, inclusive em oposição ao litoral, onde as influências estrangeiras chegavam com maior pressão. Conforme esclarece Herom Vargas (ibid, p. 46), a tese de Suassuna segue a corrente de Gilberto Freyre, para quem a mestiçagem está relacionada com um mito de origem.

Daqui é possível a dedução de que, nessa influência de Gilberto Freyre sobre Ariano Suassuna e o Movimento Armorial, repercute o “Lusotropicalismo” freyreano. O Lusotropicalismo, conforme esclarece o historiador João Alberto da Costa Pinto (2009), está definido conceitualmente em um texto de 1958: *Integração portuguesa nos trópicos*, de Gilberto Freyre (1960). O ponto de partida para a construção desse conceito diz respeito ao fato de que, para Freyre, Portugal teria inaugurado, no século XV, um certo tipo de civilização, na união do europeu com o trópico, da qual teria surgido um novo tipo de saber constituído pela experiência pragmática. Supostamente seriam observadas aí, na relação empírica do europeu com o trópico, “práticas fraternas de assimilação” (PINTO, 2008, p. 150), não etnocêntricas, mas mestiças. Em razão desse caráter apaziguador dos conflitos entre colonizadores e colonizados, o Lusotropicalismo foi incorporado ao campo ideológico das políticas de Salazar, que por essa via encontrava justificativa para a manutenção do domínio do Estado português sobre as colônias africanas.

Na contrapartida desse pensamento lusotropicalista e posteriormente armorial, vem outra noção de Tropicalismo, a qual serve de plataforma às propostas do Movimento Mangu. A referência aqui é o movimento tropicalista que, ao final dos anos 1960, com artistas tais como, entre vários outros, Caetano Veloso e Gilberto Gil (na música), Hélio Oiticica (nas artes plásticas), José Celso Martinez Corrêa (no teatro), Glauber Rocha e Rogério Sganzerla (no cinema), retoma questões anteriormente propostas pelo Movimento Modernista dos anos 1920.

No âmbito das relações possíveis entre o Modernismo dos anos 1920 e esse Tropicalismo em questão nos anos 1960, em especial no que concerne às tensões entre o nacional e o estrangeiro, vale especialmente lembrar o *Manifesto Antropófago* (1928), de Oswald de Andrade, como algo retomado em várias perspectivas. Benedito Nunes (1995), analisando esse manifesto, reconhece a dialética local/universal, estabelecendo diversos planos de análise da obra oswaldiana. Tais planos também são perceptíveis nos objetos de nosso estudo, por exemplo, na questão do retorno ao passado histórico da sociedade brasileira, com as oposições confrontadas nos campos do Direito, da Moral, da Religião, envolvendo os conflitos entre brancos, índios e negros e perpassando instituições como o Estado, a Igreja e os poderes locais.

Observadas essas relações, podemos pensar em temporalidades sincrônicas capazes de atravessar a Antropofagia Cultural dos anos 1920, o Lusotropicalismo dos anos 1950, a Tropicália dos anos 1960, o

Movimento Mangue dos anos 1990 e muito mais, antes ou depois desses recortes. Tal dinâmica sugere uma ideia de pós-Tropicalismo, não propriamente como algo que vem depois do Tropicalismo, mas que está além de uma circunscrição precisa de tempos e espaços de um reconhecível fenômeno histórico<sup>7</sup>.

## Políticas de Impureza

O longa-metragem *Árido movie* (Lírio Ferreira, 2005) já em seu título transpõe elementos do movimento homônimo. Por sua vez, a narrativa também instaura a intermedialidade como argumento: o protagonista Jonas (Guilherme Weber) trabalha na televisão. Ele é um repórter de meteorologia que parte de São Paulo para Pernambuco para o enterro do seu pai e, no caminho, conhece Soledad (Giulia Gam), uma videomaker que está realizando um documentário sobre a falta de água no sertão.

Outra referência intermediária, José Celso Martinez Corrêa, diretor e ator cuja história se confunde com a do Teatro Oficina e com o próprio Tropicalismo em suas origens (a partir da encenação de *O rei da vela*, peça de Oswald de Andrade, de 1933, encenada pelo Oficina em 1967), interpreta em *Árido Movie* um personagem chamado *Meu Velho*, apelido que evoca tempo. E sua figura confirma tal fato pela forma como ele é caracterizado na obra, um homem idoso com cabelos e barba longos e brancos, um líder religioso.

Segundo informa Lírio Ferreira (cf. NAGIB & PAIVA, 2017a), no momento das filmagens de *Árido movie*, José Celso Martinez Corrêa também estava atuando no Teatro Oficina como Antônio Conselheiro, personagem inspirado na figura histórica do líder religioso envolvido na Guerra de Canudos (1896-1897), conflito reportado por Euclides da Cunha em *Os sertões* (publicado em 1902). As imagens de *Meu Velho* e de Antônio Conselheiro, portanto, se interceptam a partir de José Celso Martinez Corrêa. Além disso, a história de Antônio Conselheiro já proporcionara o argumento para o primeiro filme dirigido por Lírio Ferreira, o curta-metragem *O crime da imagem* (1994). E agora retorna em *Árido movie*, que, a exemplo do curta que lhe antecede, também tem como um dos seus principais cenários, numa clara alusão a um dos espaços primordiais do Cinema Novo, o sertão (cf. XAVIER, 2007), agora revisitado em uma narrativa sobre “o excesso de informação e a falta d’água”.

Esta, aliás, é a frase que será projetada em uma instalação audiovisual em uma das sequências fundamentais do filme, uma cena na qual a imagem de *Meu Velho* reaparece em vídeo depois de ter sido captada pela câmera de Soledad. Trata-se de uma sequência que evidencia as muitas camadas históricas elaboradas a partir da intermedialidade, como uma arqueologia de mídias. Além da literatura de Euclides da Cunha e de sua releitura tropicalista pelo Teatro Oficina, também está em pauta a própria estética do Manguebeat (sintomaticamente há pessoas banhadas na lama característica do mangue). A concepção plástica da cena deve-se à diretora de arte, Renata Pinheiro. Ela mesma afirma que, para esta cena do filme, foram transpostos elementos de sua exposição *Arqueologia da amnésia*, que realizara no Museu de Arte Contemporânea de Olinda (cf. NAGIB & PAIVA, 2017b).

Quase uma década depois de seu envolvimento no filme de Lírio Ferreira, mas pouco antes de dirigir *Amor, plástico e barulho* (2013), Renata Pinheiro também realizou a direção de arte de outro filme com forte investimento em música: *Tatuagem* (Hilton Lacerda, 2013). Nesses dois filmes, DJ Dolores está presente na criação da trilha sonora: músico, cineasta e designer, ele também faz parte da história do Movimento Mangue desde o início, quando, junto com Hilton Lacerda, tocavam em festas, concebiam

---

<sup>7</sup> Há aqui uma consonância com a proposta de Stefan Solomon (2017), curador da mostra *Tropicália and Beyond – Dialogues in Brazilian Film History*, quando ele inclui em sua curadoria obras tropicalistas incontornáveis, como *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967), *O bandido da luz vermelha* (Rogério Sganzerla, 1968) e *O rei da vela* (José Celso Martinez Corrêa, Noilton Nunes, 1982), mas vai além, envolvendo realizadores contemporâneos cujos trabalhos se valem de ideias e estratégias tropicalistas em diferentes sentidos. A mostra *Tropicália and Beyond: Dialogues in Brazilian Film History* ocorreu na Tate Modern, em Londres (Reino Unido), no período de 09 a 12 de novembro de 2017.

capas de discos (inclusive Da lama ao caos, de Chico Science & Nação Zumbi), dirigiam videoclipes para várias bandas, até recentemente codirigirem a série Lama dos dias (Canal Brasil, 2018), que apresenta uma remediação do Movimento Mangue. Proposto por Bolter e Grusin (1999), o conceito de “remediação” é resumido por Walter Moser da seguinte forma:

Nesse livro de título atraente [Remediation], os dois autores [Bolter e Grusin] se debruçam sobre um paradoxo que eles situam no centro vital das mídias. Por um lado, toda mídia nova pretende, enfim, propiciar acesso direto ao real – ela fará valer então sua transparência, até mesmo sua inexistência (transparency, immediacy) em relação àquilo que vai mediar. Por outro lado, esse apagamento da mídia é obtido por um acréscimo no nível do aparelho midiático e a mídia exibirá orgulhosamente sua sofisticação de funcionamento midiático (*hypermediacy*). (MOSER, 2006, p. 56).

Em suma, a ideia de remediação implica operações entre mídias (conforme o próprio Moser resume) tais como “retomar, reproduzir, re(a)presentar, reutilizar, reciclar, revisitar, transferir, transmitir, transcodificar, transpor etc.” (ibid). Esta proposta de Bolter e Grusin está relacionada ao primeiro paradigma discutido por Ágnes Pethö que, de fato, reconhece o conceito de remediação como seminal para os estudos de intermedialidade.

Assim, em Tatuagem ocorrem várias remediações que implicam uma espécie de arqueologia das mídias em Pernambuco. Uma delas, possivelmente a mais eloquente, diz respeito à figura de Jomard Muniz de Britto e sua obra, especialmente seus filmes em super-8. Junto com Aristides Guimarães e Celso Marconi, Jomard Muniz de Britto é coautor de um manifesto lançado em 1968, o qual se intitula Porque somos e não somos tropicalistas. Esta atitude – ser ou não ser – se explica justamente pelas tensões entre as distintas concepções de Tropicalismo então vigentes: de um lado, o ser está em conexão com os artistas da Tropicália; de outro, o não-ser se relaciona à vertente desdobrada do lusotropicalismo armorial, discutido anteriormente. A questão se evidencia no curta-metragem em super-8 O palhaço degolado (Jomard Muniz de Britto, Carlos Cordeiro, 1977), filme no qual o palhaço, figura carnavalesca, incessantemente interpela Gilberto Freyre e suas teorias<sup>8</sup>.

Em Tatuagem, a figura e a obra de Britto, especialmente o seu trabalho com o grupo teatral Vivencial Diversiones, são recriadas respectivamente no personagem do Professor Joubert (interpretado por Sílvio Restiffe) e pelo grupo teatral Chão de Estrelas. A figura do palhaço referida no curta em super-8, por exemplo, reaparece no momento em que o Professor Joubert profere um discurso-manifesto no palco do Chão de Estrelas, ou seja, no local diegético do filme que estabelece a remediação do espaço de apresentações do grupo teatral Vivencial Diversiones com o qual Jomard Muniz de Britto efetivamente se relacionou criativamente nos anos 1970, ao escrever peças tais como Nos abismos da Pernambucália, 7 fôlegos, Perna, pra que te quero, entre outras encenações do grupo.

Em outro momento, vem à cena o discurso-performance do Professor Joubert: “Estamos aqui hoje para definir a cicatriz que teremos [...], estamos aqui hoje para estrear o fim e inaugurar o futuro”. Seu discurso faz alusão a uma dimensão política relacionada ao corpo humano, aspecto que faz lembrar Michel Foucault (1987), que inclusive é citado no momento em que Clécio (diretor do Chão de Estrelas, personagem interpretado por Irandhir Santos) encontra o soldado Fininha (Jesuíta Barbosa) pela primeira vez e pergunta: “você veio aqui para nos vigiar ou nos punir?”. Como biopolítica, os corpos são apresentados em Tatuagem com coreografias diversas, nas performances do grupo que canta, dança, atua, produz objetos artísticos, realiza filmes em super-8, empreendendo tudo isso como forma de resistência contra a ditadura.

Logo depois do discurso-manifesto, chegam os militares que vêm reprimir violentamente a

---

<sup>8</sup> Para um exemplo significativo das oposições dos tropicalistas de Pernambuco às concepções de Gilberto Freyre e Ariano Suassuna, ver o curta metragem *O palhaço degolado* (Jomard Muniz de Britto, 1977), disponível na web: <https://www.youtube.com/watch?v=nvm1w-utZXM>. Acesso em setembro de 2018.

encenação do espetáculo que está sendo apresentado. No entanto, o Professor Joubert e a trupe do Chão de Estrelas resistem e realizam o curta experimental *Ficção e filosofia*, o filme dentro do filme, que embaralha as camadas de espacialidades e temporalidades simultaneamente para o passado e para o futuro: “aqui começamos a fazer a pintura rupestre de um novo tempo” – diz a voz over do poeta que nos apresenta as cenas de *Ficção e filosofia* projetadas em Tatuagem, emulando super-8. A cena nos remete diretamente à intermedialidade (pela convocação da poesia, teatro, dança, artes plásticas) como um espaço transitório ou mesmo utópico ou mesmo impossível, inscrito na passagem entre mídias. Nesse sentido, essa sequência está relacionada ao conceito de heterotopia de Michel Foucault. Conforme esclarece Pethö (2011, p. 42), a intermedialidade pode ser compreendida “em termos espaciais, como um lugar impossível e transitório (heterotopia)”. Ou ainda, como hipótese, talvez essa cena também possa ser relacionada ao “sonho de um gesto”, de acordo com a proposta de Agamben (2000), para quem o olhar do aparato cinematográfico implica “uma interseção entre vida e arte” (apud PETHÖ, 2018, p. 172).

Aliás, como gesto de resistência implicando arte e vida, a intermedialidade está relacionada não só a Tatuagem, mas também aos demais filmes tomados como estudo de caso neste texto: *Maracatu*, *maracatus* e *Árido movie*. Em todos, a intermedialidade implica “passagens” entre arte e vida, evocando a condição de conflito permanente da própria história, como propõe Walter Benjamin (2007). Ao mesmo tempo, essas passagens resultam de uma realidade que pulsa pelas mídias em interação nos próprios filmes, seguindo por um caminho teórico e metodológico que é discutido por Lúcia Nagib (2018) em sua reconsideração do pensamento benjaminiano para os estudos sobre intermedialidade.

Por fim, vale notar que as passagens intermediárias relacionadas à arte e vida resultam de uma atitude política plenamente consciente por parte dos artistas, fazendo-nos remeter a vários segmentos tropicalistas que nos anos 1960 e 70 enfrentaram a ditadura militar no Brasil colocando em relação várias artes e mídias (cf. PAIVA, 2016). No caso específico do *Árido Movie*, prova disso já está nas origens do Movimento Mangue, no manifesto *Caranguejos com cérebro* (reproduzido no encarte do disco *Da lama aos caos*, de Chico Science & Nação Zumbi), que propõe um “circuito energético” como resposta midiática à crise da cidade, com a imagem-símbolo da “parabólica enfiada na lama”.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Means without end**. Notes on politics. London: University of Minnesota Press, 2000.

BADIOU, Alain. **Cinema**. Cambridge: Polity Press, 2013.

BARBOSA, Virginia. **Caboclo de Lança**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=545&Itemid=182](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=545&Itemid=182). Acesso em: 6 ago. 2016.

BAZIN, André. **Pour un cinéma impur** – défense de l’adaptation. In: *Qu’est-ce que le cinéma?* Paris: CERF, 2013. p. 81-106.

BELLOUR, Raymond. **L’entre images 2: mots, images**. Paris: P.O.L, 1999.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte, São Paulo: Editora da UFMG, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BOLTER, Jay David; GRUSIN, Richard. **Remediation: understanding new media**. Cambridge: The MIT Press, 1999.

CHION, Michel. **A audiovisual** – som e imagem no cinema. Lisboa: Texto & Grafia, 2011.

CLÜVER, Claus. **Intermedialidade**. Pós, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 8-23, nov. 2011.

COSTA, Flávia Cesarino; MIRANDA, Suzana Reck; PAIVA, Samuel. Fronteiras intermidiáticas do cinema. **RuMoRes**, n. 24, v. 12, julho-dezembro, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/150798>. Acesso em: fev. 2019.

DINIZ, Thaís Flores Nogueira (Org.). **Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea** 1. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

DINIZ, Thaís Flores Nogueira; VIEIRA, André Soares (Orgs.). **Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea** 2. Belo Horizonte: Rona Editora; FALE/UFMG, 2012.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL de Arte e Cultura Brasileiras. Jomard Muniz de Britto In: São Paulo: Itaú Cultural, 2018. **Verbetes da Enciclopédia**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa12919/jomard-muniz-de-britto>. Acesso em: 12 out. 2018.

FAVARETTO, Celso. **Tropicália alegria alegria**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.

FIGUEIRÔA, Alexandre. **Cinema pernambucano: uma história em ciclos**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

FONSECA, Nara Aragão. **Da lama ao cinema: interfaces entre o cinema e a cena mangue**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. Integração portuguesa nos trópicos. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1960, p. 65-117.

GOMES, Paulo Emilio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Embrafilme, 1980.

HIGGINS, Dick. Intermídia. In: DINIZ, Thaís Flores Nogueira; VIEIRA, André Soares (orgs.). **Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea** 2. Belo Horizonte: Rona Editora; FALE/UFMG, 2012. p. 41-50.

JENKINS, Henry. **Convergence culture**. Where old and new media collide. New York/London: New York University Press, 2006.

MOSER, Walter. **As relações entre as artes** – por uma arqueologia da intermedialidade. Aletria, jul.-dez., 2006.

NAGIB, Lúcia. **O cinema da retomada** – depoimento de noventa cineastas dos anos 90. São Paulo: Editora 34, 2002.

NAGIB, Lúcia. Politics of impurity. In: NAGIB, Lúcia; JERSLEV, Anne. (Eds). **Impure cinema: intermedial and intercultural approaches to film**. London/New York: I.B. Taurus, 2014. p. 21-39.

NAGIB, Lúcia; JERSLEV, Anne (Eds). **Impure cinema: intermedial and intercultural approaches to film**. London/New York: I.B. Taurus, 2014.

NAGIB, Lúcia. Passages: travelling in and out of film through Brazilian geography. **RuMoRes**, n. 24, v. 12, jul-dez., 2018. Acesso em: fev. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/148836/149547>.

NAGIB, Lúcia; PAIVA, Samuel. Entrevista com Lírio Ferreira para o filme Passages. **Intermdia Project**, 2017a. Disponível em: <https://research.reading.ac.uk/intermedia/passages/>. Acesso em: fev. 2019.

NAGIB, Lúcia; PAIVA, Samuel. Entrevista com Renata Pinheiro para o filme Passages. **Intermdia Project**,

2017b. Disponível em: <https://research.reading.ac.uk/intermedia/passages/>. Acesso em: fev. 2019.

NOGUEIRA, Amanda Mansur Custódio. **O novo ciclo do cinema em Pernambuco** – a questão do estilo. Recife: Editora da UFPE, 2009.

NOGUEIRA, Amanda Mansur Custódio. **A brodagem no cinema em Pernambuco**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

NUNES, Benedito. A antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald. **A utopia antropofágica**. 2. ed. São Paulo: Editora Globo, 1995.

PAIVA, Samuel. **Cinema, intermedialidade e métodos historiográficos**: o Árido Movie em Pernambuco. Significação, v. 43, n. 45, 2016, p. 64-82.

PAIVA, Samuel. Um aspecto da Tropicália: a intermedialidade como resposta ao exílio. **RuMoRes**, v. 10, n. 16, jan.-jun., 2016, p. 105-120. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/112364>. Acesso em: fev. 2019.

PETHÖ, Ágnes. **Cinema and intermediality**: the passion for the *in-between*. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2011.

PETHÖ, Ágnes (Ed.). **The cinema of sensations**. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2015.

PETHÖ, Ágnes. Approaches to studying intermediality in contemporary cinema. **Acta Universitatis Sapientiae, Film and Media Studies**, v. 15, 2018, p. 165-187.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o Lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974). **Revista UFG**, ano XI, n. 6, jun. 2009, p.?-?. Disponível em: [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/junho2009/gilbertofreire.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/gilbertofreire.pdf). Acesso em: ago. 2016.

RAJEWSKY, Irina. A fronteira em discussão: o status problemático das fronteiras midiáticas no debate contemporâneo sobre intermedialidade. In: DINIZ, Thaís Flores Nogueira; VIEIRA, André Soares (Orgs.). **Intermedialidade e estudos interartes**: desafios da arte contemporânea 2. Belo Horizonte: Rona Editora; FALE/UFMG, 2012. p. 51-74.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Dissensus**: On politics and aesthetics. New York/London: Continuum, 2010.

SALDANHA, Gabriela Lopes. **Geração Árido Movie**: o cinema cosmopolita dos anos noventa em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade de Campinas, 2009.

SOLOMON, Stefan. Introduction to Tropicália and Beyond: Dialogues in Brazilian Film History. In: SOLOMON, Stefan (Ed). **Tropicália and Beyond**: Dialogues in Brazilian Film History. UK: Archive Books/University of Reading, 2017, p. 7-31.

TELES, José. **Do frevo ao Mangubeat**. São Paulo: Editora 34, 2000.

VARGAS, Herom. **Hibridismos musicais de Chico Science & Nação Zumbi**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

XAVIER, I. **Sertão mar**: Glauber Rocha e a estética da fome. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.